



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Dalva Lúcia de Souza França

**TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA:
REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO COMPORTAMENTO
REPRODUTIVO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, PA**

**Belém
2008**

Dalva Lúcia de Souza França

**TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA:
REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO COMPORTAMENTO
REPRODUTIVO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, PA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón

Belém
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

França, Dalva Lúcia de Souza

Turismo e dinâmica demográfica: reflexos da atividade turística no comportamento reprodutivo da mulher no município de Salinópolis, PA / Dalva Lúcia de Souza França; orientador, Luis Eduardo Aragón. - 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2008.

1. Turismo - Salinópolis (PA). 2. Salinópolis (PA) - População. 3. População - Crescimento. 4. Mulher - Fecundidade - Salinópolis (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 338.4791098115

Dalva Lúcia de Souza França

**TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA:
REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO COMPORTAMENTO REPRODUTIVO
DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, PA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Defesa: Belém (PA), 03 de setembro de 2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón – Orientador
PPGEO / NAEA – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
PPGEO / FGC – Universidade Federal do Pará

Profª. Dra. Janete Marília G. C. de Oliveira
PPGEO / FGC – Universidade Federal do Pará

Para Daniela, David, Débora e Jessica,
filhos e neta, companheiros de sempre.

AGRADECIMENTOS

*Alegro-me em tua força Senhor,
porque não me negaste cumprir
o desejo de meu coração
(Salmo 21 – fragmentos)*

Aos meus filhos Daniela, David e Débora, minha neta Jessica, meu genro Marcelo e nora Michele que, pelo amor incondicional que me têm, foram pacientes e compreensivos nos momentos de escassa disponibilidade para a família.

Ao meu orientador Professor Dr. Luis Aragón, que com simplicidade, sapiência e agenda apertada, sempre esteve disponível para me atender, tirando dúvidas, discutindo e fazendo sugestões pertinentes, tornando possível a realização deste trabalho.

Aos professores, colegas de trabalho, Gilberto de Miranda Rocha que me conduziu ao caminho da temática discutida nesta dissertação e Francinete Brito pelas diversas obras a mim concedidas, mas principalmente pelo apoio, amizade e carinho. A vocês, meu eterno muito obrigado.

A todos os meus colegas e professores do Mestrado em Geografia (turma 2006) que durante o curso, comigo estiveram presentes, conduzindo e colaborando na realização das tarefas.

À minha banca examinadora, formada pelos professores Gilberto de M. Rocha e Janete Oliveira que contribuíram significativamente para a qualidade de minha dissertação.

À minha filha Daniela, minha nora Michele e principalmente ao Professor M. Sc. Paulo Fernando Rodrigues que colaboraram na realização dos cálculos estatísticos deste trabalho. O trabalho cartográfico também não teria sido possível sem a produção de Fábio Regateiro.

A pesquisa de campo não teria sido possível sem a contribuição incondicional de Carlos Augusto da C. Ferreira e Viviane C. Santos, bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET), Frank da C. Campos, bolsista da Cátedra Unesco-UFPA, Mateus M. Lobato, bolsista do Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG), todos graduandos da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA. Serei eternamente agradecida.

A Aladilena Silva, Gleidson Fernando A. Souza e Josué Marcos do Nascimento, funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis, cujas informações concedidas foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço também dos funcionários da biblioteca do IBGE/Belém Teixeira de Freitas, principalmente Ariowaldo B. Cabral, José Damião Bezerra, Manoel Guido, Maria do Rosário de S. Couto e Victor C. dos Reis. A contribuição dessas pessoas foi de fundamental importância para a realização desse estudo.

Às mulheres salinopolitanas que com simplicidade e hospitalidade nos receberam de braços abertos e a todos aqueles que direta e indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

Na mitologia amazônica,
o Boto é símbolo de sedução e de fecundidade.



<http://www.rosanevolpatto.trd.br/lendadobotorosa1.htm>

Disseminado pela população ribeirinha como o Dom Juan da Amazônia,
ao lendário boto foi atribuída a paternidade de muitas crianças.
Por isso, o homem amazônico lhe conferiu poderes mágicos.
Muitos pescadores os capturam para corta-lhes o pênis com a finalidade de fazer um
amuleto de conquista varonil ou para combater a impotência sexual,
seus olhos são usados para atrair as mulheres.

RESUMO

A discussão das relações de mútua dependência entre população e desenvolvimento econômico é complexa e reflete uma preocupação teórica e prática bastante antiga, o que tem atraído a atenção de pensadores e pesquisadores ao longo do tempo. A discussão teórica que envolve os fatores motivadores do turismo são também fatores demográficos que têm particular importância na determinação dos níveis e padrões da fecundidade, ou seja, os meios utilizados para se programar a atividade turística em um lugar, impulsionam novos padrões produtivos, que estimulam novos valores, modelos de consumo e estilos de vida, impactando o comportamento reprodutivo da mulher residente no lugar turístico. Diante desses argumentos, o objetivo desta dissertação é analisar e explicar de que forma as transformações geradas pelo desenvolvimento da atividade turística têm afetado a dinâmica da população, especialmente os níveis e padrões da fecundidade da mulher residente no município de Salinópolis (PA). O estudo parte da hipótese geral de que a reorganização socioeconômica e espacial de Salinópolis a partir do desenvolvimento da atividade turística promoveu alterações em sua dinâmica demográfica, particularmente no comportamento reprodutivo da mulher a partir de 1970. Tendo em vista essas considerações, desenvolveu-se um estudo interpretativo onde a base de dados utilizada foram os censos demográficos de 1970 a 2000 e Contagem da População 2007 do IBGE, dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SMSS) vinculada ao Sistema de Nascimentos do Ministério da Saúde (Sinasc) e a pesquisa empírica que se desenvolveu por meio de amostragem probabilística estratificada aleatória. Os resultados encontrados evidenciam que a atividade turística não trouxe para a sociedade salinopolitana melhorias significativas no campo da educação, qualificação profissional e geração de emprego e renda, fatores que têm particular importância na determinação dos níveis e padrões da fecundidade, no entanto, a atividade turística afetou o comportamento reprodutivo da mulher em dois momentos distintos. Primeiro com a prevalência de taxas de fecundidade elevadas dado a cultura da valorização de família numerosa associada ao grande contingente de mulher imigrante em idade fértil no município; num segundo momento, a queda acentuada da fecundidade diante as mensagens da modernidade trazidas pela atividade turística, o crescimento do espaço urbano e, principalmente, pela ação das políticas públicas no que diz respeito ao controle da natalidade. No entanto, os resultados da pesquisa dimensionam a prevalência das elevadas taxas da fecundidade em Salinópolis, tal como no estado do Pará e na região Norte, quando comparadas em nível nacional. Nesse contexto, as implicações demográficas geradas pela atividade turística em Salinópolis requerem a elaboração de diagnósticos setoriais e políticas públicas apropriadas.

Palavras-chave: Turismo, Mobilidade Espacial, Dinâmica Demográfica, Fecundidade.

ABSTRACT

The discussion of the relationship of mutual dependence between population and economic development is complex and reflects a theoretical and practical concern pretty old, which has attracted the attention of thinkers and researchers over time. The theoretical discussion involving the motivating factors of tourism are also demographic factors that have particular importance in determining the levels and patterns of fertility, or the means used to plan the tourist activity in one place, drive new productive standards, spurring new values, patterns of consumption and lifestyles, impacting the reproductive behavior of women living in the tourist place. Given these arguments, the goal of this dissertation is to analyze and explain how the changes generated by the development of tourism has affected the dynamics of the population, especially the levels and patterns of fertility of women residing in the municipality of Salinópolis (PA). The study of the general hypothesis that the socioeconomic and spatial reorganization of Salinópolis from the development of tourism promoted changes in their population dynamics, particularly in reproductive behavior of women from 1970. In view of these considerations, it has developed an interpretative study where the database used were the population census from 1970 to 2000 and counting the population of the IBGE 2007, data from the Municipal Secretary of Health of Salinópolis (SMSS) linked with Information System on Live Births (Sinasc) and empirical research that has developed through stratified random probability sampling. The results show that the tourist activity has not brought to Salinopolitan society significant improvements in education, professional skills and labour supply, factors that have particular importance in determining the levels and patterns of fertility, however, the tourist activity affected the reproductive behavior of women in two distinct moments. First with the prevalence of high fertility rates, given the culture of recovery of large family associated with the large contingent of immigrant women of childbearing age in the municipality; a second time, the sharp fall in fertility before the messages of modernity brought by the tourist activity, growth of urban space and, mainly, by the action of public policies with regard to controlling the birth rate. However, the search results characterize the prevalence of high rates of fertility in Salinópolis, as in the state of Pará and the North region, when compared with nationally. In this context, the demographic implications generated by tourism in Salinópolis require the development of diagnostics sector and appropriate public policies.

Keywords: Tourism, Mobility Space, Demographic Dynamics, Fecundity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de transição demográfica	34
Figura 2: Brasil: evolução das taxas brutas de natalidade (TBN) e mortalidade (TBM), por mil habitantes, 1940-2000	36
Figura 3: Mapa da localização do município de Salinópolis no Pará e no Brasil	67
Figura 4: Mapa do nordeste paraense	68
Figura 5: Salinópolis: rua Almirante Tamandaré, bairro Guarani	85
Figura 6: Salinópolis: rua Dr. Cláudio Mendonça, bairro Maçarico	85
Figura 7: Salinópolis: Residências de veraneio na ilha do Atalaia, praia do Farol Velho .	86
Figura 8: Salinópolis: taxa média geométrica de crescimento anual da população, 1940-2007	94
Figura 9: Salinópolis: rua Canaã, bairro Nova Brasília	101
Figura 10: Brasil: percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas ACT, por posição na ocupação, 2003	103
Figura 11: Taxa de Fecundidade Total no Brasil, 1940-2000	111
Figura 12: Taxa de Fecundidade Total, segundo as grandes regiões, 1940-2000	115
Figura 13: Taxa de Fecundidade Total, região Norte e unidades da federação, 2006	117
Figura 14: Taxas de Fecundidade Total dos estados da região Norte por áreas urbanas e rurais, 1970	120
Figura 15: Taxas de Fecundidade Total dos estados da região Norte por áreas urbanas e rurais, 2000	121
Figura 16: Taxas de Fecundidade Total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as grandes regiões e Brasil, 2000	122
Figura 17: Brasil e grandes regiões: Taxas de Fecundidade Total, por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, em salários mínimos, 1991-2000	125
Figura 18: Taxas Específicas de Fecundidade, por grupos de idade, Brasil, 1980-2000 ...	128
Figura 19: Salinópolis: Taxa Global de Fecundidade, 1970-2007	135
Figura 20: Salinópolis: total de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe, 2006-2007	136
Figura 21: Taxa de Fecundidade Total de Salinópolis no contexto estadual, regional e nacional, por situação de domicílio, 2000	138

Figura 22: Salinópolis: Estrutura da Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idades das mulheres e por situação domiciliar, 2000	140
Figura 23: Salinópolis: pirâmide etária, 1970	143
Figura 24: Salinópolis: pirâmide etária, 1980	143
Figura 25: Salinópolis: pirâmide etária, 1991	144
Figura 26: Salinópolis: pirâmide etária, 2000	144
Figura 27: Salinópolis: pirâmide etária, 2007	145
Figura 28: Salinópolis: evolução da razão de dependência, 1970-2007	145
Figura 29: Estado do Pará: pirâmide etária, 2007	146
Figura 30: Mapa do município de Salinópolis	156
Figura 31: Mapa da planta da sede municipal de Salinópolis	157
Figura 32: Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade, 2000-2007	158
Figura 33: Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade das mulheres naturais e não naturais, 2007	161
Figura 34: Salinópolis: TFT das mulheres residentes em Salinópolis segundo o grau de exposição ao turismo, 2007	162
Figura 35: Salinópolis: TEF das mulheres residentes segundo o grau de exposição ao turismo, 2007	165
Figura 36: Salinópolis: TEF e grau de exposição ao turismo, 2007	166
Figura 37: Salinópolis: Hotel Maçarico, localizado na av. João Pessoa, no complexo do Maçarico	170
Figura 38: Salinópolis: barracas de alimentação localizadas na praia do Atalaia	170
Figura 39: Salinópolis: homem tecendo rede de pesca na praia da Curvina	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil e região Norte: taxa de crescimento médio anual (%), segundo a situação domiciliar e grau de urbanização, 1940-2000	93
Tabela 2: Salinópolis: população total residente na área rural e urbana, 1940-2007	95
Tabela 3: Salinópolis: população residente e distribuição percentual da população residente não natural do município, 1970-2000	96
Tabela 4: Salinópolis: domicílios particulares permanentes e famílias residentes, 1970-2007	98
Tabela 5: Salinópolis: população e densidade demográfica, 1980, 1991, 2000 e 2007	98
Tabela 6: Salinópolis: pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, 1970-2000	99
Tabela 7: Salinópolis: população total por sexo e razão de sexo, 1970-2007	100
Tabela 8: Salinópolis: indicadores socioeconômicos, 1991-2000	100
Tabela 9: Salinópolis: distribuição da POC por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em salário mínimo, 2000	102
Tabela 10: Salinópolis: dados do PIB, 2001-2002	104
Tabela 11: Salinópolis: Índice de Desenvolvimento Humano, 1970-2000	105
Tabela 12: Salinópolis: analfabetismo, 1991-2000	105
Tabela 13: Região Norte e Brasil: taxa de analfabetismo da população de 15 a 24 anos de idade, 1980-1996	106
Tabela 14: Salinópolis: pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, 2000	107
Tabela 15: Unidades da federação de mais elevada e de mais baixa Taxa de Fecundidade Total (TFT), 2000	112
Tabela 16: Taxas de Fecundidade Total: Brasil e região Norte, conforme suas unidades da federação, 1970-2000	115
Tabela 17: Taxas de Fecundidade Total por situação urbana e rural, segundo as grandes regiões, 1970-2000	119
Tabela 18: Taxas de Fecundidade Total, por grupos de anos de estudo das mulheres, Brasil e região Norte, 1991-2000	123
Tabela 19: Região Norte e Pará: Taxas de Fecundidade Total por características selecionadas, 1986-1991	126
Tabela 20: Brasil: Idade Média da Fecundidade por grandes regiões, 1970-2000	130

Tabela 21: Brasil: Idade Média da Fecundidade, segundo os grupos de anos de estudo das mulheres, 1991-2000	132
Tabela 22: Salinópolis: Taxa Global de Fecundidade, 1970-2007	137
Tabela 23: Salinópolis: Estrutura da Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idade das mulheres e por situação domiciliar, 2000	140
Tabela 24: Salinópolis: número de filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores à data do censo 2000 das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por situação do domicílio e número de mulheres por grupos de idade	141
Tabela 25: Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idade das mulheres e Taxa de Fecundidade Total, 2000-2007	155
Tabela 26: Salinópolis: liberdade das mulheres para evitar gravidez não desejada	159
Tabela 27: Salinópolis: número de filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores à data da pesquisa das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grau de exposição ao turismo e número de mulheres por grupos de idade	164
Tabela 28: Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade de acordo com o grau de exposição das mulheres ao turismo, 2007	165
Tabela 29: Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade e grau de exposição ao turismo, 2007	166

LISTA DE SIGLAS

ACT	Atividades Características do Turismo
Agrisal	Agricultura Industrial de Salinópolis
BA	Bahia
Bemfam	Sociedade Brasileira de Bem-Estar da Família
CBO	Classificação Brasileira das Ocupações
CDP	Companhia Docas do Pará
CE	Ceará
CNM	Confederação Nacional de Municípios
DIEPI	Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Socioeconômicas
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GEDE	Gerência de Base de Dados Estatísticos
GEMC	Grupo de Estudos Marinhos e Costeiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHm	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMF	Idade Média da Fecundidade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LIs	Linhas de Instabilidade
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará

Paratur	Companhia Paraense de Turismo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Pesquisa Nacional por Unidade Domiciliar
POC	População Ocupada
PPC	Paridade do Poder de Compra
PSF	Programa Saúde da Família
RN	Rio Grande do Norte
SDDI	Setor de Documentação e Disseminação de Informações
Sepof	Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Pará)
Sinasc	Sistema de Nascimentos do Ministério da Saúde
Sisprenatal	Sistema de Informação de Saúde Pré-Natal
SMSS	Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TEE	Transição da Estrutura Etária
TEF	Taxa Específica de Fecundidade
TFT	Taxa de Fecundidade Total
TGF	Taxa Global de Fecundidade
ZCIT	Zona de Convergência Inter-Tropical

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA	23
2.1 TURISMO, MIGRAÇÃO E FECUNDIDADE	25
2.1.1 Turismo	25
2.1.2 Migração	27
2.1.3 Fecundidade	31
2.2 TURISMO E DINAMICA DEMOGRÁFICA, QUAL É A RELAÇÃO?	40
3 SALINÓPOLIS	65
3.1 BREVE HISTORIOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS	66
3.2 TURISMO E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SALINÓPOLIS	77
3.3 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE SALINÓPOLIS	92
4 NÍVEIS E PADRÕES DE FECUNDIDADE NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, 1970-2007	110
4.1 EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE E ESTADO DO PARÁ	114
4.1.1 Taxa de Fecundidade Total (TFT)	114
4.1.2 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)	127
4.1.3 Padrão Etário da Fecundidade	129
4.2 EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS	133
4.2.1 Taxa Global de Fecundidade (TGF)	134
4.2.2 Taxa de Fecundidade Total (TFT)	137
4.2.3 Fecundidade por situação de domicílio	138
4.2.4 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)	139
4.2.5 Implicações demográficas	142
5 TURISMO E FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS	153
5.1 MUDANÇAS RECENTES NOS NÍVEIS E PADRÕES DE FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS	154
5.1.1 Fecundidade e status migratório	159
5.1.2 Fecundidade e grau de exposição das mulheres ao turismo	161
5.2 TURISMO E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS	168
6 CONCLUSÕES	175
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	192

1 INTRODUÇÃO

Apoiando-se em Hauser e Duncan, Patarra (1980) define a demografia como a ciência que estuda o tamanho, a distribuição territorial e a composição de uma dada população, bem como as mudanças e as componentes de tais mudanças, identificadas como natalidade, mortalidade e mobilidade da população, enquanto os estudos populacionais envolvem não apenas as chamadas variáveis demográficas – como idade, sexo e estado civil, por exemplo – mas também variáveis que se aproximam da idéia de qualidade de vida, associadas a aspectos sociais, econômicos, políticos, biológicos, culturais, geográficos e outros.

Nesse contexto, os determinantes sociais, econômicos, institucionais e culturais podem modificar os fatores dinâmicos (fecundidade, mortalidade e migrações) da população, alterando, com o tempo, o contingente populacional e sua composição. A fecundidade, ou seja, a geração efetiva de filhos vivos pela mulher representa um fenômeno social e histórico e não somente um fenômeno biológico, revelando diferenças socioeconômicas e culturais importantes conforme diversos fatores como situação de domicílio, nível de renda, nível educacional, ocupação, relação de gênero, dentre outros. Essas categorias acabaram se integrando como fatores que afetam a fecundidade, constituindo-se em núcleo de investigação sobre esse fenômeno.

Patarra (1980) e Singer (1980a) também caracterizam o desenvolvimento econômico como algo que vai além do simples crescimento de seu produto ou da renda de sua população, ou seja, como um processo qualitativo de mudança estrutural em sua dinâmica e as transformações demográficas tendem a acompanhar as transformações socioeconômicas, político-institucionais e culturais de um país ou de uma região. Assim, o que se observa atualmente em nível mundial é o contínuo declínio nas taxas de crescimento populacional, motivado, principalmente, pela queda continuada nas taxas de fecundidade, grosso modo, independentemente do padrão cultural e do nível socioeconômico e, nesse contexto, diversas teorias buscam elucidar os mecanismos que fazem com que as mulheres restrinjam cada vez mais sua prole.

Diante das prerrogativas supracitadas, a sociedade brasileira, de economia predominantemente agrária até quase meados do século XX, gerou as condições sociais, culturais e psicológicas para a valorização da família numerosa. Nos últimos anos, entretanto, o processo de urbanização ganhou maiores proporções no Brasil, com o crescimento não só dos grandes centros urbanos, como também de cidades de pequeno e médio porte, em

decorrência do desenvolvimento da economia e da inserção do país no sistema capitalista mundial, como é o caso dos municípios litorâneos, que tem se transformado em espaços de grande valorização da atividade turística, promovendo alterações no ritmo de crescimento populacional.

É sob esse prisma que o município de Salinópolis no estado do Pará, a partir da década de 1960, começa a experimentar mudanças significativas em sua paisagem, economia e organização social em decorrência da intensificação da atividade turística (BRITO, 2004; MONTEIRO, 1993). A população da área urbana aumentou, intensificando suas relações com novos moradores e visitantes, gerando outras atividades produtivas, ou mesmo deixando sua tradicional atividade pesqueira.

Nesse contexto, a partir da metade do século XX, intensifica-se a atividade turística em diferentes escalas – mundial, nacional e local. Apoiado na mídia, o turismo passou a ser visto como uma atividade capaz de transformar a realidade de diferentes regiões. Com investimentos do setor público e privado em infra-estrutura, esta atividade se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais diversificadas.

Com o desenvolvimento do turismo em Salinópolis, o Estado tem desempenhado o papel de provedor das infra-estruturas básicas, refuncionalizando principalmente o espaço urbano onde, formas históricas de produção, como a pesca, hoje dividem espaço com atividades mais modernas, promovendo transformações na paisagem, no modo de vida das pessoas e, conseqüentemente, na dinâmica populacional do município.

Para Brito (2004) e Monteiro (1993), a (re)organização espacial do município de Salinópolis se dá a partir de 1966 quando este é elevado à categoria de estância hidromineral, o que deu início a um acelerado e desorganizado crescimento de seu espaço urbano. Segundo esses autores, o processo de urbanização, além de promover o crescimento populacional, produziu importantes mudanças na organização da sociedade e nos desníveis da distribuição de renda, gerando repercussões na dinâmica populacional do município, inclusive no seu comportamento reprodutivo.

As causas e motivações para explicar mudanças no comportamento reprodutivo de uma dada população são diversas. Neste sentido, Simões (2006, p. 24-25) considera que “o significado histórico das relações entre a dinâmica populacional e uma formação social concreta somente pode ser apreendido quando se situa a variável população em sua interação com as transformações e dinâmica específica das relações sociais e da organização produtiva.” Cabe destacar que os estudos e as teorias que analisam o fenômeno da fecundidade remetem para a multicausalidade desse fenômeno, de forma que as explicações

perpassam pelos aspectos micro e macrosocial e, apesar da influência de diversos fatores para a transição da fecundidade no Brasil, autores como Simões (2006) e Berquó (2001) argumentam que os principais responsáveis pelo declínio da fecundidade no país foram o aumento da escolaridade das mulheres e o acesso a métodos anticoncepcionais, principalmente a esterilização feminina.

Portanto, dadas as recentes transformações ocorridas em Salinópolis a partir do incremento da atividade turística, onde relações sociais se articulam e se opõem, onde o cotidiano desdobra-se em dupla face, de participação ou de exclusão, onde o conjunto plural e heterogêneo da realidade local vislumbra a materialização da sociedade moderna, de sua organização política, circunstanciados por quantidade e qualidade, atividades e tradições, crenças, desejos, hábitos que inspiram comportamentos, o desafio que se impõe é o de entendimento do conteúdo geográfico local, a partir do estudo das relações entre turismo e dinâmica demográfica, particularmente com a fecundidade no município.

Neste contexto, esta dissertação busca identificar os reflexos da atividade turística em Salinópolis na dinâmica demográfica de sua população e, particularmente nos níveis e padrões de fecundidade no município a partir de 1970. O estudo busca analisar os seguintes aspectos:

- a) O que mudou no comportamento reprodutivo da mulher residente no município de Salinópolis a partir do incremento da atividade turística;
- b) Que diferenças apresenta essa mudança de comportamento reprodutivo conforme faixa etária, situação domiciliar, ocupação, grau de instrução, status migratório e grau de exposição das mulheres ao turismo;
- c) À luz dos resultados do estudo, que medidas deveriam ser tomadas nas políticas públicas para mitigar os efeitos negativos do turismo nas mudanças de comportamento reprodutivo da mulher em Salinópolis, visto que, apesar da redução nas taxas de fecundidade, a ação das políticas públicas ainda não se faz sentir na geração de emprego e renda e na formação de capital humano, ou seja, na capacitação profissional voltada ao ramo da atividade turística.

Diante desses argumentos, o objetivo desta dissertação é analisar e explicar de que forma as transformações geradas pelo desenvolvimento da atividade turística têm afetado a dinâmica da população, especialmente os níveis e os padrões de fecundidade da mulher no município de Salinópolis a partir de 1970.

O estudo parte da hipótese geral de que a reorganização socioeconômica e espacial de Salinópolis a partir do desenvolvimento da atividade turística promoveu alterações em sua dinâmica demográfica, particularmente no comportamento reprodutivo da mulher, ou seja, o desenvolvimento da atividade turística promoveu a inserção desse município no atual processo de modernização visualizado em nível nacional e global, alterando relações sociais, culturais e de gênero no local, trazendo para as mulheres ali residentes maior autonomia no exercício de sua sexualidade e direitos reprodutivos, acesso a trabalho e educação, métodos modernos de anticoncepcionais, dentre outros, afetando, por tanto, as taxas de fecundidade. Nesse caso, a mídia, além de criar uma imagem favorável para a demanda turística, é considerada por muitos estudiosos da demografia como Faria (1989) e Gupta e Leite (2001) como um dos fatores determinantes mais importantes que afetam a fecundidade. Também a educação e a ascensão econômica, por exemplo, tem profundo efeito nos indivíduos, como o desejo de viajar, através do turismo, bem como regular o número de filhos desejados.

Tendo em vista essas considerações, desenvolveu-se um estudo interpretativo onde a preocupação central foi desvendar determinantes que possam evidenciar o comportamento reprodutivo das mulheres salinopolitanas¹ a partir de 1970. Nessa perspectiva, além da introdução e da conclusão, esta dissertação constitui-se de quatro capítulos distribuídos metodologicamente a partir das seguintes etapas:

No Capítulo 2 introduziram-se reflexões para o entendimento teórico-conceitual e metodológico da relação entre turismo e dinâmica demográfica a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema, para que se possa estabelecer relações entre as informações coletadas e os dados obtidos, no Capítulo 3, através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados censitários e estatísticos do IBGE e de órgãos públicos como a Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (Sepof) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), é apresentada breve descrição da historiografia do município bem como o processo de (re)organização sócio-espacial, socioeconômica, e a dinâmica demográfica do mesmo a partir do desenvolvimento da atividade turística.

O Capítulo 4, através de pesquisa bibliográfica, censos demográficos e Contagem da População 2007 do IBGE (2008) e dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SMSS) vinculado ao Sistema de Nascimentos do Ministério da Saúde (SINASC), evidencia as diferenças inter-grupais de fecundidade a partir de variáveis socioeconômicas como grupos de idade, situação domiciliar, grupos de renda, grau de instrução, ocupação e status

¹ Para os nascidos em Salinópolis, o gentílico adotado é salinopolitano (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1991b; PREFEITURA MUNIICIPAL DE SALINÓPOLIS, 2006).

migratório. Essas categorias são consideradas como fatores que afetam a fecundidade e como causas sociais das mesmas. No entanto, para uma análise mais profícua do comportamento reprodutivo das mulheres em determinado período num dado lugar, faz-se necessário o estudo da evolução do nível da fecundidade (Taxa de Fecundidade Total (TFT) e o padrão – estrutura da fecundidade por grupos de idade da mulher (Taxa Específica de Fecundidade (TEF))². Porém, a qualidade das estatísticas vitais (nascimentos e óbitos) para os municípios da região Norte, principalmente até o censo de 1991, apresentaram sérios problemas de cobertura para análises mais detalhadas da evolução da fecundidade a partir da TFT e TEF bem como sua relação com aspectos socioeconômicos como grupos etários, renda e instrução.

Nesse sentido, Aragón (2005, p. 17) agrega que “calcular o tamanho, a distribuição, a composição demográfica, o ritmo de crescimento, e demais fatores demográficos que permitam analisar a dinâmica populacional dessa imensa região” é um grande desafio, principalmente pela escassez de dados, o que dificulta os estudos dessas variáveis na Amazônia.

Até o censo de 1991, os dados do IBGE em nível municipal para a região Norte referem-se aos totais de nascidos vivos e indicadores mais gerais como as Taxas Brutas de Natalidade (TBN), que relaciona os totais de nascidos vivos com a população total e da Taxa Global de Fecundidade (TGF), que relaciona os totais de nascidos vivos com a população feminina em idade reprodutiva, ou seja, de 15 a 49 anos de idade. Outro obstáculo encontrado nas estimativas populacionais é o método adotado pelo IBGE para estimar os contingentes populacionais dos municípios brasileiros. O método requer a existência de uma projeção populacional, que leva em consideração a evolução das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migração), para uma área maior que o município, ou seja, para a unidade da federação, grande região ou país.

Na ausência de estatísticas vitais para estimar a evolução do comportamento reprodutivo das mulheres salinopolitanas a partir de 1970, foi analisado inicialmente no Capítulo 4 a evolução nos níveis e padrões de fecundidade da mulher nortista e estado do Pará e, buscando cobrir essa lacuna, fez-se a análise da evolução no comportamento reprodutivo das mulheres residentes em Salinópolis no referido período a partir da TGF. Por outro lado, foi possível obter a estimativa da TFT e TEF em nível municipal para o ano 2000, já que a

² A Taxa de Fecundidade Total (TFT) expressa o número de filhos que, em média, teria uma mulher, pertencente a uma coorte hipotética, que durante sua vida fértil tiveram seus filhos de acordo com as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) por idade do período em estudo. A TEF é calculada por grupo quinquenal de idade, desde os 15 até os 49 anos. A taxa resulta da divisão do número de filhos nascidos vivos de mulheres do grupo de idade, em um período de tempo próximo à data do Censo Demográfico, usualmente os últimos 12 meses, pelo total de mulheres do grupo etário.

partir desse censo, o IBGE passa a dispor de dados mais refinados que permitiram uma avaliação mais robusta dessa componente demográfica para os municípios nortistas, ou seja, é quando as informações do número de filhos tidos nascidos vivos são desagregadas para o grupo de idade das mulheres.

Para complementar ou explicar alguns aspectos específicos dos dados secundários, tanto dos censos como da pesquisa bibliográfica, o Capítulo 5 destaca a pesquisa empírica. Por meio de amostragem probabilística estratificada aleatória, foram aplicados questionários em 7% do total de domicílios particulares ocupados (594 domicílios) e 5,82% do total de mulheres residentes no município a partir dos 10 anos de idade (821 mulheres)³.

A pesquisa de campo foi realizada pela autora e contou com a participação de acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará: Carlos Augusto da C. Ferreira, Frank da C. Campos, Mateus M. Lobato e Viviane C. Santos. Através de representações cartográficas da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SMSS), vinculado à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), foram selecionados os bairros, vilas e povoados para a pesquisa de campo: i) bairros centrais (de melhor infra-estrutura e com maior circulação de turistas): Centro, Caranã e São Vicente; ii) bairros periféricos (de menor infra-estrutura e distantes do maior movimento de turistas): Porto Grande, João Paulo II, São Tomé, Atlântico e Nova Brasília; iii) vilas: Cuiarana, Corema e Pindorama; iv) povoados: Farol Velho, Itapeua e Enseada.

O objetivo da pesquisa empírica foi analisar a intensidade dos determinantes e peculiaridades socioeconômicas, culturais e institucionais na mudança de comportamento reprodutivo a partir da intensificação do turismo e do grau de exposição dessas mulheres a essa atividade, onde o propósito foi desvendar valores ocultos ou manifestos, derivados das várias realidades culturais e sociais que envolvem turistas e residentes e, como a população local é afetada direta e/ou indiretamente pelo turismo em suas decisões reprodutivas e em suas vidas.

As considerações finais trazem a análise das categorias, construção teórica sobre o objeto de estudo com o intuito de certificação da variabilidade histórica e social da fecundidade no município, explicando como atuam os diversos atores sociais envolvidos na complexidade da relação turismo e dinâmica demográfica, bem como as recomendações para

³ Dados da Contagem da População de 2007 do IBGE (2008) indicam que neste ano haviam 8.421 domicílios particulares ocupados no município de Salinópolis e 14.112 mulheres de 10 anos e mais de idade. O cálculo entre esses valores determinou o tamanho da amostra de mulheres (821) e de domicílios (490). Como o número de domicílios a serem pesquisados não foi suficiente, estendeu-se a pesquisa até alcançar o tamanho da amostra de mulheres desejada.

o aprimoramento das políticas públicas no que tange às questões reprodutivas das mulheres residentes particularmente em Salinópolis.

Desta forma, a operacionalização da metodologia visa a adoção de um modelo integrador, que permita a distinção de variáveis demográficas, socioeconômicas e culturais. Espera-se que esse procedimento possa oferecer resultados robustos para a explicação dos diferenciais de fecundidade em Salinópolis no período proposto, já que a análise em nível municipal reflete uma lógica particular em relação ao comportamento reprodutivo quando comparado em nível estadual, regional e/ou nacional.

Portanto, este estudo é um trabalho da maior relevância, na medida em que pese a relativa escassez de literatura, se propõe apresentar uma reflexão sobre o papel das transformações socioeconômicas e culturais no município de Salinópolis a partir do desenvolvimento da atividade turística, dos programas sociais e governamentais nessa transformação, e os diversos arranjos sociais (questão de gênero) que direcionam a sobrevivência dos grupos locais e o desenvolvimento do indivíduo. Por fim, uma reflexão cuidadosa sobre as implicações desse processo nos níveis e padrões de fecundidade no município, buscando subsidiar em suas respectivas áreas de atuação, planejadores, acadêmicos e estudantes.

2 TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

*A heterogeneidade social do meio urbano permite a fluidez do sistema de classes, e a taxa elevada de mobilidade social explica porque a afiliação a grupos não é estável, mas ligada à posição transitória de cada indivíduo: há portanto predomínio da **associação** (fundamentada na afinidade racional dos interesses de cada um) sobre a **comunidade**, definida pela filiação a uma classe ou status. Esta heterogeneidade social coincide também com a diversificação da economia de mercado e uma vida política fundamentada nos movimentos de massa (**grifos do autor**).*

Manuel Castells

A relação turismo-dinâmica demográfica envolve uma reflexão abstrata e complexa que demanda um entendimento das relações entre população e sociedade. A sociedade persiste no tempo e é marcada por momentos de transformações significativas em seu interior, enquanto “a população envolve uma noção bastante diversificada de tempo, pois inclui uma dimensão biológica que leva os indivíduos dela integrantes a uma carreira temporal que se inicia no nascimento, passa por fases diversas de transformação bio-psíquicas e termina com a morte” (CAMARGO, 1980, p. 12). A análise desse conjunto de processos históricos é indispensável para a compreensão da dinâmica demográfica de uma determinada população.

Entende-se por dinâmica demográfica o processo de distribuição territorial, o tamanho, a estrutura e a composição de uma dada população. A dinâmica demográfica de um lugar (país, estado, município, cidade etc.) está em constante transformação e, para que se entendam essas mudanças se torna necessária a análise das variações das componentes demográficas (natalidade, mortalidade e mobilidade populacional), associadas às variáveis de cunho socioeconômico e cultural, ou seja, a dinâmica demográfica de um lugar reflete a história dessa sociedade.

Mais recentemente, o debate internacional em torno da questão ambiental tornou-se um novo desafio nos estudos da dinâmica demográfica. No Brasil, importantes estudos têm sido realizados em torno do tema, como por exemplo, as relações entre o uso de recursos e o processo de distribuição populacional, bem como a relação entre mudança ambiental e outros componentes da dinâmica demográfica como estrutura, fecundidade e morbidade/mortalidade, dentre outros (HOGAN, 2000).

A abstração da relação turismo-dinâmica demográfica remete-se às “funções e peculiaridades apresentadas pela população, face à continuidade ou à transformação da sociedade, [que] podem ser comparadas com outros aspectos essenciais das sociedades

humanas”, como: a *dimensão econômica*, ou seja, a relação sociedade-natureza onde, através do trabalho, os indivíduos adquirem suas necessidades biológicas de sobrevivência (incluindo neste processo o lazer, representado aqui pela prática do turismo, como momento de não-trabalho); a *dimensão da auto-preservação* (criação humana), que reforça a continuidade do modo de produção e influencia os fatores dinâmicos da população – fecundidade, mortalidade e mobilidade, ou seja, “caracteriza-se por construções da sociedade objetivadas no processo histórico e que são entendidas como reificadas e constrangedoras para o comportamento humano” e que envolvem “não apenas os significados, símbolos e valores, mas as normas e os padrões, as instituições e toda a organização social [...]”; e finalmente a *dimensão da função e da dinâmica populacional* como sendo necessárias para que se mantenha a continuidade de vida em sociedade. Portanto, “os determinantes sociais e econômicos podem modificar sua influência em relação aos fatores dinâmicos relativos à população, alterando, com o tempo, o contingente populacional e sua composição” (CAMARGO, 1980, p. 15 e 17).

Nessa mesma linha de pensamento, Santos (2006) distingue quatro formas básicas de poder da sociedade capitalista que embora estejam interrelacionadas, são estruturalmente autônomas, e que afetam a dinâmica demográfica: *o espaço doméstico* que é constituído pelas relações sociais entre os membros da família; *o espaço da produção* constituído pelas relações de trabalho; *o espaço da cidadania* constituído pelas relações sociais da esfera pública entre cidadãos e o Estado; e *o espaço da mundialidade* que constitui as relações econômicas internacionais e as relações entre Estados nacionais.

É nesse contexto que se insere a relação turismo-dinâmica demográfica, onde a preocupação central é compreender até que ponto o desenvolvimento da atividade turística impacta os padrões demográficos da população de um lugar. Nesse caso, convém considerar as necessidades da sociedade em relação ao tamanho e à composição da população, já que o que está em jogo são as relações entre a reprodução da sociedade e a reprodução da população.

Discute-se, portanto, neste trabalho, a associação entre turismo – um tipo de mobilidade populacional –, e fecundidade, com a finalidade de estabelecer o sentido da relação entre ambas as categorias. Isto é, buscam-se elementos que indiquem se o contexto socioeconômico e cultural que envolve o turismo causa alterações na fecundidade, se existem características seletivas determinantes da população feminina local, ou ainda se a variabilidade histórica e social do comportamento reprodutivo das mulheres no lugar de forte atratividade turística é resultado desses dois elementos constitutivos.

Partindo do pressuposto de que a fecundidade é produto de muitos fatores pode-se supor que uma população que receba intensos fluxos migratórios flutuantes, sofra importantes transformações. Portanto, este trabalho centra-se no comportamento reprodutivo das mulheres residentes (nativas e imigrantes) no município de Salinópolis (PA), que a partir da década de 1960, começa a experimentar significativa (re)organização econômica, espacial e social em decorrência da intensificação da atividade turística.

Para entender essa problemática se faz necessário, entretanto, entender os conceitos-chave utilizados nesta dissertação: turismo, migração e fecundidade; para posteriormente analisar como eles se relacionam.

2.1 TURISMO, MIGRAÇÃO E FECUNDIDADE

2.1.1 Turismo

A atividade turística discute-se nas mais diversas disciplinas existindo, pelo menos, quatro enfoques de interpretação e análise do turismo no Brasil, tornando difícil uma definição única: a *corrente liberal* pautada pela concepção mais estritamente economicista; a *corrente do planejamento estatal*, pautada pelo desenvolvimento planejado por meio do Estado que inclui a questão ecológica; a *corrente pós-moderna* que se pauta pela crítica ao turismo em massa e pelo elogio à segmentação do mercado turístico, com ênfase na cultura, patrimônio histórico e natural, incorporando premissas modernistas das concepções anteriores; e o *enfoque crítico*, que enfatiza os aspectos do consumo e produção destrutivos da atividade turística (OURIQUES, 2005).

A definição da Organização Mundial de Turismo (OMT) é ora complementada, ora contestada pelos autores: “O turismo é uma modalidade de deslocamentos espaciais, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino”, porém, não ultrapassando um ano consecutivo. “Esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde, religião e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta” (CRUZ, 2001, p. 4).

Youell (2002, p. 29), por exemplo, distingue dois tipos de turista: “visitantes domésticos ou internacionais que passam pelo menos uma noite no lugar ou país que estão visitando são considerados turistas, enquanto os que não pernoitam são classificados como visitantes excursionistas e turistas por um dia”. Turismo doméstico é aquele que envolve o deslocamento de pessoas dentro de seu próprio país, e que pode ainda ser em nível local ou nacional.

O turismo é uma atividade econômica que envolve uma relação de demanda e oferta que objetiva essencialmente satisfazer necessidades de turistas domésticos e internacionais, fornecendo, para isso, uma variedade de instalações e atrações agrupadas nas áreas de destino (YOUPELL, 2002). Mas o turismo é também uma prática social dinâmica, orientada pela lógica da organização dos espaços para o lazer e que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, tendo no espaço geográfico seu principal objeto de consumo, e por ser uma prática social, é fortemente determinado pela cultura (CRUZ, 2001), enquanto para Ouriques (2005), o turista, ao se inserir como sujeito atuante (consumidor de objetos materiais e imagens) no mundo da mercadoria, é o principal objeto de consumo nessa atividade.

A generalização do lazer turístico surgiu no século XX como uma conquista da classe trabalhadora (férias pagas), constituindo-se, no entanto, como uma forma de controle do capital sobre o tempo disponível e, portanto, como uma criação e uma possibilidade do desenvolvimento capitalista (OURIQUES, 2005). De acordo com o objetivo da viagem, existem três formas de classificar o turismo, segundo Youell (2005): turismo de lazer, que envolve férias, final de semana prolongado, saúde, esporte, religião, instrução e cultura; visita a amigos e parentes; e o turismo de negócio que envolve conferências, exposições, feiras comerciais, eventos de treinamento e viagem de incentivo (pago pela empresa ao funcionário). Cruz (2001), por sua vez, classifica as modalidades de turismo em urbano, rural, praiano, de aventura, ecológico, religioso e de negócios.

Numa perspectiva marxista, Ouriques (2005, p. 37) entende o lazer e o tempo livre como uma possibilidade de inserir na sociedade o consumo de massa, “uma espécie de tempo de trabalho – sendo, portanto, um tempo do capital – com características específicas”, onde proliferam hobbies, compras de bens, música, cinema, turismo, dentre outros, como formas de expressão da indústria da diversão. Portanto, o turismo é uma atividade que se expande no contexto da socialização dos lazeres no pós-guerra.

Sendo o turismo geralmente um consumo de massa, ele mobiliza grandes contingentes de viajantes, envolvendo o agenciamento da atividade e sua interligação com os transportes e hospedagem, concentrando-se principalmente nas cidades pelo fato destes lugares contarem com equipamentos e infra-estrutura necessários ao seu desenvolvimento (CRUZ, 2001). Mas há também outros tipos de turismo que se podem caracterizar como movimentos sazonais (como as férias escolares e trabalhistas, por exemplo) e visitantes excursionistas e turistas por um dia (YOUPELL, 2002).

Vale acrescentar também como atributo fundamental da atividade turística o tipo de mobilidade espacial que ela representa. A atividade turística é um tipo de mobilidade que

subordina a força de trabalho a todas as variações de duração, sendo absolutamente necessária para o processo capitalista de acumulação, através do qual, deve-se compreender o sentido da existência dessa atividade. O movimento do turista é temporário e cíclico, como as férias e, portanto, diferente das migrações temporárias (OURIQUES, 2005).

De qualquer modo, torna-se interessante destacar que novos elementos ligados a mundialização da economia vão trazer consigo a fluidez dos investimentos, resultando na dispersão espacial das atividades modernas. Neste sentido, o litoral brasileiro tem se tornado atraente para esses novos investimentos/empreendimentos voltados para a atividade turística e de lazer, através da implementação de políticas públicas de incentivos para esse setor. Cidades litorâneas de grande, pequeno e médio porte passam a ter novas funções e novos valores, onde uma vez introduzida a (re)organização do território pelo turismo, seus primeiros reflexos demográficos e sócio-espaciais não tardam a aparecer. É o caso de Salinópolis na costa atlântica paraense.

2.1.2 Migração

Os movimentos migratórios distinguem-se dos demais componentes da dinâmica populacional pelo menos em dois aspectos: primeiro por não apresentarem uma dimensão biológica; e segundo por, “através da redistribuição espacial da população, influenciar os efeitos decorrentes da magnitude das taxas de fecundidade e mortalidade encontradas numa dada população” (RENNER; PATARRA, 1980, p. 236).

É consenso na literatura especializada de que a migração é um fenômeno complexo e essencialmente social e que por ser uma componente demográfica relacionada às condições históricas das mudanças econômicas, sociais e políticas, seus efeitos repercutem sobre as relações de classe que determinam a formação e composição do mercado de trabalho.

Diante das diferentes possibilidades de manifestação do fenômeno migratório, a compreensão empírica e teórica do seu efetivo papel no processo de mudança e conformação de uma estrutura social ainda não é suficiente para inventariar as diversas definições e perspectivas teórico-metodológicas existentes sobre seu estudo, dificultando a consolidação de um único conceito do que seja migração.

A Organização das Nações Unidas (1980) define migração como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência. Salim (1992) e Renner e Patarra (1980) concordam que a definição da ONU constitui um ponto de referência, mas reconhecem que tal definição implica em considerar a

migração como um fenômeno integrante de um processo mais abrangente que é a mobilidade espacial da população.

A mobilidade espacial da população é um conceito de mais fácil definição. Refere-se ao deslocamento físico das pessoas e envolvem distâncias, tempos, circunstâncias e meios diferenciados. A mobilidade espacial é uma condição da migração, sem mobilidade não há migração, mas os dois termos não são sinônimos. Enquanto a mobilidade é um fenômeno físico (deslocamento) a migração é um fenômeno fundamentalmente social e envolve outros fatores além da simples mobilidade espacial. Nesse contexto, a definição de migração da ONU exclui outros tipos de mobilidade como a dos nômades, das migrações sazonais e pendulares e os deslocamentos de visitantes, turistas, e outros (HOGAN, 1998; OLIVEIRA, 2006). Ou seja, o tempo de permanência não tem sido considerado um critério de identificação, mas a finalidade do movimento, na medida em que se buscam fatores explicativos de repulsão na área de origem e atrativos na área de destino.

Oliveira (2006) chama atenção para novas modalidades de movimentos populacionais associados a novas realidades pelas quais passa o mundo atualmente. Tais modalidades expressam relações entre espaços que foram socialmente construídos pela nova sociedade que experimenta mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Nessas circunstâncias, na atual fase de reformulação produtiva do capitalismo, facilitada pelo estágio de desenvolvimento tecnológico que impulsionou uma nova ordem política, econômica, social e cultural, faltam abordagens teóricas que apreendam em sua totalidade o fenômeno migratório no Brasil. “O desafio colocado é o de compreender novos processos que se manifestam numa nova sociedade [onde] o conceito torna-se fluido [...], seja pelo peso da pendularidade, seja pelo conceito de residência-base”, ou seja, o lugar ou conjunto de lugares a partir do(s) qual(is) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada, qualquer que seja a duração de permanência no lugar de destino (OLIVEIRA, 2006, p. 16). Daí a importância que desperta hoje os estudos dos fluxos de turistas.

Por outro lado, um dos aspectos presentes nos estudos da migração é o seu caráter seletivo, tanto nas áreas de origem como de destino. A literatura aponta que a migração difere de acordo com os atributos pessoais, como por exemplo, idade, sexo, educação, renda, estado conjugal e outros (RENNER; PATARRA, 1980). Diversos autores concordam que apesar das exceções, os migrantes são geralmente jovens, ou seja, integrantes da População Economicamente Ativa (PEA).

Outro aspecto enfatizado nos estudos da migração é a distância. As pesquisas em geral indicam que a migração, além de depender dos meios de transportes, se dá

preponderantemente em distâncias pequenas, onde o volume das migrações diminui quando a distância entre a área de origem e o destino aumenta. Outros estudos tratam de demonstrar que o número de pessoas que migram numa dada distância é diretamente proporcional ao número de oportunidades no local de destino (RENNER; PATARRA, 1980).

Ainda para outros autores, o sentido do fenômeno migratório está estreitamente vinculado aos processos de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, constituindo-se em um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista. Constatam, porém, que o capitalismo não emprega toda a mão-de-obra que mobiliza, onde o excedente ou reserva, embora excluído do processo produtivo, relaciona-se dinamicamente com o sistema (RENNER; PATARRA, 1980).

Diante da discordância nos diversos enfoques teóricos sobre o estudo dos movimentos populacionais, Salim (1992) sistematiza as diversas correntes em três troncos teóricos: os modelos neoclássicos contemporâneos; a perspectiva histórico-estrutural; e a mobilidade da força de trabalho. Outros autores completam esse quadro: Soares (2002) acrescenta a teoria dos sistemas mundiais e a linha que investiga a análise das redes sociais, Hogan (1998) incorpora a dimensão ambiental, e Oliveira (2006) agrega a dimensão da mobilidade causada pela violência. Nenhum desses enfoques, entretanto, é capaz de explicar o fenômeno em toda sua abrangência.

Oliveira (2006) chama atenção para a possibilidade de romper com formas tradicionais de olhar as migrações diante da flexibilização produtiva, já que os novos processos que se manifestam na nova sociedade, sugerem novas estratégias de migração, além de apreciar todos os tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e seqüências, que não necessariamente implique em mudança de residência.

Segundo esse autor, dada a abrangência das modalidades de deslocamento populacional, as abordagens teóricas explicativas têm deixado lacunas e dado pouca relevância a essas modalidades. Como por exemplo, a mobilidade pendular, que segundo o Censo Demográfico (2000), 7,4 milhões de pessoas faziam esse tipo de movimento em todo Brasil, isto é residiam num lugar (município) e trabalhavam (ou estudavam) noutro, sem contar outros movimentos como os relacionados com o lazer e os serviços de saúde.

Na ótica da mobilidade da força de trabalho, o foco de análise está centrado na relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação, onde a força de trabalho desloca-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa que a mobilidade é uma característica dessa força de trabalho, facultada na localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas da produção e ciclos

econômicos. Nessa concepção, a mobilidade apresenta-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas e, como fenômeno de submissão e não de liberdade individual como abordado nas teorias neoclássico e histórico-estrutural (GAUDEMAR, 1977).

Para Renner e Patarra (1980), através do estudo das estratégias de sobrevivência de grupos sociais determinados, na medida em que analisa a reprodução da população vinculada ao movimento do capital, é fundamental considerar a população resultante numa dada área geográfica e a interação dos elementos da dinâmica populacional (fecundidade, mortalidade e migrações). A população seria, portanto, resultante de processos concomitantes, porém específicos, e geraria ciclos vitais distintos para distintos grupos sociais.

A teoria dos sistemas mundiais traz à luz a necessidade de tratar a migração como integrante de um sistema mais amplo, ou seja, das diferentes formas de incorporação dos países e dos lugares no sistema global. Segundo Soares (2002) e outros autores, os movimentos populacionais recentes apóiam-se na difusão de redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural e na ampliação do mercado de consumo. Nesse contexto, no momento atual, a emigração resulta de problemas internos induzidos pela expansão do sistema econômico global que limitam satisfazer as aspirações de consumo, que dificultam uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho e levam à quebra das estruturas tradicionais de trabalho.

Na teoria dos sistemas mundiais o indivíduo é levado a migrar mais com base na proximidade das relações sociais do que na proximidade física do espaço. Tal teoria:

Confere às resultantes de tais movimentos um caráter mais amplo e estrutural, pois prevalece aí o argumento de que a mobilidade da força de trabalho é regulada pela lógica de acumulação do capital, que cria, destrói e recria oportunidades de trabalho em diferentes partes do planeta. Há, nessa visão, um deslocamento da ênfase sobre a racionalidade individual para as maneiras como os meios sociais afetam e modificam os componentes econômicos e essa mesma racionalidade (SOARES, 2002, p. 9).

Soares agrega que essa análise surgiu da necessidade de considerar processos sociais concretos, redes institucionais e de pessoas que, operando entre as esferas micro e macro, organizariam de fato, a migração; a partir da análise das redes sociais, pode-se abrir a luz para o entendimento do caráter seletivo da dinâmica migratória. As unidades efetivas da migração seriam, portanto, conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de parentesco e de trabalho: “Os movimentos migratórios transplantam os principais segmentos das redes sociais existentes: as redes migram” (SOARES, 2002, p. 10).

A definição de migração na análise das redes sociais se constitui:

Na teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apóia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino (SOARES, 2002, p. 11).

E o turismo, como entra nesse contexto? Giddens (2004), ao analisar a sociologia do turismo, argumenta que a expansão dessa atividade traduz-se, no contexto da microsociologia, num aumento do número de interações face-a-face entre pessoas de diferentes culturas e acrescenta que os estudos desse processo na macro-análise, também é essencial para que se possa compreender a base institucional da vida cotidiana, ou seja, “as formas como as pessoas vivem o seu dia-a-dia são largamente afetadas pelo enquadramento institucional mais amplo de que fazem parte [...]” (GIDDENS, 2004, p. 83).

O turismo é, pois, um tipo de mobilidade espacial da população que adquire diversas formas e é explicado por diversas causas conforme o fluxo analisado. É uma das mais importantes atividades econômicas do mundo capaz de transformar os destinos turísticos, para o bem ou para o mal.

2.1.3 Fecundidade

A expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres. Operacionalmente se refere ao número de filhos nascidos vivos por uma mulher ou grupo de mulheres durante seu período reprodutivo que se convencionou a considerar aquele que vai da menarca à menopausa⁴. Por outro lado, para que uma mulher seja considerada fecunda, ela precisa ter dado origem a pelo menos um filho nascido vivo.

O termo fertilidade refere-se à capacidade fisiológica que tem a mulher de conceber uma criança, ou seja, nem toda mulher fértil é fecunda⁵, pois, para que uma concepção resulte em um filho nascido vivo, há toda uma gama de fatores de natureza biológica, social e psíquica que podem influenciar a gestação, alterando a probabilidade de um nascimento vivo. Mulheres férteis, por diversas razões, podem não ser fecundas (ou

⁴ Embora a idade da menarca e da menopausa varie de mulher para mulher, convencionou-se considerar como período reprodutivo aquele compreendido entre 15 e 49 anos de idade.

⁵ A relação existente entre a fecundidade e a fertilidade se explica pelo fato de que “uma mulher pode ter tido muitas concepções (fertilidade elevada) seguidas de várias perdas fetais”, resultando em um pequeno número de nascidos vivos (fecundidade baixa). “Por outro lado, duas mulheres podem ter tido o mesmo número de nascidos vivos, isto é, a mesma fecundidade, e um número bem diferente de concepções, ou seja, fertilidades diferentes” (BERQUÓ, 1980, p. 71).

fecundadas) já que a fecundidade não depende só da fertilidade da mulher, mas também das condições de seu parceiro sexual e das normas culturais que regulam a união.

Entre os fatores que afetam a fertilidade da mulher se destacam a constituição física da mulher, sua idade, problemas de saúde e desnutrição, componentes emocionais ou psíquicos e a compatibilidade das células germinais entre o homem e a mulher. A fecundidade, por outro lado não se restringe somente a fatores biológicos. Alterações nos costumes e valores, nível de renda, instrução, religião, raça, dentre muitos outros fatores afetam a fecundidade. Até a política tem sobrepujado a ciência, na medida em que a primeira tem buscado medidas eficientes para alterar a dinâmica da população. A fecundidade é, portanto, um fenômeno social e histórico onde os processos econômicos, políticos e culturais responsáveis pela dialética da manutenção-transformação das sociedades pressupõem, em última instância, através da fecundidade, a substituição física de seus membros através do tempo (OLIVEIRA; SZMRECSÁNYI, 1980).

Por não se restringir a um fenômeno essencialmente biológico, diversas teorias têm se desenvolvido na comunidade científica no sentido de explicar as causas sociais da fecundidade. Historicamente os estudos sobre fecundidade abarcam três etapas básicas, resumidas aqui de Oliveira e Szmrecsányi (1980, p. 188-200):

A primeira etapa abarca a maior parte do século XIX e corresponde à controvérsia em torno da obra de Malthus e do grande prestígio das ciências físico-naturais na época. A publicação do primeiro ensaio de Malthus em 1798 é considerada o ponto de partida do conhecimento teórico-sistemático sobre população.

O princípio geral dessa teoria é o de que a dinâmica populacional (e, através desta, a disponibilidade social de mão-de-obra) é eminentemente determinada por forças naturais, pois se constitui na adequação entre a tendência constante ao máximo biológico de nascimento e a impossibilidade de obter-se da terra, de forma contínua, uma produção de alimentos equivalentemente ampliada⁶. Ao longo do século XIX, a crítica em torno da teoria malthusiana se faz sentir por diversos teóricos, que mesmo sem abandonar uma postura biológica, utilizaram inúmeros pressupostos sociais de explicação para as variações da fecundidade. Em 1817, David Ricardo, por exemplo, coloca a possibilidade de condicionamento social dos nascimentos ao sugerir que o melhor seguro contra a superpopulação seria o estímulo ao gosto por confortos e divertimentos entre as classes trabalhadoras; em 1836 Augustos Moreton sugere a possibilidade de ascensão social às

⁶ Malthus não ignorou a influencia social sobre a fecundidade, ou seja, que a concepção essencialmente biológica desse fenômeno é infundada, apesar de não se preocupar em reformular sua idéia original.

classes menos favorecidas como fator limitante da fecundidade. Para Thomas Doubleday (1853) apud Oliveira e Szmrecsányi (1980), as variações de fecundidade refletem variações de fertilidade decorrentes do tipo de alimentação e do modo de vida mais árduo ou mais confortável, sendo menor a fecundidade com a melhoria dessas condições; e em 1894 August Bebel argumenta que a reorganização mais igualitária da sociedade promove a mudança de status da mulher afetando a fecundidade.

Por outro lado, a literatura aponta que a crítica mais radical às idéias de Malthus provém de Marx que mesmo sem desenvolver as sugestões que lança sobre o modo de conformação social da fecundidade, afirma a existência de leis de população específicas a cada modo histórico de produção, sendo que suas tendências e seu sentido social podem diferir no tempo e no espaço. Marx aponta diferenças de fecundidade entre as classes como resultado principalmente das condições de trabalho de cada grupo social, subordinando também a essa lógica todo o processo da dinâmica populacional.

Na segunda etapa das análises teóricas sobre a fecundidade, que se desenvolvem a partir do final do século XIX, os pressupostos biológicos dão lugar a hipóteses sócio-culturais de explicação do fenômeno. Reconhecidas as diferenças históricas, espaciais e sociais da fecundidade, as investigações concentram esforços nas razões que conduziriam as pessoas a controlar deliberadamente sua reprodução.

Nesse sentido, de acordo com a reorientação das perspectivas a partir do primeiro quartel do século XX

O declínio e os diferenciais socioeconômicos da fecundidade passam a ser vistos como resultado de mudanças ideológicas que atingem a motivação relativa à reprodução: novos valores sociais impulsionam novas atitudes para com o bem-estar pessoal ou dos filhos, incompatíveis com a prole numerosa. Essa mudança de atitudes teria origem nos setores sociais mais altos e terminaria por generalizar-se em toda a sociedade (OLIVEIRA; SZMRECSÁNYI, 1980, p. 194-195).

A partir dessas premissas, novas abordagens passaram a integrar as discussões sobre os determinantes e as conseqüências do declínio da fecundidade como: a industrialização e a urbanização, as melhores condições de vida, efeitos da educação, cultura de massa, trabalho feminino, êxodo rural, etc. Na medida em que se afirmam a precedência de fatores sociais e econômicos como causas das mudanças na população, a teoria da *Transição demográfica* passa a ser considerada por muitos como o mais promissor avanço desde Malthus.

O estudo histórico das taxas de natalidade e de mortalidade, e das relações entre elas, revela que países específicos atravessaram estágios distintos de crescimento

demográfico⁷. Esses estágios ou fases são conhecidos como ciclo ou transição demográfica, que são mais bem compreendidos através de quatro estágios (Figura 1) (BRADFORD; KENT, 1987).

1) Fase pré-industrial: elevadas taxas de natalidade e de mortalidade e população estacionária ou em crescimento lento.

2) Fase industrial: início da fase de expansão, com natalidade elevada e mortalidade em declínio, provocando rápido aumento na taxa de crescimento populacional. A segunda fase pode ainda ser dividida em dois estágios: o primeiro de elevada natalidade e rápido declínio da mortalidade, e o segundo de natalidade e mortalidade em declínio.

3) Fase de consolidação da sociedade industrial: expansão continuada, onde a natalidade e a mortalidade decrescem.

4) Na quarta fase, a baixa taxa de natalidade e de mortalidade provoca uma taxa de crescimento estacionária.

Bradford e Kent (1987) recomendam ainda considerar uma quinta fase de declínio, como resultado de taxas de natalidade abaixo das taxas de mortalidade, provocando um crescimento negativo como foi o caso da França no período da Segunda Guerra Mundial.

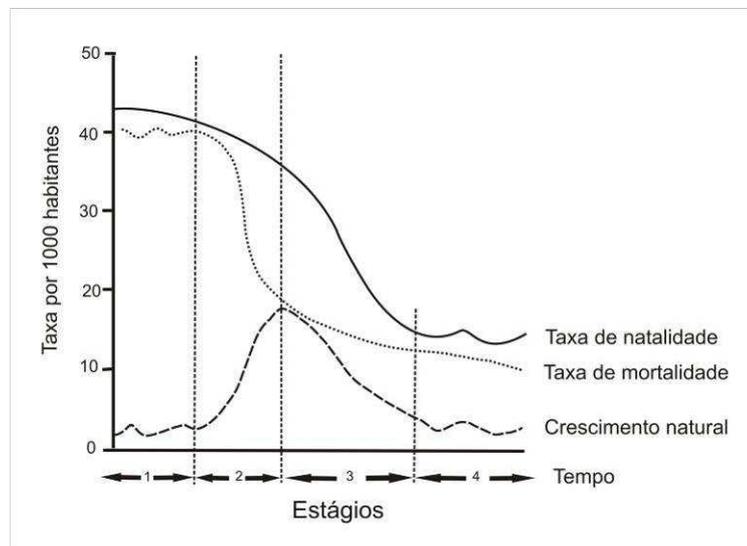


Figura 1 – Modelo de transição demográfica

Fonte: Adaptado de Bradford e Kent (1987, p. 228)

⁷ Enquanto a expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres, a natalidade representa a proporção de nascidos vivos sobre o total da população. Já a mortalidade, é definida como o número de óbitos, em determinada área geográfica e período e, interpreta-se como a esperança de vida que tem o indivíduo ao nascer (BERQUÓ, 1980; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b).

Quanto ao processo de transição demográfica brasileiro, destaca-se que desde o século XIX até meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade. A partir desse período, a evolução demográfica da população brasileira apresenta três etapas de transição demográfica⁸ (Figura 2) (BERQUÓ, 2001; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b). No entanto, Berquó adverte que os níveis e as tendências da mortalidade e da natalidade apresentaram, ao longo do século XX, variações sociais e regionais.

1) Na primeira etapa, entre 1940 e 1960, a população brasileira experimentou um aumento em seu ritmo de crescimento anual (de 2,39% ao ano, na década de 1940, para 2,99% na década de 1950). Essa transição deveu-se exclusivamente a um declínio na mortalidade, enquanto a natalidade se manteve constante no período. A queda nas taxas de mortalidade foi consequência da incorporação de políticas de saúde pública diante os avanços da medicina, particularmente os antibióticos recém descobertos na época e importados no pós-guerra.

2) Na segunda etapa, de 1960 a 1980, o ritmo anual de crescimento da população brasileira começou a desacelerar, passando de 2,89% na década de 1960 para 2,48% na década de 1970. Nesse período, a natalidade começou a declinar, enquanto a mortalidade continuou seu ritmo descendente anterior. O declínio nas taxas de natalidade coincide com o período que inicia a introdução e a paulatina difusão dos métodos anticoncepcionais orais no Brasil.

3) Na terceira etapa da transição demográfica brasileira (período de 1980 a 2000), a aceleração do ritmo e diminuição da taxa de natalidade, devido à propagação da esterilização feminina, continuou decisiva na redução do crescimento populacional do país, que atingiu 1,93% ao ano no final da década de 1980 e 1,64% ao ano entre 1991 e 2000.

A experiência brasileira pode ser comparada com os processos de transição demográfica vivenciados por grande parte dos países em desenvolvimento, particularmente os latino-americanos, fazendo emergir interpretações, algumas até mesmo polêmicas, sobre a participação do contingente populacional nos estágios e respectivas políticas de desenvolvimento econômico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 53).

A teoria da transição demográfica, ao tomar como base a experiência de países europeus, tem sido criticada por sua ambigüidade e generalidade, já que postula a aplicabilidade do modelo a toda e qualquer sociedade, conduzindo a interpretações incapazes

⁸ Berquó (2001) chama atenção para a qualidade dos censos de 1900 e de 1920 e a ausência do censo de 1930, tornando difícil a interpretação do ritmo de crescimento populacional do país nesse período.

de encobrir as evidências empíricas disponíveis em alguns países da própria Europa que conheceram uma queda na natalidade antes de seu desenvolvimento industrial.

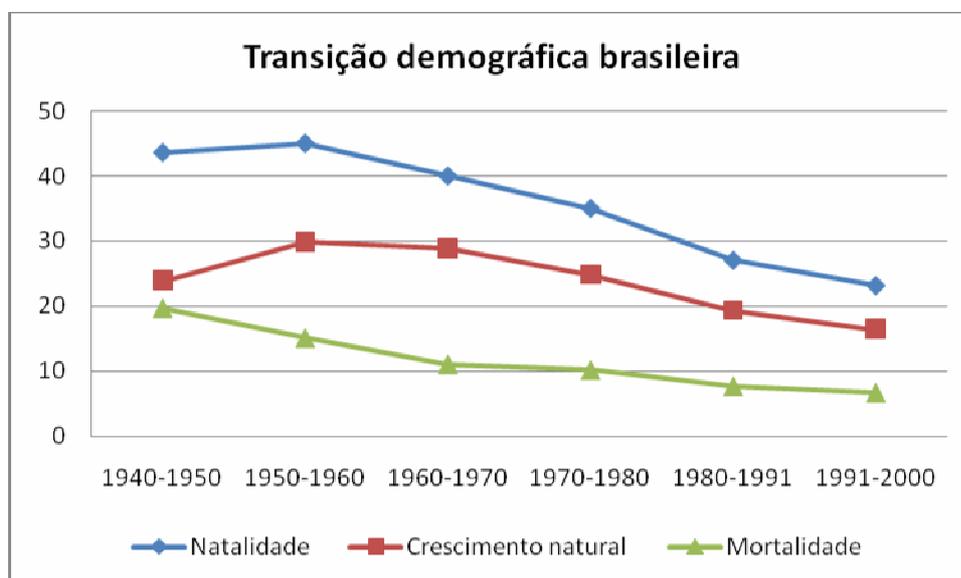


Figura 2 – Brasil: evolução das taxas brutas de natalidade (TBN) e mortalidade (TBM), por mil habitantes, 1940-2000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2003b, p. 54)

A transição demográfica, enquanto teoria vê a história como o domínio da racionalidade, modernização dos estilos de vida que acompanha a industrialização, envolvendo uma elevação individualista das aspirações sociais. Desse modo, se nos países desenvolvidos teria sido a melhoria nas condições de vida que proporcionou uma queda na fecundidade, nos subdesenvolvidos ter-se-ia que controlar a fecundidade para atingir a melhoria pretendida.

Após a Segunda Guerra Mundial, se inicia a *terceira etapa* de explicação da fecundidade. Nessa etapa a teorização cede lugar a poucos estudos empíricos, dada a proliferação de pesquisas sobre fecundidade nos países periféricos do capitalismo. A reorganização produtiva da economia mundial, a nova divisão internacional do trabalho, a industrialização em países subdesenvolvidos e o crescente aumento do exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos desses países, trouxeram como consequência o crescimento populacional, conduzindo a uma política de redução da fecundidade como meio de aliviar as tensões sociais remanescentes desse processo:

A preocupação com a redução das taxas de incremento da população, gerando a busca de meios de atuação sobre a fecundidade, torna extremamente tênue os limites entre o problema científico e o problema político. Nesse sentido, embora não se

abdique da investigação das causas do fenômeno, esse inquérito teórico fica ideologicamente barrado na medida em que pode colocar em questão as próprias razões do esforço da pesquisa (OLIVEIRA; SZMRECSÁNYI, 1980, p. 199).

Outro traço característico da fundamentação teórica dessa etapa, no que diz respeito aos esquemas analíticos que orientam os estudos empíricos sobre a fecundidade é a forma mais articulada e atualizada de expressão das idéias sobre a mudança sócio-cultural já contida nas explicações anteriores sobre a fecundidade, originando uma “nova” teoria da fecundidade. Trata-se da *Teoria da modernização*. Essa teoria procura explicar o processo de desenvolvimento social e econômico pela difusão de traços materiais e imateriais de cultura a partir dos países capitalistas mais avançados.

A teoria da modernização se define como a interpretação das transformações que ocorrem na passagem de uma sociedade dita tradicional para uma sociedade moderna. Esse tipo de formulação acaba por simplificar o processo histórico, identificando a sociedade urbano-industrial ao tipo empírico das sociedades capitalistas industriais. Segundo essa teoria, as sociedades agrárias são gradativamente rompidas pela difusão de modos de pensar e de agir a partir da intensificação da divisão do trabalho, da racionalização do poder do Estado e da perda de função da família, o que acabaria por resultar na emergência de um novo padrão de equilíbrio, a sociedade moderna.

Dada a grande diversidade de tendências porque tem passado os países subdesenvolvidos nos aspectos relativos ao comportamento reprodutivo, tem ressurgido nas últimas décadas um enorme interesse por parte da comunidade acadêmica em repensar essa questão. Dentro desse debate, tendências diversas são apresentadas como modelos a serem seguidos, onde os pesquisadores defrontam-se com o desafio de entender e explicar os processos e os mecanismos que levaram ao declínio da fecundidade nestes países.

Para outros autores incluindo Easterlin (apud SOARES; AGUIRRE, 2002; SIMÕES, 2006), a mudança de padrão de alta para baixa fecundidade estaria associada a um processo contínuo de modernização econômica e social, que vai se refletir na limitação do tamanho da família e mudanças do regime de fecundidade natural para um de controle por parte dos casais. A modernização promoveria alterações na personalidade humana, significando um crescimento pelo desejo de novas experiências e ambição pessoal, onde novos estilos de vida urbana substituiriam os custos da criação de um filho por bens materiais, conduzindo os casais ao uso de modernos métodos anticoncepcionais. Os custos e os benefícios por bens materiais em substituição aos filhos desempenhariam como consequência, papel importante no estabelecimento do tamanho da família.

Nesse sentido, Simões (2006) avança na análise argumentando que nos países de industrialização tardia, a urbanização trouxe repercussões diferenciadas temporalmente entre os distintos níveis espaciais, no tocante a novas demandas que vão surgindo, por bens e serviços, em decorrência da modernização da sociedade e que tendem a reduzir a demanda por filhos. No mesmo sentido Coale (apud SOARES; AGUIRRE, 2002) considera que o desenvolvimento econômico passa a ser considerado como condição suficiente, mas não necessária ao declínio da fecundidade. Para esse autor, com base nas análises da transição da fecundidade em países europeus, existem algumas pré-condições necessárias a todo esse processo. Soares e Aguirre (2002) concluem que Coale, ao perceber, com base na experiência dos países da Europa Ocidental, que a fecundidade havia declinado em momentos e contextos históricos, sociais e econômicos diferentes, abandona o pressuposto da necessidade de certo patamar de desenvolvimento para que a prática de limitação do tamanho da família aconteça, rompendo com a visão limitada da existência de uma relação mecânica e linear entre o crescimento urbano-industrial e a conseqüente redução da fecundidade.

De acordo com Oliveira e Szmrecsányi (1980), as pré-condições descritas por Coale são na realidade os três principais modelos de pesquisa sobre a fecundidade que se desenvolveram na teoria da modernização:

- *O modelo institucional* segundo o qual os determinantes da fecundidade são fatores institucionais, ou seja, têm a ver basicamente com a família, tanto em suas relações com a sociedade mais ampla quanto com a organização interna do grupo familiar;
- *O modelo motivacional* segundo o qual a queda da fecundidade depende fundamentalmente da adoção de métodos anticoncepcionais;
- *O modelo normativo* segundo o qual a chave da explicação se encontra nas relações entre a estrutura econômico-social e as normas (ética, religião etc.) relativas ao tamanho da família, dada a sua funcionalidade enquanto instituição social, o que conduz ao ideal da família pequena.

Para outros teóricos, os fatores ideais são mais importantes do que as mudanças estruturais na queda da fecundidade, ou seja, a difusão de novas idéias e os elementos de natureza cultural constitui o mecanismo chave da transformação do comportamento reprodutivo onde, novas normas e códigos de conduta reprodutiva podem ser incorporados por agentes sociais de tal sorte que a transição da fecundidade pode acontecer mesmo sob condições socioeconômicas diferentes (CLELAND; WILSON apud SOARES; AGUIRRE, 2002).

Para dar visibilidade ao papel desempenhado pela mulher no processo de transição da fecundidade, Goldani (apud SOARES; AGUIRRE, 2002) argumenta que as relações de gênero são indispensáveis nessa análise. Para esse autor, as questões de gênero interferem nas preferências reprodutivas dos casais, onde a fecundidade resultaria muito mais de um conflito de interesses entre o homem e a mulher do que de um consenso sobre o número de filhos que o casal gostaria de ter⁹.

Portanto, as vertentes teóricas analisadas, apesar de constituir um significativo avanço do conhecimento e das concepções interpretativas sobre o processo de transição da fecundidade (mudança no comportamento reprodutivo, caracterizado pelo declínio desse fenômeno), são incompletas e apresentam fragmentação em suas análises.

Nesse contexto, Simões (2006) argumenta que as análises que esses e outros autores fornecem sobre os fatores que levaram à redução do tamanho da família são insuficientes para explicar o processo que vem ocorrendo nos países subdesenvolvidos e, buscando uma solução, Soares e Aguirre (2002, p. 17) propõem as redes sociais como elemento integrador das teorias expostas: “o empenho integrador deve contemplar elementos que tornem possível a articulação do que ocorre na esfera micro – no campo da microfísica do poder, onde as relações de gênero estão ocorrendo – com as estruturas sociais”.

Existe aqui um debate relevante que envolve a leitura da fecundidade como um fenômeno que não pode ser considerado estritamente político-institucional, econômico, social, cultural ou biológico. Nesse contexto, apesar das dificuldades de integrar de forma coesa essas múltiplas dimensões, a fecundidade deve-se conceber numa perspectiva integradora entre as diferentes lógicas da sociedade. O comportamento reprodutivo, analisado dessa forma, poderia desempenhar um papel diferenciado em cada segmento social.

Nesse contexto, fica clara a necessidade de considerar duas características básicas da fecundidade: em primeiro lugar seu caráter econômico no jogo entre os macro poderes políticos institucionalizados e os micro poderes, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; e em segundo lugar, seu caráter integrador, tendo no Estado o papel de gestor das políticas de regulação da fecundidade e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta, capaz de reconhecer e de tratar a fecundidade em todas as suas múltiplas dimensões.

⁹ A transição demográfica é acompanhada pela transformação de outros elementos demográficos, incluindo a queda dos níveis de fecundidade e novos padrões de mortalidade, que refletem os efeitos das modificações na estrutura social ou no sistema de valores dos indivíduos, de forma a modificar o comportamento reprodutivo (SAWYER, D. O., 1980).

A fecundidade se define, antes de tudo, no contexto histórico das relações sociais e da organização produtiva em que esta ou aquela sociedade está inserida. Portanto, em virtude da complexidade desse fenômeno e dos vários discursos teóricos que se debruçam sobre o tema, que postura metodológica assumir? Com base nos procedimentos arrolados, principalmente por Soares e Aguirre (2002), sugere-se a articulação entre os diversos paradigmas, que possibilite relacionar diversas dimensões (material, institucional, simbólico etc.) da vida em sociedade.

2.2 TURISMO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA, QUAL É A RELAÇÃO?

A literatura disponível sobre a relação turismo-dinâmica demográfica é limitada, e muito mais ainda ao abordar a relação turismo-fecundidade. Os estudos centram sua análise preferencialmente na relação turismo-migração, ainda que mesmo de forma restrita, tocam de maneira indireta reflexos desse fenômeno na fecundidade ou na dinâmica demográfica em geral. Metodologicamente parte-se da análise de alguns estudos de caso, para posteriormente tentar algumas generalizações ao respeito que nortearão o trabalho específico de Salinópolis.

O estudo de Neves e Rezende (2006) faz uma análise socioeconômica e demográfica do município de Diamantina (MG) a partir da transição da atividade mineradora para as atividades relacionadas ao turismo e à educação, a partir da década de 1990, propondo estratégias de políticas públicas adequando o turismo à realidade local.

Conforme as autoras, as mudanças em Diamantina obedecem à troca de paradigma da modernidade para a pós-modernidade, ou seja, “do esgotamento do capitalismo enquanto processo civilizatório, no qual está em jogo uma transformação tanto no campo epistemológico como no plano da organização da sociedade” (NEVES; REZENDE, 2006, p. 3). Nesses termos, a partir dos anos de 1980, começa a haver uma desaceleração na extração do diamante em Diamantina, passando o turismo a desempenhar cada vez mais importância na economia local, devido aos atrativos naturais, históricos, culturais e educacionais com que conta o município. Em termos educacionais, o município conta com diversas instituições de ensino superior que vêm se expandindo na cidade desde o governo Juscelino Kubitschek. Essas mudanças geraram também mudanças demográficas significativas no município, destacando o expressivo êxodo da população rural e uma tendência à estagnação do crescimento populacional total do município.

A dinâmica demográfica recente em Diamantina mostra mudanças significativas no ritmo de crescimento populacional do município, manifestadas no elevado êxodo rural,

explicado pelo esgotamento da atividade mineradora que levou garimpeiros e comerciantes do setor a emigrar em busca de outros garimpos, fazendo com que alguns povoados simplesmente desaparecessem (NEVES; REZENDE, 2006). Também o ritmo reduzido de crescimento anual da população urbana nos anos de 1990 (que passou de 2,45% nos anos de 1980 para 0,98% nos anos de 1990), indica, segundo as autoras, a baixa capacidade de retenção de seus habitantes, bem como de atração de população dos municípios vizinhos. Tal fato é consequência da estagnação econômica da mineração e do baixo dinamismo econômico da atividade turística que, encontra-se ainda em fase de consolidação como alternativa de geração de renda e emprego para a população de Diamantina. A contribuição de Singer é importante neste aspecto ao analisar que “o desenvolvimento não somente transforma a estrutura econômica como também ocasiona mudanças profundas na estrutura social. Novas classes sociais surgem ao passo que outras mais antigas, se atrofiam” (SINGER, 1980b, p. 239).

No que se refere ao crescimento demográfico no período recente segundo os onze distritos de Diamantina, excetuando a sede municipal, as taxas negativas de crescimento mais expressivas, em torno de -3,0% ao ano correspondem aos distritos de maior porte populacional.

É notável a mudança na estrutura etária do município, caracterizada pelo estreitamento da base da pirâmide em decorrência do significativo declínio no nível de fecundidade, que passou de 4,6 filhos por mulher, em 1991, para 2,6 filhos por mulher no ano 2000. A TFT do estado de Minas Gerais passou de 2,69 filhos por mulher, em 1991, para 2,23 filhos por mulher em 2000. O estreitamento dos grupos das faixas etárias 20 a 34 anos, em 2000, poderia estar associado à seletividade migratória nestas idades.

A taxa de dependência¹⁰ da população de Diamantina no período de 1991 a 2000, também foi reduzida em função da redução na proporção da população infanto-juvenil, mesmo apresentando queda da mortalidade infantil e um pequeno aumento na esperança de vida ao nascer¹¹ no mesmo período. Este panorama é favorável ao município, pois quanto maior a diminuição da taxa de dependência, maior será a oportunidade demográfica de acelerar o desenvolvimento, caso sejam implementadas políticas adequadas (NEVES; REZENDE, 2006).

¹⁰ Quociente entre a população dependente (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a).

¹¹ Esperança de vida ao nascer é a tábua de sobrevivência de uma dada população pertencente a uma coorte hipotética, ou seja, é a média de anos de vida dos indivíduos a partir do nascimento (SANTOS, 1980).

Apesar do declínio da principal atividade econômica que deu nome ao município, os anos de 1990 trouxeram o crescimento da renda per capita média municipal e a redução da proporção de pobres, mesmo que o Índice de Gini¹² mostra um aumento na concentração de renda. Este panorama pode estar associado ao esgotamento do garimpo, que até um passado recente representou uma atividade que possibilitou ampla mobilidade social para a população diamantinense. O turismo, apesar de mobilizar uma série de outras atividades geradoras de renda, é uma atividade que concentra a renda em um extrato mais reduzido da população, que teve condições de se ajustar às demandas desta nova atividade econômica que vem sendo desenvolvida de maneira desordenada e com pouco planejamento. “Há pouca preparação do empresariado e da mão-de-obra [...], [onde] o carnaval, evento turístico de massa na cidade é encarado pelo empresariado como pouco lucrativo e pela população como degradador da cidade” (NEVES; REZENDE, 2006, p. 9).

Não por acaso, na problemática desenvolvida por Lima e Rodrigues (2006) em Porto Seguro (BA), Coriolano (2001) em Fortaleza (CE) e Gomes e Silva (2001) em Natal (RN), o processo de apropriação e consumo de espaços pelo turismo resulta da complexa relação de diferentes atores sociais, em suas diferentes escalas, onde as desigualdades sócio-espaciais e econômicas desses espaços é consequência do uso deste enquanto objeto de negócio e especulação, e não raiz da vida e das relações humanas.

Sendo o turismo uma atividade que envolve residentes e visitantes, cabe aqui uma contextualização entre o artigo de Neves e Rezende (2006) e a contribuição de Santos (2006). Santos argumenta que nas sociedades capitalistas, o espaço-tempo da produção é habitado por uma forma de poder, ou seja, o da dependência do mercado para a satisfação das necessidades. “O problema da saturação do mercado com que o capitalismo recorrentemente se confronta tem sido resolvido pelo desenvolvimento de novos produtos, pela abertura de novos mercados, pela promoção do consumo ligado à publicidade e ao crédito ao consumo” (SANTOS, 2006, p. 312).

O IDHm de Diamantina no período de 1991 a 2000, apresentou um crescimento aproximado de 11%, sendo a variável educação a que mais contribuiu para esse aumento, a qual apresentou um crescimento de 47,5%, contra 33,3% da renda e 18,9% da longevidade (NEVES; REZENDE, 2006).

Em Diamantina, em conclusão, o esgotamento da atividade mineradora vem ocasionando movimentos migratórios, mudança ocupacional de parte da população e

¹² “Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero), a perfeita igualdade, até 1 (um), a desigualdade máxima” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a).

esvaziamento de pequenas localidades. Durante a transição da atividade econômica, ocorreram mudanças substanciais na dinâmica demográfica do município:

O expressivo declínio em seus níveis de fecundidade, paralelamente ao aumento da emigração rural e, possivelmente, da urbana, representada pela população das idades ativas mais jovens, influenciou sobremaneira o ritmo de crescimento populacional do município, que nos últimos 25 anos manteve o tamanho de sua população estável. Tal mudança pode estar associada com a reestruturação econômica do município, que, em um primeiro momento, apresentava perspectivas menores de inserção da população ativa (NEVES; REZENDE, 2006, p. 16).

Em Diamantina apresenta-se a combinação de dois fatores determinantes das transformações em curso: o aumento do turismo, e a oferta de serviços educativos. As mudanças no comportamento reprodutivo pelas quais passa esse município podem ser entendidas, à luz da pós-modernidade, pelo regresso da análise de práticas sociais individuais e de sua interação com processos sociais mais globais, ou seja, a transição da atividade mineradora para as atividades vinculadas à educação e ao turismo pode ter contribuído para mudanças nos valores e dispositivos culturais que orientam a ação feminina e constituem sua subjetividade e seu novo papel na sociedade e na família e, portanto, seu comportamento reprodutivo.

Além dessas mudanças no comportamento reprodutivo, a queda das taxas de fecundidade pode estar relacionada à emigração de garimpeiros e comerciantes do setor, na faixa etária de 20 a 34 anos de idade, sugerindo, como consequência dessas migrações, um índice de masculinidade para a população diamantinense, principalmente entre as idades 20 a 34 anos, inferior do que 100%¹³. Nesse contexto, o equilíbrio entre os sexos nas diferentes faixas etárias da população é de extrema relevância para a formação das famílias.

O caso de Diamantina indica também uma relação entre queda da fecundidade e circunstâncias históricas, particularmente no que se refere ao desenvolvimento social e econômico. Segundo Wong (2000b), os indicadores educação, acesso a meios de comunicação de massa, além do uso de métodos anticoncepcionais, influenciam na aquisição de novos valores e propiciam um menor número de filhos. De qualquer forma, é preciso lembrar que o efeito do “desenvolvimento” sobre o comportamento reprodutivo leva tempo para se manifestar.

Com referência ao turismo e seu impacto na dinâmica demográfica em geral e na fecundidade em particular, diversos estudiosos concluem que um dos efeitos dessa prática é o

¹³ A medida mais comumente usada para refletir o equilíbrio dos sexos em uma população é a razão de sexo, definida como o número de homens correspondente para cada grupo de 100 mulheres (BERQUÓ, 1980).

adensamento populacional do lugar turístico (BRITO, 2004; YOUELL, 2002). Para Bacal e Miranda (2002, p. 68):

A emergência de um novo mercado de trabalho vai sustar a emigração dos jovens [...]. Por outro lado, certas funções da atividade turística exigem mão-de-obra tecnicamente qualificada não existente no contexto, o que obriga a **importar** esses elementos de centros mais desenvolvidos. Na fase das construções os desempregados das regiões circunvizinhas são atraídos pela oferta de empregos, e isto significa outro fator de aumento populacional.

No Brasil as infra-estruturas impulsionadas pelo turismo criam restrições à organização espacial, tornando seletivo o espaço do capital, de pessoas e na oferta de trabalho. Santos (2003, p. 201) adverte que “a introdução de inovações capitalistas em um país em desenvolvimento abre sua formação socioeconômica a influências externas e reforça sua dependência com relação ao modo de produção dominante”.

Nesse contexto, Lima e Rodrigues (2006), ao analisarem o tema turismo-dinâmica demográfica em Porto Seguro (BA), concluem que a intensificação do fenômeno turístico nesse município, que apresenta singularidades históricas e paisagísticas, se deu a partir de 1976, quando o município recebeu o título de Patrimônio Histórico Nacional. Desde então, Porto Seguro enfrentou um grande inchaço populacional e grandes desigualdades sociais, como o caso do bairro Baianão, que se originou de ocupações irregulares e fornece mão-de-obra barata e desqualificada para os empreendimentos turísticos, mas que a médio e longo prazo, geram um enorme problema social, descontentamento dos turistas, alto custo da atividade e conseqüente declínio do fluxo turístico.

O caso de Porto Seguro segue os argumentos teóricos de Leffèbvre, para quem “o espaço que vemos e vivemos é constantemente mutado, seja por ações naturais seja pela ação do homem e essa compreensão é fundamental para o entendimento das forças que causam enormes fenômenos demográficos” (GODOY apud LIMA; RODRIGUES, 2006, p. 3).

O turismo, que arrasta uma vasta gama de atividades relacionadas à prestação de serviços e com grande potencial para a geração de emprego e renda, sejam eles diretos ou indiretos, representa mais de 8% do Produto Interno Bruto do estado da Bahia (LIMA; RODRIGUES, 2006). Neste contexto, caso essa atividade venha sofrer uma queda em Porto Seguro, desestabilizaria toda a economia local, que é praticamente dependente do fluxo turístico.

A multiplicação das empresas de serviços turísticos ocorreu devido a inúmeros investimentos oriundos do setor público e privado com a intenção de desenvolver o turismo na região, mas acabou fazendo com que a população abandonasse as

atividades rentáveis às quais ela se dedicava, para engajar-se unicamente nos serviços turísticos (LIMA; RODRIGUES, 2006, p. 6).

Ao analisarem a produção do espaço em Porto Seguro a partir da atividade turística, Lima e Rodrigues (2006) marcam como conseqüências socioambientais desse processo no município, um expressivo adensamento populacional, a ampliação da malha urbana e a degradação de áreas como o mangue.

O bairro Baianão é uma área desprivilegiada de Porto Seguro, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, que surgiu em meio ao crescimento intenso da atividade turística, aliada à questão eleitoreira e estímulo à ocupação irregular de terras, pois com a pressão da valorização das áreas mais centrais e próximas à praia, a população autóctone (em geral pescadores) não conseguiu resistir e aos poucos foi vendendo seus terrenos e se afastando do centro da cidade.

Deste modo, a alternativa encontrada para a população que migrou para Porto Seguro, a partir da década de 1980, foi o loteamento de uma área a 6 km de distância do centro do município – supõe-se que esta seja a origem do bairro Baianão – e que, embora deixasse a desejar, para muitas famílias era a única opção, já que a maioria da população que lá se instalou era de baixa renda. Esta área serviu juntamente com o crescimento da atividade turística para impulsionar o movimento migratório em direção a Porto Seguro, principalmente do próprio estado da Bahia (LIMA; RODRIGUES, 2006).

Se por um lado o turismo produziu riquezas em Porto Seguro, ficando com a sétima colocação (referente ao ano 2000) na receita tributária do estado, por outro lado, com relação ao índice de desenvolvimento humano, o município amargou a centésima sexagésima quinta posição, decorrente fundamentalmente do expressivo desemprego existente no município (LIMA; RODRIGUES, 2006). Segundo os autores, dados de 2001 do IBGE mostravam que em 1996 a população total registrava 50.000 pessoas, enquanto o número de pessoal ocupado girava em torno de aproximadamente 7.200 pessoas.

Com relação ao desenvolvimento sócio-espacial, no Baianão a realidade é bem diferente daquela do centro da cidade, porém, para a maioria dos moradores do bairro, o turismo é uma atividade necessária tanto para os moradores do próprio bairro, como para a cidade, já que traz benefícios para a cidade, conforme declararam 92% dos entrevistados por Lima e Rodrigues (2006):

A população que reside nessa área tem uma origem de vida muito simples, a maioria estudou até o ensino fundamental e possui pouca estrutura para proporcionar aos filhos melhores condições de educação. As famílias costumam ser numerosas, em

sua maioria os pais tem um mínimo de três filhos, que também ajudam para aumentar a renda familiar, [ao mesmo tempo em que] diminuem seu potencial per capita. Muitos chefes de família não possuem emprego formalizado, e a renda familiar mensal mínima chega a um salário mínimo. Alguns deles sobrevivem de 'bicos' e, principalmente, do trabalho na alta temporada. Ou seja, durante o verão muitas pessoas residentes no Baianão montam barraquinhas na praia, vendem salgados, bijuterias, artesanato em geral (LIMA; RODRIGUES, 2006, p. 9).

Os resultados da pesquisa realizada por Lima e Rodrigues (2006) remetem às análises de Singer (1980a) quando aponta que como consequência da manutenção de taxas elevadas de fecundidade, diminui a taxa de participação da população na força de trabalho, porque aumentam os encargos de dependência dos que se acham engajados em trabalho produtivo, ampliando o consumo e conseqüentemente reduzindo a poupança, necessitando, nesse caso, de maiores investimentos (públicos e privados) em novos meios de produção. E acrescenta:

A mudança de atitude que passa a favorecer o ideal da família pequena exige certas condições prévias, tais como 'oportunidades de elevar os níveis reais de vida mediante esforço próprio, impedimentos à exploração econômica de crianças, possibilidades de posições melhores para os filhos, desde que freqüentem a escola, oportunidades de emprego remunerado para as mulheres, possibilidades de melhora da saúde por meio de saneamento e melhora da nutrição e dos métodos de cuidar das crianças etc.' (LORIMER apud SINGER, 1980a, p. 193).

Portanto, de acordo com Singer (1980a), a queda da fecundidade só se dará se a transformação econômica não se der à custa do trabalhador, já que a maior parte do encargo representado pelo crescimento populacional recai sobre as famílias, na forma de consumo per capita mais baixo.

Por outro lado, Lima e Rodrigues (2006) também detectaram que muitos dos moradores de Baianão não têm nenhum tipo de lazer; a maioria passa as horas de folga em casa, ou cuidando das crianças, ou assistindo à televisão, descansando da longa semana de trabalho. Eles não conhecem a própria cidade, e pior, se sentem como se não fossem parte dela, pois não vão às praias e ao centro, tanto por desinformação quanto pela falta de condições para custear o transporte.

O uso do tempo livre dos moradores de Baianão remete as reflexões de Friedman (CRUZ, 2001) no que se refere ao espaço-tempo da produção, no qual o tempo livre é considerado como tempo de não-trabalho, classificando as atividades de não-trabalho em quatro categorias: à base de necessidades econômicas; de obrigação social; de obrigação familiar; e recreativas e culturais. Portanto, tempo livre não é sinônimo de lazer. Para Cruz (2001), o uso do tempo livre depende da condição em que se encontra o trabalhador (física, socioeconômica e psicológica) e das oportunidades que lhe são oferecidas.

O tempo livre e o tempo de lazer constituem para grande parte da população de baixa renda, um tempo de atendimento de necessidades básicas, como as econômicas, sociais e familiares, onde as necessidades recreativas e culturais são fortemente limitadas por essas necessidades. “Isso, naturalmente, tem muito a ver com lazer turístico e com o acesso das populações a este” (CAMARGO apud CRUZ, 2001, p. 41).

Quanto à infra-estrutura básica, os autores observaram que contrariamente aos equipamentos existentes no bairro Baianão, próximo ao bairro, o condomínio fechado Outeiro da Glória é um exemplo de urbanização, com toda infra-estrutura necessária, policiamento, ruas pavimentadas e próximas à orla, mas “altamente prejudicial aos moradores do bairro Baianão, já que eles têm de trilhar um caminho muito mais longo a fim de chegar à praia, enquanto que o caminho passando pelo condomínio levaria apenas alguns minutos” (LIMA; RODRIGUES, 2006, p. 10).

A orla de Porto Seguro, também chamada Cidade Baixa, e que no passado foi colônia de pescadores, é onde se encontram produtos e serviços variados, além de hotéis, pousadas e residências de classe média e alta. A partir da década de 1990, a atividade turística se concentrou nas proximidades da Cidade Baixa, pela exuberância de suas praias, desencadeando um processo de desenvolvimento urbano, que contribuiu para o crescimento da infra-estrutura turística a fim de tornar a cidade mais receptiva aos seus visitantes.

A recente produção do espaço em Porto Seguro é fruto da atividade turística, o qual trouxe como conseqüência a segregação do espaço urbano, conforme os recursos e renda de seus habitantes, ou seja, aqueles que possuíam maiores possibilidades econômicas continuaram a residir próximo à Cidade Baixa, enquanto a população carente passou por um processo de exclusão social que a impeliu a uma área com pouca infra-estrutura urbana, desprivilegiada, conhecida como Baianão (LIMA; RODRIGUES, 2006). O Baianão é um loteamento recente que foi criado com o intuito de separar as populações de maior e menor renda, onde o principal objetivo é de afastar a população carente do fluxo intenso de turistas, que com isso vêem somente o que há de melhor em Porto Seguro.

O Nordeste que o turismo(ta) não vê. Esse é o título do artigo de Cruz (2002), quem afirma que as políticas regionais de turismo no Nordeste desconsideram as especificidades locais das inúmeras localidades por elas diretamente atingidas (como o caso de Porto Seguro), ou seja, ao seguirem um modelo internacional de urbanização turística do litoral, concentram os equipamentos e forçam a segregação espacial de turistas e residentes.

Recentemente, entretanto, a atratividade turística em Porto Seguro tem sofrido certa decadência, pelo fato dessa atividade no município não ter ocorrido “de maneira

sustentável [e] sua urbanização turística não passou por nenhum tipo de planejamento incorporado às políticas públicas e seu desenvolvimento sofre impactos diretos e indiretos do turismo” (LIMA; RODRIGUES, 2006, p. 15).

Numa dimensão mais ampla, Moreira (1987) ao analisar a construção do espaço a partir dos estudos de geografia da população com base em elementos presentes na produção teórica de Marx, argumenta que no modo de produção capitalista, as leis da população são as leis da acumulação do capital, que se manifestam, sobretudo através da reprodução da força de trabalho e do exército industrial de reserva. O modo de produção capitalista ao separar ao nível da propriedade, meios de produção e força de trabalho, separa também a população em duas classes sociais opostas, a burguesia e o proletariado. O proletariado, ao vender sua força de trabalho no mercado, aliena o seu trabalho, os produtos de seu trabalho e sua própria reprodução demográfica.

O desenvolvimento desigual do capitalismo em sua mundialidade se traduz, portanto, em desenvolvimento demográfico desigual. Em cada espaço-temporalidade as dimensões demográficas (natalidade, mortalidade, migrações etc.) apresentam significado diferente. Dessa maneira, as diferenças de ordem natural-biológica, como a divisão etária e sexual, vão manifestar-se concretamente segundo se estejam inseridos nesta ou naquela classe social, desta ou daquela sociedade (MOREIRA, 1987).

O argumento de Moreira remete a Camargo (1980, p. 13) ao afirmar:

Se a análise do processo histórico concreto é indispensável para a compreensão da dinâmica demográfica da população, no caso do capitalismo algumas determinações gerais podem ser apontadas: uma ligada à própria natureza biológica e temporal da população, outra associada às peculiaridades do modo capitalista de produção.

E Damiani (1991, p. 56) complementa:

As particularidades históricas deveriam, então, adequar-se a uma estrutura de análise que fixaria certos elementos básicos de medida dos efeitos de população, e sua qualificação, que, por sua vez, criariam determinações quanto ao potencial de desenvolvimento dos diferentes espaços.

Nessa perspectiva, os municípios litorâneos brasileiros têm se transformado em espaços de grande valorização da atividade turística ao longo de seus processos históricos, o que tem provocado significativas transformações sócio-espaciais. Por exemplo, observa-se certa similaridade entre os municípios de Porto Seguro e Salinópolis, cujas sedes municipais, as duas de médio porte, encontram-se no litoral, e sofreram intensa transformação a partir do incremento da atividade turística, onde a população que vivia basicamente da pesca, passa a

encadear, juntamente com os novos moradores, novas atividades, intensificando o fenômeno urbano.

Nos dois municípios, os investimentos em infra-estrutura e a especulação imobiliária beneficiaram os residentes situados em condomínios de luxo próximos à praia, enquanto a população de baixa renda, seja local ou oriunda de municípios vizinhos e de outros Estados, se desloca para novos bairros periféricos, acentuando as contradições sócio-espaciais, repercutindo no modo de vida e dinâmica demográfica da população local.

Nesse sentido, Damiani (1991) chama atenção para o fato de que essa organização espacial, que retrata as formas de moradia e de vivência, o nível e a pertinência simbólica de seus ocupantes, bem como a evolução de sua rentabilidade e de emprego, já que a estrutura urbana de uma cidade reproduz a relação da classe trabalhadora com o espaço que ocupa, ou seja, o espaço de consumo, dos tipos de moradia, de lazer, sociocultural, de equipamentos etc.

Portanto, Porto Seguro e Salinópolis refletem o espaço socialmente produzido pela dinâmica da população, que reproduz as relações dominantes de produção, ou seja, espaço fragmentado, homogeneizado em mercadorias, hierarquicamente estruturado e segregado, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana. Assim, esses espaços não dependem apenas das relações de produção, mas abrangem outras dimensões como a política, a cultura, e o lazer. Sua produção possui a dimensão da totalidade que abarca o cotidiano.

Segundo Santos (2003), quando a evolução da formação socioeconômica é governada diretamente de fora, sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalecente não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. “A formação socioeconômica é realmente uma totalidade”. Sendo assim, as “formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas” (SANTOS, 2003, p. 202).

Nesse contexto, os artigos de Coriolano (2001) em Fortaleza (CE) e de Gomes e Silva (2001) em Natal (RN), enfatizam a presença de imigrantes enquanto empreendedores da atividade turística.

Coriolano (2001, p. 37), ao analisar a interface do turismo enquanto movimento migratório, com a demografia e a geografia em duas comunidades de Fortaleza (CE), conclui que “o turismo vem sendo uma das formas mais atuais de deslocamento populacional, concedendo especificidades ao fenômeno migratório e exigindo uma maior análise na elaboração dos conceitos de migração turística”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Gomes e Silva (2001) retratam as relações entre migrações, o papel do turismo como motor do crescimento econômico e a qualidade de vida na cidade de Natal (RN) no período de 1980

a 1999, procurando mostrar as características próprias das especificidades da migração em estudo.

Nesse sentido, Hogan (1998) levanta a hipótese de que, nos estudos sobre mobilidade e ambiente, deve ser incorporada uma nova dimensão que vai além dos estudos sobre migrações, ou seja, uma dimensão resultante de um novo quadro histórico onde as relações entre homem e natureza são qualitativamente diferentes.

É evidente que o mundo contemporâneo caracteriza-se por uma gama de movimentos diferenciados, que têm conseqüências importantes para a sociedade. É nesse sentido que para Coriolano (2001, p. 37) a nova ordem mundial tem modificado a intencionalidade das migrações que envolvem a atividade turística, ou seja, “o turismo, que originalmente gera movimentos migratórios temporários direcionados ao lazer, passou a atrair turistas transformados em moradores permanentes, direcionando-os ao trabalho vinculado ao setor”.

Sendo o turismo uma das atividades dinamizadoras da economia e de intensa mobilidade populacional nos estados da região Nordeste, é consenso entre diversos autores, que as cidades do litoral nordestino estão atraindo um fluxo migratório, de caráter não temporário, de outras regiões do país, notadamente do Sudeste, e até mesmo estrangeiros, mostrando a reestruturação das migrações no Brasil. É nesse sentido que Oliveira (2006, p. 8), ao fazer um *feedback* do processo histórico-estrutural das migrações no Brasil, argumenta que o modelo concentrador das atividades econômicas e de população nas regiões metropolitanas, começa a dar sinais de esgotamento nos anos de 1970, ou seja, os fatores de aglomeração que impulsionaram seu desenvolvimento como o exército industrial de reservas, a infra-estrutura urbana e o mercado consumidor “já não sobrepujavam as ditas deseconomias de aglomeração”, como o valor do solo, força de trabalho sindicalizada, poluição, violência etc.

Com isso, atividades produtivas como o turismo, por exemplo, começam a buscar novas localizações, dando início a uma nova dinamicidade nas migrações internas, tanto na economia como em sua dimensão social, uma vez que o fenômeno apresentou fortes rebatimentos espaciais, redesenhando espaços rurais e urbanos, e que passa a integrar correntes migratórias importantes a partir da década de 1980, fazendo com que esses espaços experimentassem elevadas taxas de crescimento populacional (BRITO, 2004; LIMA; RODRIGUES, 2006).

Brito e Carvalho (2006), ao analisarem os resultados referentes às tendências das migrações internas no Brasil a partir dos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNAD, detectaram nos dados relativos a São Paulo, que este estado, tem recentemente apresentado

um conjunto de peculiaridades econômicas e sociais que fazem dele o maior fornecedor de emigrantes para outros estados do Brasil, onde dados de 1999 e 2004 mostram que 49% desses emigrantes tiveram como destino os estados do Nordeste, apesar de serem constituídos majoritariamente de migrantes de retorno dada a crise econômica e social da década de 1980. Por outro lado, não se pode desconsiderar, acrescentam os autores, que estão ocorrendo mudanças sociais e econômicas nos estados de nascimento. A exemplo das considerações de Brito e Carvalho (2006), pode-se considerar o rápido crescimento das atividades ligadas ao turismo que, provavelmente, estejam atraindo tanto os retornados como aqueles descritos por Coriolano e Gomes e Silva, ou seja, turistas transformados em moradores permanentes e em empresários vinculados ao setor, dada a degradação da qualidade de vida nas grandes regiões metropolitanas.

Há de se considerar, portanto, que a dispersão da população reflete o aumento do desemprego e a precarização do trabalho nos grandes centros metropolitanos, além de traduzir o surgimento de novas opções para um grande número de trabalhadores não mais dispostos a se engajarem no emprego urbano-industrial formal, em que teriam que “contabilizar elevados custos de transportes e moradia [...]. Deve-se ressaltar também a crescente importância dos fatores não-econômicos, relacionados à qualidade de vida e ao bem-estar, cada vez mais decisivos no processo de dispersão populacional” (MATOS apud SATHLER; MIRANDA, 2006, p. 4).

Coriolano (2001) e Gomes e Silva (2001) observaram também que tanto Fortaleza como Natal, tem se constituído em pólos de atração de população proveniente principalmente de classe média, de faixa etária jovem, com elevado grau de escolaridade e, em muitos casos, possuindo condições necessárias à sua reprodução econômica e, portanto, de montar seu próprio negócio.

Se a migração no Brasil tem sido tradicionalmente de pessoas pobres que migram em busca da sobrevivência, o atual momento da história revela outra realidade. A intensa movimentação de pessoas, no país, está contribuindo para que novas formas de mobilidade, novos direcionamentos, novas trajetórias de migrantes se façam presentes no cenário da migração (GOMES; SILVA, 2001).

Vale ressaltar que, atualmente, a mobilidade da força de trabalho, além de se dirigir para a periferia dos grandes centros metropolitanos, também se dirige para as periferias dos centros urbanos médios e que a partir dos anos 1980, evidencia-se a importância que assumem os movimentos migratórios intra-estaduais (LIMA; RODRIGUES, 2006).

Coriolano e Gomes e Silva, ao retratarem a histórica repulsão populacional dos nordestinos por conta da pobreza e da seca, argumentam que a região tem hoje no turismo – diante da beleza cênica formada pelo conjunto de componentes da morfologia costeira –, um de seus fatores de atuação.

Neste sentido, além da beleza das paisagens litorâneas, as possibilidades de crescimento econômico, os incentivos fiscais, as facilidades técnicas, informacionais, derivadas do processo de globalização, fazem com que turistas se transformem em moradores fixos, passando a explorar serviços turísticos como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, franquias etc. Assim, a projeção do Nordeste se dá através de um cenário turístico difundido por seus governantes, apoiado por um poderoso marketing, tanto que nos anos de 1980 e 1990, a região recebeu alguns projetos urbano-turísticos além de outros que estão sendo implantados, fazendo com que essa atividade passasse a se destacar como uma grande fonte de renda para a região. É nesse contexto que Fortaleza e Natal se integram ao novo momento pelo qual passa o Nordeste brasileiro (CORIOLANO, 2001).

Teoricamente, segundo Salim (1992, p. 124), o modelo neoclássico de análise das migrações, que “pressupõe o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas”, não se sustenta no mundo contemporâneo. Salim, ao refletir a variável migração sob o modo de produção capitalista, argumenta que a mobilidade da força de trabalho está diretamente ligada à acumulação do capital, como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, é uma estratégia capitalista de mobilização do trabalho submetido à mobilidade do capital e das condições de mercado, facilitando o fluxo de levas de trabalhadores desqualificados. Enfim, acrescenta o autor que o excedente populacional enquanto reserva da força de trabalho tende a ampliar-se com o processo de acumulação. Ouriques (2005), por sua vez, chama também atenção para o fato de que no Brasil, a ideologia do turismo, ao tentar vender a imagem do país fundamentada nas idéias de um **paraíso natural** (grifo do autor), reproduz a histórica exploração da força de trabalho e o uso e apropriação da natureza por parte do capital.

O trabalho de Coriolano (2001) é desenvolvido a partir do conceito de território, onde se busca apreender o contexto econômico e político que levou duas comunidades – Canoa Quebrada e Jericoacoara – de Fortaleza a serem consideradas praias internacionalizadas, sobretudo pela diversidade de estrangeiros que ali residem e exploram os serviços turísticos, imprimindo a esses territórios turistificados marcas de suas culturas.

Fortaleza é uma cidade de migrantes, onde mais da metade de sua população nasceu na zona rural e, nesta nova fase de modernização, onde o espaço ganha novos

significados, novas dimensões e novas estruturas, a cidade tem aberto seu mercado e seu território às transnacionais, aumentando também o número de migrantes estrangeiros. Portanto, é no contexto da globalização, da mídia internacional e do marketing, que Canoa Quebrada e Jericoacoara passaram a ser inseridas no turismo internacional a partir da década de 1980:

São turistas estrangeiros ou mesmo do Sul e Sudeste do país que, submetidos às forças de atratividade do lugar, resolveram voltar e se fixar no território cearense, após descobrirem as potencialidades e as possibilidades de exploração da atividade turística ociosa, indicando grandes margens de lucros (CORIOLANO, 2001, p. 44).

Para Coriolano (2001), esse tipo de migração está apoiada na flexibilização produtiva e nos padrões de consumo, caracterizando-se, portanto, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e novos mercados (HARVEY, 2005). Dado que essa flexibilidade fez crescer o setor de serviços, este fato vem privilegiando o turismo, que faz proliferar novos serviços como transporte, construção civil, dentre outros.

É nesse contexto que a chegada de imigrantes em Canoa Quebrada e Jericoacoara fez surgir novas territorialidades, tanto para os nativos como para os novos moradores, “territorialidade entendida como o conjunto de práticas sociais [e culturais], vividas nesse território”. Canoa Quebrada e Jericoacoara, até a década de 1970, formavam núcleos de pescadores isolados do mundo, e hoje, migrantes e nativos disputam o mesmo território, onde as culturas são mescladas e modificadas, surgem novas tradições, outras são mantidas. “É assim que se vem produzindo as novas territorialidades no uso turístico do Ceará” (CORIOLANO, 2001, p. 48 e 55). Nesse sentido, Santos (2003) argumenta que no mesmo espaço-tempo, enquanto as atividades dos nativos na prestação de serviços são bastante reduzidas, os migrantes levam vantagem pelo fato de possuírem maiores informações, mais capitais e domínio das técnicas modernas.

O quadro teórico-conceitual de Santos (2006, p. 315) também é ilustrativo para a análise da relação turismo-comunidade local. Ao analisar o espaço-tempo da cidadania, entendido como “o conjunto por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras”, o autor desenvolve a idéia de que “as relações sociais que constituem este espaço-tempo geram uma forma de poder”, que ele designa por “diferenciação desigual e que produz desigualdades, tanto no interior do grupo ou comunidade, como nas relações inter-grupais ou inter-comunitárias”.

Sendo as praias espaços de lazer e de contemplação, tem se destacado nas cidades do litoral nordestino a urbanização para fins turísticos, baseado no binômio "Sol e Mar", que privilegiam os bairros litorâneos dessas cidades, recebendo os maiores incentivos públicos e privados. Em Natal, Gomes e Silva (2001) destacam que desde a década de 1980, essa cidade vem apresentando mudanças em sua paisagem, com melhorias na malha viária, bem como a proliferação de diversos estabelecimentos ligados ao setor turístico.

Esse fato fez do bairro Ponta Negra, onde os investimentos relacionados ao turismo estão mais presentes e visíveis, com reflexos espaciais marcantes e de preferência como lugar de moradia para muitos migrantes, ser escolhido como área específica do estudo de Gomes e Silva, e os proprietários de pousadas, bares, restaurantes e ex-barraqueiros (por serem migrantes, e porque mesmo sem as barracas, muitos continuam a trabalhar na praia), como interlocutores da pesquisa.

Na opinião de Gomes e Silva, os migrantes vêm contribuindo para que o turismo, na atualidade, modifique as feições paisagísticas da cidade de Natal, (re)criando estilos de vida e relações com o espaço de vivência. Migrantes por opção, essas pessoas de nível social diferente dos retirantes, têm acesso a bens materiais, culturais, à educação e a uma atividade profissional que lhes garantem alternativas para introduzir-se no novo lugar e, ao adotar o bairro Ponta Negra como espaço de vivência, tornaram-se pequenos empresários do turismo enquanto donos de bares, pousadas, restaurantes e similares. O tipo de migração investigada revela os anseios e sentimentos de uma população que, vivendo sob pressão da grande cidade e tendo melhores condições financeiras, pôde escolher além de um lugar para morar, trabalhar numa atividade que lhes garanta não apenas rendimentos financeiros, mas prazer (GOMES; SILVA, 2001).

As justificativas dos interlocutores para o processo de saída do núcleo de suas relações sociais e a construção de outras no lugar atual convergiram para um ponto: todos aspiravam uma melhor qualidade de vida, que em suas concepções significa uma vida tranqüila, longe da poluição e da violência das grandes cidades. Nesse sentido, Hogan (1998) observa o fato de que as alterações ambientais (físicas, econômicas, sociais e culturais) provocadas pelas atividades humanas, trazem entre suas conseqüências, a mobilidade da população.

Portanto, a motivação para que esses migrantes passassem a morar nesses lugares, é o belo, o diferente, o domínio dos prazeres. Nesse sentido, paisagens que têm como ingredientes, sol, céu e água, são aquelas que apresentam ritmo e estilo de vida diferentes do ambiente de trabalho urbano, o que contribui para que sejam as mais procuradas pelos turistas

na atualidade através do marketing e dos meios de comunicação. E assim, muitos acabam voltando para morar, cultuando a idéia de que o contato com a natureza lhes proporcionará uma vida mais saudável (CORIOLANO, 2001).

Coriolano (2001) e Gomes e Silva (2001) se expressam no mesmo sentido de Youell (2002), que analisa os determinantes motivadores da demanda turística sob dois aspectos: as influências psicológicas exercidas pelas agências de viagem e turismo através da pesquisa de marketing; e através da aplicação da teoria motivacional de Maslow à motivação dos turistas para viajar. Da base para o topo da pirâmide, Maslow (apud YOUELL, 2002) classifica em cinco níveis as necessidades que um indivíduo procura satisfazer: fisiológicas (abrigo, água, comida etc.), segurança, sociais (classificadas como relacionamento íntimo e amor), auto-estima e a auto-realização ou satisfação pessoal. Ao desenvolver uma hierarquia das necessidades individuais, Maslow coloca no topo da pirâmide a auto-realização, ou seja, a satisfação pessoal dos migrantes-empresários do turismo caracterizados na pesquisa de Coriolano e Gomes e Silva.

Gomes e Silva (2001) argumentam que o rápido processo de urbanização que o Brasil conheceu, notadamente nos anos de 1960 e 1970 aliados à crise econômica que assolou o país desde o início dos anos de 1980, contribuiu para que as cidades apresentassem uma série de problemas - o déficit habitacional, poluição, desemprego, carência de infra-estrutura urbana (saneamento básico, coleta de lixo, transporte coletivo, telefonia etc.), que influenciaram a deterioração das condições de vida. Como consequência, houve aumento da pobreza, da violência e os conflitos sociais tornaram-se ainda mais frequentes nesses lugares.

Os problemas e as consequências acima apresentadas, principalmente pelas metrópoles, comprometeram sensivelmente a vida dos seus moradores, influenciando negativamente na vida do próprio homem, tanto no âmbito individual como coletivo:

Apesar do avanço tecnológico, convivemos com um paradoxo: o coletivo humano nunca foi tão insatisfeito, tão infeliz, pois vivemos numa sociedade marcada pelo trabalho organizado, sinônimo, ainda, de sofrimento, obrigação, praticamente sem sentido próprio. Por outro lado, as exigências do processo de consumo têm levado o homem a produzir trabalho em quantidade, em detrimento da qualidade, o que o deixa mais insatisfeito. Nas metrópoles, a situação é ainda mais grave, pois, o 'colorido da vida' se traduz, cada vez mais, na exatidão calculista da vida prática (PATRÍCIO apud GOMES; SILVA, 2001, p. 9).

“Toda esta realidade está contribuindo para o que muitos chamam de a doença do século: o estresse” (GOMES; SILVA, 2001, p. 9). Vale ressaltar que o estresse é um indicador de natureza social que está associado a fatores introduzidos pelo estilo de vida adotado nos

grandes centros urbanos e que conduz a hábitos sedentários e por significativas modificações no perfil de doenças acometidas pela população.

Nesse sentido, observa-se que tanto Coriolano como Gomes e Silva contextualizam esse tipo de migração com o fator ambiental, tanto na área de origem como de destino e, de acordo com as análises de Hogan (1998, p. 482-483), os problemas ambientais que ameaçam uma vida mais saudável nas aglomerações urbanas, estão sendo “encarados como tendo chegado a um nível capaz de interferir nos processos de distribuição populacional”. A questão ambiental corresponde na atualidade, “como um fator a mais a ser considerado na análise” da relação entre mobilidade populacional e meio ambiente. Nesse sentido, o autor aponta estudos de problemas específicos que começam a surgir no Brasil, abrindo novas perspectivas de pesquisa que merecem ser ampliados, entre os que se destaca o desenvolvimento da atividade turística no litoral brasileiro, que trás, entre suas conseqüências a globalização cultural “às custas de uma degradação socioambiental em franca progressão”; e o conflito dos turistas, dos migrantes que vieram atender as demandas de serviços destes turistas e a população local, onde todos parecem perder: a população local – “o seu modo de vida tradicional; os migrantes – a tranqüilidade e a aproximação com a natureza que pensaram terem encontrado; os próprios turistas – a qualidade ambiental que os atraíram à região; e o ambiente” como patrimônio natural.

Acompanhando o raciocínio desses autores dá para concluir que a migração foi a saída encontrada por muitos para se contrapor à pontualidade, à calculabilidade e à exatidão da metrópole, ou seja, para resistir à idéia de viver num lugar que, em suas expectativas, desejos, necessidades, vontades, em seus esquemas de vida não lhes garantia um viver saudável e prazeroso. Para alcançar o que queriam, deixaram para trás os laços de sociabilidade existentes e partiram para outro lugar que lhes parecia adequado para reconstruí-los.

Nesse quadro, o lugar turístico parece ser “o antídoto dos males arraigados no ‘homem pós-moderno’, adquirindo a função de contrabalançar suas tendências ‘nefastas’ [...], ‘eterna luta do bem contra o mal’” (OURIQUES, 2005, p. 79). Ouriques (2005), ao fazer uma análise do turismo na periferia do capitalismo, argumenta que o turismo é uma máquina de reconstituição do capitalismo, ou seja, é uma atividade que se reproduz sob a lógica do capital, e como tal, também produz transformações na (re)produção da vida, impactando, portanto, o comportamento reprodutivo das mulheres nesses lugares.

A investigação sobre a produção científica existente sobre a relação turismo-dinâmica demográfica evidenciou a persistência no contexto das interpretações no que

concerne à relação turismo-mobilidade populacional e turismo-adensamento da população local.

Para ampliar os conhecimentos sobre o contexto do desenvolvimento do turismo e compreender a evolução da dinâmica demográfica nesse processo, se faz necessária uma análise a partir das mudanças nos padrões de fecundidade, ou seja, a busca de explicação das mudanças de comportamento reprodutivo da mulher residente no lugar turístico.

A expansão da atividade turística no Brasil se dá no contexto do controle capitalista sobre os modos de vida anterior, promovendo mudanças sociais significativas que influenciam de alguma forma a evolução da fecundidade. Esse fenômeno (a atividade turística) que se desenrola no tempo e apoiado pela mobilidade da força de trabalho, pela construção de infra-estruturas e ampliação do setor de serviços, desempenha um papel importante para a análise da dinâmica demográfica, e é nesse sentido que se pretende desvendar os elementos centrais que permitam compreender a relação turismo-fecundidade.

Em geral, apresenta-se um adensamento populacional no lugar turístico, porém, esse crescimento não resulta unicamente dos movimentos migratórios, ou seja, tanto os migrantes que passam a residir no lugar turístico (seja ele o indivíduo que vende sua força de trabalho e que tem sua reprodução baseada no salário, seja o empresário do turismo) como a população nativa, precisam satisfazer suas necessidades individuais, como lembra Maslow ao argumentar que “os indivíduos precisam satisfazer determinadas necessidades fisiológicas, como abrigo, calor, água e comida, e de segurança para só então passarem às necessidades de relacionamento íntimo e amor (sociais), auto-estima e finalmente auto-realização” (MASLOW apud YOUELL, 2002, p. 43). Se a motivação dos turistas apresentada por Youell converge para a hierarquia das necessidades apresentadas por Maslow, os padrões de fecundidade podem também estar direcionados para essas mesmas necessidades, já que é principalmente no âmbito das relações sociais e estima que vão se refletir os padrões de fecundidade do lugar turístico.

Nesse sentido, Plog (apud YOUELL, 2002, p. 44) ao tentar classificar o comportamento do turista e analisar as complexidades dos motivadores do turismo, entende que suas decisões são influenciadas por uma ampla variedade de fatores subjacentes, os quais são também fatores demográficos que têm particular importância na determinação dos padrões de fecundidade de uma dada sociedade:

- *Nível de instrução*: Esse fator tem um profundo efeito sobre os indivíduos, não apenas em relação à respectiva demanda turística, tendo em vista a ampla tendência da instrução de abrir a mente e estimular o desejo de viajar. Nesse sentido, uma das variáveis de natureza

sócio-econômica e cultural explicativa como determinante da fecundidade em países como o Brasil e identificada na literatura de análise demográfica, é a forte correlação inversa existente entre o nível de educação da mulher e a regulação da fecundidade. Realmente a educação tem profundo efeito nos indivíduos, tanto que as perspectivas é que com o aumento da escolaridade feminina, as mulheres tenderão a discernir quanto ao momento oportuno de contrair uma união conjugal e, conseqüentemente, escolher o número de filhos desejado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b; 2007a).

- *Etapa no ciclo da vida:* A demanda turística flutua em relação a uma ampla variedade de características do ciclo da vida, como idade, composição familiar e compromissos domésticos. Nesse sentido, o exame do comportamento reprodutivo das mulheres através da evolução diferenciada de suas taxas de fecundidade por grupos etários, associados a outras variáveis como instrução e renda possibilitam uma avaliação dos padrões reprodutivos, segundo ciclos de vida. Nessa perspectiva, “obtem-se importantes indicações acerca da transição da fecundidade, visto que padrões mais baixos ou mais elevados de fecundidade em determinadas idades” e grau de instrução “tendem a refletir valores, comportamentos e mudanças fundamentais para a trajetória da fecundidade em geral” (SIMÕES, 2006, p. 82). Alterações na estrutura etária da fecundidade criam uma janela de oportunidades que reflete uma diminuição na razão de dependência, que gera implicações na área do trabalho e busca de melhor qualidade de vida, que pode ser representada pelo lazer através do turismo.
- *Moda e modismo:* As destinações e os produtos turísticos entram e saem de moda. Este indicador pode influenciar na mudança de atitude sobre fecundidade e comportamento reprodutivo, a lei do planejamento familiar já institucionalizado no Brasil e que pode proporcionar aos casais e/ou à mulher a melhor opção de controle da fecundidade através da difusão de modernos métodos anticoncepcionais e a mídia, que desempenha um papel importante na promoção de mudanças sociais.
- *Mobilidade pessoal:* Ascensão financeira é uma motivação para a prática do turismo. Dentro desse contexto, Horta, Carvalho e Nogueira (2004) advertem que a renda per capita e as condições infra-estruturais em saneamento básico, a participação no mercado de consumo de bens duráveis, independente do grau de urbanização, são indicadores estruturais (socioeconômicos) diretamente relacionados ao nível de mensuração de desenvolvimento que afetam os diferenciais das taxas de fecundidade.

- *Residência urbana/rural*: Deslocamento de turistas por situação de domicílio, com destino para a cidade ou para o campo, de acordo com os objetivos individuais. Apesar de muitos autores evidenciarem um significativo diferencial nas taxas de fecundidade entre os espaços rural e urbano, Horta, Carvalho e Nogueira (2004), ao estudarem a evolução do comportamento reprodutivo da mulher brasileira entre 1991 e 2000 a nível municipal, detectaram que os diferenciais de fecundidade independem da situação domiciliar, ou seja, o que vai determinar níveis altos ou baixos da fecundidade são os indicadores de desenvolvimento humano.
- *Raça e sexo*: Ambientes culturais e estereótipos sociais podem influenciar a demanda turística. Segundo Gupta e Leite (2001) a cor da pele pode constituir-se num fator importante de análise nos diferenciais da fecundidade, desde que esteja associado com o acesso à saúde reprodutiva da mulher e a fatores socioeconômicos. Nesse contexto, os autores destacam a substancial desigualdade socioeconômica entre cor no Brasil.
- *Imagem do local*: O marketing e os meios de comunicação criam uma imagem favorável para a demanda turística. Faria (1989), ao estudar as políticas governamentais de benefícios previdenciários, de saúde, de crédito ao consumidor e de telecomunicações no período de 1960 a 1985, identificou que, embora essas políticas não tivessem sido formuladas no sentido da demanda por regulação da fecundidade, acabaram por ter efeitos sobre essa demanda e, conseqüentemente, sobre a redução da fecundidade. Gupta e Leite (2001, p. 26) também consideram a mídia como um dos fatores determinantes mais importantes que afetam a fecundidade: “Embora não exista evidencia de mensagens explícitas que encorajem as mulheres a limitar a gravidez, programas de televisão, especialmente as telenovelas brasileiras, disseminam imagens que podem ser interpretadas como defensoras da fecundidade reduzida.”

Segundo Youell (2002, p. 45) os fatores indicados acima como motivadores do turismo fazem parte de um mecanismo complexo e inter-relacionado que modela a motivação de um indivíduo para a demanda turística, e acrescenta que “a importância relativa de cada fator para um indivíduo mudará ao longo do tempo em resposta a influências internas e externas”. Para esse autor, a relação simbólica entre visitantes, comunidade local e o lugar turístico interagem entre si e criam os impactos econômicos, socioculturais, ambientais etc. O turismo, portanto, enquanto atividade capitalista se inscreve no contexto maior da transformação mercantil, ou seja, em todos os aspectos da vida social, incluindo a reprodução biológica da sociedade, ou seja, a fecundidade.

A partir da segunda metade do século XX, novos eventos sociais, populacionais, políticos e econômicos demarcaram um novo período na história contemporânea, com forte influência no sistema produtivo e cultural. Com a globalização, novos objetos geográficos são tomados para atender às novas exigências produtivas, com novas determinações técnico-operacionais, criadoras de novos comportamentos e novas temporalidades, e é nesse ambiente de constante inovação que a atividade turística se moderniza, com a nítida pressa em construir espaços integrados às novas condições de reprodução do capital.

Nesse contexto, fica claro, principalmente nos trabalhos realizados em Porto Seguro (BA), Fortaleza (CE) e Natal (RN) que as relações de produção da atividade turística se estabeleceram em condições pré-capitalistas, onde as menores condições infra-estruturais tornaram mais cômodas e menos dispendiosa a instalação de novos objetos, pois o Estado, em seus três níveis, entra como coadjuvante na implantação de infra-estruturas locais e regionais, ofertando subsídios e múltiplas benesses para atrair capital externo. Lima (2006), por exemplo, ao analisar a construção do espaço nordestino no contexto da globalização, argumenta que os governos desses estados, cujo território apresenta cenário atrativo para vender a idéia do turismo de massa:

Primeiro criaram as bases institucionais, depois definiram acordo com os organismos da ordem financeira internacional, como o Banco Mundial, submetendo-se às regras impostas, ordens definidas pelos grandes conglomerados que dominam o grande mercado do entretenimento, do transporte aéreo e da hospedagem (LIMA, 2006, p. 105).

Dessa forma, os governos dos estados nordestinos descortinaram as possibilidades de grandes investimentos na região, onde sol e praia seriam os atrativos principais. Essa foi uma das formas para que o Nordeste brasileiro entrasse “pouco a pouco, na nave planetária do século XXI” (LIMA, 2006, p. 105).

É lógico pensar que os investimentos implantados no lugar turístico impõem mudanças sócio-espaciais e normativas para o adequado funcionamento do novo sistema de objetos. O ambiente “não pode mais ser receptivo às tradições locais”, forçando “as pessoas a novo modo de vida, às vezes com bruscas substituições em seus ritmos, costumes, consumo etc.”, abrindo-se diversos tipos de mobilidade populacional e (re)arranjo espacial onde, como nos casos de Porto Seguro, Natal e Fortaleza, antigos núcleos populacionais de pescadores da franja litorânea foram exterminados por essas verticalidades criadas “para otimizar a operacionalidade das unidades produtivas integradas à produção globalizada” (LIMA, 2006, p. 106).

A expressão da globalização no turismo pode ser evidenciada, além do envolvimento de pessoas que viajam e promovem intercâmbios culturais e econômicos segundo Harvey (2005, p. 70), pelo desenvolvimento de atividades relacionadas aos serviços e que trouxe consigo a cultura da informação, onde os usos correntes do tecido urbano podem ser efêmeros, gerando formas não planejadas de projeto urbano e de formas arquitetônicas especializadas que podem variar dos espaços vernaculizados (genuíno da região) ao esplendor do espetáculo: “tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos [...]. Isso significa que a restauração de um tecido urbano mais antigo e a sua reabilitação para novos usos [...]”, como a atividade turística, por exemplo, “podem causar efeitos na vida diária”. Uma arquitetura urbana na mentalidade pós-moderna personificada por uma dupla codificação:

‘Uma tradicional popular que, tal como a língua falada, muda aos poucos, está cheia de clichês e se enraíza na vida familiar’ e uma moderna, cujas raízes estão numa ‘sociedade em rápida mudança, com suas novas tarefas funcionais [...], suas novas tecnologias e ideologias’, bem como uma arte e uma moda que não param de mudar (HARVEY, 2005, p. 83).

Persiste no lugar turístico a presença da população flutuante, dos migrantes e de todo o contexto que a envolve, influenciando os residentes locais principalmente os jovens, ao serem seduzidos pelos estilos e padrões de vida de seus visitantes e fazer florescer em si, novos padrões e comportamentos, inclusive de fecundidade. Youell (2002, p. 358), por exemplo, argumenta que a demanda por produtos e serviços turísticos está diretamente relacionada com as “mudanças na constituição da família, como o número cada vez maior de mães e pais solteiros e casais que preferem não ter filhos ou que optaram por tê-los mais tarde”.

Um dos impactos socioculturais mais visíveis da atividade turística é o chamado efeito de demonstração:

Termo atribuído ao produto da mistura de pessoas de culturas amplamente diferentes em ambientes turísticos, efeito esse mais evidente nos países periféricos [onde] os residentes procuram simular os valores e aspiram aos bens materiais de seus visitantes mais abastados, [dando] margem a uma mudança irreversível nos valores sociais e políticos por parte da comunidade local (YOUPELL, 2002, p. 235).

Nesse sentido, para Simões (2006, p. 20), alguns autores como Easterlin defendem que “a mudança de padrão de alta para baixa fecundidade estaria associada a um processo contínuo de modernização econômica”, como as variações na renda per capita, “e social”, a exemplo da educação, acesso aos meios de comunicação de massa, serviços de

saúde e de infra-estrutura urbana, “que vai se refletir na limitação do tamanho familiar dentro do casamento e mudança do regime de fecundidade natural para um controle por parte dos casais.” Para outros, entretanto, esse argumento deve ser relativizado considerando que a interação social constitui fator crítico nas mudanças do comportamento reprodutivo: “os indivíduos conversam entre si e observam-se mutuamente, ao fazer isso transmitem informação, crença e valores em matéria reprodutiva e, conseqüentemente, influem uns sobre os outros” de forma que essa influência circula pelas escalas, agregando nova dimensão causal à teoria da transição demográfica (BONGAART; WATKINS apud SOARES; AGUIRRE, 2002, p. 8).

Para Soares e Aguirre (2002, p. 8-9) a interação social é um processo que apresenta três aspectos importantes: “i) a troca de informações e idéias; ii) a avaliação conjunta do significado da informação e das idéias num contexto particular; e iii) a influência social que limita ou encoraja a ação”. Nesse contexto, as análises de Santos (2003, p. 2) sobre as políticas de planejamento regional, adotadas no mundo subdesenvolvido e seus reflexos na dinâmica da população, permitem entender o turismo como uma das atividades econômicas que integra o programa do planejamento capitalista para esses países diante da flexibilização produtiva, onde uma de suas características é a indiferenciação progressiva entre produção e reprodução, que conduz o indivíduo, fora do tempo de trabalho, à condutas elaboradas pelas empresas do prazer pessoal e do lazer. As redes interpessoais e de comunicação de massa, portanto, “funcionam como um meio psicológico que afeta a tomada de decisão pelas famílias ao número de filhos desejado” (SANTOS, 2003, p. 32), dado que o turista, em geral, tem à sua disposição uma rede de relações mais amplas e maior acesso aos meios de comunicação em relação à comunidade receptora, passando a ser objeto de imitação por essa comunidade que passa a sofrer mutações quanto aos seus valores, costumes e hábitos. Entretanto, Santos (2003) adverte que a decisão de adotar uma inovação pelo indivíduo, muitas vezes se baseia na avaliação que ele faz daquilo que seu grupo de referência pensa acerca dela, ou seja, indivíduos do mesmo ambiente na comunidade receptora de turistas não são igualmente afetados por uma dada mensagem, e podem oferecer resistência à adoção, dados os valores próprios de cada sociedade. Por outro lado, esse tipo de barreira pode ser flexibilizado com o tempo, diante da menor resistência às inovações materiais que a atividade turística pode proporcionar ao espaço doméstico.

Estruturas populacionais específicas, conformadas por processos demográficos interativos, são a um só tempo resultado de mudanças nas formas de conceber, nascer, viver e sobreviver de uma sociedade e condicionantes de novas

possibilidades e estilos de vida das diferentes camadas sociais (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005, p. 29).

Portanto, deve-se advertir que os valores adquiridos por uma dada sociedade dependem sempre da abertura ou resistência do grupo, e que os meios de comunicação penetram diariamente nos lares, agindo independentemente do turismo e que pode afetar/influenciar o comportamento reprodutivo dos casais. Aspectos socioeconômicos como a redução da mortalidade infantil, as relações de trabalho assalariado, aumento da escolarização e de rendimentos revela também uma sociedade em construção, capaz de transformar todo um sistema de condutas e valores, e o turismo acelerou esse processo em Salinópolis.

Grosso modo, as análises tributárias da teoria da modernização associada às transformações introduzidas pela ação social dos atores envolvidos na cultura do turismo como condicionantes da alteração de valores e desejos no contexto familiar podem dar conta das explicações de mudanças de comportamento reprodutivo em lugares turísticos. Como afirma Silva (2000, p. 2) “as transformações culturais ampliam os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres e abrem a perspectiva de um projeto profissional como parte de um projeto de vida”.

Em conclusão, as considerações teórico-conceituais que envolveram neste capítulo a relação turismo-dinâmica demográfica concentraram-se na análise dos principais conceitos que envolvem esse estudo: turismo, migração e fecundidade. Posteriormente, foram analisados alguns estudos de caso que remetem a essa relação.

A discussão das relações de mútua dependência entre população e desenvolvimento econômico, apesar de extremamente complexa, reflete uma preocupação, teórica e prática, bastante antiga, e têm atraído a atenção de pensadores e pesquisadores ao longo do tempo. No entanto, os diversos modelos desenvolvidos, apesar de trazerem alguma luz sobre os fatores de variação demográfica (fatores econômicos e sociais), essa complexa relação faz com que seja extremamente difícil elaborar um modelo que seja adequado a todos os lugares em qualquer situação no tempo.

A relação entre turismo e dinâmica demográfica analisada a partir dos estudos de caso demonstrou que as transformações sócio-espaciais e econômicas nos municípios estudados (Diamantina, Porto Seguro, Fortaleza e Natal) decorreram da transição das atividades econômicas tradicionais (mineração e pesca principalmente) para atividades vinculadas ao desenvolvimento do turismo, principalmente a partir da década de 1970,

quando transformações na organização econômica brasileira, advindas de um novo processo produtivo do sistema capitalista, impulsionaram novas realidades migratórias, urbanas, espaciais e sociais no país.

Nesse contexto, os meios para programar a atividade turística em um lugar estão contidos nas mudanças de novos padrões produtivos, que estimulam novos valores, modelos de consumo e estilos de vida. Portanto, especial atenção deve ser dedicada ao papel desempenhado pelas mulheres e pelas famílias com relação ao poder decisivo de seu comportamento reprodutivo.

Deste modo, permanência e mudança são contingências da vida em sociedade. As trajetórias reprodutivas dos lugares turísticos analisados, de perfis culturais e sociais distintos, assinalam a intrincada relação entre turismo e fecundidade. Nesse contexto, o quadro teórico-metodológico apresentado, aponta para mudanças no comportamento reprodutivo da mulher residente no lugar turístico, mas também revela a persistência de uma categorização tradicional desse comportamento, que se exprime na expectativa capitalista de construção de espaços fragmentados, homogeneizados e segregados, que inscreve um cenário desenhado por circunstâncias sociais desfavoráveis, o que não representa uma mudança profunda na redução do número de filhos.

Sabe-se, no entanto, que os níveis e as tendências da fecundidade apresentam variações sociais, locais e temporais. Dado o desafio dessa dissertação em desvendar a relação entre turismo e dinâmica demográfica e, visto que os estudos de caso aqui analisados deixaram lacunas no que concerne aos nexos mais específicos dessa relação no que tange à questão da fecundidade, as análises tributárias da teoria da modernização, associadas ao processo de interação social do lugar turístico, podem dar conta das explicações de mudanças de comportamento reprodutivo nesses lugares, mais especificamente em Salinópolis.

3 SALINÓPOLIS

Vivemos um tempo de mudanças. Em muitos casos, a sucessão alucinante dos eventos não deixa falar de mudanças apenas, mas de vertigem. O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e receptiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo.

Milton Santos

O objetivo deste capítulo é apresentar um perfil do município, focalizando o conceito de local como escala importante para compreender as condições em que as sociedades desenham, definem e delimitam seus espaços políticos e como organizam suas múltiplas relações (sociais, econômicas e políticas) entre o aqui e o alhures.

Para Fischer, a noção de local contém duas idéias, complementares e antagônicas (SOARES, 2006, p. 77): o local, ao mesmo tempo em que se refere “a um âmbito espacial delimitado”, identificado como território, microrregião e outras designações, “contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns”. E conclui: a análise do local remete, portanto “ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas específicas”.

Portanto, a noção de local é ampla, podendo referir-se tanto a uma rua, bairro ou município, sem ser necessariamente esta a sua delimitação, ou seja, a localidade é mais um conjunto de redes sociais do que um espaço físico, que, por sua vez, é estruturado em função dos interesses dos atores que ali atuam.

No Brasil, o recorte municipal é a menor escala federativa e define o espaço de uma realidade territorial (delimitada), social e histórica. Também compõe um conjunto fortemente diferenciado que reflete as muitas desigualdades do país. Nesse contexto:

As inter-relações societárias entre povoados, bairros e distritos, urbanos ou rurais, necessitam de uma forma de organização que seja responsável pela administração dos interesses locais da comunidade. Por tradição e legislação a essa comunidade local, dá-se o nome de município, célula política essencial da estrutura orgânica do Estado (SOARES, 2006, p. 77).

Portanto, este capítulo visa analisar aspectos referentes às transformações sócio-espaciais ocorridas em Salinópolis (PA) ao longo da história vivida pelos habitantes dessa localidade. Para tal, faz-se necessário discorrer, de modo sintético, sobre o processo histórico de povoamento desse município, enfatizando os reflexos de suas singularidades naturais, econômicas, demográficas, sócio-culturais e políticas na ocupação do espaço local. Visa também analisar as transformações ocorridas nas últimas décadas, em razão do dinamismo da atividade turística, responsável por um novo arranjo sócio-espacial que define formas distintas de uso e ocupação desse território. Embora a análise esteja centrada numa localidade específica (o município), faz-se necessário interpretá-lo num contexto mais amplo, identificando os fatores exógenos e endógenos responsáveis pela construção (no tempo e no espaço) do município de Salinópolis.

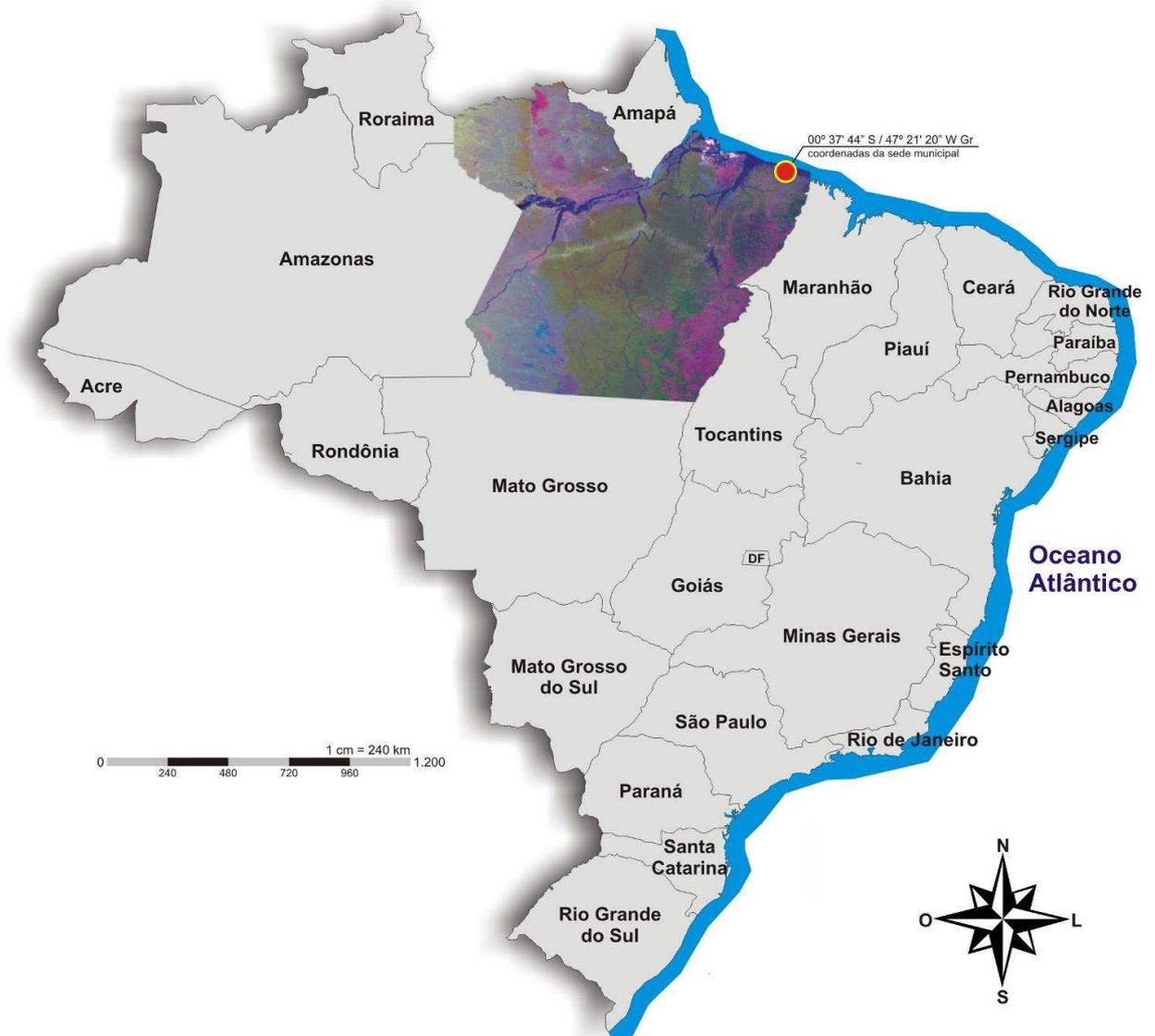
3.1 BREVE HISTORIOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS

O município de Salinópolis está localizado na mesorregião do Nordeste paraense e na microrregião do Salgado (a chamada Amazônia Atlântica)¹⁴ (Figuras 3 e 4). A ocupação desta mesorregião pelos colonizadores portugueses iniciou-se a partir da primeira metade do século XVII com a origem do povoado do Sousa do Caeté (atual Bragança). Neste mesmo período, a área hoje identificada como mesorregião Metropolitana de Belém, estendia-se em direção ao nordeste do Estado, tendo como marco inicial o caminho terrestre percorrido por Pedro Teixeira, na sua viagem de Belém a São Luis diante dos perigos da navegação marítima e, posteriormente, no século XIX, a construção da Estrada de Ferro de Bragança (CRUZ, 1955). Nesse contexto, as necessidades de abastecimento da capital paraense, o estabelecimento de bases militares para a defesa do território e a interiorização de missões religiosas, foram responsáveis pelo aparecimento de vários centros urbanos existentes até os dias de hoje.

¹⁴ A denominação de Salgado se deve ao fato de que a costa paraense, no trecho entre os municípios de Vigia e Vizeu, caracterizava-se pela produção natural e abundante de sal (DUBOIS, 1949).

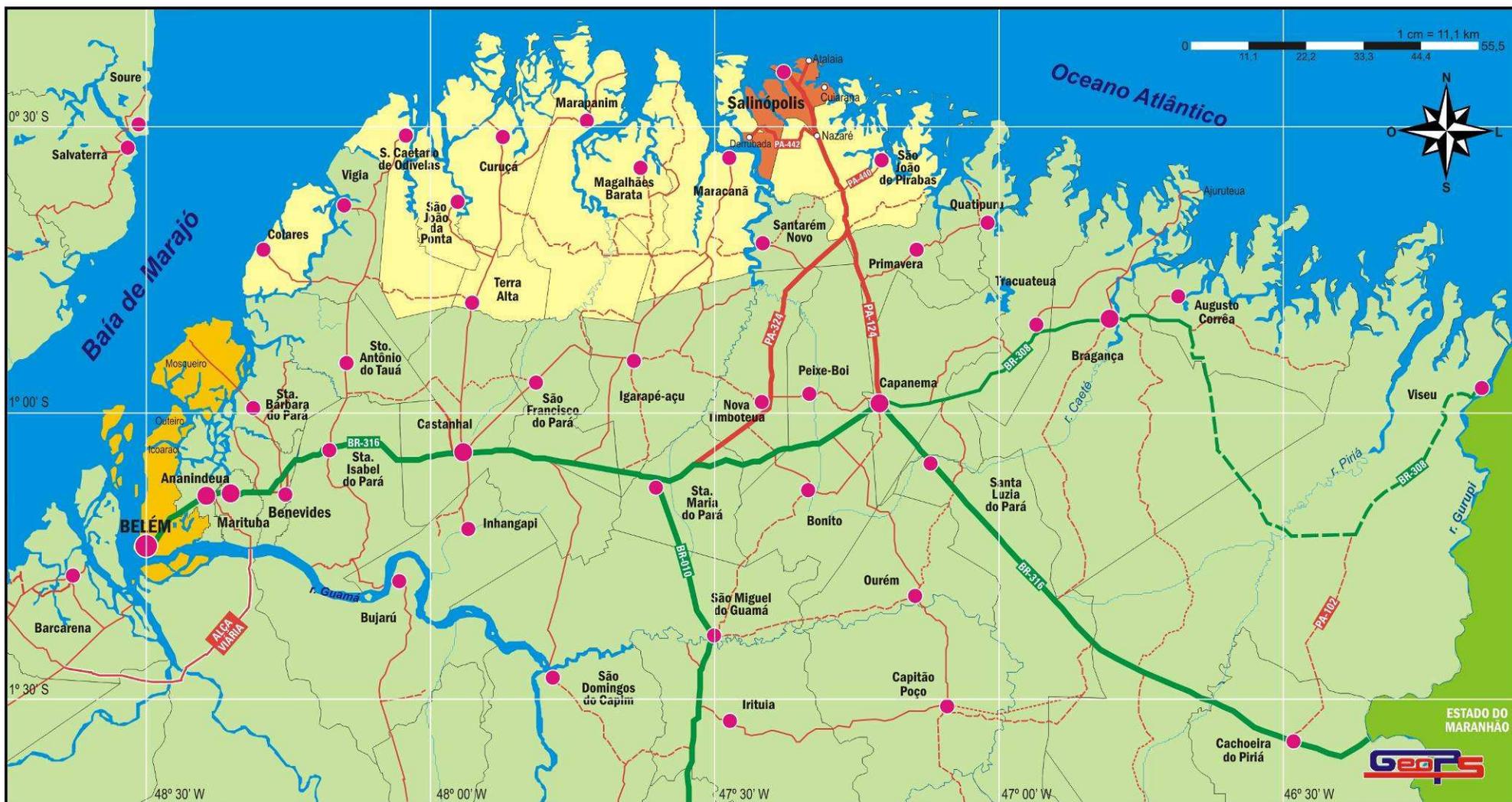
FIGURA 3

Localização do Município de Salinópolis no Pará e no Brasil



Fonte: EMPRESA PARAENSE DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ORDENADA DO PARÁ
CARTOGRAMA GEOPS DO BRASIL, 2003, com foto integrada do satélite LANDSAT5

Nordeste Paraense



- | | | |
|---|--|--|
| MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SALGADO | Sede Municipal | Rodovias Federais |
| MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS | Localidades de referência | Rodovias Estaduais |
| MUNICÍPIO DE BELÉM | | Rodovias Não Pavimentadas |
| | | Limites Municipais |

Fonte: EMPRESA PARAENSE DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ORDENADA DO PARÁ

Georreferenciamento oriundo do Mapa Geops do Pará, 2008. Fontes utilizadas no mapa: Fotos de satélite (LANDSAT-5) e Bases cartográficas do IBGE, SEINFRA, SETRAN, IDESP e GEOPARÁ

O Nordeste paraense, além de ser a área de colonização mais antiga do Pará, possui a maior densidade demográfica do estado, é a terceira mesorregião mais populosa da região Norte (ficando atrás somente da mesorregião Metropolitana de Belém e a Centro Amazonense) e possui a melhor rede rodoviária do Estado, facilitando a articulação não só entre as sedes municipais como também com a mesorregião do Sudeste paraense, Metropolitana de Belém e com o estado do Maranhão, e através desse, com o restante do país. Destaca-se entre outras, as rodovias BR-316 (Pará-Alagoas), que tem o seu marco zero em Belém, a BR-010 (Belém-Brasília) que se superpõe à BR-316 até a cidade de Santa Maria do Pará, a BR-308 (Capanema-Viséu), a PA-124 (Capanema-Salinópolis) e a PA-324 (Santa Maria do Pará-Salinópolis).

O turismo na mesorregião do Nordeste paraense tem como base o estuário-delta do rio Amazonas, que se constitui em atrativo valioso pela beleza da paisagem, com praias nos períodos de vazante dos rios, corredeiras e cachoeiras, e a presença do maior arquipélago fluvio-marinho do mundo, incluindo a ilha de Marajó. Além das praias tipicamente fluviais e estuarinas, existem também as praias oceânicas da microrregião do Salgado, onde se encontram algumas das praias mais belas do litoral brasileiro, como a praia do Atalaia em Salinópolis.

Através da via fluvial, o Nordeste paraense articula-se com a capital do estado, com a ilha de Marajó, com o estado do Amapá e com toda a vasta região percorrida pelo rio Amazonas e seus afluentes.

Economicamente, o Nordeste paraense se destaca pela comercialização de produtos agrícolas e extrativos, responsáveis pela existência de numerosos centros urbanos como, dentre outros, Abaetetuba, São Domingos do Capim, Cametá. Destacam-se ainda cidades situadas em importantes entroncamentos rodoviários como Santa Maria do Pará, Capanema, Igarapé Açú, além da cidade praiana de Salinópolis, para onde se dirige boa parte da classe média de Belém¹⁵, de municípios vizinhos e de outros estados durante seus períodos de férias.

A microrregião do Salgado é essencialmente litorânea¹⁶, como mostra a Figura 4, por isso, teve no passado grande importância histórica, pois era o caminho pelo mar que unia

¹⁵ De acordo com Penteado (1968), a procura por Salinópolis pela classe mais abastada da capital se deve ao fato de que este município, além da distância de Belém (220km), possui extensas praias de água salgada. Isso se deve ao fato de que no Estado do Pará, muitos municípios se destacam pelas praias de água doce, por rios e igarapés que são freqüentados pela população como balneários.

¹⁶ A microrregião do Salgado paraense está constituída atualmente de dez municípios: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas e Terra Alta.

Belém a São Luís e que, atingida pelos ventos alísios do sudeste, proporcionou condições favoráveis ao povoamento. Sua posição geográfica, entre o rio Pará, situado no estuário amazônico, baía de Marajó e o oceano Atlântico, é reconhecidamente estratégica para a navegação e se reflete na existência de diversos faróis de apoio ao tráfego marítimo, permitindo também o acesso ao interior através da rede fluvial¹⁷. Como 65% de suas sedes situam-se literalmente à beira-mar, além da atividade pesqueira, conta com significativo movimento turístico voltado para o lazer praiano, especialmente o município de Salinópolis (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1991a).

A Região Amazônica apresenta duas estações definidas pelo regime de chuvas: uma estação chuvosa (dezembro a maio), regionalmente chamada de inverno, e uma estação menos chuvosa (junho a novembro), regionalmente chamada de verão. Na Amazônia, o mês de maior precipitação é março com 422,5mm e o de menor precipitação é novembro com 90,4mm. A paisagem climato-botânica do município de Salinópolis não se exclui do contexto amazônico, apesar de tratar-se de uma paisagem equatorial com peculiaridades próprias, diante a acentuada influencia da maritimidade.

A Companhia Docas do Pará (CDP), através do Grupo de Estudos Marinhos e Costeiros (GEMC) (2004), ao analisar os aspectos climatológicos e meteorológicos do litoral paraense, argumenta que o principal sistema de grande escala que regula o regime de precipitação é a ZCIT (Zona de Convergência Inter-Tropical), onde o período chuvoso se concentra durante os meses de fevereiro a abril (verão e outono do hemisfério sul), embora a distribuição de chuvas seja satisfatoriamente regular o ano todo, cujos totais pluviométricos variam de 1750mm a 3250mm, com média anual em torno de 2.745mm e variação na taxa de insolação entre 216 e 200 dias de sol ao ano. Outra característica marcante das precipitações no litoral paraense é que estas se formam durante o período da tarde devido à influência das Linhas de Instabilidade (LI) que são forçadas pela brisa marítima.

No município de Salinópolis, as precipitações são elevadas, com excedentes hídricos anuais atingindo 2.908,8mm, cujos totais pluviométricos situam-se entre os meses de dezembro a maio em decorrência de sua maior exposição à ZCIT, ao efeito de brisas e dos ventos alísios do sudeste.

¹⁷ A rede fluvial da região do Salgado limita-se a norte pelo oceano Atlântico, ao sul pela bacia do rio Guamá-Moju, a leste pela bacia do rio Gurupi e a oeste pela baía de Marajó. A hidrografia da região do Salgado (*bacia atlântica*) posiciona-se no sentido sul-norte, desaguando no Atlântico e, entre os rios mais importantes destacam-se o Mocajuba, Mojuim, Maracanã, Caripi, Quatipuru e Pirabas (NÚCLEO DE HIDROMETEOROLOGIA, 2007).

A zona do Salgado, de clima equatorial (quente e úmido), apresenta certa homogeneidade térmica ao longo do ano. De acordo com a CDP (2004), as temperaturas da faixa costeira paraense oscilam entre a máxima de 30°C e mínima de 22°C, com média anual variando entre 26° e 27°C. A temperatura da água do mar varia de 27° C no verão a 24°C no inverno.

Os ambientes costeiros dessa região possuem características dinâmicas (erosão e sedimentação) em virtude de fortes processos oceanográficos e meteorológicos, onde a cobertura vegetal presente está intimamente relacionada às feições morfológicas e ambientais, caracterizando-se, de acordo com Boulhosa e Souza Filho (2005) em: *vegetação de praias, dunas e entre dunas* (vegetações rasteiras, arbustivas, arbóreas e de brejo); *vegetação de mangue* (árvores pneumatóforas); e *vegetação de lagos* (ciparáceas e vegetação flutuante).

Boulhosa e Sousa Filho (2005, p. 1746) também identificaram três feições morfológicas principais nessa região, caracterizada principalmente por sedimentações recentes: o *Planalto Costeiro*, com altitudes médias de 30m, podendo chegar a 50m; *Planície de maré*, que varia de 0 a 20m, onde estão presentes, dentre outras formações, o manguezal e pântanos salinos ou campos; e a *Planície litorânea*, com formação de restingas, representada pelas praias, dunas, interdunas, dunas costeiras atuais, lagos e deltas de maré vazante, cujas altitudes variam de 0 a 25m.

Portanto, Salinópolis enquadra-se na costa Atlântica do Salgado paraense, sendo este trecho bastante recortado e constituído por um conjunto de reentrâncias ativas e dinâmicas, principalmente nas proximidades da foz do rio Pará, onde as correntes de marés, além de outras características oceanográficas, são as principais responsáveis pela presença dos inúmeros bancos de areia, daí a importância histórica da presença dos práticos, pilotos e faroleiros na ilha do Atalaia que deram origem ao município, conforme veremos mais adiante.

Com uma área de 217,90km², o município de Salinópolis limita o norte com o oceano Atlântico, o leste com o município de São João de Pirabas, o oeste com o município de Maracanã e ao sul, o encontro dos municípios de São João de Pirabas e Maracanã. Sua distância de Belém, a capital do Estado, é de 220 km, sendo sua posição espacial determinada pelas coordenadas geográficas: a norte 00° 28' de latitude sul, ao sul 00° 58' de latitude sul, a leste 47° 14' de longitude Oeste e a oeste 47° 36' de longitude oeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

O município de Salinópolis possui importância marcante na história do Pará, diante de sua posição geográfica estratégica na costa do estado, não só no período colonial,

como também no período da Proclamação da Independência brasileira e durante a Segunda Guerra Mundial.

Estudiosos como Rodrigues (2003), Cardoso (2001) e Dubois (1949) apontam que nos primórdios, o local onde está situado o município de Salinópolis era ocupado pelos índios Tupinambás, que denominavam o lugar de *Viranduba*, que significa abundância de pássaros, fato que está diretamente ligado à fartura de pescado na região.

André Vidal de Negreiros, Governador Geral do Maranhão e Grão-Pará (1655-1656)¹⁸, ao julgar insuficientes as fogueiras que eram acessas na ilha do Marco (hoje pertencente ao município de Maracanã) para sinalizar as embarcações que demandavam aquela parte do litoral, destacou práticos para uma ilha de *Viranduba* que foi batizada de Atalaia (sentinela localizado em ponto elevado), onde os disparos de um canhão, além de indicar a direção da barra do rio Pará, alertariam os navegantes durante o dia sobre os perigos de bancos de areia e a presença de recifes.

Os primeiros práticos foram os índios; profundos conhecedores de todos os meandros, rios, furos e enseadas daquela costa, remavam entre *Viranduba* e Belém ou entre *Viranduba* e São Luiz. Os portugueses e suas famílias foram chegando aos poucos, destacados para o lugar para os serviços da praticagem e de faroleiros. E assim surgiu o povoado do Destacado. Portanto, André Vidal de Negreiros é considerado historicamente como o fundador oficial do povoado do *Destacado*.

Quando os colonizadores chegaram à costa da Microrregião do Salgado, os Tupinambás já fabricavam o sal para se abastecerem de peixes na época da piracema. Nesse sentido, a produção de uma salina onde hoje se localiza Salinópolis, mantida principalmente por padres jesuítas, fez com que o povoado do Destacado, em meados do século XVIII, passasse a ser denominado de *As Salinas*. Em 1781 passou à freguesia com o nome simplesmente de *Salinas* sob o padroado de Nossa Senhora do Socorro de Salinas. Esta freguesia tendia ao desaparecimento, não fosse o empenho do prático Francisco Gonçalves Ribeiro que, em 1793 pediu auxílio do Governo para a construção de uma igreja. Em 1882 a freguesia passou à vila, sob a jurisdição de Cintra (atual Maracanã), conforme a Lei nº 1.081 do Imperador D. Pedro II, sendo a instalação municipal acontecida no dia 7 de janeiro de 1884 (CARDOSO, 2001).

¹⁸ Em 1632 foi criado o estado do Maranhão, constituído pelas capitânicas do Maranhão e Grão-Pará, tendo como capital a cidade de São Luís. Em 1673 houve a transferência da capital para Belém, retornando a sede do governo para São Luís em 1688. Em 1737, por ordem da Metrópole, a capital passou definitivamente para Belém. Em 20 de agosto de 1772, as duas capitânicas foram separadas definitivamente (CARDOSO, 2001).

O município de Salinas foi efetivamente criado através da Lei Estadual de nº 997 de 22 de outubro de 1901 quando lhe foram concedidos os foros da cidade, mas em 1930, o município foi extinto e novamente anexado ao de Maracanã até 20 de janeiro de 1933, quando novamente foi restabelecido. Em 30 de dezembro de 1937, o Decreto Estadual nº 4.505, por ordem de Getúlio Vargas, alterou o topônimo do município para Salinópolis com o objetivo de facilitar o trabalho nos correios, já que existia outro município no Brasil com essa denominação¹⁹.

O Pará foi o último estado a aderir a Independência do Brasil, mas de acordo com Rodrigues (2003, p. 116), o município de Salinópolis foi o primeiro a ‘ver’ a “Bandeira Imperial Brasileira”, além de sua importante participação nesse fato histórico.

Rodrigues (2003, p. 115) conta que, com a adesão do Maranhão à independência, partiu de São Luís no dia 05 de agosto de 1823 o Tenente Grenfell a bordo do ‘Brigue Maranhão’ com instruções de Dom Pedro I, para forçar o Pará a aceitar a independência, dois dias depois a nau estava em frente à Atalaia à espera do práctico que lhe conduzisse até Belém. Foi nesse local, segundo o autor, que teve início a “epopéia” da adesão do Pará à independência, já que “Salinas era um ponto nevrálgico, uma vez que as embarcações, para entrarem em Belém, teriam que receber o piloto na região”.

O Comandante das Armadas José Maria de Moura, ao tentar manter a soberania portuguesa na Amazônia, reforçou a defesa de pontos estratégicos no Pará, dentre os quais estava Salinópolis. Nesse contexto, após dois dias de espera mal sucedida do Brigue Maranhão em frente à Atalaia, diante a presença de tropas portuguesas sediadas no município e o tremular da Bandeira Imperial do Brasil na embarcação, o práctico Fortunato Martins furou o bloqueio das tropas portuguesas sediadas em Salinópolis e conduziu a nau até Belém (RODRIGUES, 2003), onde Grenfell convenceu os governantes do Estado na época, que trazia uma poderosa esquadra capaz de bombardear e destruir boa parte da capital paraense e bloquear o acesso ao porto da capital, isolando o Pará do resto do Brasil. Apesar da resistência dos portugueses e do brigadeiro Moura, a notícia dividiu opiniões entre as autoridades. A polêmica foi resolvida numa votação fechada, no Palácio do Governo, resultando na Adesão do Pará ao novo regime Imperial, no dia 15 de agosto de 1823.

O historiador Geraldo Mártires (2007) argumenta que este acontecimento foi decisivo na história do estado porque definiu os rumos políticos e econômicos de sua história recente, ou seja, caso a adesão do Pará não tivesse acontecido, existia a possibilidade de o

¹⁹ Até os dias atuais o município de Salinópolis é chamado popularmente de Salinas.

estado ter se transformado em um país independente, já que operava com uma taxa de alfandegária diferente do resto do Brasil e se reportava diretamente a Portugal, e não ao Rio de Janeiro, que era a sede do Império no século XIX.

Apesar de o Pará ter aderido ao processo de independência do Brasil, os portugueses continuaram no poder e não conseguiram diminuir a insatisfação popular, originando a revolta dos Cabanos. A Cabanagem, movimento que ocorreu na província do Grão-Pará entre os anos de 1835 e 1840, é considerado como um prosseguimento da Guerra da Independência na região.

A adesão do Pará à Independência não promoveu mudanças na estrutura econômica do estado nem modificou as péssimas condições em que vivia a maior parte da população da região, formada por índios, mestiços e escravos, contra uma minoria branca formada principalmente por comerciantes e latifundiários portugueses. Dispersos pelo interior e nos arredores de Belém, os cabanos eram usados como mão-de-obra semi-escrava pela economia da província, baseada na exploração das drogas do sertão (extrativismo e pesca). Essa população vivia marginalizada, em condições miseráveis, amontoados em cabanas à beira dos rios e igarapés e nas inúmeras ilhas do estuário do rio Amazonas. Nesse contexto, segundo Geraldo Mártires (2007) a Cabanagem constituiu-se no mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade.

Nesse contexto, Salinas representava um centro cabano, fato este que afugentou o serviço da praticagem, resultando no saque e massacre dos tripulantes do brigue inglês *Clio*, quando este ancorou diante da Atalaia em outubro de 1835 para receber o prático²⁰.

Com a intensificação da navegação na região e a necessidade de maior suporte à navegação costeira, na atual praia do Farol Velho, na ilha do Atalaia, foram construídos o primeiro e o segundo farol de Salinópolis. O primeiro farol foi inaugurado em 1852 e, com suas estruturas abaladas diante o constante solapar das ondas, já que o fenômeno das marés é bastante acentuado na região, em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, foi substituído pelo segundo farol. Em 1937 foi inaugurado o terceiro farol, desta vez no centro urbano da sede municipal (porção continental do município), integrando o complexo Rádio-Farol, sob o controle da Marinha, constituindo-se, atualmente, em cartão postal do município. Neste contexto, com base em Santos (2003), o Farol de Salinópolis é um objeto geográfico que

²⁰ A tragédia do “*Clio*” aconteceu em Salinópolis porque os cabanos expropriavam os comerciantes, distribuíam os gêneros à população pobre e perseguiam os ricos e poderosos (DUBOIS, 1949).

atualmente, além de desempenhar seu papel instrumental, desempenha também o efeito da transformação da sociedade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Salinópolis vivenciou fatos marcantes, pois o município era rota das esquadrilhas de aviões de combate em patrulhamento, acompanhando os navios de guerra dos Estados Unidos e seus aliados diante a presença de submarinos alemães e, portanto, ponto obrigatório para receber os práticos da barra (na ilha do Atalaia), que orientavam os pilotos dos navios até Belém ou, os navios aportavam em Salinópolis com náufragos.

O capitalismo é orientado para o crescimento, e um dos seus pilares básicos é que o crescimento é tanto inevitável como bom (HARVEY, 2005). Isto implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais, pouco importando as conseqüências sociais, políticas ou ambientais, e é nesse contexto que o município de Salinópolis, do final do século XIX para o início do século XX e, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, começa a passar por intensos processos de inovações, de que são exemplos, a instalação do primeiro telégrafo em 1889, do telégrafo sem fio em 1924, da iluminação de lampião para luz elétrica em 1937, através de uma pequena caldeira movida a lenha comprada da ferrovia bragantina, a “mariazinha”, que só funcionava até às 23:00 horas. Em 1946 a caldeira foi substituída por motor movido a diesel durante trinta anos, além da primeira estação de transmissão também em 1946 (CARDOSO, 2001)²¹. Tais estruturas, nada mais são do que instrumentos da evolução social, uma nova forma espacial local criada por um novo momento histórico da formação socioeconômica capitalista no Brasil.

Dentro desse contexto em 1936 foi inaugurado no atual bairro do Maçarico o primeiro hotel do município, o hotel Salinópolis, inicialmente denominado de hotel Atlântico. É a partir desse período que passa a intensificar-se a procura por Salinópolis nos finais de semana, feriados prolongados, férias de final de ano e férias escolares (julho).

A partir de 1937, com a conclusão da estrada Capanema-Salinópolis, o acesso a Belém deixa de ser exclusivamente de barco a vela ou de navio²². O trajeto Capanema-Salinópolis por via terrestre passa a ser feito através de uma “perua Chevrolet” e posteriormente por caminhões, comumente chamados de “paus-de-arara” (CARDOSO, 2001,

²¹ O autor tem ressentimentos pelo fato de essas e outras obras não serem expostas em museu histórico da cidade, “porque são essas peças que contam a nossa história” (CARDOSO, 2001, p. 56).

²² De acordo com Cardoso (2001), os barcos eram movidos a vela, em uma viagem extremamente perigosa e sem acomodações adequadas. A partir de 1939 (início da Segunda Guerra Mundial), com a concessão da navegação na Amazônia para os ingleses, a viagem podia ser feita através dos navios Amazon River, Oiapoque e o Cassiporé (BRITO, 2004).

p. 27-28). A partir de Capanema, pegava-se o trem vindo de Bragança (ferrovia bragantina) até Belém, somando um total de aproximadamente treze a quatorze horas de viagem, porém, para os veranistas que vinham principalmente da capital, valia a pena o sacrifício de uma viagem longa e cansativa. “A primeira reflexão dos veranistas, depois de aboletados no hotel, é a seguinte: Só este ar paga a viagem”. Mas o município também recebia uma grande quantidade de veranistas oriundos dos municípios vizinhos como Bragança, Capanema, Traquateua, Peixe-Boi, dentre outros (RODRIGUES, 2003).

Os veranistas também procuravam convalescença na beira-mar para os males (doenças) das regiões tropicais onde “os anêmicos, cansados, depauperados, dão-se bem aqui” (DUBOIS, 1949, p. 98). Neste contexto, Rodrigues (2003, p. 14) descreve a declaração de um veranista: “Devi aquelas férias, em 1942, a um convite de meu primo”. Naquela época, Salinópolis era “uma vila ou ‘aldeia’ de pescadores da costa atlântica”.

De acordo com Youell (2002), por volta de 700 a.C. os romanos mais abastados já visitavam amigos e parentes, iniciando a apreciação dos poderes de cura dos balneários. Youell (2002, p. 21) argumenta, também, que, assim como sempre ocorreu com o desenvolvimento do turismo ao longo da história, a popularidade inicial das estações de veraneio à beira-mar foi patrocinada pela nobreza e outras minorias ricas da sociedade. “No início do século XVIII, a medicina começou a perceber que os benefícios minerais das estações de água”, cujo poder de cura foram popularizados no século XVI na Grã-Bretanha e no continente europeu, “podiam também ser encontradas nas estações litorâneas”, originalmente por motivos de saúde, depois foram desenvolvidas em várias estações de veraneio britânicas, instalações de hospedagem, fornecimento de comidas, entretenimento e outros tipos de provisão.

Youell (2002) acrescenta que a partir da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, a tensão e o esforço de métodos de trabalho monótonos e insalubres, o crescimento cada vez maior de poder de compra de grande parte da população e o desenvolvimento dos meios de transportes, estimulou a demanda por viagens e instalações turísticas para satisfazer suas necessidades.

Na segunda metade dos anos de 1940 a viagem de Belém à Salinópolis, além dos “paus-de-arara” que foram proibidos de conduzir passageiros em 1965, passa a ser feita por alguns ônibus de particulares que faziam linha semanal nesse trajeto até 1974, quando a PA-124 recebeu capeamento asfáltico e passou a ter linha regular de ônibus através da empresa Boa Esperança, reduzindo o tempo de viagem para aproximadamente três horas.

A partir dos governos militares, com a supressão do ramal ferroviário da E. F. de Bragança e a construção da Belém-Brasília, as ligações rodoviárias de Belém com o nordeste paraense e com o resto do Brasil se intensificaram. É o fim de uma era, e o começo de outra, que altera profundamente a paisagem e a estrutura do município de Salinópolis, graças às novas condições de desenvolvimento que lhe foram proporcionadas.

As políticas de planejamento econômico elaboradas pelo Estado brasileiro entre 1950 a 1970 edificaram as novas bases técnico-científicas no território nacional onde:

O conteúdo do meio geográfico se modifica, com adição dos novos sistemas de engenharia que permitiram a interligação das diferentes regiões do país. O movimento no interior do território se intensifica, ligado a uma nova divisão social e territorial do trabalho, acompanhada pela redistribuição das atividades econômicas e da população (ALMEIDA, 2005, p. 389).

A modernização presenciada em Salinópolis a partir de então, mostra as recentes transformações ocorridas nas cidades litorâneas do resto do país, onde se alargam e pavimentam-se ruas, armam espetáculos e cenários alegres e iluminados para os turistas e o capital imobiliário investe pesadamente em prédios, loteamentos e condomínios de luxo, ou seja, Salinópolis segue a lógica de ocupação do espaço urbano brasileiro, onde “a seletividade dos investimentos privados e, principalmente, dos investimentos públicos é a matriz da desigual valorização das cidades” (ALMEIDA, 2005, p. 399). Enfim, sob a lógica do turismo, criações e transformações no município de Salinópolis, resultaram no estabelecimento de uma nova estrutura sócio-espacial.

3.2 TURISMO E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SALINÓPOLIS

Sabemos que ao produzir sua história, a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tais condições são produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo, o trabalho é considerado como processo produtor do espaço geográfico que nos permite visualizar as materializações espaciais deste processo, cujo movimento fundamenta-se na dialética contradição das relações sociais de produção. Portanto, o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social no tempo. Neste contexto, na dinâmica da produção histórica de cada sociedade se insere a dinâmica da população como expressão do seu modo de produção.

Nesse contexto, a partir do último quartel do século XX, nova forma de organização empresarial (e espacial) tem agregado os centros de formação de pessoal de alto nível às unidades de produção e serviços, utilizando as mais modernas tecnologias. Esses

novos centros produtivos promovem um padrão de organização, antes inexistentes, com tipos de relações espaciais (e sociais) centradas no poder das informações. Sendo assim, a formação social do local passa a se constituir em um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas, articulando-se aos diferentes lugares.

Mas esta nova relação com as tecnologias de comunicação, ou mais radicalmente do indivíduo com o mundo que marca o auge da modernidade na globalização contemporânea, é também uma redefinição das pertencas sociais, que estrutura fortemente a localidade [...]. Alguns exemplos de fenômenos sociais [como o turismo] são expressivos do modo muito particular de qualificar as novas condições de emergência dos espaços locais e suas dimensões social, econômica, cultural e política (CASTRO, 2006, p. 58).

Vimos anteriormente que somente a partir do século XVIII é que a praia passa a ser um espaço de deleite. No Brasil, é somente no século XX que o uso do mar como espaço de lazer se intensifica e, especificamente em Salinópolis, esse fenômeno ganha maiores proporções a partir da década de 1970, como resultado de um processo histórico que lhe imprime atualmente a identidade de espaço moderno e turístico, e nesse processo, a sociedade local, que baseava sua reprodução na pequena produção mercantil, principalmente a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, foi paulatinamente transformada em massa de trabalhadores assalariados. Além disso, com a introdução da infra-estrutura turística, os pescadores são inseridos em outras atividades que começam a emergir, como a construção civil, por exemplo, enquanto as famílias desses pescadores foram absorvidas parcialmente nas funções subalternas da escala ocupacional como os setores de hospedagem e alimentação. Nesse processo, completam-se em Salinópolis as plenas condições para a introdução de novas relações sociais, de cunho capitalista, onde o processo de reprodução da força de trabalho molda o espaço de forma decisiva.

Rodrigues (2003, p. 21; 23), historiador e nativo do município de Salinópolis, conta que até o segundo quartel do século XX, “Salinas se estendia [a partir da orla marítima] um pouco além do Caranã”, com poucas casas, onde todos se conheciam e o nativo aprendia desde cedo a amar e respeitar o mar, fosse como pescador, prático ou faroleiro. Atualmente, Salinas vive “cheia de gente nos fins de semana, nos feriados e nas férias escolares”, com hotéis de alto padrão, um comércio pujante, palacetes e carros de todas as marcas circulando que “travo comigo uma luta interior: ter que aceitar mudanças inexoráveis [...], como marca do progresso”.

As transformações sócio-espaciais significativas no município de Salinópolis se processam a partir de 1966, quando através da Lei nº 3.798 da Assembléia Legislativa do

Estado do Pará, sancionada pelo então governador Coronel Alacid da Silva Nunes, a cidade foi transformada em Estância Hidromineral de Salinópolis, com instalação oficial em 11 de fevereiro de 1967. “A presença de uma nascente de água mineral conhecida como fonte do Caranã²³ foi um dos motivos para Salinópolis ser considerada como Estação Hidromineral” (BRITO, 2004, p. 24) e, de acordo com Cardoso (2001, p. 34), foi o próprio governador do estado quem solicitou o exame laboratorial da água da fonte, quando a partir de então, passa a ser “a alma de toda a função política do município”²⁴.

A fonte do Caranã sempre serviu à população local, que utilizava suas águas para usos pessoais, domésticos e medicinais e, atualmente, continua atendendo não só os moradores locais, como também os visitantes de Salinópolis. O parque onde está situado a fonte do Caranã também se transformou, ao longo do tempo, por determinações políticas (municipal e estadual), em área de lazer, de manifestações culturais como a valorização folclórica do carimbó e de cartão postal para os turistas.

Segundo Cardoso (2001), a fonte do Caranã foi identificada em 1919, pelo imigrante baiano Antonio Silvino que passou a protegê-la até os anos de 1930, quando esta foi doada à prefeitura e se tornou um patrimônio municipal. É a partir de então que o administrador de Salinópolis na época, o tenente João Evangelista, aos mandados do interventor Magalhães Barata, denomina a fonte de Caranã, cuja paisagem, sofreu significativas transformações, a cada gestão municipal, até os anos de 1980, quando sob orientação de geólogos, as alterações foram interrompidas sob o risco de comprometimento da fonte.

Assim, Cardoso (2001, p. 47) ressalta que no período dos governos militares Salinópolis “viveu seus anos dourados”, quando os poderes estadual, municipal e federal transformaram a “cidade pobre para cidade rica” em função da “grande cobertura financeira” que recebia, proporcionando grandes obras no município, de que são exemplos o complexo do Maçarico, localizado no perímetro urbano da cidade, com pistas asfaltadas, bares padronizados, além de outras benfeitorias que atraíram investimentos de empresários, transformando o bairro do Maçarico em um “cartão de visita”. A sede municipal no seu compute geral ganhou trânsito sinalizado, implantação de serviços telefônicos,

²³ Caranã, palmeira nativa da região amazônica. Várias palmeiras dessa espécie nasceram e cresceram em torno da fonte de água mineral existente na cidade de Salinópolis, que foi reconhecida como patrimônio natural e cultural do município. A água da fonte do Caranã é considerada benéfica porque é bicarbonatada, cálcica e magnésiana (CARDOSO, 2001).

²⁴ Salinópolis permaneceu como Estância Hidromineral até o dia 29 de fevereiro de 1985, quando foram extintas as chamadas Áreas de Segurança Nacional, readquirindo, portanto, sua autonomia político-administrativa.

melhoramentos nos setores de saúde e educação, saneamento básico, além de muitas outras obras.

É também no final da década de 1960 que a ocupação urbana da ilha do Atalaia começou a ser incentivada, em função da construção de uma ponte de acesso ao continente construída sobre o rio Sampaio²⁵, iniciada no governo do Coronel Alacid Nunes e inaugurada na gestão do Dr. Fernando Guilhon no início da década de 1970. A partir de então, loteamentos apareceram, hotéis e pousadas surgiram e mansões começaram a ser erguidas. A ilha do Atalaia localiza-se a 12km da cidade de Salinópolis, cujo acesso é feito através da rodovia estadual Salinópolis-Atalaia (PA-444). “O local apresenta um enorme potencial turístico graças a sua beleza cênica, e uma das praias mais famosas do estado do Pará, conhecida com o mesmo nome da ilha” (BRITO, 2004, p. 24). Nesse contexto, a natureza, considerada por muitos como a matéria-prima do turismo “aparece no discurso dos defensores do turismo como a grande ‘vantagem competitiva’ [que tem o Brasil] para nos inserirmos no ciclo turístico mundial, [adquirindo] papel fundamental para essa forma específica de produção e reprodução espacial em moldes capitalistas” (OURIQUES, 2005, p. 122).

As vilas²⁶ do município também foram beneficiadas nesse período com a abertura de estradas que dão acesso à sede municipal, contribuindo para o êxodo rural diante da valorização desses espaços pelos segundos residentes²⁷, principalmente nos núcleos de pescadores da orla oriental, dando uma nova definição e uma nova feição para o espaço rural.

Conforme evidenciado anteriormente, o interesse do Estado em investir na infraestrutura do município já vinha ocorrendo desde a década de 1930, de que são exemplos a construção da rodovia Capanema-Salinópolis em 1937, a construção do hotel Atlântico em 1936 e, mais recentemente, entre as décadas de 1960 e 1970, a construção das estradas que ligam a praia do Maçarico e a ilha do Atalaia à sede municipal, que desencadearam “novas expectativas de futuras especulações imobiliárias, que influenciaram diretamente na maior ocupação urbana desse lugar” (BRITO, 2004, p. 45). Brito também chama atenção para a construção da segunda residência oficial do Governo do Estado em Salinópolis, durante a gestão de Alacid Nunes, que segundo a autora, foi considerado como um atrativo a mais para

²⁵ Arapeté era o nome primitivo do rio Sampaio, que recebeu esta última denominação em homenagem ao chefe do almoxarifado da empresa responsável pela construção da ponte (CARDOSO, 2001).

²⁶ O município de Salinópolis integra, além da sede municipal (cidade de Salinópolis), diversos povoados e diversas vilas: Coremas, Cuiarana, Derrubadinho, Enseada, Alto Pindorama, Santana, Santo Antônio do Urindeua e São Bento.

²⁷ As residências secundárias são propriedades particulares utilizadas temporariamente, durante o tempo livre, por pessoas que têm suas residências permanentes em outro lugar.

o lugar, incentivando as classes médias, principalmente de Belém, a construírem segundas residências, contribuindo para a intensificação do fenômeno urbano local.

Brito (2004) adverte que o município sempre foi alvo de atuação por parte do poder público estadual que tem desenvolvido o papel de provedor das infra-estruturas básicas, sobretudo na área de transportes, energia e saneamento que, juntamente com o capital privado, vem intensificando a atividade turística e a construção de residências secundárias, contribuindo para a refuncionalização do espaço urbano municipal. Nesse sentido, no governo Jader Barbalho (1991-1994), foi construído o trevo de integração das rodovias PA-124 e PA-444, facilitando o acesso à sede municipal e à praia do Atalaia. Cardoso (2001, p. 43) também chama atenção para o “calçadão do Maçarico”, considerado como o maior complexo turístico de Salinópolis segundo o autor, cuja obra foi iniciada no ano de 1997 e inaugurada em 2000 pelo governador Almir Gabriel.

Reafirma-se, assim, que a presença de vetores urbanizantes, cada vez mais fortes em Salinópolis, trazem consideráveis alterações para o lugar e sua região. Entre essas transformações, o estímulo ao consumo do espaço é fomentado por iniciativas públicas e privadas com a presença de ‘shopping de verão’, praça de alimentação [...] que se localizam na orla urbanizada da praia do Maçarico que segue reproduções dos já famosos calçadões de cidades litorâneas brasileiras (BRITO, 2004, p. 56).

Concordando com Rodrigues (2003), Cardoso (2001, p. 87) adverte que a cidade de Salinópolis começou a crescer a partir da primeira metade da década de 1950²⁸, quando o prefeito desse período, Gerônimo Alves Dias, por determinação do interventor Magalhães Barata, extinguiu a portaria de 31 de março de 1932, que proibia a construção de casas em alvenaria e posse de terras aos portugueses, de forma que, a partir de então, novos bairros começam a surgir na sede do município como o bairro do Maçarico e do Caranã. É a partir desse momento, segundo o autor, que a ocupação de terras pertencentes a particulares, ao patrimônio da União, terras sub júdice e pertencentes à prefeitura só tendeu a crescer.

Observe que é justamente a partir da década de 1950, que inicia a revolução urbana e demográfica no Brasil, de forma que, nas regiões metropolitanas, se diversifica e avoluma a divisão do trabalho, além da aceleração e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais que vai se refletir na redistribuição da população por todo o país. Também a partir desse período, cresce a população economicamente ativa no país, acompanhado de uma “verdadeira explosão do setor terciário” em todos os Estados da Federação. A partir da década de 1970, as novas formas técnicas e organizacionais imprimem

²⁸ De acordo com Cardoso (2001, p. 62), em 1955 a cidade de Salinópolis tinha apenas oito ruas e uma avenida.

novas necessidades produtivas, além da expansão dos consumos materiais e imateriais, criando paralelamente, novas profissões, instalando uma demanda por mercadorias informacionais, “conformando-se, assim, um verdadeiro setor quaternário”. Dentro desse setor ganham importância as profissões, dentre outras, ligadas ao lazer e ao turismo (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 216; 220).

É dentro desse contexto que segundo Cardoso (2001, p. 16), o crescimento da cidade de Salinópolis passa a ser intenso com a imigração e a ocupação das terras que pertenciam a Agricultura Industrial de Salinópolis (Agrisal)²⁹, principalmente por famílias de baixa renda. Nestas terras, com uma área aproximada de 10.000 hectares, surgiram, a partir de 1980, vários bairros como Barreiro (atual São Tomé), Bom Jesus, Atlântico I e II, São José, Pedrinhas, Nova Brasília, Jaderlândia (atual João Paulo II), e bairro da Ponte, cujas famílias são oriundas principalmente de municípios vizinhos, de outros Estados (principalmente do Nordeste) e da zona rural de Salinópolis. Cardoso é de opinião que o contingente migratório, além de contribuir para o crescimento da população, também é responsável por um elevado grau de “marginalização”, já que a economia do município não é capaz de absorver toda essa mão-de-obra. Nesse sentido, um dos fatores de atração da força de trabalho na economia do turismo é a expansão das atividades ligadas aos serviços, no entanto, a insuficiência de recursos e de qualificação profissional impede que número significativo de migrantes, e de nativos, alcance êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado de trabalho voltado ao turismo.

Ouriques (2005) não discorda que a introdução do turismo na periferia gerou várias ilhas de prosperidade, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. No entanto, o autor agrega que essa prosperidade restringiu-se a poucos, como é o caso de Salinópolis.

Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram [...], isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do ‘progresso’ que o turismo promete (OURIQUES, 2005, p. 96).

No período da implantação do Projeto Agrisal em 1970, a população do município de Salinópolis ainda vivia basicamente da pesca e da agricultura de subsistência, enquanto as atividades ligadas ao turismo “encontravam-se, ainda, num estágio inicial e sujeitas a

²⁹ Antiga empresa latifundiária especializada em plantação de caju. Com a falência dessa empresa, suas terras foram abandonadas e tornadas ociosas.

sazonalidade” (BRITO, 2004, p. 49). Segundo a autora, o projeto Agrisal promoveu um estrangulamento à expansão ocupacional da porção continental do município, gerando como consequência, a concentração das segundas residências na porção oeste (do centro à praia do Maçarico). Com o cancelamento dos benefícios fiscais em favor desse projeto em 31 de maio de 1979, o eixo da expansão urbana municipal foi redefinido conforme apontam Brito (2004) e Cardoso (2001).

É interessante destacar que tal como no bairro Baianão em Porto Seguro (BA) analisado no capítulo anterior, o surgimento de novos bairros nas terras desapropriadas da Agrisal em Salinópolis estiveram ligadas a questões eleitoreiras e estímulo à ocupação irregular de terras diante a valorização das áreas mais centrais e próximas à praia como bem evidenciaram Lima e Rodrigues (2006).

A imigração de pessoas em busca de emprego intensificou-se rumo a Salinópolis, quando no final da década de 1960, a maior acessibilidade ao município, atraiu um número maior de veranistas, principalmente da capital. A partir desse momento, a população residente nos núcleos de pescadores da orla oriental (de ocupação antiga) acaba vendendo suas casas à beira-mar, diante a especulação e valorização do espaço (CARDOSO, 2001, p. 16), construindo sua moradia em áreas mais distantes, cedendo assim o seu espaço, que historicamente tem sido a base física de sua reprodução. É dentro desse contexto que a urbanização e a modernização de Salinópolis promoveram transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e espaciais, na medida em que tal processo é associado à grande demanda da população flutuante para o lugar.

Observa-se que à medida que se implantam grandes investimentos num espaço, seja de infra-estrutura, de produção ou de consumo, impõem-se mudanças sócio-espaciais, onde o ambiente não pode mais ser receptivo às tradições locais, forçando as pessoas a novos modos de vida, ritmos, costumes, abrem-se correntes migratórias nem sempre com condições de emprego e renda, ampliam-se as fronteiras do lugar, formam-se periferias. Lima (2006) argumenta que muitos são os núcleos populacionais de ocupação antiga da franja litorânea brasileira que foram exterminados por essas verticalidades. E acrescenta:

Quando perde o convívio da comunidade, um antigo morador da franja litorânea que pesca é proibido de tratar o peixe em frente de sua casa [...]. Ele é forçado, pelo imperativo das novas leis criadas, a afastar-se de seu tradicional hábitat de vida e de trabalho, para ceder o espaço para os de ‘fora’, como é comum ouvir dessas vítimas das ‘invasões’ dos investidores, especialmente nas comunidades litorâneas (LIMA, 2006, p. 106).

Em Salinópolis, a maioria da população de baixa renda deslocou-se para as porções ocidental, meridional e sudoeste da sede municipal que corresponde atualmente à maior concentração populacional do município ocupando inclusive as áreas de mangue, como o atual bairro Prainha que foi no passado um antigo núcleo de pescadores. Outros passaram a morar no núcleo inicial ocupando a função de caseiros. Como consequência, temos, por exemplo, de um lado, o loteamento Atalaia, e de outro, ruas e avenidas mal traçadas como resultado de uma série de ocupações, que tem promovido um crescimento desordenado da cidade, além do contraste entre nativos empobrecidos, com pouco direito de legalização nas terras e, veranistas afortunados com suas moradias de veraneio, como é o caso da expansão do bairro Maçarico na segunda metade da década de 1980, onde pessoas de alto poder aquisitivo foram beneficiadas com terrenos cuja metragem está fora dos limites aprovados em lei pelo código de obras do município (CARDOSO, 2001).

As informações de Cardoso (2001) são confirmadas pelo Setor Municipal de Tributos, pela Rede Celpa e em pesquisa exploratória realizada em setembro de 2004 e julho de 2007 pela autora. Observou-se que a expansão urbana do município está se processando principalmente ao sul da av. Miguel Santa Brígida, rumo à PA-124 até o trevo, onde inicia a PA-444 (Salinas-Atalaia). De acordo com os órgãos acima citados, a população residente desses bairros possui baixa renda e é oriunda principalmente da zona rural e de municípios vizinhos, fato confirmado em pesquisa de campo realizada pela autora em fevereiro de 2008.

No Trevo (bairro Nova Brasília), observa-se uma mistura de habitações de baixa renda com pousadas e casas mais elitizadas. Tal fato ocorre como consequência de melhoramentos implantados nessa área que valorizam o espaço e empurram a população local cada vez mais para bairros mais afastados dessas benesses. Nos bairros a oeste – como Centro, Maçarico, Caranã e São Vicente –, onde está situado o centro da sede municipal, há a presença de residências antigas e residências de veraneio, enquanto no seu entorno, o aterro do mangue deu origem a novas ocupações também pela população de baixa renda, como é o caso do bairro Guarani que se desenvolveu ao sul do Maçarico, confundindo-se com este bairro em alguns trechos, onde os “ocupantes” avançam cada vez mais (Figuras 5 e 6), já que muitas casas de veraneio na sede do município encontram-se à venda diante da violência, dos roubos, da cidade suja, do elevado custo de vida, da falta de promoções festivas nos feriados, dentre outros.

A Figura 5 mostra a rua Almirante Tamandaré (bairro Guarani) a partir da rua Mirica Santa Brígida, a qual limita os bairros Guarani e Maçarico. Observe que a rede de esgoto encontra-se a céu aberto e com casas mal desenhadas construídas predominantemente

em madeira, mesmo assim, ao fundo pode ser observada a antena parabólica. Já a foto da Figura 6 mostra a rua Dr. Cláudio Mendonça a partir da avenida João Pessoa, a principal avenida do complexo do Maçarico onde, de um lado no bairro do Maçarico, podem ser observadas algumas casas de veraneio (à direita), e ao fundo a rua Mirica Santa Brígida no bairro Guarani, com casas em madeira de moradores locais. Observe que a rua Dr. Cláudio Mendonça é desprovida de infra-estrutura, mesmo com a presença de casas de veraneio.



Figura 5 – Salinópolis: rua Almirante Tamandaré, bairro Guarani
Foto: Frank Campos, fev. 2008



Figura 6 – Salinópolis: rua Dr. Cláudio Mendonça, bairro Maçarico
Foto: Dalva França, fev. 2008

Por outro lado, a expansão das residências de veraneio está concentrada, além do centro da cidade, a norte da mesma, principalmente no bairro Destacado (loteamento Atalaia) e na ilha do Atalaia, com a presença de vários empreendimentos imobiliários luxuosos (Figura 7)³⁰. Nesse sentido, Castells (2006, p. 249), ao analisar a segregação urbana, adverte que “a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas”.

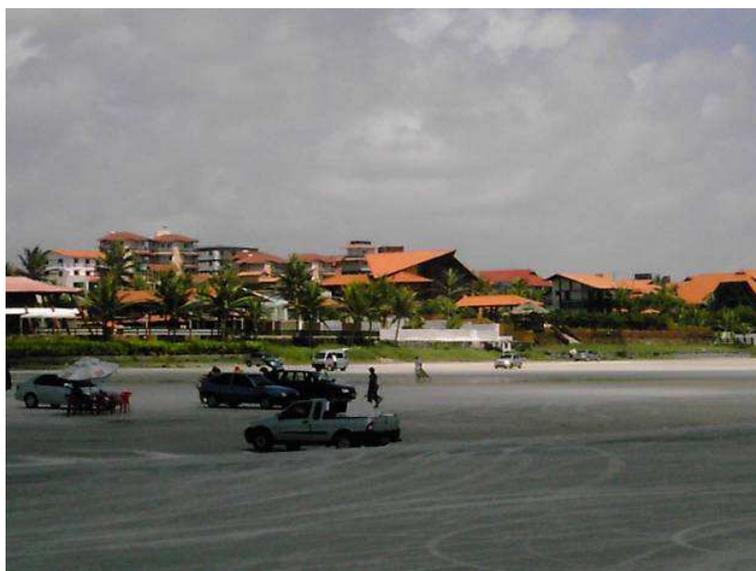


Figura 7 – Salinópolis: residências de veraneio na ilha do Atalaia, praia do Farol Velho

Foto: Dalva França, jul. 2007

Sabe-se que o planejamento de políticas públicas em qualquer instância governamental é indispensável para a elaboração de ações que visem o bem-estar social. Nesse sentido, apesar de a Prefeitura de Salinópolis possuir *conselhos* para o planejamento municipal na área de promoção para o desenvolvimento econômico, da saúde e da atividade turística, com reuniões mensais, não existem *conselhos* nas áreas de cultura, de emprego e trabalho, de desenvolvimento urbano e habitação, ou seja, apesar de a prefeitura incentivar a atração de atividades econômicas, não possui programas de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, nem ações ou programas vinculados à área da habitação.

O perfil de Salinópolis enquanto município turístico retrata o quadro geral desse mercado setorial no estado do Pará de acordo com a Companhia Paraense de Turismo (Paratur). No ano de 2001, com o intuito de promover o Plano de Desenvolvimento Turístico

³⁰ A carência de infra-estrutura na ilha do Atalaia, como estacionamento para carros de passeio, por exemplo, contribuiu para que os veranistas adotassem o hábito de circular e estacionar seus veículos na areia da praia.

do Estado do Pará e propor nova estrutura organizacional, a Paratur (PARÁ, 2001) realizou um diagnóstico dos investimentos em termos de planejamento já realizados no Estado, buscando identificar em cada pólo turístico do Pará o principal recurso da região, as principais atividades turísticas desenvolvidas, para posteriormente classificá-las em termos de volume de demanda, grau de desenvolvimento e potencial para atrair novos fluxos de turistas.

Com esta premissa, o Programa Beija-Flor, que até então dividia o Pará em quatro pólos turísticos, foi o ponto de partida, a partir do qual o Plano de Desenvolvimento foi estruturado. O diagnóstico levou ao desmembramento de dois destes pólos, em função das características diferenciadas dos recursos e das demandas observadas. Assim, o estado do Pará foi planejado em seis pólos: pólo Belém, pólo Costa Atlântica, pólo Araguaia-Tocantins, pólo Marajó, pólo Tapajós e pólo Xingu.

Para as estratégias de mercado, foi analisada em cada um dos pólos a procedência da demanda turística (**doméstica** - demanda do próprio estado do Pará; **regional** – dos estados da região Norte e Maranhão; **nacional** - dos demais estados brasileiros; **internacional** – de fora do país) e os recursos geográficos (praias, ilhas e manifestações culturais) que correspondem ao maior poder de atratividade.

Para o pólo Costa Atlântica onde está situado o município de Salinópolis, em função dos mercados, a Paratur diagnosticou o seguinte perfil:

- Para o mercado doméstico, este pólo possui elevado poder atrativo para as praias, enquanto as ilhas e aspectos culturais são considerados de média atratividade.
- Para o mercado regional, todos os recursos foram considerados de média atratividade.
- Para o nacional, as praias e as manifestações culturais são de baixa atratividade, enquanto as ilhas foram consideradas de elevada atratividade.

Dos seis pólos do Programa Beija-Flor, o pólo Belém e o pólo Costa Atlântica foram considerados de maior atratividade. O primeiro por se constituir no portão de entrada do estado e da Amazônia e o segundo por oferecer diversas praias de mar.

As infra-estruturas básicas no conjunto do estado do Pará para o desenvolvimento do setor turístico ainda são bastante deficientes e carentes e têm a ver com as limitações quantitativas e qualitativas de empresas provedoras e administradoras de equipamentos, insumos e serviços para o funcionamento das atividades turísticas como: planejamento e execução de projetos, centrais de compra, oferta de ócio e entretenimento etc. A Paratur adverte que há uma grande carência de divulgação dos produtos turísticos paraenses, cuja

oferta encontra-se restrita a alguns poucos produtos oferecidos em poucos mercados e a um preço pouco competitivo.

Segundo a Paratur, com exceção de Belém, que possui estrutura de entretenimento noturno desenvolvida, os demais municípios turísticos do estado do Pará são carentes no que diz respeito às atividades turísticas fora do tipo sol e praia. O investimento feito pelo Governo do Estado na Orla do Maçarico em Salinópolis, por exemplo, também propicia desenvolvimento de atividades pós-praia (alimentação, compras, entretenimento noturno), amenizando essa deficiência naquele município, no entanto, os demais são extremamente dependentes apenas dos recursos naturais locais.

Quanto aos serviços turísticos, o Pará apresenta uma estrutura empresarial esparsa e restrita, onde a maioria das empresas é de pequeno porte e de propriedade familiar³¹, que movimentam, salvo algumas exceções, volumes de negócios reduzidos. Estas características limitam a capacidade das empresas turísticas paraenses, tanto para incrementar sua própria competitividade interna como para influir na melhora do entorno competitivo global. Essas limitações traduzem-se em sérios obstáculos para impulsionar processos de inovação e melhoras da qualidade, acesso à tecnologia avançada, às informações de alta qualidade, recursos humanos de bom nível de capacitação e dificuldade de programar fórmulas de comercialização mais eficientes.

A oferta de serviços turísticos é pequena, extremamente concentrada em alguns poucos destinos turísticos e os empreendimentos, com algumas exceções, são bastante simples. No pólo Costa Atlântica, por exemplo, a única cidade que apresenta serviços turísticos com um mínimo de qualidade é Salinópolis, onde os serviços turísticos são variados, porém muito simples e carentes de equipamentos de melhor qualidade. A carência se apresenta também em termos de espaços para eventos, o que impede a atração de outros segmentos de demanda, que não apenas o de sol e praia no mês de julho.

A cidade de Salinópolis se mostra, portanto, bastante carente em termos de estruturas de entretenimento. A praia do Atalaia é o grande atrativo do município, porém possui ocupação caótica, trânsito de veículos disputando a areia com os veranistas e com uma infinidade de barracas de comercialização de alimentos e bebidas sem qualquer preocupação com as noções de higiene e saúde (Anexo 1).

³¹ Dados do IBGE (2006b) indicam para o Brasil como um todo, que o expressivo setor de alimentação, por exemplo, que representava em 2003 81,49% das empresas pertencentes às Atividades Características do Turismo (ACT), decorre, principalmente, do caráter familiar dessas empresas.

Por outro lado, a pouca oferta de pacotes turísticos registrados no pólo Costa Atlântica se deve ao fato de que, em geral, são turistas independentes que vão em seus próprios carros e se hospedam na sua segunda residência ou em casa de amigos. De acordo com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), 70% da demanda turística do Pará se compõe dos próprios paraenses que se deslocam dentro do estado por motivos de férias e lazer; cerca de 29% corresponde a cidadãos brasileiros de outros estados e somente 1% é estrangeiro. Há ainda a prática em nível elevado de atividades de lazer principalmente voltadas para o público local, e excursões em um nível mais baixo, para os turistas que chegam à região. Estas excursões na maioria são organizadas pelos hotéis mais estruturados, não havendo empresas turísticas locais especializadas nestas atividades.

Apesar de o volume da demanda atual do turismo de lazer do tipo sol e praia serem altos em Salinópolis, ainda são pouco desenvolvidas, pois não existe zoneamento de uso das praias, padronização de equipamentos, investimento em instalações sanitárias, chuveiros públicos, recipientes de coleta de lixo, *play ground* para crianças, áreas específicas para prática de esportes etc. Outro aspecto a considerar é o fato de o volume da demanda na atividade sol e praia ser extremamente concentrado no mês de julho, quando as praias são acirradamente disputadas pelos turistas. Noutras épocas do ano a demanda é muito baixa. Além disto, a demanda se concentra em algumas poucas praias embora existam várias outras por explorar.

Portanto, a análise técnica da Paratur para planejamento estratégico, constatou a baixa diversificação na oferta de serviços turísticos no estado do Pará e, nesse sentido, compreendendo a importância da atividade turística na diversificação da base produtiva e conseqüentemente na geração de empregos e internação de renda, a elegeu como prioridade para conciliar o desenvolvimento integrado à preservação do meio ambiente.

A Paratur ressalva que além dos investimentos em obras de infra-estrutura, com o apoio de recursos federais, o governo paraense tem como finalidade o setor privado e o bem-estar da sociedade local, incentivando a organização e planejamento de ações estruturais, de fomento e marketing, que façam do turismo uma via de desenvolvimento *sólido e duradouro*. Nesse contexto, a Paratur tem como objetivos: a articulação entre Governo e iniciativa privada, implantação de infra-estrutura básica turística de forma que contribua para o bem-estar da população, qualificação de recursos humanos e descentralização da gestão, repassando gradativamente aos dirigentes municipais a função de viabilizar a atividade turística no espaço de sua competência, para que a comunidade local possa usufruir, conseqüentemente, dos benefícios econômicos e culturais provenientes das atividades em

apreço. Porém, o que se observa é que somente na alta temporada, Salinópolis se volta para a atividade turística, onde parcela significativa da população se envolve com o trabalho temporário para ganhar renda extra.

Portanto, a reorganização sócio-espacial ocorrida em Salinópolis, com a produção da atividade turística e a possibilidade de integração da população local ao projeto desenvolvimentista proposto pelo estado, mas que ao mesmo tempo prioriza interesses de segmentos empresariais que buscam a ampliação de lucros, gerou, “principalmente para a população residente, elevação no custo de vida, através de aumento de taxas de impostos, nos preços dos gêneros alimentícios e no aquecimento do mercado imobiliário, principalmente em período de alta estação” (BRITO, 2004, p. 65). Nesse contexto, o espaço socialmente produzido de Salinópolis se dá, citando Milton Santos, “ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 1999, p. 254).

Santos chama atenção para o fato de que, nas atuais condições de globalização, cada lugar é, a sua maneira, o mundo, ao mesmo tempo em que cada lugar torna-se exponencialmente diferente dos demais, e acrescenta que há lugares globais simples e lugares globais compostos, onde nos primeiros, apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam, onde a precariedade da existência de uma parcela importante da população não exclui a produção de necessidades, calcada no consumo das classes mais abastadas e, como resposta, surge uma divisão do trabalho caricatural, que encontra razões para se instalar e se reproduzir.

Por outro lado, Santos adverte que a grande descoberta nestes tempos de globalização é que o tempo que comanda ou que vai comandar é o tempo dos homens lentos, que acabam descobrindo as fabulações. É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias.

Nesse sentido, apesar da Paratur reclamar a pouca exploração da riqueza cultural e das festividades populares na região para atrair o turista, onde o patrimônio arquitetônico histórico encontra-se relativamente abandonado, não havendo investimentos em seu restauro e aproveitamento econômico, além da falta de organização e divulgação adequada do calendário de eventos, a identidade do nativo de Salinópolis ainda deixa marcas na paisagem, como forma de uma cultura residual, expressa nas festas religiosas e durante a quadra junina com exibição de grupos folclóricos, quando exibem manifestações culturais identificadas no caboclo amazônico como carimbó, boi-bumbá, pássaros e quadrilhas.

Nesse contexto, Rosendahl (2006) chama atenção para a relação entre a cultura, o turismo, a identidade e o lugar. Para a autora, com base em William Norton, existem três formas e origens de construção da identidade humana: a identidade legitimadora (cultura dominante), a identidade de resistência (residual) e a identidade projeto (emergente). A primeira representa uma identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, a segunda reflete a tendência de grupos de pessoas de um determinado lugar em envolverem-se em lutas para estabelecer para si mesma uma identidade distinta, que está em oposição a alguma identidade dominante, ou seja, uma identidade de resistência. A autora chama atenção para o fato de que este comportamento é um fenômeno relativamente recente que reflete a globalização em geral. A terceira forma é a construção de uma nova identidade, criada por um determinado grupo com o objetivo de redefinir sua posição na sociedade maior, “com a função última de transformar esta mesma sociedade” (ROSENDAHL, 2006, p. 124).

Nesse sentido, Santos (1999) argumenta que a cultura de massa responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação, enquanto a cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança.

É nesse sentido que se pode perceber que no complexo luminoso e moderno do Maçarico, a naturalidade do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa que se justapõe, superpõe e contrapõe ao resto do município onde vivem os nativos e os imigrantes empobrecidos, nas zonas opacas, que Santos adverte, estes são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas.

Por serem diferentes, os residentes abrem um debate novo, encontram novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e imigrantes são passivos, porém, é na esfera comunicacional que eles são fortemente ativos e diferem das classes ditas superiores. Nesse sentido, de acordo com o senhor Luis Fonseca, proprietário de uma barraca na “prainha” da vila do Cuiarana, boa parte da renda extra obtida com o trabalho temporário é empregada no lazer, onde os moradores locais fazem piqueniques e campeonatos de futebol nas praias das vilas, após o período de alta estação, levando consigo toda a família, “é um verdadeiro lazer, onde os homens jogam, as mulheres torcem pelos seus times, as crianças brincam e todos comem, bebem, e tomam banho na praia”.

Trata-se para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo: material e imaterial, político e de cidadania. Esse

futuro é imaginado e entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo mundo e percebidas no lugar.

Então, o choque entre culturas torna-se instrumento da produção de uma nova consciência. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio. Nesse contexto Salinópolis tende a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa, constituída pelos turistas e segundo residentes, e uma cultura popular constituída pelos nativos e imigrantes, “que colaboram e se atritam, interfere e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem fim” (SANTOS, 1993, p. 66).

Com efeito, o processo é complexo porque a globalização contraditoriamente reforça as identidades diferenciadas, exigindo necessariamente maior fortalecimento das identidades locais. Esta é uma síntese identitária de Salinópolis, cuja política econômica, principalmente do governo paraense, quer buscar no turismo uma das oportunidades de desenvolvimento, de mudança de identidade desse espaço. Como não existe uma cultura homogênea, Coriolano (2006) chama atenção para o fato de que nos espaços criados para o turismo, as identidades culturais variam do popular ao erudito, formando um *mix* de costumes, ritos, crenças e mitos. A forma de ser da população local ressalta-se ou subsume-se em interface com a cultura dos povos visitantes, que possibilita maior identificação local, ou sofre total aculturação por alguns que acaba copiando o jeito de ser dos visitantes, a cultura global, sem identidade. Confirmando os argumentos de Coriolano, em Salinópolis, principalmente os moradores das vilas têm mantido seus hábitos e costumes, mesmo em contato com os turistas, salvo exceções dos “jovens de maior renda que moram na sede do município, que procuram imitar os turistas na dança, na música e nos trajes”, declarou Paulo da Silva, 18 anos, flanelinha na praia das Corvinas. Portanto, apesar de extremamente urbanizado, parcela significativa da população residente de Salinópolis ainda preserva padrões culturais vinculados à identidade de outrora.

3.3 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE SALINÓPOLIS

A região Norte se caracteriza por apresentar taxas de crescimento demográfico mais elevadas do que a média nacional. Tal comportamento demográfico é determinado pelos maiores níveis de crescimento vegetativo³² que historicamente caracterizam a região,

³² Diferença entre as taxas brutas de natalidade (número de nascidos vivos por 1000 habitantes em determinado ano) e de mortalidade (quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao

acrescidos das taxas líquidas de migração positiva³³. Porém, desde os anos de 1970, a região vem apresentando tendências de crescimento populacional a taxas declinantes (Tabela 1).

Segundo Moreira (1998), as elevadas taxas de crescimento da região Norte são resultantes de elevados níveis de fecundidade e relativamente baixos níveis de mortalidade. O autor chama atenção ainda para a prevalência de uma *relativa homogeneidade intra-regional nos níveis de fecundidade* (grifo nosso). Por outro lado, essa homogeneidade encobre amplos diferenciais sociais e econômicos que são particularmente importantes na formulação de políticas localizadas.

Tabela 1 – Brasil e região Norte: taxa de crescimento médio anual (%), segundo a situação domiciliar e grau de urbanização, 1940-2000

		1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/2000
Brasil	Urbana	3,8	5,3	5,0	4,4	2,7	1,1
	Rural	1,6	1,6	0,6	-0,6	-0,7	-0,6
	Total	2,3	3,1	2,9	2,5	1,7	0,7
Região Norte	Urbana	3,6	5,4	5,4	6,4	5,1	2,1
	Rural	1,8	2,7	2,4	3,4	2,3	-0,3
	Total	2,3	3,6	3,6	4,8	3,8	1,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1940-2000

Fatores de natureza estrutural (econômico, social e político-institucional) revelam mesmo de forma sintetizada, a dinâmica demográfica de Salinópolis como resultado das transformações das relações sociais e da organização produtiva a partir da intensificação da atividade turística nas últimas décadas. Nesse contexto, faz-se necessário a quantificação de indicadores demográficos e evolução geral do desenvolvimento socioeconômico municipal para uma melhor compreensão dos indicadores nas taxas de fecundidade.

Nesse contexto, com a modernização nos sistemas produtivos a partir da segunda metade do século XX, diversos são os indicadores socioeconômicos que influenciam nas taxas de fecundidade como a renda per capita, a educação, serviços de saúde e de infra-estrutura urbana, acesso aos meios de comunicação, dentre outros. Tais alterações refletem na personalidade humana e conduzem ao desejo de novas experiências, o que leva a transformações no comportamento reprodutivo, repercutindo, no entanto, de forma

meio do ano civil) num período fixado (BERQUÓ, 1980; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

³³ A expressão migração líquida refere-se ao saldo dos deslocamentos havidos em direções opostas e terá sinal positivo quando a imigração interna for maior do que a emigração interna (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980).

diferenciada no tempo e no espaço, conforme vão surgindo a difusão por bens e serviços, em decorrência da modernização da sociedade (SIMÕES, 2006).

No que diz respeito aos indicadores demográficos, a Figura 8 retrata a taxa média geométrica de crescimento anual da população salinopolitana e a Tabela 2 retrata o crescimento populacional do município por situação de domicílio entre os anos de 1940 a 2007.

No decênio 1940-1950, a taxa de crescimento da população salinopolitana (0,8%) situava-se bem abaixo do crescimento da população brasileira que era em de 2,39% ao ano. No entanto, a partir do decênio 1950-1960, o crescimento populacional no município acelerou, atingindo a marca de 2,6% ao ano, aproximando-se do crescimento populacional brasileiro que foi de 2,99%. A partir desse decênio, o crescimento da população brasileira começa a desacelerar, chegando a 1,64% ao ano no decênio 1991-2000, bem abaixo do crescimento populacional da região Norte, com 2,86% e do estado do Pará com 2,54% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

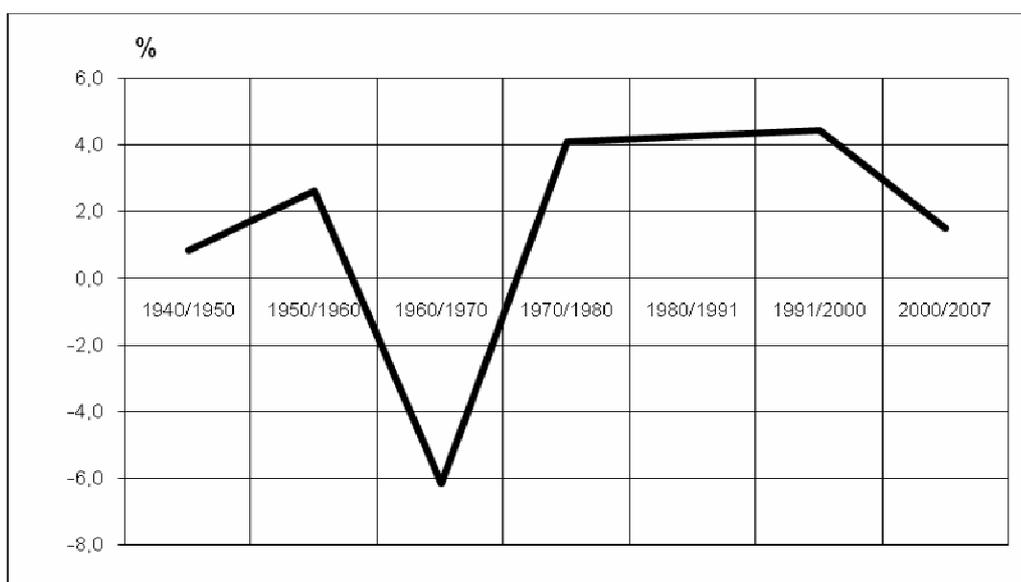


Figura 8 – Salinópolis: taxa média geométrica de crescimento anual da população, 1940-2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em: IBGE. Censo Demográfico 1940-2000; Contagem da População 2007

No decênio 1960-1970, a taxa de crescimento da população em Salinópolis é negativa (-6,2%) porque em 1961 o município perdeu 39% de sua população com o desmembramento que sofreu diante a composição do município de Primavera (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1971). No entanto, em apenas uma década a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente no município foi

espetacular, atingindo a cifra de 4,1% no decênio 1970-1980 e 4,2% no período 1980-1991 (no país, nos respectivos períodos foi de 2,48% e 1,93%), atingindo seu ponto maior no decênio 1991-2000 com 4,4% quando a partir de então, despenca para 1,5% ao ano no período 2000-2007. Observe que a evolução nas taxas de crescimento populacional do município se dá em sentido contrário ao do país, ou seja, enquanto as taxas de crescimento populacional no país estavam em declínio, em Salinópolis estavam em ascensão.

Portanto, a dinâmica do crescimento demográfico (indicador importante de sustentabilidade) em Salinópolis permite dimensionar a demanda por serviços e equipamentos básicos de saúde e de saneamento, educação, infra-estrutura social, emprego, bem como as formas de utilização dos recursos naturais como a exploração das belezas cênicas do lugar para fins turísticos, por exemplo.

Os dados da Tabela 2 indicam um pequeno crescimento da população total de Salinópolis nos decênios 1940-1950 e, apesar de ainda apontar para uma maior concentração da população no espaço rural no período 1950-1960, observa-se uma redução no percentual de crescimento desse contingente populacional de 83% para 68% respectivamente. A análise dos dados referentes à população total também indica que o contingente populacional mais que dobrou no período de 1980 a 2000, atingindo um total de 33.449 habitantes em 2000.

Tabela 2 – Salinópolis: população total residente na área rural e urbana, 1940-2007

Censo	População urbana		População rural		População total
	Nº habitantes	%	Nº habitantes	%	
1940	2.375	18	10.642	82	13.017
1950	2.375	17	11.734	83	14.109
1960	5.781	32	12.441	68	18.222
1970	6.637	69	3.014	31	9.651 ³⁴
1980	10.353	72	4.005	28	14.358
1991	19.317	85	3.353	15	22.670
2000	30.417	91	3.032	9	33.449
2007	33.063	90	3.605	10	36.668 ³⁵

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo Demográfico 1940-2000; Contagem da População 2007

³⁴ A queda da população observada neste censo é devida à perda do então distrito de São João de Pirabas para compor o novo município de Primavera, conforme Lei Estadual 2.460/1961. Em 1988, a Lei Estadual nº 5.453 altera mais uma vez o limite municipal em virtude da criação do município de São João de Pirabas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1991b).

³⁵ Oficialmente, o IBGE publicou que a população total de Salinópolis no ano 2007 era de 37.066 habitantes, no entanto, detectou-se que a soma total de habitantes do sexo feminino e masculino residentes na zona rural e urbana não condiz com os dados oficiais publicados.

O censo de 1970 revela situações singulares para Salinópolis. Em 1961, a Lei Estadual nº 2.460 determina que o distrito de São João de Pirabas, que pertencia a Salinópolis, passe a compor o novo município de Primavera, contribuindo para a redução da população rural no município como evidencia o censo de 1970. Também é no decorrer do final da década de 1960, e principalmente a partir de 1970, como visto anteriormente, que as ações políticas promoveram mudanças infra-estruturais significativas no município de forma que o rápido crescimento da atividade turística impulsionará a imigração para o lugar (CARDOSO, 2001; MONTEIRO, 1993), contribuindo para o crescimento da população residente (Tabela 3)³⁶. Vale ressaltar que a produção do espaço a partir desse período sofreu grandes alterações, influenciada especialmente pela especulação imobiliária e a expansão da indústria da construção civil, que em pouco tempo transformou o local em uma área de grande crescimento urbano, de forma que a partir dos anos de 1980 o crescimento populacional da zona urbana se acentua significativamente em detrimento da zona rural.

Tabela 3 – Salinópolis: população residente e distribuição percentual da população residente não natural do município, 1970-2000

Censo	1970	1980	1991	2000
População total	9.651	14.358	22.670	33.449
% de imigrantes	15	21	15	20

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE.
Censo Demográfico 1970-2000

Dados da Contagem da População 2007 revelam uma pequena redução percentual da população urbana e pequeno acréscimo percentual da população rural (Tabela 2). Tais indicações podem remeter a dois fatores: em primeiro lugar, o uso do solo urbano de Salinópolis (sede municipal) começa a dar sinais de esgotamento, com expansão da população para a área considerada como rural (vilas e povoados)³⁷; em segundo lugar, a baixa taxa de fecundidade das mulheres residentes no espaço urbano, como será verificado no próximo capítulo.

Com relação à procedência e destino dos migrantes para Salinópolis, os dados dos Censos Demográficos de 1970-2000 demonstram maior participação de deslocamentos intra-

³⁶ Dados do IBGE confirmam o peso da população não natural na população total do município de Salinópolis, ou seja, em torno de 20% no ano 2000, enquanto o peso da população migrante rural na população urbana no período 1995-2000 foi de 5,00 a 10,00% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a).

³⁷ A sede municipal de Salinópolis é considerada institucionalmente como área urbana, enquanto as vilas e os povoados como rural, no entanto, o espaço urbano/rural local está intimamente ligado, por um “novo sistema social [...], no âmbito do mesmo **processo de produção**”, a atividade turística, mesmo que estejam “em presença de duas situações diferentes (grifos do autor)” (CASTELLS, 2006, p. 42).

estaduais, certa equivalência entre homens e mulheres, 2/3 de procedência da zona urbana e destino, principalmente, para o espaço urbano do município.

Simões (2006) chama atenção para o fato de que principalmente a partir dos anos de 1970, as transformações em curso na sociedade brasileira como os fortes deslocamentos migratórios do campo para a cidade levaram a uma intensificação e diversificação da urbanização, como resultado principalmente da disseminação de um modelo de desenvolvimento econômico voltado para o consumo e associado às generalizações das relações de mercado, enquanto na região Norte, de acordo com Moreira (1998), apesar de uma acentuada tendência à concentração nas áreas urbanas entre 1970-1980, o movimento de redução absoluta da população rural só ocorreu a partir de 1991, embora na década de 1980 mais da metade da população nortista já tivesse domicílio urbano. De outro lado, o estado do Pará foi o que manteve maior equilíbrio em termos da distribuição de sua população por situação domiciliar, tendo apresentado não só o grau de urbanização mais baixo, como também o processo de urbanização populacional mais lento da região Norte a partir de 1970.

Nesse contexto, a concentração da população residente de Salinópolis na zona urbana (91%) no ano de 2000 reflete o fenômeno da urbanização brasileira, estreitamente associada à questão das migrações. Assim, o crescimento urbano de Salinópolis se reflete no crescente número de domicílios particulares permanentes e de famílias³⁸ (Tabela 4), com número médio de 4,86 pessoas por unidade domiciliar e número médio de 4,06 pessoas por família residentes em domicílios particulares segundo o Censo Demográfico 2000. Nesse caso, “a moradia é um dos elementos essenciais da reprodução da força de trabalho. Como tal, ela segue os movimentos da concentração, dispersão e distribuição dos trabalhadores [...]” (CASTELLS, 2006, p. 226). Com efeito, o desenvolvimento da economia do turismo em Salinópolis necessitou organizar a residência da mão-de-obra necessária, aproveitando a mão-de-obra que já residia no lugar, suscitando em seguida, o movimento migratório, cujas dimensões ultrapassam amplamente as capacidades de construção e de equipamentos de uma cidade herdada de um modo de produção mercantil.

³⁸ O domicílio é definido como sendo o local de moradia, estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas. Já a família é definida como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica, normas de convivência ou pessoas que moram sós, sendo que essas pessoas devem morar no mesmo domicílio. Portanto, é possível que dentro de um mesmo domicílio, resida mais de uma família, caracterizando um domicílio composto (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

Tabela 4 – Salinópolis: domicílios particulares permanentes e famílias residentes, 1970-2007

Censo	1970	1980	1991	2000	2007
Domicílios particulares	-	2.548	4.159	6.886	8.385
Famílias residentes	1.808	2.813	4.780	8.209	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo demográfico 1970-2000; Contagem da População 2007

A população residente no município de Salinópolis não está distribuída de maneira uniforme. Em certas localidades, há forte densidade demográfica, principalmente nas porções ocidental, meridional e sudoeste da sede municipal, que representa a área de expansão urbana pela população de renda mais baixa como verificado na seção anterior, ao lado de outras quase vazias, provavelmente representadas pelos domicílios de uso ocasional³⁹ (as chamadas segundas residências), que segundo o IBGE (2003a), representavam de 25,01 a 50,00% do total de domicílios no município em 2000. Dados da contagem da população 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008) indicam que o número de domicílios de uso ocasional no município atingia a cifra de aproximadamente 39,20%.

É interessante destacar que no ano de 2000, Salinópolis, com 152,87hab./km², era o quinto município de maior densidade demográfica no estado do Pará (estado com densidade de 4,96hab./km²)⁴⁰, ficando atrás de Ananindeua, Belém, Marituba e Benevides, situados na Zona Metropolitana da Grande Belém. Com uma área atual de aproximadamente 218km², a Tabela 5 mostra a população total e a densidade demográfica de Salinópolis, revelando uma forte pressão antrópica no município.

Tabela 5 – Salinópolis: população e densidade demográfica, 1980, 1991, 2000 e 2007

Anos	População	Área em km²	Densidade (hab./km²)
1980	14.358	473,00	30,36
1991	22.670	241,53	93,86
2000	33.449	217,90	152,87
2007	36.668	217,90	168,27

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo Demográfico 1980-2000; Contagem da População 2007

³⁹ Domicílio particular permanente que na data de referência serve ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, feriados prolongados, férias ou outro fim (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a, p. 122)

⁴⁰ A região Norte, a maior das macrorregiões brasileiras, com 3,9 milhões de km², também representa a região de menor densidade demográfica do país, 3,4 hab/km² no ano 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

Outro fator explicativo da grande transformação socioeconômica de Salinópolis é a evolução de sua estrutura econômica no período 1970-2000. Até o final da década de 1970, os principais setores de atividade, com 46,25% da População Ocupada (POC), eram as atividades primárias, principalmente a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, embora já estivessem em curso mudanças políticas e estruturais que favoreciam o crescimento urbano através da atividade turística (Tabela 6).

Tabela 6 – Salinópolis: pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, 1970-2000

Atividade	1970	1980	1991	2000 ⁴¹
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.235	1.641	1.420	1.315
Atividades industriais	722	1.164	1.673	1.737
Comércio de mercadorias	141	276	863	2.292
Alojamento e alimentação	-	-	-	2.246
Prestação de serviços	295	631	1.703	-
Transporte, armazenagem e comunicação	32	108	97	197
Atividades sociais	98	286	552	-
Administração pública	70	65	149	416
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	-	435
Educação	-	-	-	433
Saúde e serviços sociais	-	-	-	76
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	-	248
Serviços domésticos	-	-	-	2.907
Atividades mal definidas	78	12	49	19

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo Demográfico 1970-2000

Já em 1991, o censo revela que 27,60% da POC a partir dos 10 anos de idade estavam empregadas nas Atividades Características do Turismo (ACT) como prestação de serviços, transportes e comunicações, 25,65% nas atividades industriais⁴², enquanto apenas 21,77% estavam empregadas nas atividades primárias (agropecuária, extração vegetal e pesca). Os principais destaques revelados no censo 2000 são os serviços domésticos, uma nova seção de atividade incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), representando 23,59% da POC; o comércio de mercadorias que cresceu em três décadas em 1.525% no número de pessoal ocupado, com média de 15% ao ano; além de novas seções

⁴¹ Desde o Censo de 1991, o IBGE tem alterado em seu questionário as questões referentes ao trabalho, incluindo no Censo 2000, uma nova Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), por isso, na seção de atividade referente ao comércio de mercadorias foi acrescentada a reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, enquanto na seção referente à administração pública foi acrescentado defesa e seguridade social.

⁴² De acordo com o Censo de 1980, 72,3% das pessoas ocupadas nas atividades industriais estavam empregadas na indústria da construção civil. Em 1991, esse contingente representava 70,6% e, em 2000, 71,5%.

introduzidas nesse censo, como alojamento e alimentação, que em Salinópolis representava 18,23% da POC no referido ano. Quanto às atividades primárias como agricultura e pesca que tiveram crescimento de 32,9% entre 1970 e 1980, tiveram descenso de -13,5% de 1980 a 1991, e de -7,4% de 1991 a 2000.

A Tabela 7 apresenta a razão de sexo em Salinópolis⁴³. Observa-se que em Salinópolis a relação homem/mulher é relativamente equilibrada, com leve prevalência da população masculina.

Tabela 7 – Salinópolis: População total por sexo e razão de sexo, 1970-2007

Censo	1970	1980	1991	2000	2007
Feminina	4.788	7.040	10.986	16.340	17.964
Masculina	4.863	7.318	11.684	17.109	18.704
Total	9.651	14.349	22.670	33.449	36.668
Razão de sexo	101	103	106	104	104

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo Demográfico 1970-2000; Contagem da População 2007

Como se vê, ao longo do tempo, a organização econômica e social de Salinópolis tornou-se direta e indiretamente condicionada aos fluxos de turistas, revelando o aprofundamento das desigualdades sociais evidenciadas na Tabela 8, onde nem sempre as melhorias criadas no local se orientam para o bem-estar da população, mas para aperfeiçoar a operacionalização das unidades produtivas integradas ao turismo.

Tabela 8 – Salinópolis: indicadores socioeconômicos, 1991-2000

Indicadores	1991	2000
Renda per capita (R\$)	83,91	159,10
% de pobres	62,36%	50,48%
Índice de Gini	0,470	0,640
10% + ricos / 40% + pobres	10,46	26,11

Fonte: Adaptado de CNM (2004)

Pela Tabela 8, apesar do aumento na renda per capita e da redução no percentual de pobres, o Índice de Gini⁴⁴ mostra que a desigualdade aumentou no município, de forma

⁴³ A razão de sexo expressa o número de homens para cada 100 mulheres.

⁴⁴ De acordo com a PNUD, o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros é nula) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

que entre 1991 e 2000, a diferença entre os 10% mais ricos e 40% mais pobres⁴⁵ aumentou de 10,46% para 26,11%.

A atividade turística em Salinópolis, que se baseia na estadia sazonal dos visitantes, passa a ser considerada como o passaporte de desenvolvimento e como grande fonte de renda no município. No entanto, a situação da imensa maioria de seus habitantes não se alterou substancialmente, e o desenvolvimento pelo turismo, como afirma Ouriques (2005, p. 100), não passa de uma ilusão. E complementa: “o asfalto [por exemplo,] que passa pelos roteiros turísticos contrasta com as ruelas esburacadas e enlameadas dos bairros pobres, muitas vezes a poucos metros da modernidade automobilística [...]” Os argumentos de Ouriques podem ser observados em vários pontos da cidade de Salinópolis, como por exemplo, a rua Canaã no bairro Nova Brasília, que não possui condições de trafegabilidade para veículos e pedestres. O bairro Nova Brasília se desenvolveu a partir do Trevo que dá acesso à ilha do Atalaia e a fotografia da rua Canaã foi tirada a partir da PA-124 (Figura 9).



Figura 9 – Salinópolis: rua Canaã, bairro Nova Brasília

Foto: Frank Campos, fev. 2008

⁴⁵ 10% + ricos / 40% + pobres é uma medida, segundo a PNUD, do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. No ano de 2001, o rendimento médio mensal familiar per capita dos 10% + ricos e 40% mais pobres da população brasileira era de 22,1 (exclusive a população rural da região Norte) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

Como a distribuição dos rendimentos é extremamente assimétrica, os rendimentos médios são muito influenciados pelos valores recebidos por alguns segmentos da população. Tal fato pode ser verificado na Tabela 9, onde dados do Rendimento Nominal Mensal da População Ocupada (POC) no ano de 2000 revelam a concentração de renda no município onde mais de 40% da População Ocupada percebe até um salário mínimo, enquanto menos de 1% desse contingente percebe mais de 20 salários mínimos. Segundo a Sepof (PARÁ, 2007), 51,61% da população salinopolitana vivia abaixo da linha de pobreza no ano 2000, com renda mensal per capita inferior a ½ salário mínimo, dos quais, 49,20% residiam na zona urbana e 75,70% na zona rural.

Dados do IBGE indicam também que dos 12.321 integrantes da POC em Salinópolis no ano 2000⁴⁶, 68,35% estavam empregados (21,98% com carteira assinada, 4,94% composto por funcionários públicos e, 73,08% sem registro em carteira); 1,57% eram empregadores; 26,14% trabalhavam por conta própria; 2,39% não remunerados, mas em ajuda a membro do domicílio; e 1,55% trabalhavam para o próprio consumo. Dos 68,35% integrantes da POC que estavam empregados, excetuando os funcionários públicos, as seções de atividade que mais se destacam são: os serviços domésticos com 23,59%;⁴⁷ conta própria (reparação de veículos e objetos domésticos) com 18,60%; as vinculadas ao turismo (alojamento e alimentação) com 18,23%; atividades primárias (como a agricultura e a pesca) com 10,67%; e os trabalhadores da construção civil com 10,8%.

Tabela 9 – Salinópolis: distribuição da POC por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em salário mínimo⁽¹⁾, 2000

Classe de rendimentos	POC	%
Total da POC	12.321	-
Até 1	5.039	40,90
Mais de 1 a 2	3.868	31,39
Mais de 2 a 3	1.273	10,33
Mais de 3 a 5	845	6,86
Mais de 5 a 10	517	4,20
Mais de 10 a 20	163	1,32
Mais de 20	87	0,71
Sem rendimentos	529	4,29

Fonte: Adaptado de Sepof (2007)

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00

⁴⁶ Dados do IBGE indicam que no ano de 1991, Salinópolis tinha uma PEA de 7.113 pessoas, enquanto a POC era de 6.525. No ano 2000, a PEA era de 13.896 (PARÁ, 2007).

⁴⁷ De acordo com o IBGE (2003a), o segmento de atividade que apresenta maior percentual da população ocupada no Brasil como um todo é o de serviços – desmembrado em serviços domésticos e demais serviços, onde também se concentram os mais elevados níveis de emprego não registrados.

A Figura 10 ilustra, para o Brasil, a distribuição da POC nas Atividades Características do Turismo (ACT), quanto à posição na ocupação.

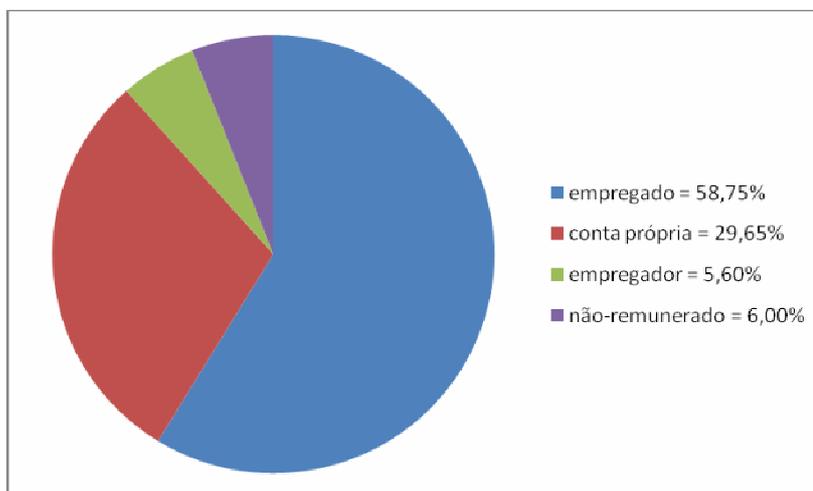


Figura 10 – Brasil: percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com trabalho principal na semana de referência nas ACT, por posição na ocupação, 2003

Fonte: IBGE (2006b, p. 37)

O IBGE (2006b), com base na Organização Mundial do Turismo (OMT), classifica no Brasil as Atividades Características do Turismo (ACT) em: hotéis e similares, restaurantes e similares, serviços de transportes de passageiros, serviços anexos aos transportes de passageiros, agências de viagens e similares, aluguel de bens e equipamentos de transportes de passageiros, serviços culturais e serviços desportivos e de lazer.

Segundo dados do IBGE (2006b), os setores de serviços pertencentes às ACT mais expressivos quanto ao número de pessoal ocupado para o Brasil em 2003 foram os serviços de alimentação com 65,37%, alojamento com 11,27% e transporte rodoviário com 11,27%, onde as empresas de pequeno porte, principalmente as pertencentes ao segmento da alimentação, foram responsáveis por 60,61% do pessoal ocupado. Em Salinópolis, o número mais expressivo de pessoal ocupado nas ACT no ano 2000 foram os serviços de alojamento e alimentação com 18,23% e transporte e comunicação com 1,60% (PARÁ, 2007). Portanto, apesar de a atividade turística integrar a principal fonte de receita em Salinópolis, constata-se a baixa participação do município, como anunciado pela Paratur, na oferta de determinados serviços turísticos como os de transportes, agências de viagem, serviços culturais e serviços desportivos e de lazer, inclusive nos mais expressivos como alojamentos e alimentação.

O IBGE também indica para o ano 2000 que o rendimento médio mensal do município era de R\$389,37. Dos 12.321 integrantes da POC nesse mesmo ano,

aproximadamente 41% era constituído de mulheres, com rendimento médio mensal de R\$278,48, enquanto 49% eram constituídos de homens, com rendimento médio mensal de R\$465,67. O predomínio do gênero masculino sobre o feminino das pessoas ocupadas nas ACT é fato no Brasil.

Nota-se que o rendimento médio mensal de Salinópolis é abaixo da média dos municípios brasileiros com até 50.000 habitantes (R\$480,00). Provavelmente, os baixos salários de Salinópolis podem estar associados ao fato de que, no Brasil, as empresas do segmento de alojamento e alimentação, apresentam os menores valores de remuneração média mensal dentre as empresas pertencentes às ACT.

Por outro lado, no Brasil, tocante ao nível de instrução, já que o rendimento tem estreita relação com os anos de estudo, as mulheres ocupadas nas ACT são mais escolarizadas do que os homens, principalmente no grupo de 11 a 14 anos de estudo. Já no grupo de 4 a 7 anos de estudo, os homens obtiveram maior participação⁴⁸.

De acordo com a PNUD, a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB). A Tabela 10 mostra o PIB e o PIB per capita de Salinópolis com referência aos anos de 2001 / 2002, para em seguida ser analisado o IDHm.

Tabela 10 – Salinópolis: Dados do PIB, 2001-2002

Ano	2001	2002
Produto Interno Bruto	R\$47.845.600,00	R\$53.613.000,00
PIB per capita – PPC ⁽¹⁾	R\$1.381,86	R\$1.501,05

Fonte: CNM (2004)

(1) Paridade do Poder de Compra.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHm) denota o nível de desenvolvimento dos municípios, segundo as dimensões educação, renda e longevidade⁴⁹. O IDHm se divide em três categorias: baixo (0,00-0,49), médio (0,50-0,79) e alto desenvolvimento humano (0,80-1,00). No período de 1970 a 2000, o IDHm de Salinópolis

⁴⁸ Dados não disponíveis para o município de Salinópolis.

⁴⁹ O resultado das análises educacionais é medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental médio e superior) com peso 2, e da taxa bruta de frequência à escola com peso 1. A dimensão Renda é obtida a partir do indicador renda per capita média, onde os limites inferiores e superiores são equivalentes a R\$3,90 e R\$1.559,24 respectivamente. Portanto, a dimensão renda é medida pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como Paridade do Poder de Compra (PPC). E por último, a dimensão longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003c).

creceu de 0,370 para 0,740, sendo a dimensão renda a que mais contribuiu para seu aumento, conforme evidencia a Tabela 11. A contribuição da dimensão renda no IDHm de Salinópolis relaciona-se às transformações estruturais que tem se operado na economia do município nas últimas décadas do século XX e, apesar do aumento na concentração de renda, a implantação de ações governamentais na área econômica e social trouxe reflexos altamente positivos nas condições gerais de vida da população local, com a melhoria geral dos indicadores de educação, saneamento básico, difusão da rede básica de saúde, melhoria nos indicadores econômicos, principalmente nos indicadores de emprego e de crescimento geral do PIB.

Os dados da Tabela 11 indicam, portanto, que o IDHm de Salinópolis passou de baixo para médio desenvolvimento humano nos anos de 1980, onde a dimensão educação é classificada em 2000 como de alto desenvolvimento.

Tabela 11 – Salinópolis: Índice de Desenvolvimento Humano, 1970-2000

Ano	1970	1980	1991	2000
IDH – Educação	0,481	0,529	0,733	0,826
IDH – Renda	0,209	0,409	0,512	0,619
IDH – Longevidade	0,421	0,501	0,673	0,774
IDH – Municipal	0,370	0,480	0,639	0,740

Fonte: IBGE (2002b); PARÁ (2007)

No entanto, as maiores taxas de analfabetismo no ano 2000 foram encontradas nos municípios brasileiros com até 50.000 habitantes (onde se enquadra Salinópolis). Ao desagregar este indicador para os grupos de idade, chamam atenção os dados da Tabela 12, revelando atraso das crianças e adolescentes de Salinópolis de 7 a 14 anos de idade no ingresso ao ensino fundamental, resultando no elevado percentual de analfabetos nessa faixa etária, apesar da redução de 39,95% em 1991 para 23,48% no ano 2000. Também os elevados percentuais de analfabetismo para o grupo acima dos 24 anos de idade denotam que, definitivamente, o trabalho passa a ser mais importante que os estudos. De acordo com o IBGE (2003a), Salinópolis apresenta, no ano 2000, taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais de idade de 10,01 a 18,00%, enquanto o percentual da população adulta com ensino fundamental concluído variava de 15,01 a 25,00%.

Tabela 12 – Salinópolis: analfabetismo, 1991-2000

Discriminação	1991	2000
% 7 a 14 anos analfabetas	39,95	23,48
% 15 a 17 anos analfabetas	10,80	3,82
% 18 a 24 anos analfabetas	8,12	7,13
% acima de 24a.analfabetas	26,66	19,67

Fonte: PNUD / Atlas de Desenvolvimento Humano
Reproduzido em: CNM (2004)

A alfabetização é pré-requisito para a maioria das formas de aprendizado independentemente do grupo etário, tornando-se indispensável para a efetiva participação na sociedade e nas economias do século XXI, tal como a atividade turística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a). Porém, as elevadas taxas de analfabetismo de Salinópolis refletem a situação vigente na região Norte e no Brasil como um todo, onde a leitura da Tabela 13 constata que o Norte apresentou maiores percentuais deste indicador para a população na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, superior ao obtido para o conjunto do país, no período de 1980 a 1996. Dados do IBGE (2006a) indicam que em 2005, a região Norte continuou apresentando elevados índices de analfabetismo: 12% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade não freqüentavam a escola; 4,3% de 7 a 14 anos; e o caso mais grave foi para os adolescentes de 15 a 17 anos, com 22,1%, o mais alto do país nessa faixa etária.

Tabela 13 – Região Norte e Brasil: taxa de analfabetismo da população de 15 a 24 anos de idade, 1980-1996

Discriminação	Norte			Brasil		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996
15 anos ou mais	29,2	24,6	17,1	25,4	20,1	14,9
15 a 19 anos	21,5	15,0	7,1	16,5	12,1	6,2
20 a 24 anos	21,1	16,0	8,4	15,6	12,2	7,3

Fonte: INEP, Geografia da educação brasileira (2000) adaptado de: Teixeira e Brasil (2006)

Outro indicador para mensurar o nível educacional é a média de anos de estudo da população. Em 1996, por exemplo, os jovens brasileiros de 15 anos de idade que deveriam ter 8 anos de estudo completos (tendo concluído assim o ensino fundamental), possuíam apenas 5,2 anos de estudo. Em Salinópolis, segundo o IBGE (2003a), a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade no ano 2000 era de 4,01 a 5,00, enquanto dados da Sepof (PARÁ, 2007) assinalam para o referido ano que a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais de idade no município era de 3,39. Nesse sentido, a Tabela 14 revela a precariedade do sistema escolar de Salinópolis no ano 2000, a qual indica que parcela significativa dos jovens salinopolitanos não chegavam a completar o ensino fundamental,

além da ínfima parcela daqueles que chegam a cursar o ensino superior e do elevado grau de repetência e de evasão escolar no ensino fundamental no período 1996-2002, cujos dados registram média aproximada de mil alunos por ano durante o período acima.

Levantamentos de 2004 do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicados pelo IBGE (2006a) registram o rendimento escolar em Salinópolis: a taxa de reprovação no ensino fundamental foi de 13,20% e no ensino médio de 13,40%; a taxa de abandono no ensino fundamental foi de 9,50% e no ensino médio de 37,30%.

Vale salientar que a educação fundamental é um direito de toda criança, sendo necessário ser complementada pelo ensino médio, concluindo, assim, o ciclo educacional que prepara o indivíduo para o exercício da cidadania e atender às novas exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, os dados da Tabela 14 presumem que o quadro era bastante desfavorável para a população salinopolitana no ano 2000, já que apenas 8,61% tinham completado o ensino médio.

Tabela 14 – Salinópolis: pessoas de 10 anos ou mais idade, por grupos de anos de estudo, 2000

Anos de estudo	Nº habitantes	%
Sem instrução e menos de 1 ano	2.800	11,37
1 a 3 anos	7.844	31,85
4 a 7 anos	8.512	34,60
8 a 10 anos	3.111	12,63
11 a 14 anos	2.121	8,61
15 anos ou mais	76	0,30
Não determinado	158	0,64
Total de habitantes	24.622	100,00

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE. Censo Demográfico 2000

Dados do IBGE (2006a) revelam que no ano de 2006 houve em Salinópolis 9.453 matrículas no ensino fundamental, 2.294 no ensino médio (o município dispõe de duas escolas públicas estaduais nesse grau de ensino) e 2.725 no pré-escolar. O IBGE também revela para o ano 2005, 54 matrículas no ensino superior, vinculado principalmente à rede privada sediada na capital Belém e que mantém núcleo institucional em Salinópolis, com curso intercalar em Pedagogia. Dados do Censo Demográfico 2000 revelam que apenas 39 pessoas freqüentavam ensino superior⁵⁰ naquele ano e nenhuma freqüentava pós-graduação.

⁵⁰ Os salinopolitanos que freqüentavam curso superior no ano 2000 precisavam se deslocar para a capital do estado, como muitos o fazem até os dias atuais.

Teixeira e Brasil (2006) advertem para a situação precária da taxa de escolarização para os adolescentes de 15 a 17 anos de idade para a região Norte e Brasil, indicando que um contingente significativo desses jovens se encontra fora da escola, muitas vezes para realizar atividades no mercado de trabalho. Acrescentam também que a taxa de escolarização bruta no ensino fundamental na região Norte, mostra o grau de retenção nesse nível educacional, ou seja, a idade dos alunos matriculados ultrapassa a idade máxima prevista para o ensino fundamental (14 anos). Para que se tenha uma idéia da gravidade dessa situação, em 1991, apenas 15,6% dos alunos matriculados na primeira série do ensino fundamental na região Norte chegaram à primeira série do ensino médio. Em 2001, esse percentual aumentou para 35,5%, bem abaixo do percentual brasileiro que foi de 57,5%.

O IBGE, ao verificar a existência de uma correlação positiva entre rendimento e anos de estudo em 2006, observou a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade, tendo como parâmetro os quintos de rendimento familiar *per capita*. O IBGE constatou que a média de anos de estudo para aqueles situados entre os 20% mais ricos na distribuição de renda do país era de 10,2, enquanto que para os 20% mais pobres, as pessoas tinham apenas 3,9 anos de estudo. “Tais resultados evidenciam uma clara situação de desigualdade de oportunidades, mostrando a necessidade de políticas de distribuição de renda mais efetivas que venham a proporcionar melhores oportunidades educacionais para a população de baixa renda” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a, p. 45).

Conforme analisado neste capítulo, sob a lógica do turismo, o município de Salinópolis é transformado em espetáculo para o lazer, resultando no estabelecimento de uma nova estrutura sócio-espacial, ao mesmo tempo em que se agravam os problemas sociais. Mas o desenvolvimento do turismo no município também tem condicionado a moderna reconstrução da trama social para a comunidade local.

Nessa direção, uma das principais discussões no atual momento do processo da globalização diz respeito à existência do lugar enquanto esfera de materialização de elementos da contemporaneidade, onde, apesar do aumento da intervenção do global no local, persistem particularidades históricas e culturais. A localidade, segundo Santos (1999, p. 258):

Se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela [...]. No lugar, nosso próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo.

Essa realidade pode ser observada em Salinópolis, onde historicamente a economia tem sido dependente dos recursos naturais locais, dos faroleiros aos pescadores, e destes à atividade do turismo, que se funda sobre bases tradicionais, que mostram não somente as heranças deixadas pelo tempo, mas, sobretudo, a ação do trabalho do homem sobre a natureza. Portanto, a história de Salinópolis foi paulatinamente construída a partir tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como elementos extralocais, ao longo do tempo. Tais ações, locais e extralocais, como em um salto quantitativo e qualitativo, conduziram à mudança da reprodução simples, necessária à sobrevivência do grupo, para a reprodução ampliada, necessária à acumulação.

O turismo, apesar de ser considerado uma das atividades mais importantes do mundo pós-moderno, em Salinópolis, está longe do ideal. Nesse sentido, agrega-se a expansão urbana do município que, citando Castells (2006) e Souza (2006), reflete a segregação do tipo clássico no Brasil, ou seja, empurra os pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia. Agregam-se também os agentes capitalistas, públicos e privados, que ao promoverem em Salinópolis o desenvolvimento dessa atividade dita *moderna*, pouco investe na educação, na geração de emprego e renda, dentre outros indicadores tão caros para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, bem como para mudança de comportamento reprodutivo, objeto deste estudo.

Nesse sentido, a inserção e a permanência no sistema educacional por parte dos jovens são fundamentais para a melhoria nas condições de sobrevivência dos indivíduos e de sua família, correspondendo também a uma das principais variáveis socioeconômicas a receber atenção especial nos estudos da fecundidade por ser um fator importante na transformação da conduta da mulher frente à reprodução. No entanto, há de se considerar que além da educação, outros fatores influenciam as escolhas pessoais referentes à fecundidade, como acesso ao mercado de trabalho, exposição à mídia, aspectos culturais, o local de residência, status migratório, dentre outros, e é nesse sentido que o próximo capítulo se detém, ou seja, analisar e explicar o comportamento reprodutivo das mulheres em Salinópolis no período de 1970 a 2007, período este em que se evidencia mudança de ordens diversas (demográfica, espacial, econômica) no município como conseqüência da intensificação da atividade turística.

4 NÍVEIS E PADRÕES DE FECUNDIDADE NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS

*A família [...], aparece como uma instituição mediadora de necessidades objetivas, inclusive, como reprodutora da estrutura do poder vigente.
O processo de reificação, ou, em outras palavras, de coisificação do sujeito – transformação do indivíduo em objeto político – não se dá de forma absoluta.
Reproduz-se contradições a essa espécie de mercantilização da vida.
O desenvolvimento desigual [...] é um exemplo disso.
Nem tudo se reduz ao estritamente funcional.*

Amélia Damiani

No final do século XX, a população mundial atingiu a cifra de 6,2 bilhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a). No entanto, foi neste último século que a população mundial conheceu seu vertiginoso crescimento, em função da queda mais acelerada da taxa de mortalidade do que da taxa de natalidade. Antibióticos, vacinas, melhoras infra-estruturais e socioeconômicas determinaram a drástica redução da mortalidade.

Especialmente falando, o crescimento demográfico da população mundial apresenta-se bastante desigual. No Hemisfério Norte estão concentradas as menores taxas de crescimento, inclusive taxas negativas como é o caso de alguns países europeus, mas também apresenta taxas elevadas como é o caso de alguns países do Oriente Médio. No Hemisfério Sul as taxas de crescimento demográfico são elevadas, como é o caso da América Latina e da África.

Enquanto países europeus e o Japão apresentam taxas de crescimento demográfico variando de 0 a 1%, a maior parte dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, apresenta crescimento entre 1,1% a 2%. Já a maior parte dos países africanos e do Oriente Médio situa-se na classe entre 2,1% e 4,6% de crescimento. No continente africano, Ruanda e Libéria configuram-se como os dois países com as maiores taxas de crescimento demográfico no mundo, com 7,1% e 8,5%, respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a).

Nos anos de 1950, a taxa média geométrica de crescimento anual da população brasileira era de aproximadamente 3,2%, ou seja, bem acima da taxa latino-americana (com 2,7% aproximadamente) e mundial (com 1,8% aproximadamente). No decênio de 1991, o Brasil apresentou percentual de crescimento demográfico de 1,5%, semelhante ao mundial (1,5%) e ficou, pela primeira vez, abaixo da média latino-americana que apresentou a cifra de 1,6% aproximadamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a).

Nesse contexto, a transição demográfica brasileira (passagem dos níveis mais elevados para níveis menos elevados de natalidade e de mortalidade) foi iniciada por volta da década de 1940, com o declínio da mortalidade. No entanto, o aspecto mais marcante da transição no país foi o rápido declínio da natalidade, observada a partir de meados dos anos de 1960, acompanhada na mesma forma por uma queda acentuada da fecundidade.

Como bem assinala Berquó (2001, p. 28), mudanças demográficas significativas ocorreram no Brasil na segunda metade do século XX: “A mais importante foi a queda acentuada da fecundidade, que teve impacto direto na desaceleração do crescimento da população, na sua estrutura etária [...] e na redução do tamanho das famílias”, onde o número médio de filhos por mulher passou de 6,16 em 1940 para 6,28 em 1960, 4,35 em 1980 e 2,38 em 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b) (Figura 11). Acrescenta Berquó que tais indicadores refletem a regulação da fecundidade via métodos modernos de contracepção, que conferiu maior autonomia ao exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos, além de novas possibilidades de estilos de vida das diferentes camadas sociais.

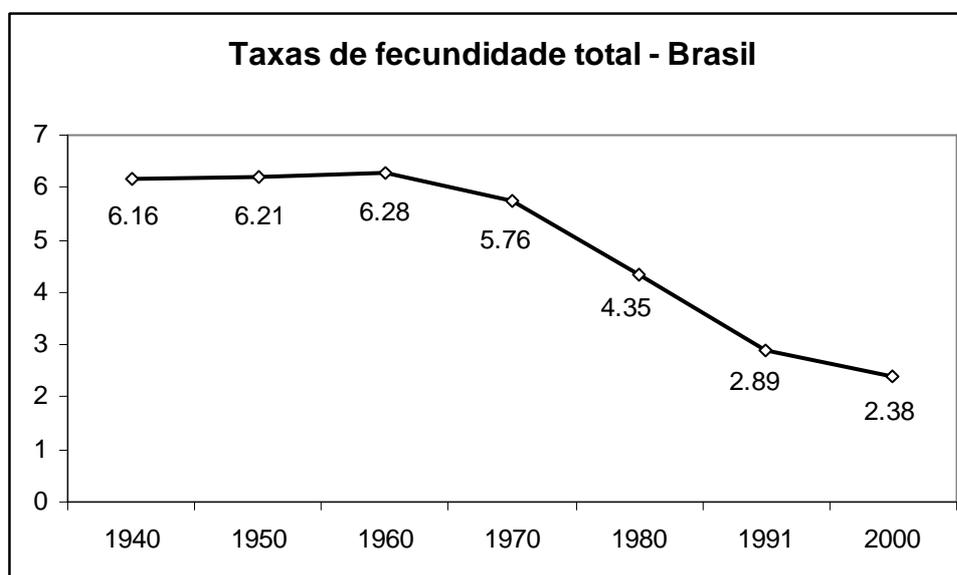


Figura 11 – Taxa de Fecundidade Total no Brasil, 1940-2000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2003b, p. 56).

Dados de 2003 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que já naquele ano a fecundidade no Brasil atingiu o nível de reposição⁵¹, porém,

⁵¹ O nível de reposição corresponde ao nível necessário para repor as gerações, ou seja, corresponde à taxa de fecundidade de 2,1.

diferenças significativas marcam o regime de fecundidade nas cinco grandes regiões brasileiras, embora em todas elas tenha ocorrido aumento no percentual de mulheres com baixos níveis de fecundidade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005). Dados do IBGE (2003b) indicam que os maiores percentuais de queda da fecundidade, entre 1991 e 2000, ocorreram nas grandes regiões Nordeste e Norte, regiões onde prevalecem as mais elevadas taxas de fecundidade total. Enquanto o percentual de queda da taxa de fecundidade no país foi de 17,73%, as regiões Nordeste e Norte registraram cifras de 28,36% e 24,72%, respectivamente. As regiões Sudeste e Sul registraram os menores declínios (11,20% e 10,66%, respectivamente).

O estreitamento dos diferenciais de fecundidade entre as diversas desagregações geográficas do país vem ocorrendo ao longo do tempo, ocasionado, principalmente na atualidade, pelas quedas mais pronunciadas observadas nas áreas de menor desenvolvimento econômico e social, como é o caso dos estados das regiões Norte e Nordeste. Em 1991, por exemplo, o Acre era o estado com a mais elevada taxa de fecundidade (4,90 filhos por mulher), ao passo que o Rio de Janeiro, posicionava-se no outro extremo, com uma taxa de 2,10 filhos por mulher. Naquele ano, a diferença entre um estado e outro, representava 2,80 filhos. Dez anos mais tarde, observa-se a diminuição da diferença entre as unidades da federação que passaram a ocupar as posições extremas, ou seja, o Amapá e o Distrito Federal. No primeiro, a taxa estimada para 2000 foi de 3,60 filhos por mulher e, no segundo, a estimativa da fecundidade foi de 1,96 filho por mulher. A diferença entre a mais elevada e a mais baixa taxa de fecundidade diminuiu, então, para 1,64 filho (Tabela 15). O percentual de queda da Taxa de Fecundidade Total no estado do Pará entre 1991 e 2000 foi de 24,58% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b).

Tabela 15 – Unidades da federação de mais elevada e de mais baixa Taxa de Fecundidade Total (TFT), 2000

Brasil		2,38	
UF de mais elevada TFT		UF de mais baixa TFT	
Amapá	3,60	Santa Catarina	2,22
Acre	3,43	Rio Grande do Sul	2,17
Amazonas	3,40	Espírito Santo	2,16
Maranhão	3,21	São Paulo	2,05
Roraima	3,20	Rio de Janeiro	2,04
Pará	3,16	Distrito Federal	1,96

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (2003b, p. 60)

Tal comportamento no regime de fecundidade da mulher brasileira em períodos recentes pode ser reflexo de políticas na área da saúde reprodutiva em curso no Brasil, orientadas pela Lei do Planejamento Familiar (Lei n. 9.263, 1996), que vieram preencher uma lacuna no sentido de garantia dos direitos reprodutivos de homens e mulheres. No entanto, a literatura demográfica aponta várias razões que explicam o declínio da fecundidade no Brasil, onde a maioria encontra respaldo nos padrões de desenvolvimento socioeconômico como reflexo do crescimento urbano-industrial, político-institucional e as chamadas variáveis intermediárias inibidoras da fecundidade, como o uso de métodos anticoncepcionais. Outro aspecto a considerar nas análises do comportamento reprodutivo são as relações de gênero, que pela sua complexidade e subjetividade, se identificam com várias dimensões da vida social e cultural como crenças, costumes e valores, e não necessariamente com o desenvolvimento econômico.

Desde a década de 1990, a modernização tecnológica tem permitido ao IBGE o refinamento das estimativas populacionais, as quais têm sido de fundamental importância na análise de indicadores sócio-demográficos e no enriquecimento das bases de informações de ministérios e secretarias estaduais e municipais da área social para a implementação e avaliação de seus respectivos programas. Além disso, “em cumprimento ao dispositivo constitucional, as estimativas da população constituem o principal parâmetro para a distribuição, conduzida pelo Tribunal de Contas da União, das quotas partes relativas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003c, p. 2).

Portanto, o estudo da fecundidade é de grande importância para o planejamento, a avaliação de políticas públicas e a elaboração de diagnósticos setoriais, já que representa uma das componentes demográficas fundamentais ao entendimento e análise do tamanho, da composição e da evolução da população de um determinado lugar.

Tendo o cenário acima descrito como contexto para o entendimento do comportamento reprodutivo da mulher em Salinópolis (PA), no período compreendido entre 1970 e 2007, a primeira parte deste capítulo visa a compreensão sumária, a partir da análise de informações contidas em algumas publicações, das Taxas de Fecundidade Total (TFT), Taxa Específica da Fecundidade (TEF) e Idade Média da Fecundidade⁵² na região Norte e no estado do Pará, traçando comparações de tais indicadores em nível de Brasil. A segunda parte

⁵² “É a medida de tendência central da curva que descreve o comportamento das taxas específicas de fecundidade ao longo das idades das mulheres” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 71).

analisa a evolução da fecundidade no município de Salinópolis a partir da Taxa Global de Fecundidade (TGF) para os Censos de 1970 a 2000 e a Contagem da População 2007 e, a TFT, TEF e Idade Média da Fecundidade para o Censo 2000. Esse diferencial na análise dos indicadores da fecundidade se deve ao fato de que somente a partir do Censo 2000 o IBGE passa a dispor de dados mais refinados que permitam uma avaliação mais profícua dessa componente demográfica para os municípios nortistas, ou seja, é quando as informações do número de filhos tidos nascidos vivos são desagregadas para o grupo de idade das mulheres.

4.1 EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE E ESTADO DO PARÁ

Esta seção tem como principal objetivo a análise da evolução nas taxas de fecundidade (TFT, TEF e Idade Média da Fecundidade) para a região Norte e ligeiras desagregações para o estado do Pará, bem como a comparação dessa evolução em nível de Brasil. No entanto, as informações que permitem derivar as taxas de fecundidade, principalmente a específica, nem sempre estiveram disponíveis, principalmente para as unidades da federação situadas na região Norte do país. Nesse sentido, dada a carência de literatura disponível sobre as análises do comportamento reprodutivo na região Norte e, principalmente, em nível de seus respectivos estados, os dados e as informações aqui apresentados são resumidos principalmente de publicações do IBGE e de Simões (2006, p. 58-108).

4.1.1 Taxa de Fecundidade Total (TFT)

Dados do IBGE (2002a) indicam que em 1970, os diferenciais de fecundidade entre as grandes regiões brasileiras ainda eram bastante acentuados. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuíam as mais elevadas Taxas de Fecundidade Total (TFT) (8,2; 7,5 e 6,4 filhos por mulher respectivamente), enquanto a região Sudeste era detentora da mais baixa (4,6 filhos por mulher). Já em 1980, observou-se que as grandes regiões brasileiras estavam em franco processo de redução da fecundidade, afastando-se, somente, da média nacional, as regiões Norte e Nordeste (Figura 12).

Durante o período de 1970 a 2000, a fecundidade caiu fortemente em todos os estados do Centro-Sul do Brasil, sendo que, nos estados do Norte e Nordeste, essa queda só começa a verificar-se de forma mais acentuada a partir da década de 1980 de forma que, em 2000, praticamente todos os estados da região Norte apresentavam valores levemente acima de 3 filhos por mulher (Tabela 16). O fator que explica as fortes quedas nos níveis de

fecundidade nos estados da região Norte desde 1980, apesar de seu desenvolvimento econômico e social tardio, é o uso de métodos anticoncepcionais, sobretudo a esterilização, que foi o procedimento mais utilizado pelas mulheres. “O uso desse procedimento, por ter sido mais intenso, exatamente naqueles estratos sociais mais carentes, teve fortes efeitos na aceleração da redução em seus níveis de fecundidade” (SIMÕES, 2006, p. 59).

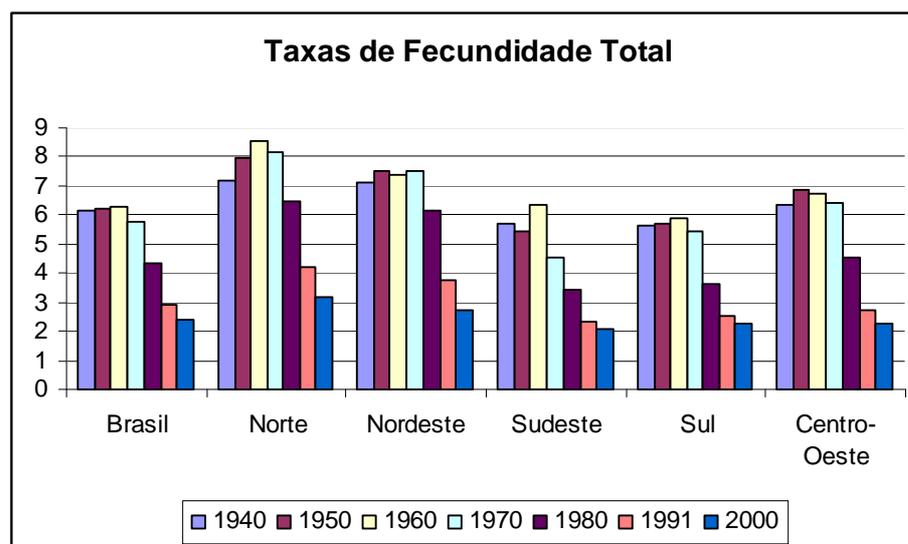


Figura 12 – Taxa de Fecundidade Total, segundo as grandes regiões, 1940-2000
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2003b, p. 56)

Tabela 16 – Taxas de Fecundidade Total: Brasil e região Norte, conforme suas unidades da federação, 1970-2000

Brasil, região Norte e unidades da federação	1970	1980	1991	2000
Brasil	5,76	4,35	2,85	2,38
Norte	8,15	6,45	4,15	3,18
Rondônia	9,72	6,18	3,47	2,76
Acre	9,90	6,88	4,90	3,41
Amazonas	8,55	6,75	4,47	3,39
Roraima	8,57	6,05	3,99	3,23
Pará	7,72	6,31	4,29	3,15
Amapá	8,24	6,97	4,73	3,60
Tocantins	-	-	3,99	2,95

Fonte: Dados básicos do IBGE: Censos Demográficos de 1970-2000 adaptado de Simões (2006, p. 60).

A manutenção de padrões relativamente estáveis da fecundidade, na maioria das regiões brasileiras até aproximadamente 1970, expressa o grau de exposição dessas regiões à

hegemonia das relações sociais e econômicas de cunho predominantemente tradicional, onde a maioria de suas populações residia em áreas rurais e pequenas cidades.

A distinção dos padrões regionais no comportamento reprodutivo revela nitidamente entre 1960 e 1980, a desigual intensidade da modernização econômica, social e cultural do país. A partir da década de 1970, no entanto, com a intensificação do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, a dinâmica populacional brasileira passa a conhecer um novo fenômeno, ou seja, “adequou a reprodução demográfica à lógica institucional e ideológica das relações capitalistas modernas” (SIMÕES, 2006, p. 56), generalizando-se por todas as regiões e grupos sociais, um notável declínio da fecundidade, de forma que, no ano 2000, os *níveis da fecundidade* (TFT) para as Grandes Regiões brasileiras encontravam-se bastante próximos ao da média nacional, 2,3 filhos por mulher.

A observação de Simões diz respeito às políticas demográficas adotadas pelo governo brasileiro no século XX, ou seja, até o final dos anos de 1960, com o slogan de povoar o território, tendo em vista a segurança nacional e o maior aproveitamento dos recursos naturais, o Governo Federal criou benefícios como o auxílio natalidade e o salário-família que se mostravam como estímulo à natalidade, a partir desse período, e atendendo aos interesses dos países capitalistas centrais que argumentavam que o crescimento populacional acentuado era um obstáculo ao desenvolvimento econômico, associado ao fim do milagre brasileiro no início dos anos de 1970, o governo passou a incentivar o controle da natalidade através do planejamento familiar. A partir desse período, a cultura da esterilização feminina se propaga no país, principalmente com a atuação da Sociedade Brasileira de Bem-Estar da Família (BEMFAM), que passou a atuar com liberdade na distribuição de métodos anticoncepcionais.

Em 2006, a Taxa de Fecundidade Total no Brasil estava em 2,0 nascimentos por mulher. A região Norte, com 2,3, apresentou a mais alta taxa do país, vindo em seguida a do Nordeste com 2,2. As menores taxas de fecundidade foram as das regiões Sul com 1,7 e Sudeste com 1,8, enquanto o Centro-Oeste apresentou Taxa de Fecundidade Total de 2,0 filhos por mulher (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a). Nos estados nortistas, em 2006, o estado de Roraima apresentou a mais elevada TFT, com 3,3 filhos por mulher (a mais alta TFT do país), vindos em seguida o estado do Amapá com 3,1, o Acre com 2,8, Amazonas e Pará com 2,3 e os estados de Rondônia e Tocantins apresentaram a mais baixa TFT na região, com 2,2 filhos por mulher (Figura 13).

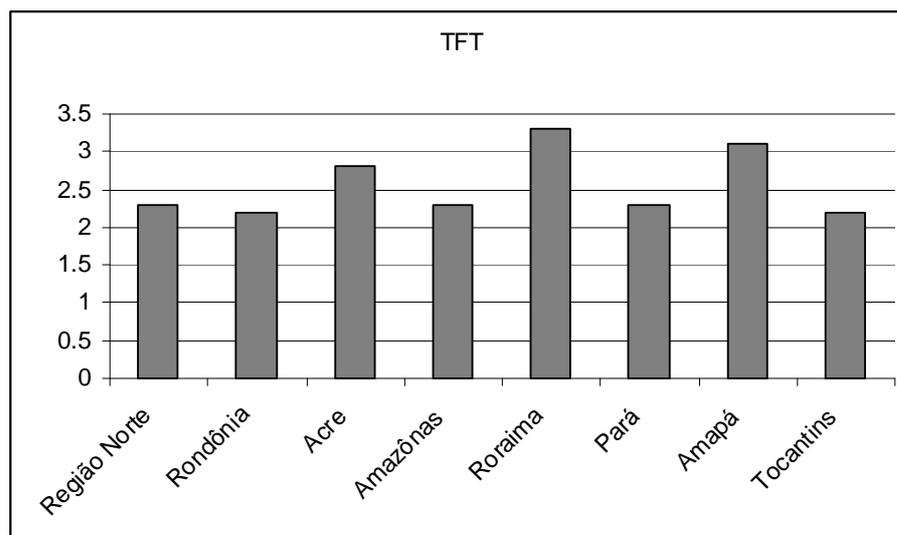


Figura 13 – Taxa de Fecundidade Total, região Norte e unidades da federação, 2006

Fontes: Projeto IBGE / Fundo de População das Nações Unidas; IBGE, Diretório de Pesquisas.

Elaborado pela autora com base em IBGE (2007a, p. 32)

A redução do número de filhos por mulher tem sido um aspecto marcante da sociedade brasileira nas últimas décadas, promovendo reflexos em diversos aspectos na economia do país, tais como: a maior participação da mulher no mercado de trabalho e o peso dos idosos sobre as questões previdenciárias bem como o encargo econômico sobre a população em idade produtiva.

No censo de 1940, por exemplo, quando o Brasil ainda era um país fundamentalmente agrícola e a TFT girava em torno de 6 filhos por mulher, as mulheres lideravam as atividades domésticas e escolares. No censo demográfico 2000, quando a TFT foi de 2,3 filhos por mulher, o sexo feminino dobrou sua participação nas atividades primárias (de 13,5% em 1940 para 22,0% no ano 2000), além da significativa participação nas atividades de transportes e comunicações (de 2,9% em 1940 para 12,1% no ano 2000). Apesar de ainda ser um processo lento e marcado por grandes diferenças sociais e regionais, as mulheres brasileiras têm aumentado sua participação no mercado de trabalho, onde as categorias ocupacionais da mão-de-obra feminina no ano de 2006 estiveram concentradas nos serviços em geral (30,7%), trabalho agrícola (15%), serviços administrativos (11,8%) e comércio (11,8%). Na região Norte, a maior participação feminina ocorreu nas atividades de comércio, absorvendo 15,5% das mulheres ocupadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

Apesar da razão de dependência no Brasil ainda se apresentar bastante influenciada pelas faixas etárias mais jovens, o processo de envelhecimento da população no país já se mostra bastante acelerado como resultado da redução nas taxas de fecundidade e de

mortalidade, gerando uma maior proporção de idosos no conjunto da população total de forma que, os resultados da PNAD 2006 evidenciam que o grupo etário de 65 anos ou mais correspondia a 7,1% do total da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a). O IBGE (2007a, p. 151) chama atenção para o fato de que no Brasil, bem como na América Latina, a transição demográfica “se processa em ritmo acelerado, principalmente, se comparada àquela dos países desenvolvidos, onde o processo levou mais de um século.” Vale salientar que o fenômeno da longevidade cada vez mais significativo requer atenção especial não só do Estado brasileiro, como também da sociedade e das famílias em particular.

As possibilidades de desenvolvimento econômico e social de um país são influenciadas, entre outros fatores, pela proporção existente entre as partes produtivas e improdutivas de sua população. Nesse sentido, a População Economicamente Ativa (PEA) é a que produz riquezas e é a responsável pelo encargo ou ônus dos jovens e dos idosos. Percebe-se, então, que quanto maior for o contingente dos considerados inativos, a população ativa terá que dispender maior esforço de produtividade. No entanto, a situação brasileira difere da maioria dos países desenvolvidos, onde a aposentadoria significa uma saída do mercado de trabalho⁵³. No Brasil, a massa trabalhadora de idosos que já se encontrava aposentada em 2006 é bastante significativa, representando cerca de 62,1% dos 5,9 milhões de idosos ocupados. No tocante às questões previdenciárias, no ano de 2006, 84,6% dos idosos de 65 anos ou mais foram beneficiados com aposentadorias e pensões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

Em suma, a maior participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento da população idosa como reflexo principalmente da redução nas taxas de fecundidade se tornam um desafio, tanto do ponto de vista econômico como social para governos e sociedade. No tocante à mão-de-obra feminina, ainda é muito forte o tratamento discriminatório e desigual quanto aos postos de trabalho e condições salariais. Quanto aos idosos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) argumenta que estes merecem a ação de políticas públicas específicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

⁵³ Dado que o envelhecimento da população no mundo é um processo irreversível, a instituição da aposentadoria deverá ser totalmente revista, ou seja, o novo quadro demográfico obrigará os países a transformar os idosos de fardos para a economia em pessoas integradas à sociedade produtiva, ou seja, a tendência é que, em vez de aposentar, a pessoa reduza a carga horária de trabalho com o passar dos anos, mantendo o cidadão idoso integrado à sociedade, declarou Alexandre Kalache, Coordenador do Programa de Envelhecimento e Curso de Vida, da Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece políticas públicas globais para a terceira idade (KALACHE, 2005, p. 11-15).

Desagregando as análises da TFT para a situação de residência urbana e rural, destaca-se que as mais altas taxas de fecundidade são evidenciadas nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, enquanto as mais baixas taxas são observadas nas áreas urbanas do Sudeste e do Sul brasileiro.

Os dados da Tabela 17 expressam a TFT para as grandes regiões brasileiras por situação de domicílio. Observe-se que mesmo a taxa de fecundidade urbana no Norte do país, na ocasião em que as taxas de fecundidade regionais iniciaram o processo de declínio, era mais elevada do que aquela que prevalecia nas áreas rurais das regiões cuja redução da fecundidade já estava em curso, o que denota os amplos diferenciais de reprodução prevalecentes entre a população brasileira.

Tabela 17 – Taxas de Fecundidade Total por situação urbana e rural segundo as grandes regiões, 1970-2000

Grandes regiões	1970		1980		1991		2000	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Norte	6,56	9,73	5,24	8,04	3,43	5,49	2,71	3,83
Nordeste	6,48	8,44	4,94	7,66	3,02	5,24	2,37	3,58
Sudeste	4,06	7,28	3,17	5,46	2,23	3,59	2,04	2,69
Sul	4,11	6,92	3,20	4,55	2,35	3,09	2,14	2,50
Centro-Oeste	5,22	7,95	3,97	5,98	2,51	3,58	2,20	2,81
Brasil	4,74	7,82	3,63	6,40	2,48	4,42	2,18	3,49

Fonte: IBGE (2007a, p. 57); Simões (2006, p. 64)

Os dados da Tabela 17 também indicam que em 1970, as mulheres das áreas rurais do Brasil tinham em média 3,1 filhos a mais que as mulheres das áreas urbanas, enquanto em 2000 essa diferença reduz-se para 1,31 filhos. A Taxa de Fecundidade Total rural que era, em média, de 7,8 filhos por mulher em 1970, cai para aproximadamente para 3,5 filhos em 2000. Na área urbana esse valor chega a 2,18 filhos no ano 2000. “É evidente que o contexto urbano e, particularmente, o metropolitano, tem proporcionado às mulheres uma maior oferta e, conseqüentemente, facilidades de escolha e acesso aos métodos disponíveis que permitem regular os nascimentos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 57).

Em termos de desigualdades regionais, as regiões Norte e Nordeste, justamente as mais ruralizadas do país, lideravam o ranking de fecundidade elevada, tanto urbana como rural. No entanto, o processo de declínio da fecundidade, sobretudo a partir dos anos de 1980, generalizou-se por todas as regiões, primeiramente na área urbana, de tal forma que, em 2000, mesmo as regiões que antes tinham fecundidade elevada na área rural como é o caso da região

Norte, experimentaram um notável decréscimo de seu valor. Desse modo, em 2000, as diferenças de fecundidade entre mulheres residentes em áreas rurais e urbanas caem de forma acentuada, independentemente das regiões. No Centro-Sul esses valores chegam a ser inferiores a 1 filho e no caso do Norte e Nordeste, de pouco mais de 1 filho. Constata-se, no entanto, que o declínio da fecundidade deu-se com maior intensidade nas áreas rurais, onde essa componente demográfica posiciona-se em níveis mais elevados. Ao considerar os extremos de tal declínio, o Sul rural experimentou o mais tímido declínio, com uma diminuição de 11,09%, ao passo que no Norte rural, o percentual de queda da fecundidade foi de 30,83%, o mais alto do país.

Desagregando essas informações especificamente para a região Norte temos que, em 1970, na área urbana, o Pará, com taxa de fecundidade total de 6,5 filhos por mulher, foi o único estado a apresentar taxa inferior à média regional que foi de 6,6. Quando se focaliza a situação dos níveis de fecundidade para a área rural da região que apresentou em 1970 TFT de 9,7, a situação se repete, ou seja, o Pará, com 9,2 e o Amapá, com 8,4 apresentam taxa inferior à média regional (Figura 14).

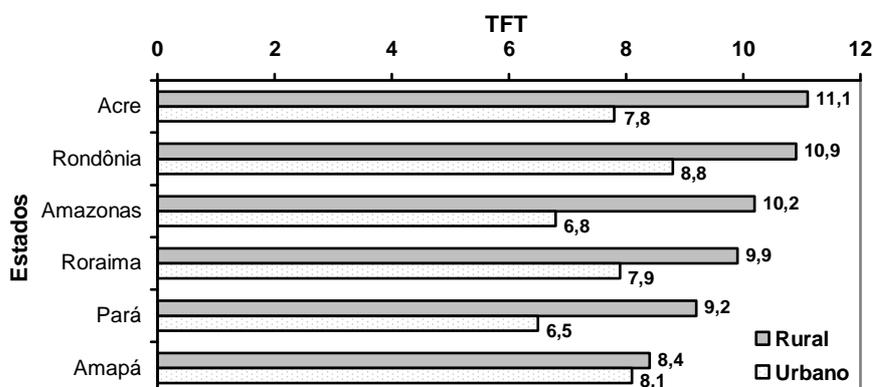


Figura 14 – Taxas de Fecundidade Total dos estados da região Norte por áreas urbanas e rurais, 1970

Fonte: Adaptado de Simões (2006, p. 66; 68)

Essa situação se altera intensamente durante os 30 anos seguintes (Figura 15). O indicador para a área urbana da região Norte e seus respectivos estados declinou a tal ponto que, em 2000, mesmo apresentando taxas superiores à da média nacional, à exceção do Amapá, cujo valor é de 3,4, os demais se destacam com taxas inferiores a 3,0 filhos, onde o Pará, com 2,6, situa-se abaixo da média regional.

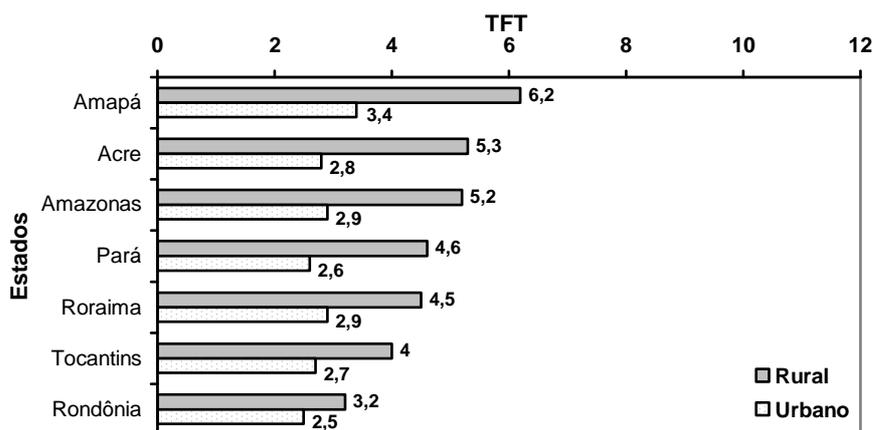


Figura 15 – Taxas de Fecundidade Total dos estados da Região Norte, por áreas urbanas e rurais, 2000

Fonte: Adaptado de Simões (2006, p. 68; 69)

Vários são os condicionantes socioeconômicos que promovem efeitos sobre a fecundidade. Nesse sentido, no que diz respeito aos anos de estudo das mulheres e rendimento nominal mensal familiar per capita⁵⁴ sobre a fecundidade feminina serão comentados na parte que segue.

É sabido que o aumento dos anos de estudo estimula o consciente para novos valores e níveis de aspiração dos indivíduos. Considerado um dos fatores motivadores do turismo, o nível de instrução assegura tons próprios ao comportamento reprodutivo feminino. Por outro lado, o IBGE (2003b, p. 79) adverte para o fato de que “independentemente da região fisiográfica de residência, na medida em que aumenta a instrução das mulheres as respectivas taxas de fecundidade total reduzem-se [...]”.

Portanto, a educação tem sido uma das principais variáveis socioeconômicas a receber atenção especial nos estudos da fecundidade. No Brasil, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos na inserção de novas gerações no sistema escolar, quando se considera o grupo de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) observa-se que ainda é bastante elevada a proporção dessas mulheres com baixa escolaridade.

É importante salientar que o avanço no sistema educacional ainda não se reverteu de forma positiva em benefícios para essas mulheres, tanto em termos de mercado de trabalho como em níveis de renda que continuam inferiores aos dos homens. Este quadro, que é geral no país como um todo, assume relevância quando se consideram as cifras regionais, conforme demonstra a Figura 16. As piores situações desse segmento populacional são encontradas nas

⁵⁴ Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive aqueles cuja condição na família é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003a, p. 125).

regiões menos desenvolvidas econômica e socialmente, como é o caso da região Norte, onde o quadro se agrava para as mulheres que se ocupam geralmente no mundo da informalidade e trabalhos domésticos.

A Figura 16 também demonstra que as mulheres com 11 anos ou mais de estudo, em 2000, já possuíam fecundidade abaixo de 2 filhos por mulher, enquanto as enquadradas na categoria de sem instrução e menos de um ano de estudo chegavam a ter fecundidade acima de 4 filhos por mulher, sendo notório o caso extremado da região Norte, com 5,45 filhos por mulher.

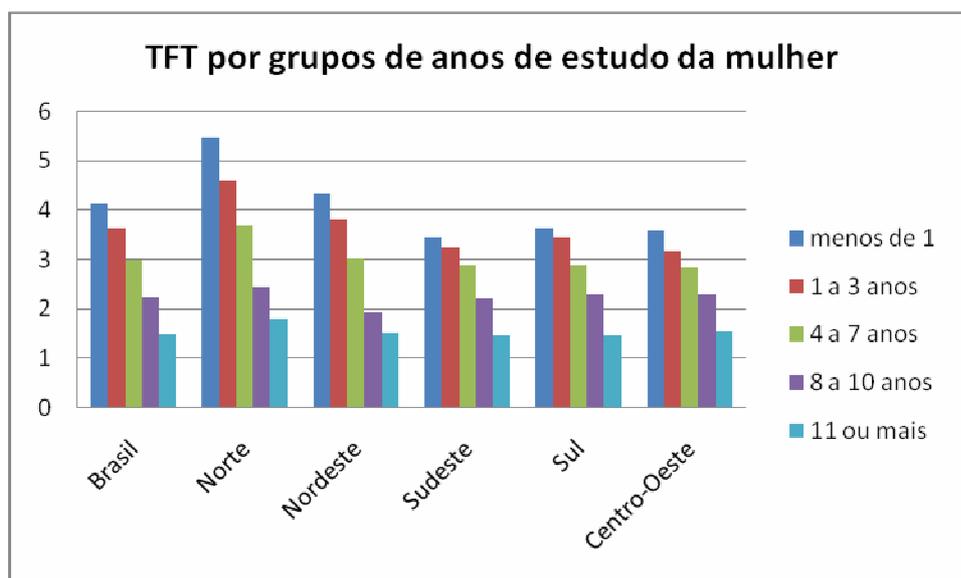


Figura 16 – Taxa de Fecundidade Total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as grandes regiões e Brasil, 2000

Fonte: elaborada pela autora com base em IBGE (2003b, p. 80)

Considerando os anos de estudo das mulheres em idade fértil no ano 2000 temos:

- até 3 anos de estudo: Brasil com 19,2% das mulheres; região Norte com 26,3%; e Pará com 27,9%.
- 4 a 7 anos de estudo: Brasil com 32,0% das mulheres; região Norte com 33,5%; e Pará com 33,4%.
- 8 ou mais anos de estudo: Brasil com 48,8% das mulheres; região Norte com 40,2% e Pará com 38,6%.

Como se vê, o Pará ainda apresenta altas proporções de mulheres na faixa de até 3 anos de estudo⁵⁵ e baixas proporções na faixa de oito anos ou mais de estudo se comparado à

⁵⁵ Analfabetismo funcional: falta de domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade de até 3 séries completas do ensino fundamental ou antigo primário (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

média nacional no ano 2000, refletindo baixas condições econômicas e sociais no estado, com implicações óbvias nos diferenciais de fecundidade de forma que a TFT das mulheres do primeiro estrato educacional foi de 4,65, enquanto que para as do último estrato educacional foi de 1,88, com uma diferença de 2,77 no número de filhos tidos.

Apesar de existir estreita associação entre posição socioeconômica da população e níveis de fecundidade, as diferenças entre as taxas de fecundidade total do primeiro e último estrato educacional vêm se reduzindo durante as últimas décadas, não só na região Norte como no Brasil, conforme evidencia a Tabela 18. No entanto, os resultados do Censo Demográfico 2000 ainda demonstram grandes diferenças de fecundidade, segundo as classes extremas dos anos de estudo das mulheres.

Considerando-se o grupo de mulheres situadas no último estrato educacional (11 anos ou mais de estudo) no ano 2000, todas as regiões brasileiras apresentaram TFT de menos de 2 filhos por mulher, mesmo assim, a TFT da região Norte foi a mais alta, 1,78. No entanto, a classe mais baixa de anos de estudo (sem instrução e menos de 1 ano), os diferenciais entre as cinco grandes regiões brasileiras foram significativos, ou seja, enquanto no extremo mais alto a TFT da região Norte foi de 5,45, no extremo mais baixo situou-se a região Sudeste, com 3,44 filhos por mulher, uma diferença de 2,01 filhos entre as mulheres nas duas grandes regiões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b).

Tabela 18 – Taxas de Fecundidade Total, por grupos de anos de estudo das mulheres, Brasil e região Norte, 1991-2000

Brasil e região Norte	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 ou mais	Diferença entre o n° de filhos do 1° e 5° estrato
Brasil						
1991	5,07	4,09	3,02	2,29	1,73	3,34
2000	4,12	3,63	2,97	2,22	1,48	2,64
Região Norte						
1991	6,63	5,79	4,09	2,77	1,93	4,70
2000	5,45	4,59	3,67	2,42	1,78	3,67

Fonte: Adaptado de IBGE (2003b, p. 80)

O aumento da escolaridade feminina, sem dúvida, descortina horizontes promissores para a mulher, não só para sua melhor posição no mercado de trabalho como na decisão quanto ao momento oportuno de contrair uma união e, conseqüentemente, escolher o número de filhos desejado. No entanto, a partir das informações apresentadas, pode-se inferir que se por um lado, o aumento da instrução feminina é um condicionante que vem atuando no

sentido da redução do número de filhos, numa perspectiva de um melhor posicionamento na estrutura da sociedade, na medida em que o custo de uma família numerosa é cada vez mais elevado e agravado pelas dificuldades decorrentes de crises econômicas intermitentes no país. Por outro lado, independentemente da melhoria da escolaridade, como fator de redução da fecundidade, o que se observou é que, mesmo nos segmentos menos instruídos, os níveis de fecundidade também se reduziram intensamente, indicativo de que expressivas parcelas da população pobre vêm, nas últimas décadas, incorporando padrões de comportamento reprodutivo típicos de segmento da classe média moderna.

O declínio da fecundidade acompanhou, portanto, a modernização das relações econômicas e sociais e esteve ligado, em parte, ao grau de circulação monetária e mercantilização das relações sociais entre as pessoas e entre essas e as instituições em geral. Conseqüentemente, na região Norte, onde esse processo foi menos intenso e parcial, tais transformações, num primeiro momento foram menos abrangentes, de tal sorte que os valores tradicionais que comandavam o comportamento demográfico nortista foram alterados lentamente, em relação à experiência vivida no Centro-Sul do país.

As estimativas da fecundidade, considerando como variável de controle o rendimento familiar per capita, mostram diferenciais bastante expressivos quanto ao número médio de filhos, ou seja, quanto mais alto o rendimento, mais baixa a Taxa de Fecundidade Total, demonstrando, desta forma, que quanto maior a condição econômica das famílias mais aumenta a percepção das mulheres quanto à regulação dos nascimentos.

A Figura 17 demonstra que, de modo geral, as mais altas taxas de fecundidade total são observadas em famílias que declararam não ter nenhum tipo de rendimento, em 1991, revelando diferenciais significativos entre a fecundidade desse estrato e a fecundidade observada na categoria de mais alta renda per capita, ou seja, mais de 5 salários mínimos. Na região Norte, essa diferença variou em 4,53 filhos por mulher, além de apresentar a mais alta fecundidade entre as famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 6,80 filhos por mulher, e uma diferença entre esta taxa e a observada no estrato de renda mais alto de 5,36 filhos. Em 2000, essa diferença reduziu para 3,88 filhos por mulher. Isto quer dizer que as mulheres situadas nas classes menos favorecidas e residentes na região Norte, considerada economicamente menos desenvolvida, têm menores possibilidades de acesso aos mecanismos que proporcionam, de alguma forma, a regulação dos nascimentos do que aquelas posicionadas em estratos socioeconômicos superiores.

No outro extremo da distribuição da renda, a Figura 17 demonstra que as Taxas de Fecundidade Total nas cinco grandes regiões brasileiras ficaram muito próximas de 1 filho

por mulher, mesmo assim, nota-se maiores taxas na região Norte do país. Evidentemente, como o rendimento familiar constitui um atributo da família como um todo, nas camadas de rendimento familiar mais elevado, são maiores as chances das mulheres em idade reprodutiva possuírem escolaridade mais elevada, contribuindo, assim, para a incidência de níveis muito baixos de fecundidade.

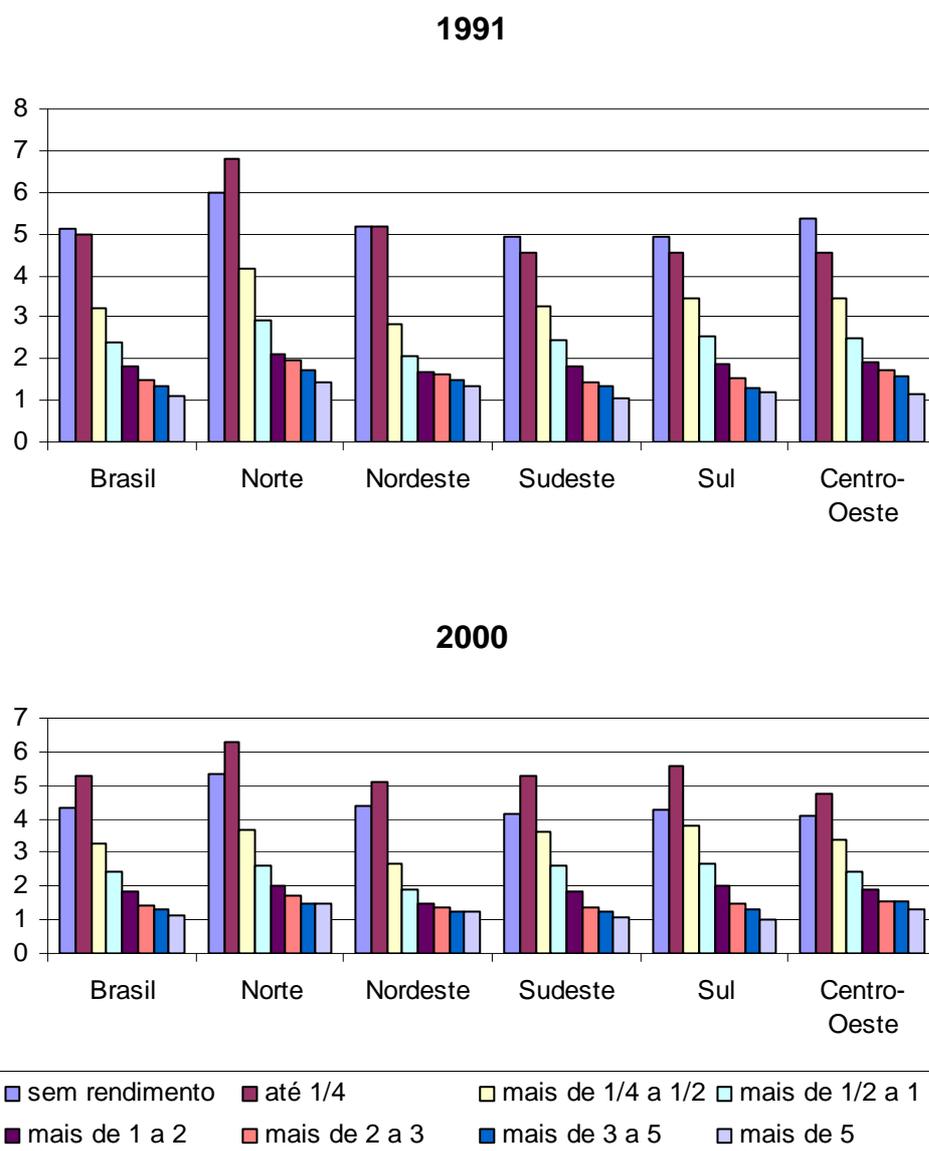


Figura 17 – Brasil e grandes regiões: Taxas de fecundidade total, por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, em salários mínimos, 1991-2000

Fonte: Adaptado de IBGE (2003b, p. 84)

Moreira (1998) também analisa a TFT segundo algumas características socioeconômicas selecionadas das mulheres nortistas. De acordo com o autor, com exceção das imigrantes, as mulheres rurais e as mulheres com escolaridade menor do que o primário completo apresentam níveis de fecundidade relativamente similares. No entanto, a maior

semelhança, acrescenta o autor, ocorre entre as mulheres com pelo menos o ensino médio completo, sendo a diferença entre o mais alto e o mais baixo nível de fecundidade pouco mais do que 0,5 filho por mulher para esse tipo de desagregação. “Tal resultado ressalta o efeito homogeneizador dos altos níveis de escolaridade sobre valores, atitudes e comportamentos” entre os quais aqueles que se referem à reprodução (MOREIRA, 1998, p. 9), inclusive ao desejo de viajar, através do turismo.

Os dados da Tabela 19 mostram que as mulheres de alta escolaridade, assim como as que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do Censo de 1991 em seu emprego habitual, as que têm rendimentos superiores a 5 salários mínimos, como também as residentes em áreas urbanas, são as que apresentam os menores níveis de fecundidade na região Norte e no estado do Pará. De outro lado, as mulheres com menos do que o ensino fundamental completo, com renda de até um salário mínimo, são as que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data do censo 1991 e as mulheres rurais, as que tendem a apresentar os mais altos níveis de fecundidade.

Tabela 19 – Região Norte e Pará: Taxa de Fecundidade Total por características selecionadas, 1986-1991

Características	Total	Pará	Região Norte
		4,1	4,1
Educação	Ensino fundamental incompleto	6,3	6,0
	Ensino médio incompleto	3,4	3,5
	Ensino médio completo	1,6	1,7
Renda	Até 1 s.m.	4,9	4,9
	1 a 3 s.m.	4,5	4,4
	3 a 5 s.m.	3,1	3,2
	5 e + s.m.	2,4	2,6
Trabalho nos últimos 12 meses	Habitual	2,7	2,8
	Eventual	3,3	3,6
	Não trabalha	4,8	4,8
Migração	Não imigrante	4,1	4,1
	Imigrante	3,8	3,6
Situação do domicílio	Urbana	3,2	3,4
	Rural	5,3	5,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 (microdados) adaptado de: Moreira (1998, p. 10)

Outro aspecto a considerar é o início da vida reprodutiva no país, que além de apresentar diferenças regionais, também apresenta diferenças socioeconômicas, de forma que, na análise de Camarano e Carneiro (1998), as mulheres brasileiras cuja renda familiar é de menos que um salário mínimo e sem rendimento, começaram sua vida reprodutiva oito anos antes que as mulheres cujo rendimento familiar é de 10 salários mínimos e mais, onde

mulheres jovens e ricas iniciam sua vida reprodutiva mais tardiamente, além do maior espaçamento entre nascimentos. Acrescentam as autoras que esses elementos são importantes no padrão de formação familiar dessas mulheres.

Contudo, o movimento de transição para níveis baixos de fecundidade na região Norte e no estado do Pará, está produzindo, como em todo o país, implicações tanto na dinâmica populacional como sobre a organização infra-estrutural, inclusive em nível municipal e, portanto, também em Salinópolis.

O exame do comportamento reprodutivo das mulheres através da evolução diferenciada de suas taxas de fecundidade por grupos de idade possibilita uma avaliação dos padrões reprodutivos, segundo ciclos de vida da mulher, visto que padrões mais baixos ou mais elevados de fecundidade em determinadas idades tendem a refletir valores, comportamentos e mudanças fundamentais para a trajetória da fecundidade em geral. É o que analisa o próximo tópico, a evolução da Taxa Específica de Fecundidade por grupos etários de mulheres.

4.1.2 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)

A Figura 18 ilustra a *estrutura da fecundidade* por grupos de idade (TEF) das mulheres ao longo do período fértil (15 a 49 anos de idade), onde podem ser observadas reduções paulatinas das taxas em todas as faixas etárias, no período 1980-2000. A exceção fica por conta, exclusivamente, das mulheres jovens de 15 a 19 anos que experimentaram nesse período, aumento da fecundidade.

A maneira mais usual de se avaliar o padrão etário da fecundidade consiste na análise da distribuição relativa em percentual ou para grupos de mil das taxas específicas de fecundidade por grupos de idade. Nesse sentido, dados do IBGE (2002a) indicam que no ano 2000, para cada grupo de 1000 mulheres brasileiras de 15 a 19 anos de idade, mais de 90 tinham tido pelo menos um filho. Em 1980, essa taxa era de 80‰. Porém, os dados da região Norte revelam situação extremada, onde, em 1980, para cada grupo de 1000 mulheres de 15 a 19 anos de idade, quase 130 delas já havia tido pelo menos um filho. Em 2000, a respectiva taxa ultrapassa os 140‰ para a Região Norte e aproximadamente 139‰ no estado do Pará, que ocupava a sétima posição no ranking nacional quanto às TEF das mulheres de 15 a 19 anos de idade. Vale lembrar que esses resultados refletem o controle exercido sobre os nascimentos por parte das mulheres mais velhas, que em geral completam suas fecundidades em torno dos 35 anos de idade.

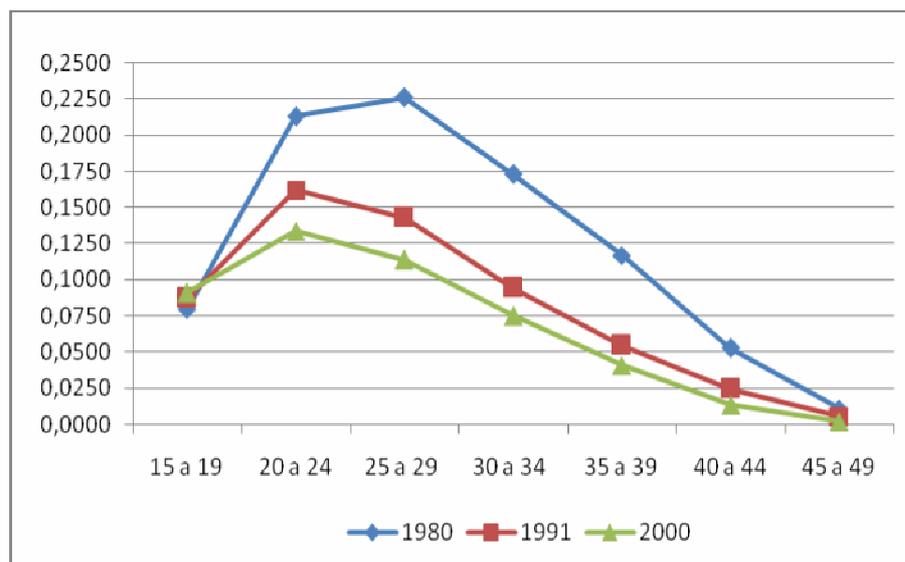


Figura 18 – Taxas Específicas de Fecundidade, por grupos de idade, Brasil, 1980-2000

Fonte: Reproduzido em IBGE (2002a, p. 13)

A Figura 18 ilustra também que até 1980, o padrão etário da fecundidade no Brasil era do tipo tardio, com o máximo da curva localizada no grupo de idade 25 a 29 anos. Nos anos seguintes, a fecundidade sofre um rejuvenescimento, com o máximo posicionando-se na faixa dos 20 aos 24 anos de idade. Este é um fato que se observa em todas as grandes regiões brasileiras como consequência da regulação da fecundidade através de métodos anticoncepcionais e a forte incidência da esterilização feminina.

A região Norte também experimentou mudanças nas Taxas Específicas de Fecundidade por idade no decorrer das últimas décadas, de forma que a partir de 1980 começam a ocorrer fortes diminuições absolutas em seus valores. Tais diferenças são caracterizadas por sucessivos declínios da fecundidade, sobretudo a partir dos 20 anos de idade, apesar de declínios observados em praticamente todas as idades, à exceção do grupo de 15 a 19 anos de idade.

Também foi experimentada pela região a dimensão da redução dos níveis de fecundidade das mulheres entre 25 e 29 anos tanto nas áreas urbanas como nas rurais, deslocando o ponto modal para o grupo de 20 a 24 anos de idade, de forma que no período 1975-1980, as mulheres nortistas de menos de 25 anos de idade respondiam por 31% da fecundidade total e, em 1986-1991, por 43%. Tal fator, associado ao aumento da fecundidade das adolescentes e à redução da fecundidade das mulheres acima de 30 anos de idade, contribuiu para que fosse observado um rejuvenescimento da fecundidade também na região Norte na década de 1990 (MOREIRA, 1998).

Simões (2006), ao analisar as alterações verificadas no valor das Taxas Específicas de Fecundidade por idade da mulher, durante o período 1940-2000 para o Brasil e suas regiões, argumenta que apesar da profunda queda das taxas de fecundidade das mulheres após os 20 anos e, principalmente após os 30 anos em todas as regiões brasileiras, a transição da fecundidade ocorreu em momentos distintos quando confrontadas as diferentes regiões, ou seja, enquanto no Centro-Sul esse início dá-se durante a década de 1960, nas regiões Norte e Nordeste a transição principia durante a década de 1970, intensificando-se nas décadas seguintes. “Chama atenção o fato de que durante a década de 60, nas regiões Nordeste e Norte há aumento nas taxas específicas por idade, em sentido oposto ao sucedido nas demais regiões” (SIMÕES, 2006, p. 87). Segundo esse autor, apesar da região Norte ainda apresentar taxas de fecundidade superiores às do Centro-Sul do país, há uma significativa redução no número de filhos quando comparado os períodos de 1970 a 2000.

Analisando a Taxa Específica de Fecundidade por instrução observa-se que a escolaridade da mulher teve avanços significativos durante os últimos 30 anos em todo o Brasil. A região Norte, por exemplo, alterou a proporção de mulheres em idade fértil com até 3 anos de estudo (analfabetismo funcional) de 69,8% em 1970 para 26,3% em 2000 (a segunda maior depois do Nordeste). Para esse grupo de mulheres a fecundidade caiu intensamente como resultado de medidas de controle de reprodução, enquanto o grupo de maior escolaridade atingiu em 2000 níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição.

Desagregando a análise para o grupo de mulheres com até 3 anos de estudos, em todas as regiões brasileiras em 1970 e 1980 a fecundidade concentrava-se nas idades 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, caracterizada como tardia, portanto, bastante similar ao observado quando da análise para o conjunto do total das mulheres. Durante as últimas duas décadas, iniciam-se fortes reduções em seus valores, atingindo todas as mulheres com idades superiores a 20 anos, explicando, portanto, a queda no nível geral da fecundidade deste grupo específico de mulheres. Cabe também chamar atenção para a trajetória seguida pelo grupo de mulheres com até 3 anos de instrução, de 15 a 19 anos, que entre 1991 e 2000 tiveram significativos aumentos nas suas taxas específicas de fecundidade.

4.1.3 Padrão etário da fecundidade

O Padrão Etário da Fecundidade caracteriza-se pelo valor modal da curva que mede as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF), ou seja, quando o máximo da fecundidade específica concentra-se em determinado grupo etário. Até 1980, por exemplo, em nível nacional e em grande parte das unidades da federação, as Taxas Específicas de Fecundidade

identificavam-se a um padrão tardio, ou seja, o ponto máximo da curva da fecundidade específica concentrava-se nos grupos 25 a 29 ou 30 a 34 anos. Durante a década de 1980, com a difusão e a utilização, por parte das mulheres, dos métodos anticoncepcionais reversíveis como a pílula, concomitantemente com a crescente preferência pela esterilização feminina, a estrutura da fecundidade por grupos de idade deslocou-se do padrão tardio para um padrão jovem, ou seja, o valor modal da curva de fecundidade corresponde ao grupo 20 a 24 anos de idade⁵⁶.

Portanto, entre 1991 e 2000, o Brasil e suas grandes regiões apresentaram significativas diminuições nas Taxas Específicas de Fecundidade, sobretudo a partir dos 20 anos de idade das mulheres. Na região Norte, por exemplo, o ponto modal da TEF entre 1991 e 2000 concentrou-se na faixa etária de 20 a 24 anos. No entanto, houve uma redução da TEF para o referido grupo etário de 0,225 filhos por mulher em 1991 para 0,200 no ano 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b).

Como consequência do rejuvenescimento da fecundidade no Brasil, o IBGE aponta a queda acentuada da *idade média* da fecundidade⁵⁷ de 1970 para 2000 em todas as grandes regiões brasileiras (Tabela 20).

Tabela 20 – Brasil: Idade média da fecundidade por grandes regiões, 1970-2000

Grandes regiões	1970	1980	1991	2000	Diferença na idade média (2000/1970)
Norte	30,6	29,2	27,5	25,7	-4,9 anos
Nordeste	30,5	29,7	28,1	26,4	-4,1 anos
Sudeste	29,4	28,3	26,8	26,5	-2,9 anos
Sul	29,5	28,4	27,0	26,6	-2,9 anos
Centro-Oeste	29,7	28,1	25,9	25,2	-4,5 anos
Brasil	29,9	28,9	27,2	26,3	-3,6 anos

Fonte: Adaptado de IBGE (2003b, p. 71-72); Simões (2006, p. 92)

Nota-se que a região Norte, com decréscimo de 4,9 anos foi a que experimentou a mais expressiva redução na idade média da fecundidade, posicionando-se abaixo das regiões Sudeste e Sul. Por ter apresentado uma transição da fecundidade mais tardia, o padrão jovem da fecundidade no Norte intensifica-se no período de 1991-2000 como resultado de quedas mais significativas da fecundidade nas idades mais velhas. No referido período (1991-2000), a

⁵⁶ Entre o padrão tardio e o jovem, existe o padrão dilatado, quando praticamente não há diferença entre os valores correspondentes às faixas etárias de 20 a 24 e de 25 a 29 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 63).

⁵⁷ “É a medida de tendência central da curva que descreve o comportamento das Taxas Específicas de Fecundidade ao longo das idades das mulheres” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 71).

região Norte também experimentou a mais expressiva redução na idade média da fecundidade, com um decréscimo de 1,80 ano. No Pará, a idade média da fecundidade passou de 27,6 em 1991 para 25,8 em 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 72).

Esta constatação encontra explicação, possivelmente, pelo número de mulheres que viviam em união conjugal e optaram pela esterilização como método anticoncepcional (71% na região Norte). “Como essas esterilizações estão concentradas nas faixas etárias a partir dos 25 anos, tem-se, provavelmente, o porquê das elevadas participações na fecundidade total daqueles segmentos mais jovens” (SIMÕES, 2006, p. 97).

No Brasil, enquanto o padrão etário da fecundidade no grupo de mulheres de mais elevada instrução (8 anos e mais de estudo) apresenta, no período 1970-2000, uma conformação mais dilatada e tardia, no grupo de mulheres com menos de 8 anos de instrução “esse padrão vai adquirindo um contorno mais jovem, com as maiores concentrações nas idades de 15 a 24 anos” (SIMÕES, 2006, p. 104). São estes dois grupos (15 a 19 anos e 20 a 24 anos) de mulheres, segundo o autor, que garantem o padrão etário jovem da fecundidade feminina em todo o Brasil.

Como o padrão etário da fecundidade vai adquirindo um contorno tardio na medida em que se elevam os anos de estudo das mulheres, dados do IBGE (2003b) indicam que o ponto modal do padrão etário da fecundidade para as mulheres do grupo sem instrução até o grupo com 7 anos de estudo, esteve concentrado em 1991 e 2000 no grupo etário 20 a 24 anos, para as mulheres com 8 a 10 anos de estudo, nos referidos períodos, o ponto modal está se deslocando do grupo 20 a 24 anos para o grupo 25 a 29 anos, enquanto para as mulheres com 11 anos ou mais de estudo o ponto modal se concentrou no grupo 25 a 29 anos de idade, com ligeiro deslocamento para o grupo de 30 a 34 anos de idade no ano 2000.

Simões (2006) chama atenção para o fato de que as novas gerações tendem a melhorar seu nível de escolaridade e com tendências a romper com a cultura da esterilização como opção de anticoncepção, ou seja, a tendência esperada, é de que no futuro predomine o padrão etário de fecundidade dos grupos de mais elevada instrução. Nesse sentido, o IBGE adverte para o fato de que as mulheres de mais elevada instrução estarão em melhores condições de escolher o momento mais apropriado do início de sua vida reprodutiva, contanto que haja mudança no procedimento de controle de reprodução.

Observa-se que o grau de instrução é uma das variáveis mais significativas para a transformação nos níveis de fecundidade, além de estar associada com a postergação do

primeiro filho. Nesse sentido, a Tabela 21 demonstra a Idade Média da fecundidade, segundo os grupos de anos de estudo das mulheres brasileiras no período 1991 e 2000.

Tabela 21 – Brasil: Idade Média da Fecundidade, segundo os grupos de anos de estudo das mulheres, 1991-2000

Caracterização	1991	2000
Sem instrução e menos de 1 ano	27,50	26,30
1 a 3 anos	26,80	25,30
4 a 7 anos	26,30	25,30
8 a 10 anos	27,10	26,50
11 anos ou mais	27,70	27,60

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2003b, p. 83)

Quanto ao padrão etário da fecundidade, segundo as categorias de rendimento familiar per capita, tanto em 1991 quanto em 2000, a curva modal passa de um padrão jovem nas classes mais baixas de rendimento para um padrão tardio nas famílias com rendimento per capita mais elevado. No ano 2000, por exemplo, para as mulheres cujo rendimento nominal mensal familiar per capita era de até 2 salários mínimos, o ponto modal do padrão etário concentrou-se no grupo de 20 a 24 anos de idade, para as mulheres cujo rendimento era de mais de 2 até 5 salários mínimos o ponto modal concentrou-se no grupo etário 25 a 29 anos, enquanto para aquelas cujo rendimento era maior que 5 salários mínimos, a curva deslocou-se para o grupo cuja faixa etária é de 30 a 34 anos de idade. Percebe-se, portanto, que cada vez mais emerge a relação entre “altos rendimentos das famílias e o aumento da instrução da mulher, exercendo efeito sobre a fecundidade, no sentido de que este grupo particular apresente baixos níveis de fecundidade e um padrão tardio” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b, p. 86).

Em síntese, o declínio surpreendente da fecundidade brasileira nas últimas três décadas, e da região Norte em particular, mesmo que tardiamente, confirmam a transição da fecundidade para níveis e padrões mais baixos, principalmente quando se consideram aspectos socioeconômicos como a educação e a renda, além de outros, que podem determinar mudanças relevantes no comportamento reprodutivo das mulheres.

Com efeito, a generalização dos meios de comunicação e o maior acesso das mulheres nortistas a métodos anticoncepcionais modernos e eficazes, podem proporcionar para um futuro próximo, uma transição ainda mais veloz da fecundidade para a região, já que, principalmente a partir dos anos de 1990, o declínio da fecundidade no norte do país começa a

ser proporcionalmente maior do que o das regiões mais desenvolvidas, evidenciando a tendência generalizadora e homogeneizadora do processo de transição da fecundidade, que tem alcançado áreas e grupos sociais onde essa componente demográfica era, até então, mais elevada.

Em que pesem os avanços da modernização no município de Salinópolis proporcionadas pelo desenvolvimento da atividade turística, é bem provável que as mulheres, e também os homens, inclusive das camadas menos favorecidas da população, busquem alternativas de planejamento de sua prole que sejam adequadas às suas necessidades reprodutivas.

4.2 EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS

Nunca é de mais lembrar que a expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres durante o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade). A análise dos níveis (TFT) e padrões (TEF) é obtida a partir dos censos demográficos e das pesquisas intercensitárias (PNAD). No entanto, a qualidade desses levantamentos para a região Norte ainda apresenta sérios problemas de cobertura para uma análise mais detalhada da evolução da fecundidade a partir da TFT e TEF.

A Taxa de Fecundidade Total, que expressa o número de filhos que em média teria uma mulher pertencente a uma coorte hipotética, que durante sua vida fértil teve seus filhos e não esteve expostas a riscos de mortalidade desde o nascimento até o término do período fértil, é calculada de acordo com as Taxas Específicas de Fecundidade por idade do período em estudo.

As Taxas Específicas de Fecundidade por idade constituem uma medida mais refinada da fecundidade e representam o número de filhos nascidos vivos por grupo quinquenal de idade das mulheres desde os 15 até os 49 anos. Porém, o cálculo desta taxa só é possível quando, além do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses antes do censo, se dispõe deste número classificado segundo a idade da mãe. Nem todos os municípios brasileiros, principalmente os da região Norte, dispõem deste tipo de informação. No caso de Salinópolis, a disposição deste tipo de informação só se dá a partir do censo 2000, o que dificulta o cálculo para o período 1970-1991 e a análise de sua evolução no tempo.

Contudo, é possível analisar os níveis de fecundidade do município, mesmo que, com menor precisão, através da análise da Taxa Global de Fecundidade (TGF). Com base na relação entre o número de filhos nascidos vivos ocorridos em um ano e o contingente de

mulheres em idade fértil daquele mesmo ano, obtém-se a TGF, ou seja, mede-se o número anual médio de nascidos vivos por mil mulheres em idade reprodutiva.

Neste trabalho, utilizou-se como indicador de fecundidade para Salinópolis a TGF no período de 1970 a 2007 a partir dos censos demográficos de 1970-2000, Contagem da População 2007 do IBGE e dados do Sistema de Nascimentos do Ministério da Saúde (SINASC) do ano 2007 fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SMSS). A TFT, a TEF e a Idade Média da Fecundidade desagregada para a zona rural e urbana foram calculadas para o ano 2000 a partir do censo demográfico do IBGE para o referido ano.

4.2.1 Taxa Global de Fecundidade (TGF)

Como visto no capítulo anterior, a população salinopolitana que em 1970 era de 9.651 habitantes, cresceu para 36.668 em 2007. No período de 1991-2000, a taxa média geométrica de crescimento populacional no município era de 4,4% ao ano.

Na década de 1970, a TGF de Salinópolis mostrava tendências de crescimento, de modo que essa taxa cresceu de 165 filhos nascidos vivos ao ano para cada grupo de mil mulheres na idade reprodutiva de 15 a 49 anos em 1970 para 175 em 1980, provavelmente como reflexo do crescimento econômico promovido pelo turismo que impulsionou a imigração para o município (Figura 19).

A partir de 1980 a TGF mostra níveis descendentes, chegando a 129 filhos nascidos vivos ao ano para cada grupo de mil mulheres na idade reprodutiva de 15 a 49 anos em 1991, a 109 no ano 2000 e 79 no ano de 2007. Esses resultados mostram que de 1980, momento em que a TGF no município alcançou seu cume, a 2007, houve uma redução de 96 filhos nascidos vivos ao ano para cada grupo de mil mulheres na idade reprodutiva de 15 a 49 anos em Salinópolis. Diversos fatores podem ser apontados para a evolução no comportamento reprodutivo das mulheres residentes no município.

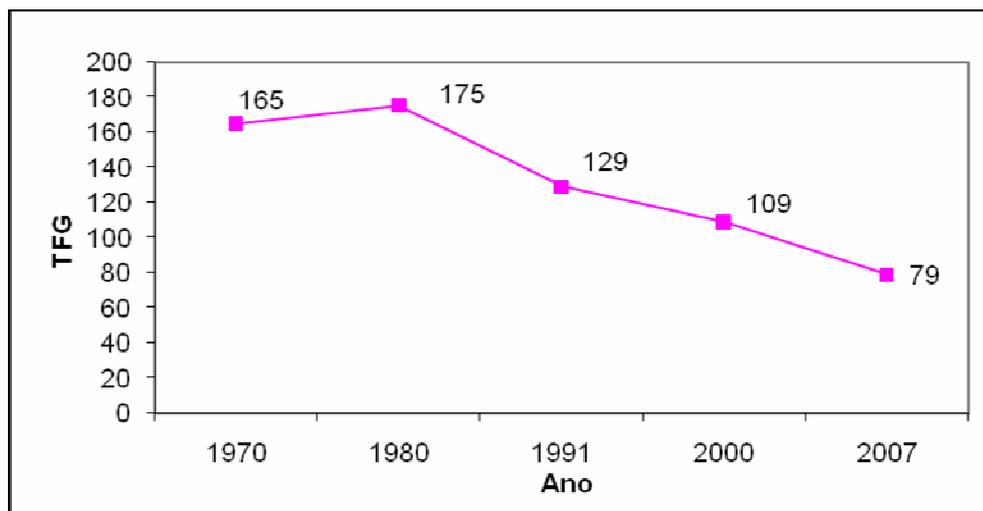


Figura 19 – Salinópolis: Taxa Global de Fecundidade, 1970-2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1970-2000; IBGE, Contagem da População, 2007; Sinasc/SMSS (2007)

Tais resultados denotam, provavelmente: 1) o crescimento do espaço urbano local, mudança de valores e a elevada concentração da renda no município, o que conduz à declaração de algumas mulheres quando da aplicação de questionário em pesquisa de campo: *antes era normal ter muitos filhos, já que estes eram utilizados como mão-de-obra em ajuda aos pais. Frequentar escola era tarefa difícil, diante a distância das mesmas. Hoje, as dificuldades financeiras tornam difícil educar muitos filhos, mesmo com as facilidades no acesso à escola*; 2) a possível diminuição nos saldos migratórios diante do declínio do fluxo turístico no município, causado, dentre outros fatores, pela falta de tranqüilidade que segundo muitos veranistas, o município deixou de oferecer; 3) reflexos do uso de métodos anticoncepcionais, principalmente a partir da década de 1990 com a implantação do Programa de Saúde Familiar (PSF) no município, vinculado ao Ministério da Saúde, onde as mulheres recebem serviços de orientação e prevenção, através de palestras e distribuição de camisinhas,⁵⁸ além do possível crescimento da esterilização feminina, já que o número de partos do tipo cesáreo aumentou de 32,5% em 2006 para 46,7% em 2007, segundo dados da Sinasc/SMSS, pressupondo uma estreita associação entre esse tipo de parto e uma situação definitiva e irreversível quanto à maternidade.

Também a educação, apesar de ainda se apresentar de forma precária no município, tem alcançado avanços significativos, principalmente a partir da implantação da bolsa escola, o que também pode estar contribuindo na redução do número de filhos, enquanto

⁵⁸ De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis, em pesquisa de campo realizada pela autora em fevereiro de 2008, há certa resistência por parte das mulheres mais jovens (10 a 19 anos de idade) quanto à prevenção de gravidez não desejada.

para as mulheres de mais baixa escolarização, a redução no número de filhos deve-se, provavelmente, aos elevados custos na criação dos filhos, quer seja com educação, saúde ou na busca de novas oportunidades de emprego e renda por parte dessas mulheres. Nessa direção, a Figura 20 assinala para os anos 2006 e 2007, o crescimento no número total de filhos nascidos vivos para as mulheres mais escolarizadas (a partir dos 8 anos de estudo) residentes em Salinópolis, e o decréscimo no número total de filhos nascidos vivos para as mulheres com até 7 anos de estudo.

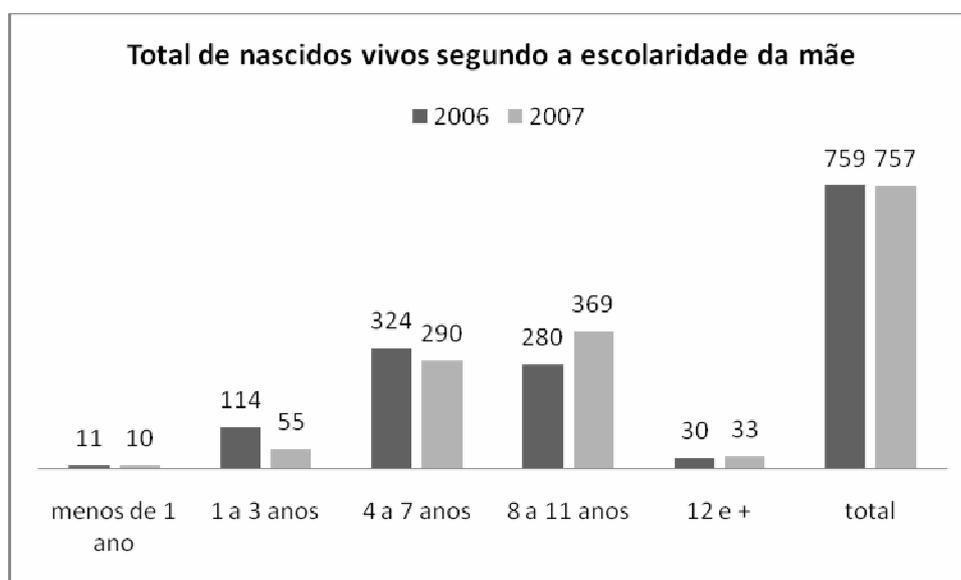


Figura 20 – Salinópolis: Total de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe, 2006-2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em Sinasc/SMSS (2007)

Vale esclarecer que em Salinópolis, a carência de postos de trabalho e de instituições de educação superior para a continuidade dos estudos conduz a maioria das mulheres, ao término do ensino fundamental ou médio, a contrair união conjugal, acelerando assim, sua vida reprodutiva. Tais argumentos são confirmados quando se analisa o total de nascidos vivos no município em 2007 onde, dos 757 partos, o maior percentual (36%) são de jovens na faixa etária 15 a 19 anos, idade em que muitas delas estão concluindo o ensino fundamental ou médio.

Nesse contexto, observou-se que é a partir dos anos de 1980 que na região Norte a queda da fecundidade começa a verificar-se de forma mais acentuada. De qualquer forma, a redução na TGF no município já mostra impactos na estrutura de sua população, como a redução da população jovem menor que 14 anos e um ligeiro envelhecimento populacional, principalmente a partir do ano 2000.

A Tabela 22 sintetiza as alterações verificadas no valor da TGF durante os períodos focalizados. Observando as variações relativas para cada um dos períodos, apesar da significativa redução em seus níveis em praticamente três décadas, confirma-se a manutenção de taxas elevadas de fecundidade no município.

Tabela 22 – Salinópolis: Taxa Global de Fecundidade, 1970-2007

Ano	População feminina de 15 a 49 anos	Variação (%)	Filhos nascidos vivos 12 meses anteriores ao censo	Variação (%)	TGF
1970	2034	-	335	-	165
1980	2861	40,7%	501	49,6%	175
1991	4829	68,8%	623	24,4%	129
2000	8044	66,6%	878	40,9%	109
2007	9570	19,0%	757	-13,8%	79

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1970-2000; IBGE, Contagem da População, 2007; Sinasc/SMSS (2007)

4.2.2 Taxa de Fecundidade Total (TFT)

O processo de refinamento das estimativas populacionais pelo IBGE para áreas menores, como os municípios, foi iniciado no final do ano de 1991, de forma que é somente no censo demográfico de 2000 que este órgão publica informações que permitem a análise da TFT e da TEF para a maioria dos municípios brasileiros, principalmente para os da região Norte do país.

Em Salinópolis, a TFT no ano 2000 foi de 3,11 filhos por mulher, ligeiramente abaixo da TFT da região Norte, que foi de 3,2, e do estado do Pará, com 3,15, confirmando as observações de Moreira (1998), ou seja, que existe uma relativa homogeneidade intra-regional nos níveis de fecundidade. Portanto, o nível elevado da fecundidade em Salinópolis não é surpreendente se se supõe uma relação indireta entre níveis de desenvolvimento e níveis de fecundidade, sendo provável que a elevada taxa de fecundidade em Salinópolis ainda no ano 2000 seja reflexo de diversos fatores como o baixo nível de escolarização e a baixa renda.

Nesse sentido, é razoável supor que os níveis de fecundidade no município tenham se mantido semelhantes ao do estado do Pará em anos anteriores (1970-1991) e, o valor apresentado, levemente acima de 3 filhos por mulher, pode estar relacionado ao uso de métodos anticoncepcionais. Em que pesem as tendências e estimativas, a literatura demográfica tem demonstrado, que apesar das diferenças entre sub-populações, o comportamento reprodutivo das mulheres na região Norte como um todo parece ter sido generalizado nas diferentes unidades, estaduais e municipais, grandes e pequenas.

4.2.3 Fecundidade por situação de domicílio

No ano 2000, Salinópolis apresentou TFT de 2,90 na zona urbana e 5,85 na zona rural, mostrando diferença elevada de fecundidade entre as mulheres, de 2,95, por situação de domicílio, sobressaindo-se em relação a essa diferença estadual (2,90), regional (1,80) e nacional (1,28), conforme retrata a Figura 21.

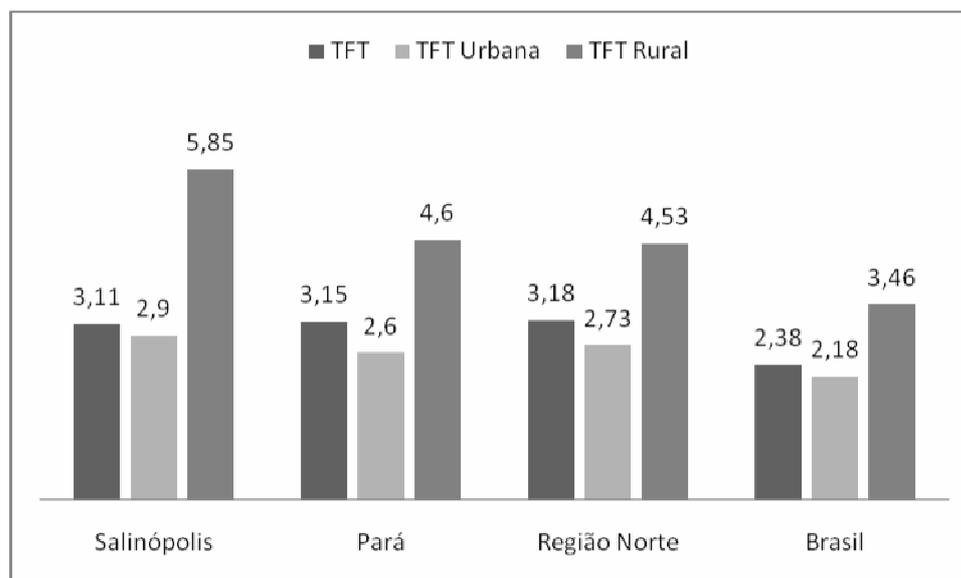


Figura 21 – Taxa de Fecundidade Total de Salinópolis no contexto estadual, regional e nacional, por situação de domicílio, 2000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000; IBGE (2003b, p. 56-58); Simões (2006, p. 66-69)

A área urbana do município apresentou TFT de 2,90 filhos por mulher, que apesar de superior, apresenta valores próximos ao da média estadual (2,60) e regional (2,73). O quadro repete-se em patamares significativamente mais elevados, quando se focaliza a situação dos níveis de fecundidade para a área rural de Salinópolis que apresentou TFT de 5,85 na área rural, enquanto o Pará apresentou taxa de 4,60 e a região Norte de 4,53, uma diferença de mais de 1 filho por mulher.

Esta estimativa mostra o diferencial urbano-rural na TFT do município, e indica, assim como para a região Norte e o estado do Pará, a relevante tendência de declínio dos níveis da fecundidade nas áreas urbanas. Nesse sentido, a literatura demográfica tem demonstrado que o elevado crescimento da população urbana, juntamente com o controle da fecundidade marital (entre mulheres casadas) e o desempenho dos programas de planejamento familiar, são algumas das variáveis que podem explicar a queda da fecundidade na área urbana do município.

Quanto ao comportamento reprodutivo das mulheres residentes na área rural de Salinópolis, vale esclarecer que esta tem população feminina em idade fértil muito pequena (494 mulheres no ano 2000), como demonstra a Tabela 24, porém, com acúmulo elevado de filhos tidos nascidos vivos. No caso das mulheres do grupo etário de 45 a 49 anos, por exemplo, estavam iniciando sua vida reprodutiva na segunda metade da década de 1960, período em que a população rural total girava em torno de 30% e as atividades primárias como a pesca artesanal e a agricultura de subsistência tinham peso significativo na economia do município, fatores estes que contribuem para um maior número da prole.

4.2.4 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)

Quanto à Taxa Específica de Fecundidade, Salinópolis segue os padrões da região Norte e do estado do Pará, ou seja, a idade modal localiza-se entre 20 e 24 anos, com 0,213 filhos por mulher, indicando que as mulheres residentes neste município também estão tendo seus filhos mais cedo.

Como era de se esperar, o segundo grupo etário de maior fecundidade no município é o da população jovem de 15 a 19 anos, com 0,144 filhos por mulher, como resultado de decréscimos a partir do grupo de 20 a 24 anos, com ligeiro crescimento no grupo de 35 a 39 e nova queda até o grupo de 45 a 49 que obteve taxa de fecundidade de 0,018 filhos por mulher.

Portanto, os resultados mostram que a estrutura da fecundidade em Salinópolis é do tipo precoce com prováveis tendências de rejuvenescimento, de tal forma que a idade média (padrão etário) da fecundidade (IMF) em 2000 gira em torno dos 26 anos de idade. A Figura 22 e a Tabela 23 elucidam a situação da fecundidade específica por idade para Salinópolis, segundo a situação do domicílio das mulheres no ano 2000.

Nota-se que a TEF de Salinópolis tende a acompanhar os valores urbanos. No entanto, a TEF rural mostra situação extremada, ou seja, o comportamento reprodutivo nesta área é acentuadamente jovem, com a idade modal concentrada no grupo de 15 a 19 anos, com 0,435 filhos por mulher. No Brasil, considerando o conjunto total de mulheres da faixa etária de 15 a 19 anos no ano 2000, a TEF foi de 0,089 filhos por mulher.

A TEF rural em Salinópolis cai significativamente para os grupos etários posteriores ao grupo de 15 a 19 anos, chegando a zero para o grupo de 30 a 34 anos, voltando a subir no grupo de 35 a 39 anos (0,298 filhos por mulher), cai a zero novamente para o grupo de 40 a 44 anos e retorna a subir para 0,218 no grupo de 45 a 49 anos. A taxa zero para os

grupos de 30 a 34 e de 40 a 44 anos de idade indica que esses grupos etários não tiveram filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa como demonstra a Tabela 24, sobre a qual, levanta-se as seguintes hipóteses como explicação para tal variação: pequena participação da população feminina em idade fértil residente na zona rural (494 mulheres); êxodo rural, já que muitas das mulheres que se ocupam na função de doméstica com residência fixa em casa de segundo residentes abrangem principalmente as respectivas faixas etárias; a esterilização marital como método de anticoncepção; além do fato de que a imigração para o município tem como destino principal a cidade de Salinópolis. No cômputo geral, a Figura 22 e as Tabelas 23 e 24 destacam a grande diferença da fecundidade rural-urbana e como as mulheres rurais continuam a ter uma fecundidade elevada mesmo em idades mais avançadas.

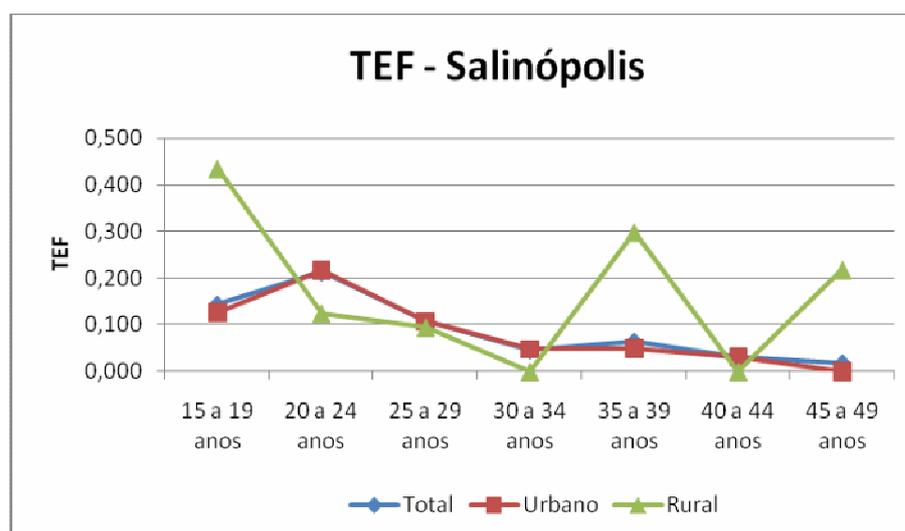


Figura 22 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idade das mulheres e por situação domiciliar, 2000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados da Amostra)

Tabela 23 – Salinópolis: estrutura da Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idade das mulheres e por situação domiciliar, 2000

Grupos de idades das mulheres	TEF	TEF Urbana	TEF Rural
15 a 19 anos	0,144	0,127	0,435
20 a 24 anos	0,213	0,217	0,125
25 a 29 anos	0,108	0,108	0,095
30 a 34 anos	0,046	0,048	0,000
35 a 39 anos	0,064	0,049	0,298
40 a 44 anos	0,030	0,031	0,000
45 a 49 anos	0,018	0,000	0,218

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados da Amostra)

Tabela 24 – Salinópolis: Número de filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores à data do censo 2000 das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por situação do domicílio e número de mulheres por grupos de idade

Grupos de idade	Número de mulheres		Filhos tidos nascidos vivos 12 meses anteriores ao censo 2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
15 a 19 anos	1909	97	284	240	44
20 a 24 anos	1461	123	331	315	16
25 a 29 anos	1179	81	133	126	8
30 a 34 anos	983	68	47	47	0
35 a 39 anos	798	45	53	39	14
40 a 44 anos	689	36	21	21	0
45 a 49 anos	531	44	10	0	10

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados da Amostra)

Simões (2006) chama atenção para o fato de que as maiores taxas de fecundidade no grupo de 15 a 19 anos são de mulheres que residem na região Norte, principalmente para as analfabetas funcionais, que no ano 2000, tiveram TEF de 0,214 filhos por mulher. Estas informações são preocupantes “uma vez que incide sobre um grupo social mais vulnerável do ponto de vista de sua baixa inserção social, principalmente, em relação a serviços relacionados à informação, à saúde [...], escolas, emprego, etc.” (SIMÕES, 2006, p. 111). É importante considerar, acrescenta o autor, que muitas destas jovens estão expostas a formas diversas de abuso, violência e exploração, como é o caso do turismo sexual.

Apesar de não terem sido computados, os dados da Amostra do Censo Demográfico 2000 registram que das 2.162 mulheres de 10 a 14 anos de idade residentes em Salinópolis, 19 tiveram filhos nascidos vivos, dos quais 7 nasceram no período de referência de 12 meses anteriores a data da pesquisa. Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis também indicam para o ano 2007 que das 2.190 mulheres de 10 a 14 anos, 22 delas tiveram filhos. O IBGE (2003b) chama atenção para este tipo de informação, já que é de extrema importância para a formulação de políticas públicas voltadas para o segmento jovem, particularmente no que se refere à maternidade/paternidade responsável.

As análises do comportamento reprodutivo da mulher residente em Salinópolis permitem advertir para a qualidade dos dados censitários, como a cobertura censitária, erros de registros numéricos, declaração do número de filhos tidos e declaração de idade das mães, que podem afetar o cálculo das Taxas de Fecundidade e, conseqüentemente, a análise da evolução demográfica no município.

4.2.5 Implicações demográficas

No decorrer deste trabalho foram apresentadas as profundas mudanças na dinâmica demográfica, socioeconômica e espacial de Salinópolis, constatando-se que o comportamento reprodutivo das mulheres nesse município é reflexo de transformações nos aspectos estruturais, conjunturais e culturais. Por outro lado, a história vivida pela população local nos últimos 30 anos do século XX não foi suficiente para que se tivessem mitigado as dificuldades sociais e econômicas que denotam as elevadas taxas de fecundidade no lugar, tendo como uma de suas principais conseqüências, a estrutura de distribuição etária da população local.

A estrutura por idade e sexo – resultado conjunto dos nascimentos, das mortes e das migrações – condiciona, portanto, a evolução de uma determinada população num determinado período de tempo, representada por uma disposição gráfica chamada *pirâmide etária*. As Figuras 23 a 27 permitem apreciar as transformações das pirâmides etárias da população salinopolitana, de 1970 a 2007.

As pirâmides de 1970 a 1991, de base larga e rápida diminuição desta à cúspide, são indicativos de população jovem, de baixa idade mediana e elevada razão de dependência⁵⁹ e, refletem os efeitos da alta natalidade e acentuado crescimento populacional, provavelmente devido à redução da mortalidade infantil e na infância⁶⁰. Vale apenas lembrar que até a década de 1970 a base da economia local ainda era predominantemente primária, como a pesca e a agricultura de subsistência, fator que contribuiu para níveis mais elevados de fecundidade.

De maneira geral, as pirâmides de 1970, 1980 e 1991 são muito semelhantes. Por outro lado, nota-se que o perfil dessas pirâmides não são regulares. A reentrância que se observa nas idades de 30 a 34 anos na pirâmide de 1970 para a população masculina, por exemplo, reflete a redução havida nessa geração, provocada, provavelmente, pelos efeitos da migração. Por outro lado, é notável a diferença de perfil na base (0 a 4 anos) das pirâmides de 1980 e 1991, significando dizer que a pirâmide de 1991 demonstra dar sinais de redução de fecundidade no município.

⁵⁹ Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

⁶⁰ A taxa de mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos), em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a estimativa do risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. Já a taxa de mortalidade na infância é definida como o número de óbitos de crianças menores de 5 anos de idade em uma população e em relação ao número de nascidos vivos em determinado período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a; 2003b).

Observe que nos cinco períodos considerados, a pirâmide de 1980 é aquela que apresenta a maior participação de crianças na faixa de 0 a 4 anos, justificando a mais alta razão de dependência do respectivo período (112,4) como demonstra a Figura 28. Presume-se que a elevadíssima razão de dependência para o ano de 1980, onde o total do grupo considerado inativo supera a população em idade produtiva, pode estar ligado ao maior percentual da população imigrante no período 1970-2000 como demonstra a Tabela 3 no capítulo anterior, onde as mulheres que imigraram para Salinópolis nesse período eram, possivelmente constituídas de mulheres adultas já com filhos.

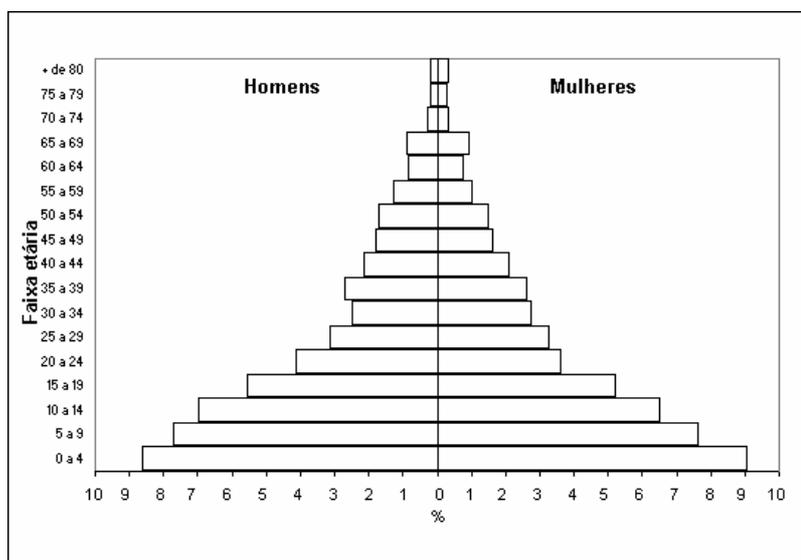


Figura 23 – Salinópolis: pirâmide etária, 1970

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1970

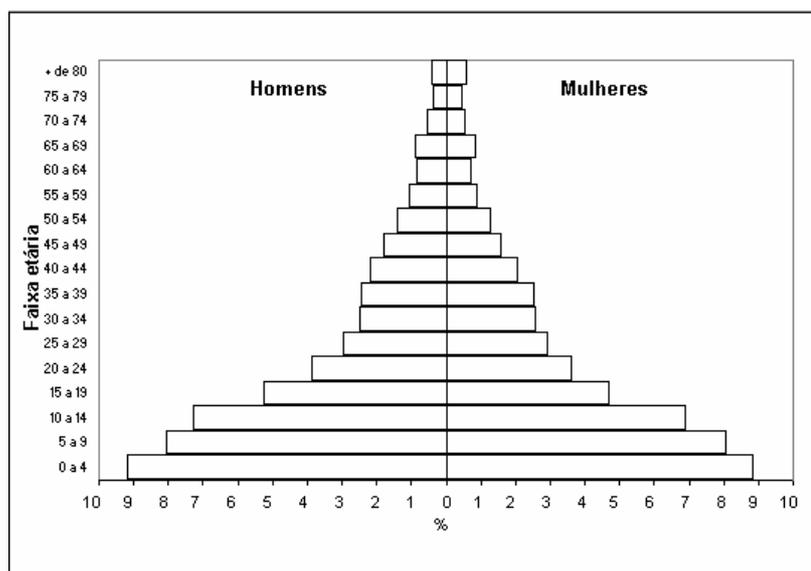


Figura 24 – Salinópolis: pirâmide etária, 1980

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1980

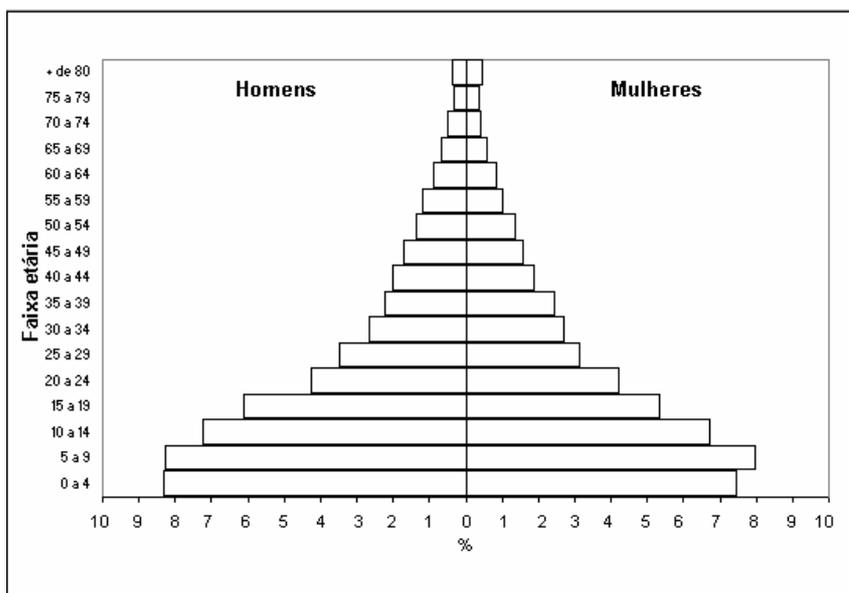


Figura 25 – Salinópolis: pirâmide etária, 1991

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1991

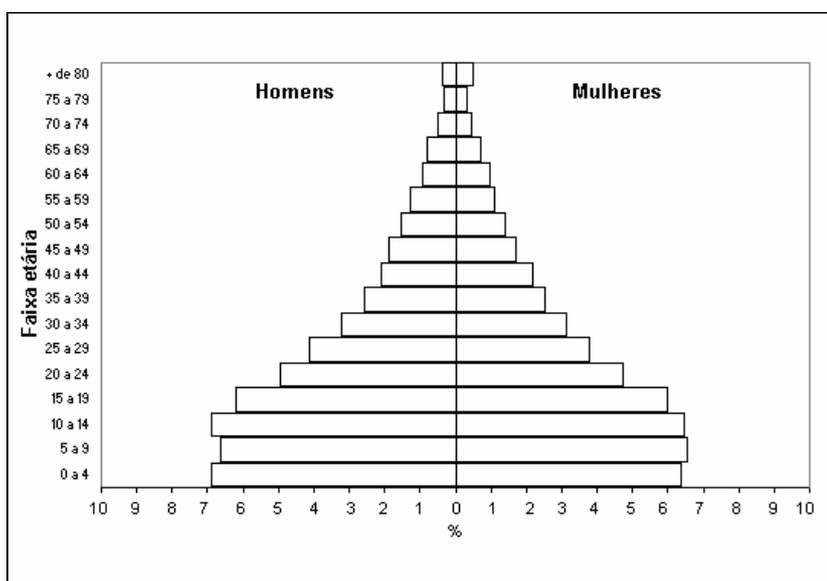


Figura 26 – Salinópolis: pirâmide etária, 2000

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000

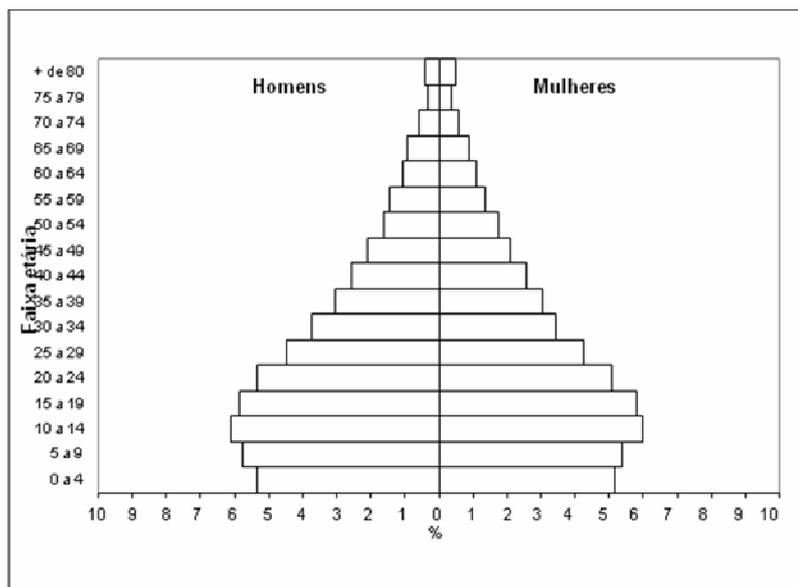


Figura 27 – Salinópolis: pirâmide etária, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Contagem da população 2007

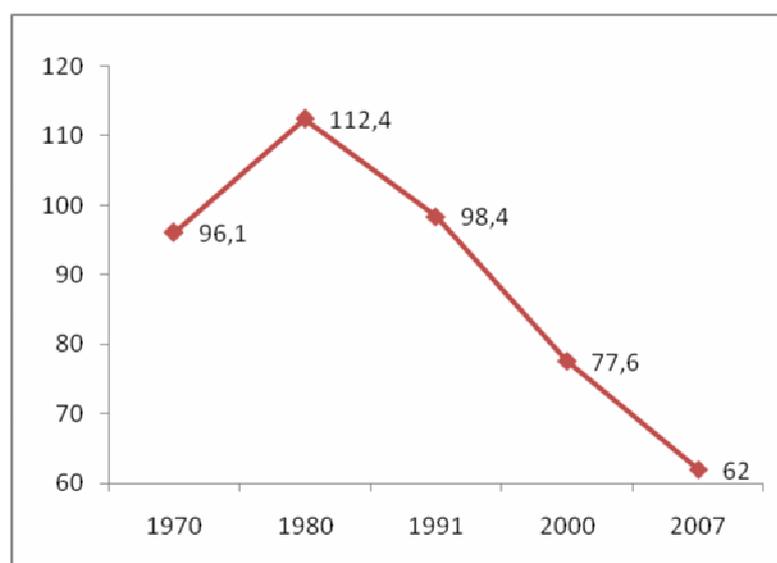


Figura 28 – Salinópolis: evolução da razão de dependência, 1970-2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1970-2000; Contagem da População, 2007

Um aspecto que chama atenção no perfil da pirâmide de 1991 é a saliência no grupo etário de 5 a 9 anos do sexo feminino, sobre o qual, levanta-se a hipótese de que, além da parturição⁶¹ tanto das nativas como das imigrantes na segunda metade da década de 1970, o que também justifica a maior participação de crianças na faixa de 0 a 4 anos de idade no

⁶¹ Experiência reprodutiva acumulada pela mulher até certa idade (BERQUÓ, 1980).

censo 1980, muitas destas crianças do sexo feminino não seriam naturais do município e que possivelmente vieram acompanhadas de seus respectivos pais, ou exclusivamente com suas mães, que podem ter migrado sem a companhia de seus maridos ou companheiros. É o caso de Maria das Graças Ribeiro, 50 anos de idade, imigrante do município de Augusto Corrêa (PA), que chegou a Salinópolis por volta de 1988, acompanhada de 11 filhos menores que 14 anos de idade, sendo 8 crianças do sexo feminino e 3 do sexo masculino, das quais, 4 crianças do sexo feminino e apenas uma do sexo masculino encontravam-se na faixa etária 5 a 9 anos de idade à época do censo 1991 (pesquisa de campo realizada pela autora em fevereiro de 2008).

Nesse contexto, a composição etária mais acentuada de crianças do sexo feminino de 5 a 9 anos de idade na pirâmide de 1991 pode ser reflexo principalmente da imigração. De qualquer forma, a pirâmide de 1991 de Salinópolis continua a refletir uma população jovem com idade mediana baixa e razão de dependência ainda bastante elevada (98,42).

As pirâmides etárias de 2000 e 2007 revelam mudanças nos padrões demográficos de Salinópolis, sobretudo no declínio dos níveis de fecundidade, com conseqüente efeito sobre a estrutura de distribuição etária da população, evidenciadas no significativo estreitamento da base da pirâmide em um período de sete anos, com reduções significativas do número de crianças e adolescentes no total da população, exibindo uma forma um pouco mais cheia, o que reflete uma situação demográfica em evolução, semelhante à estrutura etária da população paraense para o ano 2007 como pode ser observado na Figura 29.

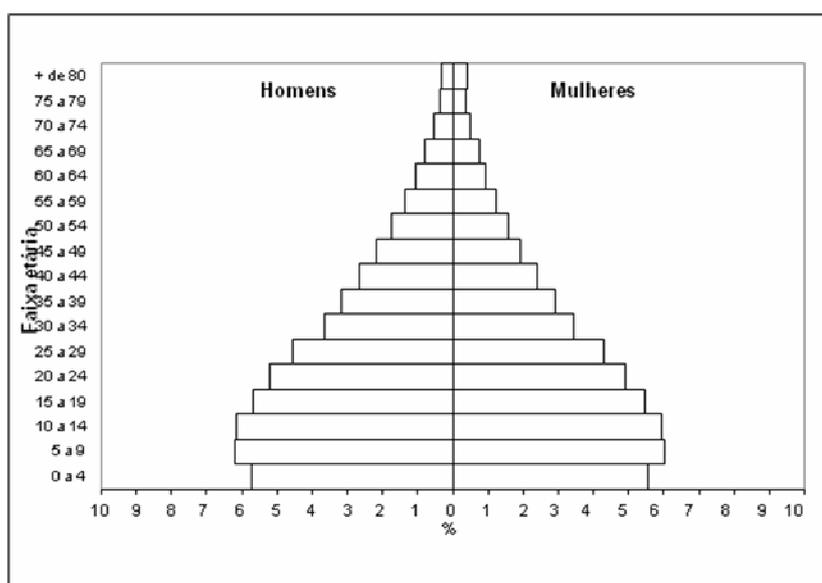


Figura 29 – Estado do Pará: pirâmide etária, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Contagem da população 2007

A redução da fecundidade evidenciada no ano 2000 e principalmente no ano 2007 em Salinópolis é provavelmente conseqüência da implantação, a partir de 1993, do Programa Saúde da Família (PSF) no município vinculado ao Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimentos do Ministério da Saúde, onde as gestantes e as crianças recebem serviços de acompanhamento, orientação e prevenção, vinculado ao crescimento da escolarização no município.

Por outro lado, apesar da nítida percepção no crescimento da população em idade ativa (15 a 64 anos), a estrutura na base da pirâmide de 2000 ainda revela os efeitos de nascimentos de coortes originárias de períodos de fecundidade ainda elevada, principalmente na zona rural. Para o ano de 2007, nota-se que Salinópolis teve a fecundidade mais elevada na década de 1990, como se pode verificar nos percentuais do grupo etário 10 a 14 anos na Figura 27, quando, a partir de então, os percentuais reduzem-se significativamente, de tal modo que a razão de dependência no município cai de 77,6 no ano 2000 para 62,0 no ano 2007. No ano 2000, a razão de dependência no Brasil foi de 61,7, enquanto na região Norte foi de 74,5, a maior do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b). Em 2006, a razão de dependência no Brasil, região Norte e estado do Pará foram respectivamente de 49,4, 59,6 e 60,7 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

Portanto, se por um lado a elevada proporção de jovens, nos vários anos analisados, é a responsável pelos valores elevados da razão de dependência em Salinópolis, por outro, a proporção de pessoas nos grupos etários mais avançados apresenta-se pouco expressiva. No ano 2000, por exemplo, dos 33.449 habitantes no município, enquanto aproximadamente 39,75% eram constituídos de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, apenas 3,96% constituíam-se de idosos com 65 anos ou mais de idade. No entanto, observa-se que o número de pessoas com idades potencialmente ativas está em franco processo de ascensão, principalmente quando se considera os períodos de 1991 a 2007, e a razão de dependência total da população vem declinando em conseqüência da diminuição do peso das crianças de 0 a 14 anos sobre a população de 15 a 64 anos de idade como conseqüência da tendência de declínio na taxa de fecundidade.

Nesse sentido, de acordo com Berquó (1980), o envelhecimento de uma população não constitui, em primeiro lugar, o resultado de uma queda da mortalidade, já que esta produz ganhos de vida em todas as idades, principalmente nas primeiras, aumentando, portanto, o contingente de jovens na população em um determinado momento. Segundo a

autora, o que pesa decisivamente para o envelhecimento de uma população é a queda da fecundidade.

Tais considerações alimentam a suposição de uma população fechada, ou seja, de que apenas a mortalidade e a fecundidade exercem efeitos sobre a estrutura de uma população. No entanto, Berquó (1980) chama atenção para o fato de que, estando um país ou uma região sujeitos a movimentos migratórios (como é o caso de Salinópolis), o envelhecimento de sua população pode estar sendo retardado, pelo fato de que, o que se observa na prática é que os imigrantes são jovens, em idade ativa e em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho. E o que dizer dessa influência nas taxas de fecundidade? Sem dúvida, as imigrantes que têm como destino Salinópolis estão vinculados no processo de reprodução biológica do município, contribuindo decisivamente em padrões etários jovens.

Dados do IBGE revelam que a razão de dependência de Salinópolis em 2000, evidenciada na Figura 28, supera a dos municípios menores, com até 50.000 habitantes, cujos valores variam de 59,3 a 64,4. A Sepof (PARÁ, 2007) e o IBGE (2003a) também indicam que a razão de dependência está diminuindo em Salinópolis: 84,80 em 1996 e menos de 80,00 em 2000, mesmo assim, ela nos permite estabelecer a sobrecarga dos inativos sobre os potencialmente ativos, principalmente pela grande contribuição de crianças e adolescentes. Neste prisma, a evolução da distribuição etária de Salinópolis é teoricamente desfavorável ao crescimento econômico, diante do encargo econômico da população em idade produtiva. Em outras palavras, as pessoas ativas têm de produzir, teoricamente, para si e para os improdutivos, ou seja, quando não se leva em consideração o contingente de crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade que integram a PEA. No Brasil, o trabalho do menor é permitido a partir dos 16 anos de idade, no entanto, dados da PNAD de 1995 revelam que 20,4% dos menores de 10 a 14 anos de idade estavam ocupados no Brasil. Em 2006, os dados da PNAD mostram que havia cerca de 13,4% de menores de 10 a 15 anos de idade ocupadas no país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a).

No censo de 1970, a participação do grupo de crianças e adolescentes menores de 15 anos no município representava 67,05% do total da população, chegando em 2000 com uma proporção de 39,75% e em 2007 com 33,72%. Apesar do declínio paulatino desse grupo etário, a participação do grupo de crianças e adolescentes menores de 15 anos merece atenção especial e a elaboração de políticas públicas específicas, já que compõem um segmento vulnerável das famílias quanto ao nível de pobreza, influenciando no rendimento familiar e no acesso à escola. Nesse sentido, de acordo com o censo demográfico 2000, 51,61% da

população residente no município vivia abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda mensal inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Outro agravante evidenciado no censo demográfico 2000 sobre Salinópolis é a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais de idade, apenas 3,39.

De fato, o IBGE (2003a), ao analisar a estrutura etária da população brasileira, revela que os municípios da região Norte apresentam pequena proporção de habitantes acima de 65 anos, onde é grande o percentual de pessoas com até 14 anos de idade. Ao analisar a pirâmide etária das regiões brasileiras para o ano 2000, o IBGE (2003a) constatou que a distribuição etária da região Norte mostra o padrão mais contrastante do país, onde a faixa etária da base entre 0 e 4 anos de idade ultrapassa 12% da população em ambos os sexos, já na faixa, entre 4 e 19 anos, identifica-se um pequeno decréscimo percentual. A partir da faixa seguinte (20 a 24 anos de idade), acentua-se o decréscimo da participação de cada uma das faixas subseqüentes no conjunto total da população, fato também observado na pirâmide etária de 2007 para Salinópolis. No entanto, para a compreensão da estrutura etária de uma dada população é necessário a análise dos elementos integrantes de sua dinâmica, como as taxas de fecundidade, objeto deste estudo.

A estrutura etária da população salinopolitana também reflete a da população nortista, que em geral, mostra uma sociedade composta por um grande número de jovens ainda no ano 2000 como consequência, principalmente, do comportamento diferenciado da fecundidade e da migração na região, onde, a população de adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, representava 21% da população regional, superior à participação desse segmento etário na população do conjunto do país (TEIXEIRA; BRASIL, 2006). Em Salinópolis, o contingente populacional dessa faixa etária no ano 2000 representava, de acordo com o IBGE, 22% aproximadamente.

De acordo com Teixeira e Brasil (2006), a migração teve papel importante na participação da população jovem no Norte do país, na medida em que parcela significativa dos migrantes que se dirigiram para a região tinha idades entre 15 e 24 anos. Além disso, a população menor de 15 anos foi acrescida dos filhos de mulheres imigrantes em idade fértil. Os autores chamam atenção para o fato de que os problemas referentes a uma população jovem exigem solução premente, principalmente quando se pensa em termos de políticas públicas, pois cada segmento deste contingente populacional apresenta necessidades específicas como educação e emprego.

Por fim, vale salientar, como bem assinala Simões (2006), que a simples redução da taxa de fecundidade não é garantia, por si só, da solução dos problemas sociais em que o

município se defronta. Ao se pensar em planejamento de políticas públicas, não se pode deixar de considerar as especificidades próprias do município, as quais refletem nas demandas dos distintos grupos sociais e populacionais abordados.

Em Salinópolis, assim como no estado do Pará e na região Norte, de modo geral, a fecundidade tem se caracterizado por apresentar níveis elevados, acima da média nacional. No entanto, a partir da década de 1980 esses territórios têm experimentado declínio nessa componente demográfica, indicando ser este um processo irreversível, tal como tem ocorrido no país como um todo.

Várias são as causas explicativas dessa mudança no comportamento reprodutivo da mulher residente em Salinópolis, entre as quais se destacam aquelas decorrentes da incorporação desse município ao mercado do turismo que vem se processando, sobretudo a partir dos anos de 1970. Desde então o município tem vivido uma série de transformações, com repercussões nos valores, normas e no modo de vida de sua população, incluindo aí seu comportamento reprodutivo.

Agrega-se que a intensificação do espaço urbano que vem ocorrendo no município como conseqüência do desenvolvimento da atividade turística tem contribuído para a queda da fecundidade, já que a população oriunda da área rural e as migrantes tende a assumir os padrões do local de destino que no caso é a cidade, onde a fecundidade em geral tem níveis mais baixos. Por outro lado, níveis de fecundidade em patamares ainda elevados observados no município podem ser reflexos da manutenção de comportamento reprodutivo tradicional de muitas nativas.

O ponto modal na estrutura da fecundidade em Salinópolis concentra-se no grupo de 20 a 24 anos de idade, tal qual ocorre no país como um todo. No entanto, verificou-se a importância crescente do grupo de 15 a 19 anos, principalmente na zona rural, que apresenta um padrão de fecundidade essencialmente jovem, caracterizando uma população de elevada fecundidade.

Por outro lado, pode-se afirmar que em Salinópolis a fecundidade apresenta um comportamento típico de regiões que estão passando de uma situação de alta para outra de baixa fecundidade. Isto se torna mais evidente quando se compara a TGF nos períodos 1970-2007, cujo ápice da curva se encontra em 1980, onde a partir de então, destaca-se o decréscimo do comportamento reprodutivo no município.

Nessa direção, o Censo 2000, e principalmente a Contagem da População 2007, mostrou tendências de redução na taxa de crescimento da população em Salinópolis. Isto sugere que, paralelo ao declínio no crescimento vegetativo, como bem evidenciaram as

pirâmides etárias de 2000 e 2007, ocorreu um recuo nas taxas de fecundidade no município, tal como tem ocorrido em nível estadual e regional.

Portanto, apesar de se manterem ainda elevados, os valores da fecundidade estimados em Salinópolis começam a dar sinais de declínio. Nesse contexto, é provável que a esterilização, o método contraceptivo mais utilizado entre as mulheres brasileiras de todos os grupos sociais, principalmente para as de segmentos sociais de mais baixa escolarização e remuneração, esteja resultando em uma interrupção da vida reprodutiva no município. Mesmo assim, os resultados da pesquisa indireta indicam que o comportamento reprodutivo da mulher residente em Salinópolis, apesar do expressivo processo de modernização vivenciado pela sociedade local com o desenvolvimento da atividade turística nas últimas décadas do século XX, está acima da média da fecundidade no Brasil.

No entanto, vale ressaltar que a relação existente entre o comportamento reprodutivo e os fatores socioeconômicos, que sempre apontam para a importância de um investimento na melhoria da escolaridade das mulheres, em geração de emprego e renda e em programas que efetivamente possam dar cobertura em serviços de saúde e em programas de planejamento familiar⁶², parece ainda estar bastante dissociado da “modernização espacial” promovida pelo turismo no município.

Em conclusão, as elevadas taxas de fecundidade em Salinópolis, tal como no estado do Pará e na região Norte do Brasil, inscrevem-se em um cenário desenhado por circunstâncias sociais desfavoráveis, onde a educação e um projeto de profissionalização voltado para a principal atividade econômica, o turismo, não foram apresentados como alternativas suficientemente atraentes para descartar a elevada razão de dependência por conta do elevado número de crianças e adolescentes presentes no município.

Por outro lado, as variações nas taxas de fecundidade no município apresentam como consequência das inovações promovidas pela atividade turística, a possibilidade de que as mulheres residentes em Salinópolis já estejam passando por modificação cultural quanto ao comportamento reprodutivo, ou seja, se o turismo é considerado uma das atividades mais promissoras do mundo moderno e, estando impulsionado pelas motivações econômicas e políticas advindas com o processo de globalização, Castells (2006, p. 77-78) adverte para o fato de que, quanto maior é o progresso técnico e econômico, mais espetacular é o crescimento da população urbana e “tanto menor é o crescimento demográfico.” Acrescenta o

⁶² De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis, o Programa de Planejamento Familiar ainda não se encontra oficialmente instalado no município por falta de capacitação profissional, além de nem sempre haver camisinhas (anticoncepcional mais difundido no município) para distribuição gratuita (Pesquisa de campo realizada pela autora em fevereiro de 2008).

autor que a correlação entre o crescimento populacional e a estrutura econômico-política das nações dependentes como o Brasil, faz compreender o interesse súbito “pelo problema do controle da natalidade.” Nessa mesma linha de pensamento, Cândido P. F. de Camargo, no prefácio da obra *Dinâmica populacional e desenvolvimento*, de Paul Singer (1980a, p. 4), argumenta que a política de controle de natalidade pelas nações subdesenvolvidas visa precisamente alterar as taxas de fecundidade, “sem precisar modificar as estruturas fundamentais da sociedade”, já que elevados investimentos sócio-demográficos, “desviariam escassos recursos de capital do investimento produtivo.”

Dito isto, a pesquisa de campo permitiu um melhor conhecimento do comportamento reprodutivo da mulher residente em Salinópolis. Portanto, com o intuito de analisar a velocidade (com relação ao tempo) e a intensidade (com relação à população desse município) de ação da atividade turística no comportamento reprodutivo, buscam-se analisar no próximo capítulo o grau de exposição dessas mulheres a essa atividade e seus reflexos nas taxas de fecundidade.

5 TURISMO E FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS

*Quando ocorrem mudanças na sociedade,
que acarretam modificações internas,
pode-se falar que o tempo constituiu a medida do autêntico movimento interno.
Por isso, as datas do tempo histórico são representadas por momentos
nos quais ocorreram transformações significativas na sociedade
e alterações em sua capacidade de reproduzir o **statu quo ante**.*

Cândido Procópio F. de Camargo

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o espaço social de Salinópolis foi apropriado e transformado pela atividade turística onde se projetam relações sociais espacializadas⁶³. Tal reflexão conduz à conclusão de que se por um lado o processo de reprodução da força de trabalho molda o espaço local de forma decisiva, como é o caso de Salinópolis, por outro lado, padrões diferenciais no comportamento reprodutivo da mulher não facilmente explicados por variáveis socioeconômicas, podem ser atribuídos à influência de diferenças culturais ou de idéias. É nesse processo de requalificação do município de Salinópolis, provocado pelo turismo, que será analisado neste capítulo, segundo diferentes variáveis socioeconômicas, institucionais e culturais, o comportamento reprodutivo das mulheres residentes neste município. Busca-se, portanto, estabelecer a relação entre turismo e fecundidade.

Este capítulo toma como base empírica principalmente dados recolhidos através de um questionário aplicado como amostra probabilística estratificada aleatória dos domicílios particulares ocupados de Salinópolis. Os bairros, as vilas e os povoados onde foram aplicados os questionários foram sorteados através do Código de Localidades da Secretaria Municipal de Saúde vinculado à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Os questionários foram aplicados de 18 a 24 de fevereiro de 2008 a todas as mulheres residentes em domicílios particulares ocupados e selecionados que tinham de 10 anos ou mais de idade. Os questionários constam de variáveis socioeconômicas, demográficas e culturais como idade, trabalho e rendimento, grau de instrução, status migratório, história de nascimentos, acesso à saúde reprodutiva, uso de métodos contraceptivos, acesso a meios de comunicação de massa e preferências reprodutivas, além de observações sobre as características das famílias e dos domicílios (Anexo 2).

⁶³ “Todo ‘lugar’ é um espaço social, nem todo espaço social é um ‘lugar’ [...]: o espaço social é aquele produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que um ‘lugar’ é um *espaço dotado de significado*, um *espaço vivido* (grifos do autor)” que não deve ser assimilado ao substrato espacial material (SOUZA, 2006, p. 343).

Dados da Contagem da População 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008) indicam que existiam 14.112 mulheres de 10 anos e mais de idade e 8.421 domicílios particulares ocupados no município de Salinópolis. Foram selecionados no *survey* 594 domicílios (7%) e neles foram entrevistadas 821 mulheres (5,82% do total de mulheres em 2007 da respectiva faixa etária). No entanto, para a análise dos níveis e padrões da fecundidade foram consideradas apenas as mulheres de 15 a 49 anos de idade, 571 mulheres do total das entrevistadas (69,6%). A distribuição dos domicílios visitados encontra-se nas Figuras 30 e 31.

5.1 MUDANÇAS RECENTES NOS NÍVEIS E PADRÕES DE FECUNDIDADE EM SALINÓPOLIS

As estimativas da TFT para Salinópolis mostram, a partir dos dados da amostra, que o nível da fecundidade no município em 2007 foi de 2,56 filhos e que, apesar de ligeiramente maior, está muito próximo do nível da fecundidade na região Norte e no estado do Pará no ano 2006⁶⁴, ambos com 2,3 filhos por mulher, sendo que no Brasil, a TFT no ano 2006 foi de 2,0 filhos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a). Tais valores traduzem como visto no capítulo anterior, o resultado de um processo intenso e acelerado de declínio da fecundidade ocorrido não só na sociedade brasileira nas últimas décadas, como na região Norte em particular, mesmo que esta ainda apresente a TFT mais elevada do país.

Durante o período 2000/2007, o nível da fecundidade no município de Salinópolis apresentou uma queda brusca de 17,68%, passando de 3,11 filhos por mulher em 2000 para 2,56 filhos em 2007. Além da queda nos níveis da fecundidade no município no período 2000/2007 (Tabela 25), existe também uma alteração no padrão de procriação, que transparece na curva da fecundidade (Figura 32). Em 2000, a idade modal da fecundidade situava-se na faixa de 20-24 anos, permanecendo em 2007. No entanto, houve redução da fecundidade nos grupos etários 15 a 19 e 20 a 24 anos, que passou respectivamente de 0,144 para 0,076 e 0,213 para 0,187, enquanto nos grupos etários 25 a 29 e 30 a 34 anos, houve aumento da fecundidade em 2007 quando comparado com o ano 2000. A partir do grupo etário de 35 a 39 anos, a curva da fecundidade no ano 2007 posiciona-se abaixo da curva referente ao ano 2000, indicando, provavelmente, os efeitos do uso de anticoncepcionais e da

⁶⁴ Não foi possível traçar comparações das taxas de fecundidade para o ano 2007 entre o município de Salinópolis, o estado do Pará e a região Norte. O IBGE dispõe de informações sobre essa componente demográfica até o ano 2006 para as unidades da federação, grandes regiões e em nível nacional.

esterilização feminina, principalmente a partir dos 30 anos de idade. Nesse contexto, 19% das entrevistadas declararam já ter interrompido definitivamente a maternidade, inclusive muitas delas sem nunca ter utilizado qualquer tipo de anticoncepcional reversível.

Tabela 25 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade por grupos de idade das mulheres e Taxa de Fecundidade Total, 2000-2007

Grupos de idades das mulheres	TEF 2000	TEF 2007
15 a 19 anos	0,144	0,076
20 a 24 anos	0,213	0,187
25 a 29 anos	0,108	0,145
30 a 34 anos	0,046	0,062
35 a 39 anos	0,064	0,028
40 a 44 anos	0,030	0,014
45 a 49 anos	0,018	0,000
TFT	3,11	2,56

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados da Amostra); Dados da pPesquisa de campo, fev. 2008

Entre os inúmeros determinantes das modificações nos padrões da fecundidade no município de Salinópolis sugere-se: o aumento da idade média das mulheres na primeira paridade e a dilatação do intervalo intra-genésico⁶⁵, juntamente com o controle da fecundidade marital a partir do desempenho do Programa Saúde da Família (PSF) implantado no município na década de 1990, associado a um maior grau de escolaridade que é considerado como um elemento estratégico de mudança da realidade de um lugar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007a), o que pode explicar a recente e acentuada queda da fecundidade no município.

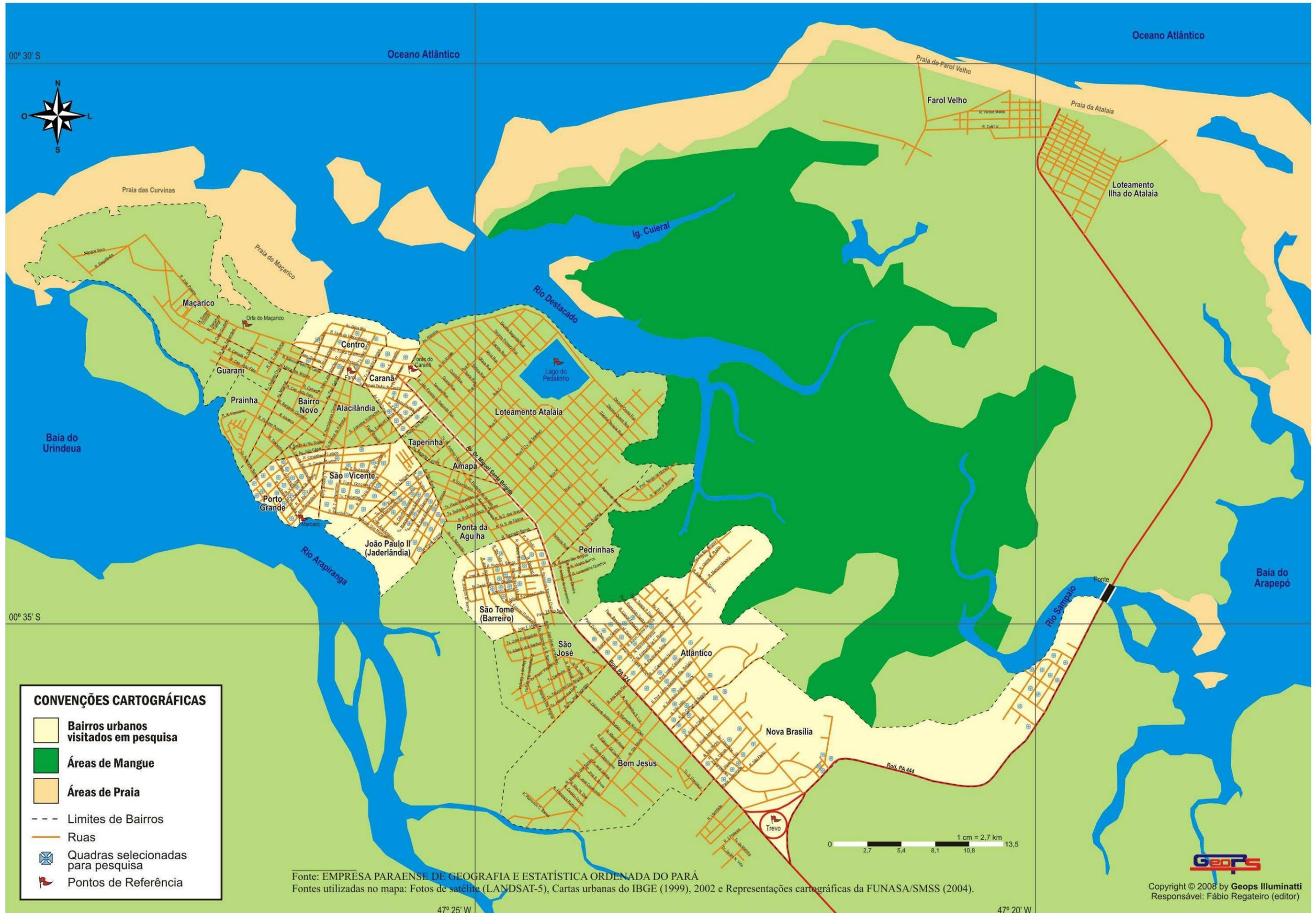
Tais afirmações encontram sustentação em Sawyer, D. R. (1980) para quem os efeitos biológicos das mudanças de comportamento reprodutivo devem agregar-se à modificação cultural ou a consciência quanto ao número e espaçamento dos filhos através do uso de anticoncepcionais. Segundo Sawyer, D. R. (1980, p. 142-143), “Com o ‘desenvolvimento’, a migração e a urbanização, os padrões culturais vão se modificando, desarticulando controles tradicionais e introduzindo novos valores”.

⁶⁵ Em 2007, de acordo com os dados da amostra da pesquisa de campo, a idade média das mulheres salinopolitanas na primeira paridade (ordem de nascimento dos filhos) foi de 21 anos, a idade média da fecundidade (medida de tendência central da curva que descreve o comportamento das TEF ao longo das idades das mulheres) foi de 25,75 anos, enquanto a média do intervalo intra-genésico, que mede o intervalo entre as paridades foi de 2,85 anos ou 34 meses.

Mapa do Município de Salinópolis



Planta da Sede Municipal de Salinópolis



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Bairros urbanos visitados em pesquisa
- Áreas de Mangue
- Áreas de Praia
- - - Limites de Bairros
- Ruas
- Quadras selecionadas para pesquisa
- Pontos de Referência

Fonte: EMPRESA PARAENSE DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ORDENADA DO PARÁ
 Fontes utilizadas no mapa: Fotos de satélite (LANDSAT-5), Cartas urbanas do IBGE (1999), 2002 e Representações cartográficas da FUNASA/SMSS (2004).

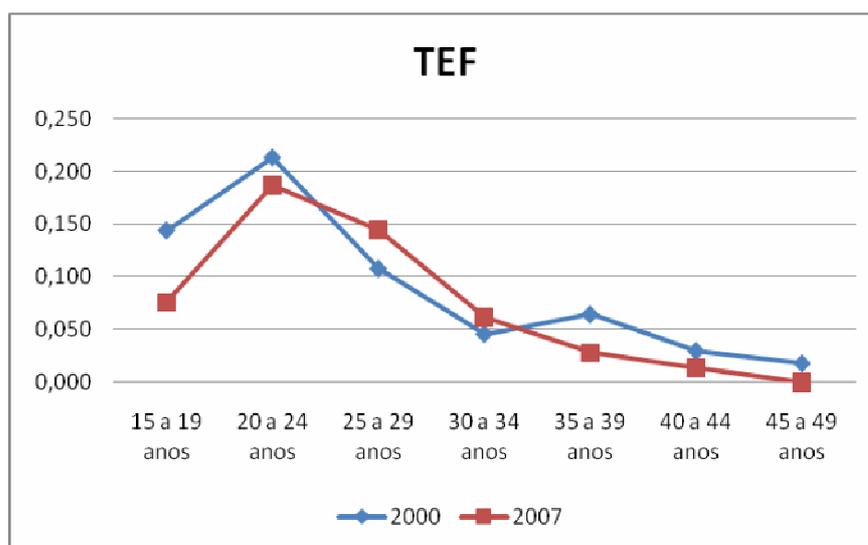


Figura 32 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade, 2000-2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados da Amostra); Dados da pesquisa de campo, fev. 2008

Quanto ao uso de anticoncepcionais, 40% das mulheres que responderam ao questionário (328 mulheres) usam ou usaram algum tipo de anticoncepcional. Entre as mulheres que nunca usaram anticoncepcionais, principalmente as mais velhas, declararam, por exemplo: *tive o número de filhos desejado por Deus; foi Deus quem me operou; a gente gostava de fazer neném*. Outras, no entanto, declararam que se fosse nos dias atuais, não teriam tido tantos filhos. Houve, também, alteração cultural quanto ao tipo de anticoncepcional mais utilizado, ou seja, antes a pílula era mais difundida, com aproximadamente 30% entre os anticoncepcionais utilizados, atualmente, a camisinha é a mais difundida, com aproximadamente 21%. É interessante destacar que parcela significativa das mulheres que responderam ao questionário da amostra não considera a camisinha enquanto método anticoncepcional, mas apenas enquanto prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Com referência à relação de gênero, foi questionado às entrevistadas se tiveram liberdade frente aos seus companheiros na decisão quanto ao número de filhos. Os resultados evidenciados na Tabela 26 denotam, no âmbito da estrutura familiar, que o poder de decisão quanto à reprodução e a sexualidade, bem como a tendência de declínio da fecundidade em Salinópolis advêm de uma crescente implementação das preferências reprodutivas a partir do consenso entre os casais. Em outra dimensão, a valorização quanto ao número de filhos no município se inscreve num misto cultural tradicional/moderno, bem como “na interação social que faculta a percepção mais precisa e complexa das regularidades demográficas que ocorrem

tanto no âmbito macro quanto microsocial” (SOARES; AGUIRRE, 2002, p. 10), se inscreve também no conceito de curso de vida, que segundo Johnson (1997, p. 61), é a seqüência culturalmente definida de faixas etárias, cujos estágios estão associados a crenças culturais que afetam não só os valores do indivíduo, como também mutáveis distribuições de vantagens e recursos sociais, o que pode ser vislumbrado no depoimento das mulheres residentes em Salinópolis: *tenho 31 anos e estou grávida do oitavo filho porque tenho medo de tomar anticoncepcional. Meu marido não se importa “e as coisas vão acontecendo naturalmente”; decidimos juntos que eu ia me operar para não ter mais filhos na segunda gravidez (aos 22 anos de idade) porque ta muito difícil cuidar de tantas crianças.*

Tabela 26 – Salinópolis: liberdade das mulheres para evitar gravidez não desejada

Descrição	%
Imposição do parceiro	2,4%
Decisão própria	19,3%
Decisão em conjunto	55,3%
Outros	23%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da pesquisa de campo, fev. 2008

As análises das relações de gênero em Salinópolis no que tange ao comportamento reprodutivo, conduzem para o arcabouço teórico levantado por Soares e Aguirre (2002) com base em Foucault: o poder entre homens e mulheres deve ser visto de forma difusa e se identificam nas várias instâncias da vida social e cultural. No entanto, dado o número significativo de mulheres que ainda se ocupam apenas nos afazeres domésticos em Salinópolis, Soares e Aguirre advertem que o não lugar da mulher (ou do homem) no mercado de trabalho afeta os desdobramentos sobre o controle da fecundidade. A esse respeito, agregase o fato de que, dos 757 nascidos vivos no ano 2007 em Salinópolis, segundo dados da Sinasc/SSMS, 74,3% nasceram dos estratos designados como donas de casa.

5.1.1 Fecundidade e status migratório

Das 821 mulheres que responderam aos questionários, 52,9% (434) eram imigrantes⁶⁶, e destas, 83% residiam na zona urbana e 17% na zona rural do município. O crescimento modesto de alguns serviços como saúde e educação, as perspectivas de

⁶⁶ Pessoa não natural do município com residência habitual no lugar de destino.

oportunidade de emprego, influenciaram e continuam a influenciar a atração para o lugar⁶⁷. A maioria das mulheres que migraram para Salinópolis provém dos municípios da mesorregião Nordeste paraense, com 69,43%, especialmente dos municípios da microrregião do Salgado como São João de Pirabas, Capanema, Primavera, Maracanã e Bragança.

Em Salinópolis, em geral os níveis da fecundidade das mulheres imigrantes não diferem substancialmente daquele apresentado pelas mulheres naturais do município. O valor da TFT do conjunto das mulheres não naturais (2,35 filhos) é ligeiramente mais baixo do que o das mulheres naturais (2,85).

Maiores diferenças nos níveis de fecundidade conforme o status migratório da mulher é observado quando considerada a TEF. As mulheres não naturais nas faixas etárias de 15 a 19 e de 20 a 24 anos têm respectivamente em média 0,019 e 0,049 filhos a mais que as mulheres naturais. A partir do grupo etário de 25 a 29 anos, a média de filhos das mulheres não naturais é menor que das mulheres naturais, a exceção do grupo etário de 40 a 44 anos. Outro aspecto que chama atenção é o padrão etário da fecundidade entre as imigrantes e não imigrantes, ou seja, enquanto o padrão da fecundidade das imigrantes concentra-se no grupo etário 20 a 24 anos o das naturais sofre um deslocamento para o grupo etário de 25 a 29 anos (Figura 33), de forma que a idade média da fecundidade das imigrantes é de 25,02 anos e das nativas é de 26,39 anos.

As tendências vislumbradas em termos de trajetórias futuras são de uma contínua redução da fecundidade, visto que a imigração parece estar introduzindo novos padrões de fecundidade, já que entre as mulheres imigrantes os níveis da fecundidade são mais baixos do que entre as mulheres naturais de Salinópolis.

⁶⁷ Deve-se esclarecer que a pesquisa de campo foi realizada em período de baixa estação, e que as imigrantes entrevistadas residiam permanentemente em Salinópolis, ao contrário dos períodos de alta temporada, quando se avoluma no município migrante temporária em busca de trabalho.

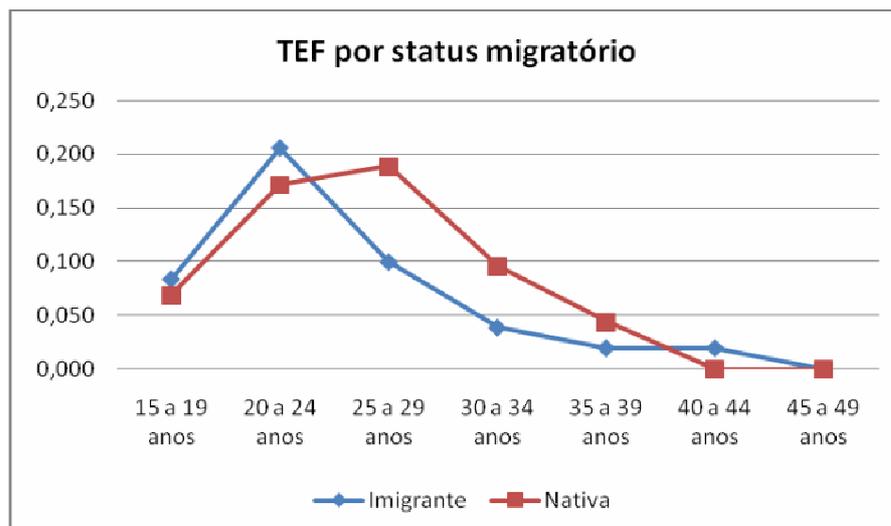


Figura 33 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade das mulheres naturais e não naturais, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev. 2008

5.1.2 Fecundidade e grau de exposição das mulheres ao turismo

Buscando possíveis caminhos para se pensar a intrincada relação entre turismo e fecundidade, classificaram-se grupos de mulheres em idade reprodutiva residentes no município de Salinópolis quanto ao grau de exposição ao turismo da seguinte maneira:

- a) Elevada exposição: formado pelo grupo de mulheres ocupadas nas atividades características do turismo (ACT) e que mantêm contato direto com o turista, seja no trabalho efetivo ou eventual na indústria hoteleira, alimentação, confecções, artesanato, camelôs, domésticas e caseiras em casa de segundos residentes.
- b) Média exposição: formado pelo grupo de mulheres que moram em bairro próximo ao movimento de turistas, usufruindo as infra-estruturas implantadas para este fim, mas que não trabalham em atividade voltada ao turismo e não mantêm contato permanente com os turistas.
- c) Baixa exposição: formado pelo grupo que depende indiretamente de fluxos turísticos como agricultoras, donas de casa, estudantes, funcionárias públicas e autônomas residentes na zona rural e bairros afastados do maior fluxo de turistas da zona urbana.

A relação entre fecundidade e grau de exposição das mulheres ao turismo reflete o efeito de alguns condicionantes socioeconômicos, tais como: ocupação, instrução, lugar de

residência e a inter-relação cultural. Através dessas variáveis, pode-se oferecer um diagnóstico de como a fecundidade se comporta frente a diferentes dimensões socioculturais do lugar turístico (Figura 34).

A fecundidade, considerada como variável de controle à ocupação da mulher, mostra diferenciais expressivos quanto ao número de filhos, ou seja, a literatura demográfica tem demonstrado que a participação ou não da mulher no mercado de trabalho pode influenciar seu regime reprodutivo, determinando o tamanho da parturição. No caso de Salinópolis, observa-se que as mulheres que se ocupam nas ACT, independentemente do lugar de residência, expressam a segunda maior Taxa de Fecundidade Total (2,61), demonstrando, dessa forma, que quanto maior a interação social dessas mulheres com o mundo do turismo, mais aumenta sua percepção quanto à regulação dos nascimentos, ou seja, apesar dos baixos salários e do predomínio do trabalho temporário e de baixa qualificação em alta estação, a inserção social das mulheres ocupadas nas ACT têm alterado os valores e a organização da vida cotidiana dessas mulheres, o que pode estar interferindo na determinação de regime distinto de procriação.

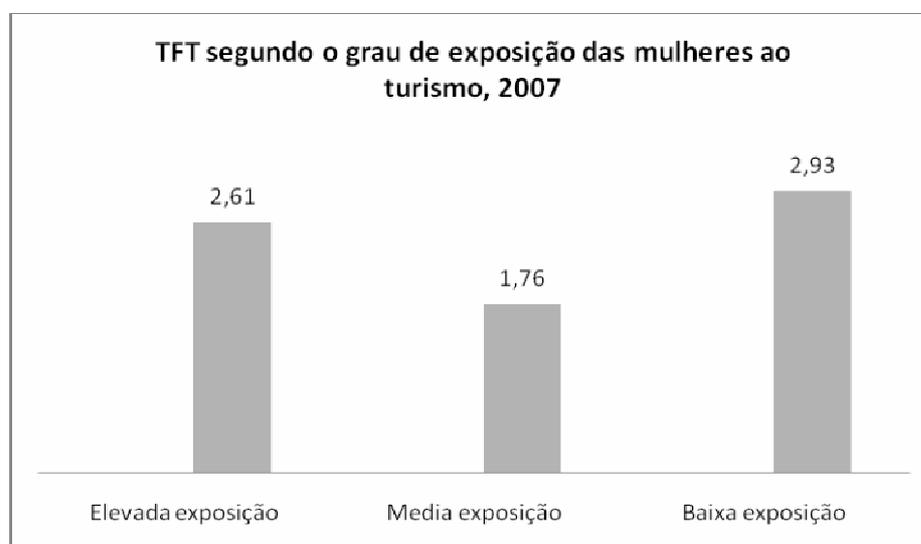


Figura 34 – Salinópolis: TFT das mulheres residentes em Salinópolis segundo o grau de exposição ao turismo, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev. 2008

As mais altas Taxas de Fecundidade Total (2,93) foram observadas entre as mulheres que se enquadram na categoria de baixa exposição ao turismo. São mulheres menos favorecidas economicamente, com elevado percentual de analfabetas funcionais (18,5% do

total de 469 mulheres que se enquadram nesse estrato), constituídas majoritariamente por donas de casa, residentes na zona rural ou em bairros afastados do núcleo urbano municipal, distantes do maior fluxo de turistas.

Como se pode observar, a TFT entre as mulheres que agregam elevado percentual de analfabetismo funcional e não se ocupam em atividades remuneradas é maior, reforçando os argumentos que defendem que a instrução e o trabalho remunerado são fortes motivações para o controle mais efetivo da fecundidade. Nesse contexto, os resultados da pesquisa empírica revelam diferenciais bastante significativos entre a fecundidade das mulheres de baixa exposição e a fecundidade observada na categoria de média exposição ao turismo que foi de 1,76 filhos (abaixo do nível de reposição). A diferença na TFT entre esses dois estratos foi de 1,17 filhos.

A mais baixa TFT observada entre as mulheres de média exposição ao turismo deve-se, em primeiro lugar, ao fato da amostra das mulheres de 15 a 49 anos desse estrato ser muito pequena, apenas 5,8% (47 mulheres) do total de 821 mulheres entrevistadas, com apenas cinco filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores à data da pesquisa. Vale esclarecer que nascimento nos últimos 12 meses é um dado essencial para os cálculos da TFT e que este, é um evento raro, sobretudo em populações pequenas e, principalmente para as mulheres mais velhas (Tabela 27). Em segundo lugar, o fato de que 62,2% do total das mulheres de média exposição ao turismo entrevistadas serem imigrantes, que como visto anteriormente, tem fecundidade mais baixa que as nativas, e mais importante ainda é o fato de que 50% das entrevistadas de média exposição ao turismo terem de 8 a 11 anos de estudo e 5,5% com 12 anos ou mais de estudo⁶⁸. Nesse contexto, definitivamente o aumento dos anos de estudo, além de ser considerado um elemento estratégico de mudança da realidade social, assegura tons próprios ao comportamento reprodutivo feminino. No Brasil, por exemplo, no ano 2000, mulheres com 11 anos ou mais de estudo já possuíam uma fecundidade estimada abaixo de 1,5 filhos por mulher (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003b). Por outro lado, as mulheres de média exposição ao turismo, ao usufruírem da infraestrutura implantada para este fim, estão possivelmente, melhor situadas nas camadas sociais do município e, portanto, com maiores possibilidades de acesso à regulação dos nascimentos quando comparadas com as mulheres dos estratos de baixa exposição ao turismo.

⁶⁸ Desse sub-grupo, 21,5% eram analfabetas funcionais (até 3 anos de estudo) e 23% declarou ter de 4 a 7 anos de instrução.

Tabela 27 – Salinópolis: número de filhos tidos nascidos vivos no período de referência de 12 meses anteriores à data da pesquisa das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grau de exposição ao turismo e número de mulheres por grupos de idade

Grupos de idades das mulheres	Número total de mulheres = 571			Filhos tidos nascidos vivos 12 meses anteriores à data da pesquisa		
	Número total de mulheres por grau de exposição ao turismo			Elevada exposição	Média exposição	Baixa exposição
	Elevada exposição	Média exposição	Baixa exposição			
15 a 19 anos	29	8	78	3	1	7
20 a 24 anos	46	10	68	7	3	19
25 a 29 anos	55	7	37	7	0	11
30 a 34 anos	32	5	28	1	1	3
35 a 39 anos	20	9	28	1	0	1
40 a 44 anos	21	5	31	1	0	0
45 a 49 anos	21	3	30	0	0	0
Total	224	47	300	20	5	41

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev. 2008

Numa dimensão mais ampla, os resultados acima se podem analisar à luz do que Castells (2006) chama de identidade cultural **tradicional/moderno**. Salinópolis seria nesse contexto de uma sociedade de dimensão restrita, cuja conduta é tradicional e espontânea: “O sistema de parentesco, suas relações e instituições são diretamente derivados das categorias de experiência e a unidade de ação é o grupo familiar. O sagrado domina o secular; a economia é muito mais um fator de status do que um elemento de mercado” (CASTELLS, 2006, p. 131).

Quanto ao padrão etário da fecundidade segundo o grau de exposição das mulheres ao turismo, os dados da Tabela 28 e da Figura 35 indicam o ponto modal para o grupo etário de 20 a 24 anos (padrão jovem) para os estratos que se enquadram como de elevada e média exposição ao turismo, com IMF de 26,67 e 24,70 anos, respectivamente. O padrão tardio da fecundidade das mulheres de baixa exposição ao turismo tem explicação no fato de que aproximadamente 48% desse sub-grupo ser constituído de mulheres naturais do município que, como visto anteriormente, também possui padrão tardio da fecundidade, ou seja, as nativas, provavelmente contribuíram para o deslocamento do valor modal da curva da fecundidade nos estratos de baixa exposição ao turismo, para o grupo de 25 a 29 anos de idade, com idade média da fecundidade em torno dos 25,77 anos. Observe na Figura 35 que as curvas referentes aos estratos de elevada e baixa exposição ao turismo se assemelham, de certa forma, às curvas da Figura 33 que mostra a TEF das mulheres naturais e não naturais. Por outro lado, o fato de nenhuma mulher dos grupos etários de 25 a 29 e de 35 a 49 anos de idade de média exposição ao turismo não ter tido nenhum filho nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa, explica os picos na curva da fecundidade para esse sub-grupo.

Tabela 28 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade de acordo com o grau de exposição das mulheres ao turismo, 2007 ⁶⁹

Grupos de idades das mulheres	Elevada exposição	Média exposição	Baixa exposição
15 a 19 anos	0,106	0,071	0,065
20 a 24 anos	0,155	0,169	0,203
25 a 29 anos	0,130	0,000	0,216
30 a 34 anos	0,032	0,113	0,078
35 a 39 anos	0,051	0,000	0,026
40 a 44 anos	0,049	0,000	0,000
45 a 49 anos	0,000	0,000	0,000
TFT	2,61	1,76	2,93

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev.2008

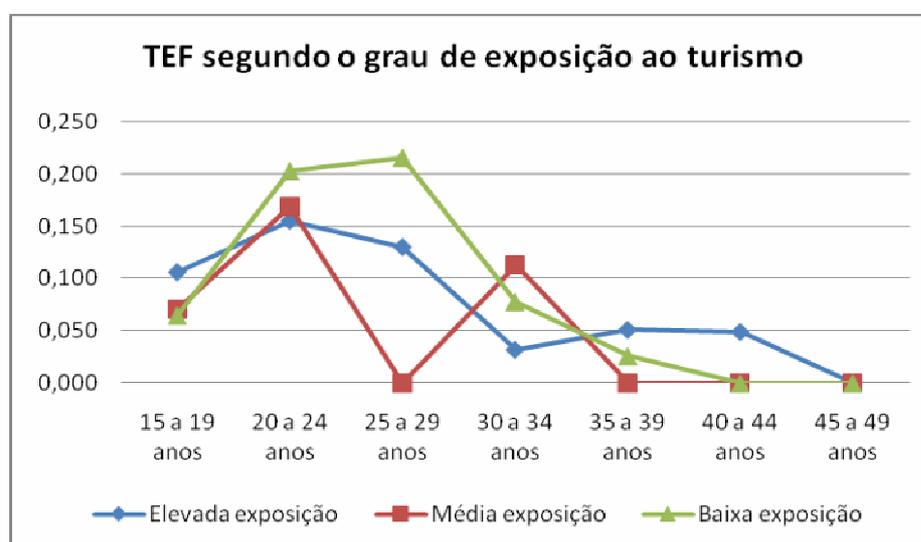


Figura 35 – Salinópolis: TEF das mulheres residentes em Salinópolis segundo o grau de exposição ao turismo, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev. 2008

Buscando corrigir as irregularidades apresentadas nas taxas de fecundidade para as mulheres de média exposição ao turismo, agregou-se esse sub-grupo às mulheres de elevada exposição porque entende-se que esses dois estratos refletem condicionantes socioeconômicos compatíveis com maiores declínios na fecundidade quando comparados ao estrato de baixa exposição ao turismo. Assim, a combinação das mulheres de elevada e média exposição ao turismo passa a caracterizar-se como de exposição direta e as mulheres de baixa

⁶⁹ Os grupos etários cuja TEF apresenta valores 0,000 indicam, de acordo com a amostra, que essas mulheres não tiveram filhos nascidos vivos com referência aos últimos 12 meses da data da pesquisa de campo.

exposição como de exposição indireta, tornando-se mais nítida a análise da fecundidade segundo grau de exposição ao turismo.

O resultado desse ajuste pode ser visualizado na Tabela 29 e na Figura 36, os quais evidenciam que as mulheres de exposição direta ao turismo possuem TFT de 2,36 filhos por mulher, com idade média da fecundidade (IMF) de 26 anos, enquanto as de exposição indireta permanecem com TFT de 2,93 filhos e IMF de 25,77 anos. Observe que o padrão etário da fecundidade não sofre alterações, permanecendo o padrão jovem (20 a 24 anos) para as mulheres de exposição direta e o padrão tardio (25 a 29 anos) para as mulheres de exposição indireta.

Tabela 29 – Salinópolis: Taxa Específica de Fecundidade e grau de exposição ao turismo, 2007

Grupos de idades das mulheres	Exposição direta	Exposição indireta
15 a 19 anos	0,097	0,065
20 a 24 anos	0,160	0,203
25 a 29 anos	0,101	0,216
30 a 34 anos	0,048	0,078
35 a 39 anos	0,031	0,026
40 a 44 anos	0,034	0,000
45 a 49 anos	0,000	0,000
TFT	2,36	2,93

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev.2008

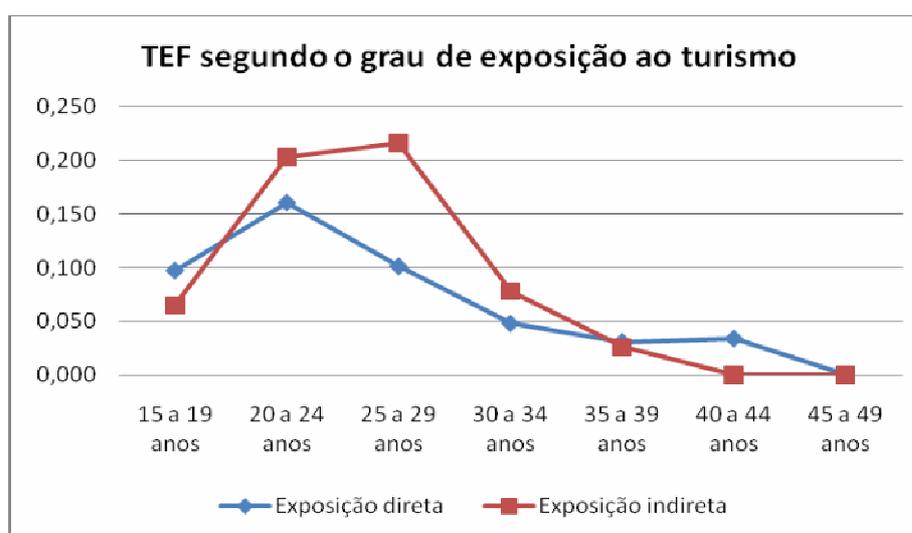


Figura 36 – Salinópolis: TEF e grau de exposição ao turismo, 2007

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo, fev. 2008

Constata-se, portanto, que as imigrantes residentes em Salinópolis são as que mais se ocupam nas ACT, correspondendo a 57% das mulheres que se enquadram no grupo de elevada exposição ao turismo, e estão, portanto, mais expostas às mensagens da modernidade trazidas pela cultura do turismo, enquanto as nativas, de menor exposição a essa atividade, se enquadram mais no grupo das não economicamente ativas. A esse respeito, o relatório anual para o ano 2007 do Sinasc/SSMS, evidencia que 74,3% dos nascidos vivos no referido ano eram das mães designadas como donas de casa, onde as respectivas estruturas das taxas específicas de fecundidade ainda se identificam a um padrão tardio, “prevalecendo as normas, valores e estratégias familiares compatíveis com os mecanismos tradicionais da chamada economia de subsistência” (SIMÕES, 2006, p. 55).

No cômputo geral, os dados analisados mostraram a persistência do declínio da fecundidade. Entretanto, mantiveram-se elevados os níveis de fecundidade em certos espaços e camadas sociais da zona rural e urbana, sobretudo quando tais níveis são comparados com os que prevalecem no seio das populações urbanas melhor situadas na escala social, preservando-se, assim, certa diversidade quando as análises são desagregadas para determinadas sub-populações, mesmo que haja, conforme agrega Moreira (1998), certa homogeneidade intra-regional no comportamento reprodutivo. Nas áreas urbanas, os custos elevados com a criação dos filhos e a busca de oportunidade no mercado de trabalho têm contribuído para o declínio da fecundidade, conjugado ao acesso aos métodos anticoncepcionais e aos novos padrões de famílias pequenas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007b).

Nesse sentido, apesar de não ter havido melhorias significativas em termos de status socioeconômico para as famílias salinopolitanas, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1970 – momento em que o turismo passa a desempenhar importante papel na economia local – tem propiciado a ampliação da monetarização familiar bem como as alterações no comportamento reprodutivo. Portanto, as evidências empíricas observadas em Salinópolis são importantes subsídios para a compreensão dos novos valores comportamentais vividos na sociedade contemporânea, onde o turismo tem alterado o papel social das mulheres, modificando gradualmente o comportamento tradicional de reprodução.

5.2 TURISMO E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS

Definidos os principais componentes da variação nas taxas de fecundidade e discutidos os fatores que a afetam, serão esboçadas nessa seção possíveis explicações que possam respaldar os efeitos do turismo sobre as taxas de fecundidade em Salinópolis à luz da literatura revisada.

O turismo generalizou-se nas sociedades modernas como um serviço de consumo, seja do espaço (CRUZ, 2001), seja do turista (OURIQUES, 2005). Por outro lado, a grande importância do fenômeno turístico reside na significativa transformação sócio-espacial e na dinâmica populacional das regiões receptoras onde a difusão de novas idéias e de comunicações transforma o sistema social, disseminando posturas consumistas, através do tempo, entre os membros do sistema social local onde prevaleciam modos de produção tradicionais e, construindo modelos operacionais que possam ser utilizados para fins culturais, econômicos ou políticos, ou para um novo valor social (SANTOS, 2003), como a mudança no comportamento reprodutivo, por exemplo.

No contexto da globalização, o acesso à informação e as facilidades cada vez maiores de viajar, propiciadas pelas facilidades de crédito e de deslocamento, ampliou as possibilidades de criação de diversas comunidades de interesse para a indústria do turismo, não só para o ser humano que se desloca por motivos cada vez mais diversificados, mas também pelo desenvolvimento de ações e estratégias de marketing diferenciadas, executadas pelos agentes estatais e privados cujo objetivo é atrair a demanda turística para determinado núcleo receptor (DIAS, 2005). É nesse contexto que Salinópolis se transformou em um dos maiores pólos turísticos do estado do Pará.

No Brasil, há diversas modalidades de turismo: de sol e praia, o cultural, o urbano, de natureza rural, de aventura, pesca esportiva, entre outros. O segmento do mercado turístico de Salinópolis é do tipo sol e praia, que segundo Dias (2005), é uma das formas de turismo mais conhecidas, configurando o turismo de massa e dependente da sazonalidade de turistas.

Os benefícios econômicos do turismo invariavelmente persuadem os governos, que em geral não se empenham por maximizar os benefícios e minimizar seus impactos negativos. Considerada como a principal fonte de receita em Salinópolis, a atividade turística tem contribuído para o investimento municipal na área social por meio da promoção de uma imagem local positiva. No entanto, ao depender sobremaneira dos rendimentos do turismo, o município tornou-se vulnerável à demanda de turistas. Youel (2002), ao analisar os impactos socioeconômicos do turismo sobre as comunidades locais, adverte que os governos devem

gerar eventos fora da época de temporada e procurar diversificar a economia, reduzindo, dessa forma, os fatores de risco associados com a superdependência dessa atividade. Além disso, a comunidade local deve ser envolvida nas decisões relativas ao desenvolvimento do turismo.

A esse respeito, quando da elaboração do Plano Diretor Participativo de Salinópolis no ano 2006, que tem como um de seus principais objetivos consolidar a atividade turística como principal atividade econômica, Souza (2006) argumenta que a reforma urbana através dos planos diretores é “um projeto de remodelagem do espaço que objetiva melhorar a funcionalidade das formas espaciais, [onde a participação popular] [...], reserva-se um papel consultivo, e não deliberativo, inclusive no que respeita à gestão dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento [...]” (SOUZA, 2006, p. 213; 226).

Numa dimensão mais ampla, Santos (2006) argumenta que o espaço-tempo da cidadania é constituído pelas relações sociais entre o Estado e os cidadãos, e nele se gera uma forma de poder, a dominação. Portanto, o impacto de decisões tomadas pelo Estado no espaço-tempo doméstico tem sido decisivo. Nesse contexto, em Salinópolis, o que se observou é que parte significativa das mulheres trabalha como caseira e/ou doméstica na alta estação, ganhando menos que o salário mínimo, ou trabalhando em atividades não remuneradas como é o caso das donas de casa. Observou-se também a ocorrência dos chamados “bicos”, sendo esta a grande mantenedora da renda familiar de grande parte das entrevistadas. Apesar da grande potencialidade para a pesca, que inclusive mantém parte significativa das famílias em baixa estação de veraneio, projeto que viabilize a atividade pesqueira não consta nos objetivos do Plano Diretor do Município.

Na alta estação, a atividade turística tem proporcionado ao município problemas de ordem social, como o aumento da criminalidade, a prostituição, o uso de drogas e o vandalismo, contribuindo, nos últimos anos, na redução de veranistas durante os feriados prolongados e nas férias. O problema da sazonalidade dos turistas, associado à competição no mercado de trabalho dos que vem de fora na alta estação, dificulta a geração de empregos permanentes e de qualidade no setor, que são refletidos nos baixos salários e nos problemas socioeconômicos anteriormente verificados. Mesmo assim, na alta temporada, a população local interrompe sua rotina diária e se envolve com o trabalho temporário para ganhar renda extra.

Nas praias, verificou-se grande competição entre os ambulantes residentes no município e de municípios vizinhos e até de estados nordestinos como Rio Grande do Norte e Paraíba. Os moradores locais, além do trabalho como ambulante, exercem também ocupações como garçons, cozinheiros(as), arrumadeiras, faxineiras, dentre outros. Youel (2002) chama

atenção para as flutuações sazonais na demanda turística, diante das sérias repercussões socioeconômicas na área de destino, como a falta de oportunidade de trabalho integral e o fechamento de instalações em épocas de baixa estação, fato observado em Salinópolis, onde vários tipos de instalações comerciais como hotéis, barracas de alimentação e confecções, quiosques de produtos artesanais, sorveterias, restaurantes, dentre outros, fecham suas portas em baixa estação, como é o caso do hotel Maçarico, situado na avenida João Pessoa, a principal Avenida do Complexo do Maçarico (Figura 37) e de barracas de alimentação na praia do Atalaia (Figura 38).



Figura 37 – Hotel Maçarico, localizado na av. João Pessoa
Foto: Frank Campos, fev. 2008



Figura 38 – Barracas de alimentação localizadas na praia do Atalaia
Foto: Dalva França, fev. 2008

Na baixa estação, o município sofre o efeito de deslocamento produtivo, onde a estrutura socioeconômica de seus habitantes sobrevive fundamentalmente do pequeno comércio, da agricultura e da pesca que são praticadas preponderantemente para a subsistência, além da bolsa escola que para muitos é a única fonte de renda. A Figura 39, por exemplo, mostra uma pousada na avenida João Pessoa, em frente à praia da Curvina onde, por falta de hóspedes na baixa estação, o homem tece rede de pesca que será utilizada como alternativa de sobrevivência. Assim, a produção não capitalista torna-se necessária para manter as estruturas do capitalismo onde, o poder exercido pelo espaço-tempo da produção consiste no processo pelo qual a satisfação das necessidades por via do mercado se transforma numa dependência em relação às necessidades que só existem como consumo mercantil (SANTOS, 2006).



Figura 39 – Homem tecendo rede de pesca na praia da Curvina

Foto: Dalva França, fev. 2008

Para Giddens (2004), a comunicação verbal e não verbal como expressão facial, gestos corporais e formas de falar (interação focalizada, entre pessoas do mesmo grupo) e sua relação com estatutos externos (interação desfocalizada) como raça, classe e gênero, representa a ponte entre as micro interações e os processos macro sociais, ou seja, a realidade é uma criação da interação social.

Nesse sentido, em pesquisa exploratória realizada em julho de 2007 observou-se que a interação dos ambulantes e atendentes de mesa, por exemplo, para com os banhistas instalados nas mesas das barracas (comunicação verbal e não verbal – expressões faciais, gestos corporais, forma de falar) concentrava-se na expectativa de ganhos financeiros, onde o

movimento de vai-vem era intenso, enquanto a relação com membros da própria comunidade, como os atendentes de mesa, era de interação mais complexa. Por outro lado, observou-se certa reciprocidade de comportamento dos turistas para com os ambulantes e atendentes de mesa e balcão, como se estes fossem indiferentes, ou seja, os estatutos externos da interação desfocalizada (raça, classe, gênero) parece não lhes chamar atenção, enquanto a interação focalizada (encontro em rodadas de amigos e familiares) é de total interação. Mesmo assim, os visitantes declararam que o povo local é hospitaleiro, de interação amistosa para com os visitantes.

Entrevistas realizadas com a população local durante a pesquisa exploratória em 2007 confirmam que a interação pessoal entre nativos e visitantes é de cunho predominantemente econômico. Ao perguntar em que aspectos a presença do turista influencia na vida da população local, predominou o item financeiro, enquanto o item mudança de hábitos e costumes, afirmaram que, principalmente os moradores das vilas, considerada como rural, não perdem seus costumes, mesmo em contato com os turistas.

Nesse contexto, a persistência da estrutura econômica e das modalidades de organização e de expressão cultural do povo salinopolitano, conduz para o fato de que a população local ainda guarda muito do contexto das populações tradicionais amazônicas, o que acarretou a manutenção de padrões de fecundidade ainda elevados quando comparados com os padrões nacionais. Entretanto, com base nas análises teóricas de Singer (1980a), a transformação econômica que o setor de subsistência sofreu no decorrer do desenvolvimento da atividade turística promoveu mudanças na estrutura e no desempenho das famílias, surgindo novos padrões sociais e culturais, contribuindo da mesma forma para mudanças no comportamento reprodutivo. Em Salinópolis, portanto, é visível o confronto das entidades locais, “entre um modelo de pertença aberto, socialmente múltiplo e flexível e a identidade tirânica exigida pelo *entre-si* [...], que são as forças da resistência a essas mudanças” (CASTRO, 2006, p. 59-60). Portanto, a fecundidade em Salinópolis reflete a **cultura local** (grifo nosso), que segundo Santos (1993, p. 61), é uma

Forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.

Grosso modo, o turismo tem condicionado a reconstrução da trama social das comunidades receptoras e, nesse processo, os relacionamentos tendem a combinar aspectos

culturais diversos, não só nos planos profissional e existencial, como também nos planos afetivos de relacionamento íntimo e amor, conforme lembra Maslow (apud YOEELL, 2002) a respeito das necessidades fisiológicas dos indivíduos.

E assim, utilizando os argumentos de Santos (2006), o espaço-tempo doméstico das mulheres residentes em Salinópolis está a passar por profundas transformações sob o impacto do espaço-tempo mundial. Tal realidade é dilemática para as mulheres, argumenta o autor, já que tais transformações suscitam, por um lado, as condições para uma maior emancipação da mulher através de sua entrada no mercado de trabalho, libertando-a, de alguma forma, da dominação patriarcal doméstica, por outro lado, permite que a lógica desta dominação transborde do espaço-tempo doméstico para o espaço-tempo da produção.

O espaço-tempo da produção, segundo Santos (2006), é o espaço-tempo das relações sociais e uma de suas características é a desigualdade de poder entre capitalistas e trabalhadores, gerando a divisão de classes que juntamente com a divisão sexual do trabalho constitui um dos grandes fatores de desigualdade social e de conflito social. A precarização da relação salarial, o aumento do subemprego, marginaliza a experiência do trabalho nos processos de subjetividade, expandindo o horizonte das suas expectativas, das suas exigências para além do espaço-tempo da produção, para o consumo e para a qualidade de vida, para a habitação, para a alimentação e para a reprodução biológica. Acrescenta o autor que a lógica consumista da economia globalizada “desvia as relações interpessoais para as relações entre pessoas e objetos” (SANTOS, 2006, p. 314). Portanto, a redução nas taxas de fecundidade está relacionada às profundas alterações do papel da mulher na sociedade.

De acordo com Szmrecsányi (1980), o crescimento da economia e as novas relações produtivas induzem o crescimento da população, seja pela imigração, seja pela queda da mortalidade num primeiro momento e, numa segunda instância, mediante a intensificação da nupcialidade e da fecundidade. Segundo Smith, acrescenta a autora, a procura de braços condiciona o crescimento da população.

No entanto, o crescimento demográfico nos países subdesenvolvidos, constitui-se, diante o retorno do debate neomalthusiano nos países desenvolvidos, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, porque altera a estrutura etária da população, aumentando a carga de dependência das gerações adultas, provocando em curto prazo uma diminuição da capacidade de poupança e uma elevação nos investimentos não-produtivos como educação, saúde e habitação. Em longo prazo, ao fazer crescer os efetivos da força de trabalho, provoca um crescente desequilíbrio entre a demanda e a oferta de emprego, fazendo aumentar as populações marginais e impedindo a elevação do seu nível de vida. Devido a isso, para a

teoria neomalthusiana, qualquer solução dos problemas socioeconômicos dos países subdesenvolvidos passa necessariamente pelo controle da natalidade, através do uso de anticoncepcionais, promovida pelos chamados programas de planejamento familiar (SZMRECSÁNYI, 1980).

A redução da fecundidade, “por meio do controle da natalidade, não produz um aumento propriamente dito de renda per capita dos membros da família, porém *evita uma queda* desta renda, que adviria de mais um nascimento vivo” (SINGER, 1980a, p. 202-203). Entretanto, a família de baixa renda, enquanto tem poucos filhos, poupa muito pouco. Se a família evita, a partir de certo número de filhos, novos nascimentos, é duvidoso que ela passe a poupar mais.

Isto se dá porque a elasticidade-renda da demanda por bens e serviços é tão grande, que a maior parte do ‘aumento’ de renda, no caso das famílias de rendas baixas e médias, será gasto em tais itens [...]. Os dispêndios, realizados anteriormente para atender às necessidades de um maior número de crianças, passam a se destinar agora à aquisição de móveis, bens duráveis e serviços [...], [ou seja,] a um consumo per capita mais elevado (SINGER, 1980a, p. 203; 206-207).

Para Camargo (1980) o planejamento familiar é de natureza política, a qual tende a influenciar os fatores dinâmicos da população, conforme os interesses dos estratos dominantes da sociedade. Portanto, apesar da significativa redução nas taxas de fecundidade em Salinópolis a partir dos anos de 1990, época em que iniciou no município ações de orientação, preventivas e educativas no controle de natalidade pela SMSS, observa-se que a renda não aumentou ao ponto de eliminar a pobreza da sociedade local, mantendo-se o desemprego, o subemprego, os baixos salários e a baixa escolaridade.

A aceitação ou não do neomalthusianismo não tem apenas um caráter científico; ele sempre envolve entre suas premissas uma opção política e ideológica. Para os que se opõem a essa teoria, a ênfase que ela confere às variáveis demográficas do desenvolvimento só tem servido para escamotear os fatores sociais e econômicos que vêm impedindo ou dificultando o progresso dos países subdesenvolvidos [...]. Trata-se de fatores cuja origem nada tem a ver com a população em si, mas cuja ocorrência, sem dúvida, tem interferido na sua dinâmica (SZMRECSÁNYI, 1980, p. 273).

Portanto, com base nos argumentos de Santos (2006), o livre arbítrio das mulheres na escolha do número de filhos não deveria estar associado à falta de condições socioeconômicas, e sim, às perspectivas de sua vida ativa, profissional ou não, onde, a segurança social pelo Estado às famílias deve ser prestada, em igualdade de circunstâncias, ou seja, não só na lei do planejamento familiar, mas também, na geração de emprego e renda, na profissionalização, na melhoria do sistema de ensino e, portanto, em maior qualidade de vida.

6 CONCLUSÕES

A variabilidade histórica e social da fecundidade em Salinópolis evidencia a influência da atividade turística no comportamento reprodutivo das mulheres residentes nesse município a partir da década de 1970. A realidade socioeconômica e cultural da população local nos permite inferir, num primeiro momento, as elevadas taxas de fecundidade, como reflexos de traços e formas de uma sociedade cujas relações de produção e reprodução se assentavam basicamente em uma estrutura socioeconômica de bases tradicionais, e num segundo momento, os traços e formas da “modernização” inseridas pela atividade turística mostram que também em Salinópolis, a exemplo do que já vem ocorrendo no país como um todo e na região Norte em particular, disseminou-se a “vontade” das mulheres salinopolitanas em ter menos filhos.

A partir do momento em que Salinópolis transforma-se em estância hidromineral em 1966, um novo momento histórico e social facilitou os mecanismos de expansão do capital no município através do turismo e, nesse contexto, um mix de fatores refletiu no comportamento reprodutivo das mulheres ali residente como: o status migratório, mensagens da modernidade, o crescimento do espaço urbano, a ação das políticas públicas no que respeita ao planejamento familiar e às práticas cotidianas que caracterizam a cultura local.

O desenvolvimento da atividade turística atraiu grande contingente de imigrantes para Salinópolis, principalmente de municípios vizinhos, além de intenso êxodo rural, visto que a população residente no espaço urbano aumentou significativamente. Nesse contexto, o dinamismo da atividade turística em Salinópolis proporcionou, na visão dos imigrantes que se dirigiram para este município, uma janela de oportunidades no mercado de trabalho, educação para seus filhos, suprimento de artigos de primeira necessidade e de amenidades necessária à vida que possivelmente não lhes foram proporcionada no lugar de origem. Porém, amiúde, seus maiores anseios não foram contemplados.

No entanto, embora existam implicações econômicas, a passagem de uma situação de alta para baixa fecundidade em Salinópolis a partir dos anos de 1980, resulta, essencialmente, de mudanças sociais, como as condutas, os hábitos e as práticas rituais que podem ser orientadas para determinado fim. Nesse contexto, Soares (2002) agrega que as redes sociais estabelecem uma ponte entre as formulações estruturalistas (objetivistas) e interacionistas (subjetivistas), afetando os mecanismos de mudança, incluindo nesse processo, o comportamento reprodutivo onde, no estágio intermediário de socialização, tanto as imigrantes como as nativas residentes em Salinópolis têm a oportunidade de familiarizar-se

com os símbolos e representações, que dão liga ao mundo social local, partilhado com o mundo das “modernidades” trazidas pelos turistas.

Nesse contexto, à luz das redes sociais, Soares e Aguirre (2002, p. 8) são de opinião que a transição da fecundidade é reflexo de atitudes culturais inovadoras, onde “a difusão de novas idéias e os elementos de natureza cultural constituem o mecanismo chave da transformação do comportamento reprodutivo,” o que implica que o crescimento econômico é apenas uma condição para o declínio da fecundidade à medida que destrói as amarras culturais pró-natalísticas e pavimenta o caminho para a difusão do controle de parturição. Portanto, o processo de inovação e difusão dos métodos anticoncepcionais pode ser aplicado em qualquer sociedade, independentemente de suas condições socioeconômicas, alterando a cultura no que diz respeito à prole.

A distinção no início da transição de fecundidade nas diferentes regiões brasileiras retrata os diferenciais de desenvolvimento econômico e social do país, porém, tal fato por si só não explica as mudanças ocorridas na reprodução demográfica. Vários fatores vêm atuando sobre este novo comportamento, destacando-se, dentre outros, “os novos padrões culturais como forma interveniente de controle e regulação, institucional ou individual, numa época em que social e culturalmente são extremamente fortes os apelos constantes sobre as vantagens de uma família menor” (SIMÕES, 2006, p. 88).

Como bem lembra o autor acima e outros demógrafos, a importância da mídia e dos meios de comunicação como elementos reguladores impõe novos ritos de comportamentos, submetendo as populações a novos padrões de consumo, provocando a inversão de prioridades, como a de reduzir o número de filhos em benefício de maiores possibilidades de consumo. Estes fatores, em conjugação com outros, como a postergação do casamento, políticas institucionais na área da saúde, a difusão dos métodos anticoncepcionais, podem explicar a redução de fecundidade em um lugar.

Vale considerar que as mulheres têm aumentado seu espaço nas esferas social, política e econômica, mas é no âmbito da família, considerado o lócus primário de construção social das relações de gênero, que se tem observado as mudanças mais expressivas. As relações entre homens e mulheres têm mudado nos últimos anos com a redução do número de filhos por mulher, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a contribuição no rendimento familiar, o aumento do número de mulheres como pessoa de referência da família, entre outros aspectos, permitem traçar não só o perfil da mulher brasileira em geral e de sub-populações em particular, como é o caso de Salinópolis, como também seu comportamento reprodutivo.

Avaliar o nível da fecundidade, um dos principais componentes da dinâmica demográfica, e estimar projeções levando-se em conta a hipótese de tendências de comportamento futuro, é de grande importância para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas específicas na saúde, na educação, no mercado de trabalho e na previdência social, redimensionando a oferta de serviços. Salinópolis ainda apresenta níveis elevados de fecundidade, mas com forte tendência de redução. A redução do número de filhos por parte das mulheres residentes em Salinópolis não é indicativo de melhoria na qualidade de vida, visto que o desenvolvimento da infra-estrutura municipal para o turismo esvaziou recursos de outros projetos de expansão, como a construção de escolas e a qualificação profissional.

Sendo assim, a relação que se firmou em Salinópolis entre o turismo e a dinâmica demográfica é de uma dependência intermediada pelo econômico, onde o comportamento reprodutivo acabou por entrar no circuito do mercado a partir da atividade turística. Ao mesmo tempo em que a fecundidade atinge patamares mais baixos, o turismo atrai para si a possibilidade de maior retorno.

Mas o comportamento reprodutivo das mulheres residentes em Salinópolis não está circunscrito apenas às questões econômicas vinculadas ao turismo, a fecundidade no município, é também um fenômeno eivado por outros fatores, nas temporalidades diferenciadas e exteriorizadas pelas ações concretas da sociedade local, que produz e se reproduz a partir do cotidiano e da dimensão que têm do uso do espaço e do tempo, como os campeonatos de futebol em período de baixa estação, as festas juninas e o aniversário do município no dia 22 de outubro com apresentações folclóricas de quadrilhas, bois-bumbás e pássaros, além do momento da maior festa religiosa, o Círio de Nossa Senhora do Socorro, padroeira do município, que acontece na primeira semana do mês de setembro.

Nesse contexto, ao ser analisada a relação turismo e fecundidade em Salinópolis a partir da concepção⁷⁰ das mulheres, dados da SMSS de 2006 e 2007 evidenciam que este ato se dá preponderantemente em momentos fora do período de alta temporada, quando parcela significativa da população não se encontra ocupada no trabalho temporário vinculado ao turismo, ou seja, tanto em 2006 como em 2007, o mês que registrou a maior concepção das mulheres salinopolitanas foi outubro, seguido respectivamente dos meses de setembro e novembro. Portanto, o comportamento reprodutivo das mulheres em Salinópolis conduz aos

⁷⁰ Neste trabalho, entende-se como concepção o momento em que durante o ato sexual o espermatozóide do homem fertiliza o óvulo da mulher (BERQUÓ, 1980), gerando uma criança que nascerá, em geral, nove meses após.

argumentos de Damata (1991) quando este autor diz que é na festa que inventamos temporalidades diferenciadas, que recriamos e resgatamos o tempo, o espaço e as relações sociais. É na festa que tomamos consciência de coisas gratificantes, que celebramos o mundo tal como ele é no cotidiano, que vivenciamos nossos valores, hábitos e gestos. Também “é no nível do cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se a uma globalização que tendência a homogeneizar costume e modos de vida” (OLIVEIRA, 1999, p. 203).

Essa perspectiva de uso do espaço e do tempo expressa nos campeonatos de futebol e no Círio de Nossa Senhora do Socorro, por exemplo, contrapõe-se a outra que relaciona a sua utilização como fonte de lucro através da atividade turística. Para a sociedade local, o espaço salinopolitano é captado enquanto necessidade para o uso, dele retirando o necessário para a sobrevivência, para a construção de abrigo ou ainda usando-o como lugar da festa e do encontro. Para outros, Salinópolis é vista enquanto mercadoria pelo potencial turístico que a beleza cênica do lugar apresenta.

Entre 1980 – ano em que foi registrada a maior taxa de fecundidade em Salinópolis – e 2007, a TGF no município declinou em 54,86%. Nesse período, a média de filhos passou de 175 para 79 para cada grupo de mil mulheres. Apesar de ser uma média de filhos elevada quando comparada à média nacional, que foi de 23 filhos por mil mulheres em 2007, pode-se inferir que o declínio observado foi significativo. Nesse sentido, Wong (2000a, p. 2) lembra que o declínio acentuado da fecundidade brasileira continuou de forma diferenciada entre as grandes regiões do país durante a década de 1990, o que sugere a continuidade no diferencial em períodos posteriores, e que, a transição da fecundidade⁷¹ no Brasil iniciou na década de 1960, conduzida principalmente pela região Sudeste, em 1970 no Nordeste “e o Norte, retardatariamente, mas de forma, relativamente mais acelerada, nos anos 80.”

Os níveis de fecundidade no município, que foram de 3,11 filhos por mulher no ano 2000 e 2,56 no ano 2007, mostraram-se muito próximos em nível regional e estadual. No entanto, os resultados do censo demográfico 2000 para Salinópolis denotam relevante diferencial nos níveis da fecundidade entre a cidade (2,9) e o campo (5,85). No Brasil, de modo geral, a queda na fecundidade tem ocorrido primeiro e mais rápido nas cidades, já que a urbanização fornece poucos incentivos e muitos desestímulos para a manutenção de famílias grandes e, o crescimento do espaço urbano em Salinópolis foi espetacular a partir de 1970, o que justifica não só o diferencial rural/urbano dos níveis da fecundidade no município, como

⁷¹ “A transição da fecundidade se configura quando o descenso no nível da mesma é superior a 10% num período inferior a uma década” (WONG, 2000a, p. 2).

também, a sua progressiva queda a partir de 1980. Portanto, o crescimento do espaço urbano em Salinópolis teve um papel significativo na redução dos níveis e adoção de novos padrões de fecundidade.

As análises empreendidas a partir da pesquisa empírica para o ano 2007 mostram que os níveis da fecundidade das mulheres imigrantes, são mais baixos do que os níveis da fecundidade das mulheres naturais do município, no entanto, a diferença entre os dois estratos, 0,50 filhos é relativamente pequena. O resultado da taxa de fecundidade diferencial das migrantes em Salinópolis conduz aos achados de Sawyer, D. R. (1980, p. 161) em seu estudo sobre a fecundidade na Amazônia, ao afirmar que “a fecundidade das migrantes é, quase sempre, maior que a fecundidade das nativas. Nas poucas exceções, a diferença é pequena”. Salinópolis se enquadra nas exceções.

Quanto ao padrão etário entre as imigrantes e as nativas, a pesquisa empírica revela que o ponto modal de maior fecundidade do primeiro estrato situa-se no grupo etário de 20 a 24 anos, enquanto no segundo estrato concentra-se no grupo etário de 25 a 29 anos. Tais resultados podem indicar que as imigrantes jovens trazem consigo o hábito da família numerosa do local de origem, sofrendo, posteriormente, um processo de adaptação no lugar de destino, modificando seu comportamento reprodutivo com a redução da fecundidade. Constata-se, portanto, que as imigrantes estão contribuindo para uma menor taxa de fecundidade no município, enquanto as nativas estão favorecendo o deslocamento do padrão etário da fecundidade para um tipo mais tardio.

Na análise da fecundidade segundo o grau de exposição das mulheres ao turismo, constatou-se que no grupo considerado como de média exposição, o nível da fecundidade é menor (1,76 filhos) quando comparado com os estratos de elevada (2,61 filhos) e de baixa exposição (2,93 filhos). No entanto, ao ser observada certa irregularidade na curva do padrão etário da fecundidade para as mulheres de média exposição ao turismo, este sub-grupo foi agregado às mulheres de elevada exposição, passando a desagregação da relação turismo-fecundidade para dois estratos: exposição direta (elevada e média exposição ao turismo), com 2,36 filhos por mulher, e exposição indireta (baixa exposição ao turismo), com 2,93 filhos por mulher. O padrão etário da fecundidade do primeiro estrato é do tipo jovem (20 a 24 anos de idade), enquanto o padrão do segundo estrato é do tipo tardio (25 a 29 anos de idade), assemelhando-se quando da análise da fecundidade segundo o status migratório. Portanto, as mulheres expostas a maior oferta e melhor qualidade dos serviços de infra-estrutura, bem como as que trabalham nas ACT, são as que efetivamente têm menor taxa de fecundidade.

Em 1980, as altas taxas de fecundidade conjugadas com os elevados incrementos de imigrantes, garantiram para Salinópolis a formação da mão-de-obra destinada ao mercado turístico. As práticas evidentes de contenção da fecundidade no município iniciaram a partir dos anos 1990 como reflexo da ação de políticas públicas (PSF), das transformações socioeconômicas e com a solidificação da atividade turística, contribuindo de forma decisiva na redução dos níveis da fecundidade e nas alterações da composição etária. A consolidação, a partir do ano 2000, da tendência de declínio da fecundidade, produziu um freio e um subsequente decréscimo na taxa de crescimento populacional.

As alterações da composição etária em Salinópolis são evidentes em 2007. Tal redução, segundo Wong e Carvalho (2006, p. 5), representa a Transição da Estrutura Etária (TEE) que “engloba as mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade e que se fazem sentir, depois, no tamanho relativo e absoluto das diversas coortes. Elas são medidas pelas alterações nos padrões de sobrevivência e, em muitos casos, pelos fluxos migratórios”.

Os argumentos de Wong e Carvalho (2006) se referem ao fato de que a TEE reflete diretamente nos gastos governamentais dados o futuro padrão etário de um lugar, mesmo que a migração possa levar à necessidade de alterações das previsões. Nesse contexto, a partir da década de 1980 observou-se a sustentada redução da fecundidade em Salinópolis que, associada ao incremento da imigração, desencadeou uma série de mudanças na distribuição etária do município.

Em Salinópolis, a presença de crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade reduziram de 46,45% para 39,73% entre 1970 e 2000, continuando a diminuir na presente década, alcançando 33,73% em 2007, desvanecendo o formato piramidal da composição etária. Wong e Carvalho (2006) e os demógrafos de modo geral, consideram que a redução na razão de dependência por conta das crianças e adolescentes constitui uma janela de oportunidades em termos demográficos porque possibilita maior retorno dos recursos nelas investidos, desde que tenha havido investimento governamental na educação. Nesse sentido, os efeitos do declínio da fecundidade em Salinópolis começam a ser sentidos a partir de 2000 quando a população de 15 a 30 anos de idade tende a aumentar. Neste grupo etário estão incluídas as mulheres de maior fecundidade no município e, mesmo que as taxas de fecundidade permaneçam constantes, a curto e médio prazo a tendência é de continuidade de declínio.

Nesse contexto, a composição por idade da população salinopolitana em 1980, cria uma grande demanda sobre os governos estadual e/ou municipal, na área da educação, em função da grande proporção de crianças e adolescentes. Entretanto, a partir de 1991, já

demandaria atuações principalmente no campo da saúde e oferta de trabalho, enquanto as políticas de educação poderiam ser favorecidas com maiores investimentos em qualidade, favorecendo, na mesma forma, a oferta de capital humano (qualificação profissional). No entanto, muitas oportunidades já foram perdidas, porque políticas apropriadas não foram implementadas a tempo no município.

Tendo em vista o novo padrão demográfico em Salinópolis, deve haver uma redefinição de prioridades na alocação de recursos, tornando-se necessariamente urgente a adoção de políticas públicas adequadas para que a oferta de emprego e maior geração de renda acompanhem o crescimento econômico, fatores “imprescindíveis para poder aproveitar as oportunidades e superar os desafios gerados pela transição da fecundidade” (WONG; CARVALHO, 2006, p. 21).

Portanto, ao concluir este trabalho, voltamos à questão inicial de nossa problemática, ou seja, quais os reflexos do turismo no comportamento reprodutivo da mulher no município de Salinópolis a partir de 1970? A pesquisa demonstrou que no Brasil em geral e em Salinópolis em particular, o crescimento da área urbana, os altos custos com os filhos, quer seja com educação, saúde, e busca de maiores oportunidades de emprego e qualidade de vida, contribuíram para o declínio da fecundidade, conjugado ao acesso aos métodos anticoncepcionais a partir dos anos de 1990 e aos novos padrões de famílias pequenas que caracterizam a sociedade brasileira. Também o efeito-demonstração, quer seja pela presença do turista ou pela disseminação dos meios de comunicação, transforma o caráter dos indivíduos, conduzindo as pessoas a ostentar a aquisição de bens, invertendo a prioridade da família numerosa pela prioridade do consumismo, mesmo que não tenham possibilidades de participar do mercado como consumidores. Desta forma, a Contagem da População 2007 do IBGE para Salinópolis mostrou a continuidade do processo de estreitamento da base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de crianças na população total.

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que a escolarização, a proletarização, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o intenso crescimento do espaço urbano e uso de anticoncepcionais, constituem fatores determinantes na evolução histórica e social do comportamento reprodutivo das mulheres residentes em Salinópolis onde, o importante peso relativo das mulheres não ocupadas e/ou subempregadas no conjunto da população feminina em idade fértil é fator relevante na definição dos níveis e padrões da fecundidade no município, além da significativa participação das mulheres imigrantes,

principalmente na zona urbana que influenciou sobremaneira os níveis e padrões de fecundidade.

Finalmente, o estudo da evolução nas taxas de fecundidade em Salinópolis permite distinguir a tendência à diminuição do crescimento demográfico. No entanto, sugerem-se duas hipóteses para o comportamento futuro da fecundidade no município: a primeira hipótese, baseada no crescimento da população a partir dos 15 anos de idade, quando inicia oficialmente o período reprodutivo das mulheres, a tendência é que possa haver aumento nas taxas de fecundidade num futuro próximo; a segunda hipótese, dadas as tendências socioculturais das mulheres salinopolitanas quanto ao uso de métodos anticoncepcionais reversíveis e irreversíveis, além dos fatores intervenientes anteriormente citados, é difícil acreditar que as mulheres residentes em Salinópolis continuem por muito tempo com elevado risco de procriação.

Apesar dos avanços no sistema educacional em todo o Brasil, Salinópolis tem um agravante que também é comum no país, o déficit na educação secundária e principalmente universitária. Em consequência, associado à baixa escolarização, ao desemprego/subemprego e aos baixos salários, a elevada imigração e as elevadas taxas de fecundidade fizeram com que o teto das possibilidades de **integração** da sociedade local fosse ultrapassado. Portanto, a redução nas taxas de fecundidade em Salinópolis não se relaciona às possibilidades de mobilidade social via educação, renda e emprego, ou seja, o obstáculo à maternidade para as mulheres salinopolitanas se relaciona, sob a lógica do capitalismo, nas transformações históricas da sociedade e da dinâmica populacional a partir da intensificação da atividade turística que consistem, segundo Santos (2006), na conversão da família em uma unidade de reprodução social como: habitação, alimentação, socialização e reprodução biológica.

Por fim, dadas as limitações dos levantamentos censitários do IBGE para áreas geográficas menores até o censo de 1991, principalmente para os municípios da região Norte, a restrição de acesso a dados estatísticos como os micro-dados do IBGE, a parca literatura disponível, as limitações na obtenção de dados sobre nascidos vivos nas duas unidades hospitalares existentes no município e na Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SMSS), já que o computador que dispunha dos dados necessários, de 2001 a 2005, para análises mais detalhadas das taxas de fecundidade, como o número de nascidos vivos a cada ano desagregados por grupos de idades das mulheres, necessitava de reparos e, com a impossibilidade desses reparos, não foi possível a obtenção desses dados, as análises da taxa de fecundidade a partir da TFT e TEF ficaram restritas ao período 2000-2007. Entretanto, foi possível a análise da evolução histórica e social da fecundidade no município a partir das

análises da TGF no período 1970-2007, permitindo a avaliação do perfil reprodutivo da população feminina residente em Salinópolis.

Assim, as análises empreendidas sobre o comportamento reprodutivo da mulher salinopolitana realçam a importância de se integrar com maior riqueza de detalhes o status migratório e o grau de instrução à análise da fecundidade, já que o presente estudo levanta pistas para futuras investigações sobre essas desagregações, com a possibilidade de contribuir para a resolução de problemas setoriais que Salinópolis apresenta em termos de dinâmica demográfica e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 389-400.

ARAGÓN, Luis E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2005. p. 13-23.

BACAL, Sarah S.; MIRANDA, Sonia Marly de A. Impactos do turismo nos núcleos receptores: necessidade de normatização. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 67-78.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHES, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.

_____. Fatores estáticos e dinâmicos (mortalidade e fecundidade). In: SANTOS, Jair L. Ferreira; LEVY, M. Stella F.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 21-85.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. A evolução da fecundidade no Brasil. **Ciência Hoje: Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC)**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 219, p. 28-33, set. 2005.

BOULHOSA, Messiana Beatriz M.; SOUZA FILHO, Pedro Walfir M. Uso de imagens SRTM e Landsat ETM+7 para o mapeamento geomorfológico dos ambientes costeiros do nordeste do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. **Anais...** Goiânia, 16-21 abr. 2005, INPE, p. 1745-1747. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.20.15.13/doc/1745.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2007.

BRADFORD e KENT. Crescimento e desenvolvimento. In: **Geografia Humana: Teorias e suas aplicações**. Trad. Departamento de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Supervisão Raquel S. de Brito, Paula B. Lema: Gradiva, 1987.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. As migrações internas no Brasil: As novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pela PNADs recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. **Anais...** Caxambu, 18-22 set., 2006.

BRITO, Francinete Maria O. **Salinópolis-PA: (re)organização sócio-espacial de um lugar atlântico-amazônico**. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; CARNEIRO, Isabella G. Padrões de formação de família por regiões brasileiras e grupos sociais: Diferenças ou semelhanças? In: ENCONTRO

NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11. **Anais...** Caxambu, 1998.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, Jair L. Ferreira; LEVY, M. Stella F.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T. A. Queiroz editora Ltda., 1980. p. 12-18.

CARDOSO, Benjamim. **Salinópolis, a cidade mais querida do Pará.** Apoio cultural Barra do Pará – Belém. Serviços de Praticagem Ltda., 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução: Arlene Caetano. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político local como condição de construção (mas também de negação) da democracia. In: SILVA, José B. da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira 1.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 49-63.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ; GRUPO DE ESTUDOS MARINHOS E COSTEIROS. **Ilha dos Guarás (Mariteua) – município de Curuçá (NE do Pará):** Aspectos físicos, meteorológicos e oceanográficos. 2004. 35f. Disponível em: <http://cdp.com.br/images/espardt/espardt_estudo.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Informações municipais: Demografia/Economia de Salinópolis – PA (2004).** Disponível em: <<http://www.portalmunicipal.org.br/v6>>. Acesso em: 26 maio 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. O turismo na construção das identidades contemporâneas: cearensidade. In: SILVA, José B. da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira 1.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 137-150.

_____. Turismo de migrações temporárias à fixação no território. In: FARIA, Ivani F. de (coords.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001. (Coleção Geografia e Turismo). p. 37 -57.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política.** Belém: SPVEA, 1955.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. O Nordeste que o turismo(ta) não vê. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo, modernidade e globalização.** São Paulo: Hucitec, 2002. p. 210-218.

_____. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

DAMATA, Roberto. As festas da ordem. In: **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 80-91.

DAMIANI, Amélia L. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 1991. (Col. Caminhos da Geografia).

DIAS, Reinaldo. Segmentação do mercado turístico. In: **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

DUBOIS, Padre Florêncio. **Salinópolis (ex-Salinas):** praia balnear oceânica. 1949. 110 f. Ensaio Monográfico, Belém, 1949.

EMPRESA PARAENSE DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ORDENADA DO PARÁ. **Mapa da localização do município de Salinópolis no Pará e no Brasil.** Belém, 2008.

_____. **Mapa do nordeste paraense.** Belém, 2008.

_____. **Mapa do município de Salinópolis.** Belém, 2008.

_____. **Planta da sede municipal de Salinópolis.** Belém, 2008.

FARIA, Vilmar Evangelista. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALINÓPOLIS. **Croquis cartográficos dos bairros e vilas de Salinópolis.** 2004.

GAUDEMAR, Jean P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIDDENS, Anthony. Interação Social e Vida Quotidiana. In: **Sociologia**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 80-105.

GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Ma. José da. Migração, crescimento econômico e qualidade de vida em Natal/RN. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-68.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

GUPTA, Neeru; LEITE, Iuri da Costa. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste do Brasil. **Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar**. Número Especial: 2001, p. 24-45.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOGAN, Daniel Joseph. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (orgs.). **População e meio ambiente:** debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p. 21-52.

_____. Mobilidade populacional e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998, p. 479-489.

HORTA, Cláudia Júlia G.; CARVALHO, José Alberto M.; NOGUEIRA, Olinto José O. Evolução do comportamento reprodutivo da mulher brasileira – 1991-2000 – cálculo da Taxa de Fecundidade Total em nível municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu, 20-24 set., 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2007:** Pará. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2007a.

_____. **Tendências demográficas:** uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro, 2007b.

_____. **Cidades:** Salinópolis. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 7 out. 2007.

_____. **Economia do turismo:** análise das atividades características do turismo 2003. Rio de Janeiro, 2006b.

_____. **Atlas do Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2003a. 127p.

_____. **Censo Demográfico 2000:** Nupcialidade e Fecundidade. Rio de Janeiro, 2003b. Resultados da Amostra.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2003c. Disponível em: <http://www.CNM.org.br/demografia/metodologia.htm>. Acesso em: 30 out. 2007.

_____. **Censo Demográfico 2000:** Pará. Rio de Janeiro, 2003d.

_____. **Fecundidade e mortalidade infantil:** resultados preliminares da amostra 2000. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **Mapa Municipal de Salinópolis.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico 1991:** Pará. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Mesorregiões e Microrregiões Geográficas:** Pará. Rio de Janeiro, 1991a.

_____. **Setor de Documentação e Disseminação de Informações – SDDI.** Belém, 1991b.

_____. **Censo Demográfico 1980:** Pará. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Demográfico 1970:** Pará. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Setor de Documentação e Disseminação de Informações – SDDI.** Belém, 1971.

_____. **Censo Demográfico 1960:** Pará. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Censo Demográfico 1950:** Pará. Rio de Janeiro, 1956.

_____. **Censo Demográfico 1940:** Pará. Rio de Janeiro, 1952.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

KALACHE, Alexandre. Um mundo mais velho. **Veja**, jul. 2005 (entrevista das páginas amarelas), p. 11-15.

LIMA, Lucas Passos de; RODRIGUES, Samuel C. **A produção do espaço em Porto Seguro: uma análise crítica**. 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.ufjf.br/semana/apresentacoes/A%20PRODU%20C7%20O%20DO%20ESPA%20C7O%20EM%20PORTO%20EGURO.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2007.

LIMA, Luiz Cruz. Dinâmicas territoriais em espaços globalizados. In: SILVA, José B. da; ELIAS, Denise (orgs.). **Panorama da geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 95-108.

MÁRTIRES, Geraldo. Passo decisivo para alcançar a independência. **Diário do Pará**, Belém, 9 dez. 2007. Caderno Especial, p. E 12.

MONTEIRO, Sergiomar V. **A reorganização espacial de Salinópolis a partir de sua transformação em Estância Hidromineral (1967 a 1986)**. 1993. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MOREIRA, Morvan de M. **Dinâmica demográfica recente na região Norte (1998)**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/amazonia/moreira.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

MOREIRA, Rui. **O discurso do avesso: Para a crítica da Geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

NEVES, Claudia C.; REZENDE, Sonaly. Aspectos sócio-demográficos do município de Diamantina na transição da atividade mineradora para as atividades turística e educacional. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A090.pdf. Acesso em: 10 jan. 2007.

NÚCLEO DE HIDROMETEOROLOGIA. **Divisão do Estado em regiões hidrográficas segundo a proposta de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado do Pará**. Disponível em: http://www.para30graus.pa.gov.br/Rec_Hídricos/REGI%20D5ES_BH.htm. Acesso em: 2 ago. 2007.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: Uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. **Anais...** Caxambu, 18-22 set., 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odete Carvalho de L. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 199-213.

OLIVEIRA, M. Coleta A.; SZMRECSÁNYI, M. Irene F. Fecundidade. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M. Stella F.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 185-208.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio de (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 313-353.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Sócio-Econômicas. Gerência de Base de Dados Estatísticos. **Estatística Municipal: Salinópolis**. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICA_MUNICIPAIS/mesorr_nordeste/salgado/salinopo>. Acesso em: 13 set. 2007.

_____. Secretaria Especial de Produção. Companhia Paraense de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará**. Belém, 2001.

PATARRA, Neide L. Objeto e campo da Demografia. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M. Stella F., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 9-11.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará: Estudo de Geografia Urbana**. 1966. 448 f. Tese (Concurso de Livre-Docência na Cadeira de Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. 2 v. Rio de Janeiro: Companhia Gráfica Lux, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS. **Plano Diretor**. 2006.

RENNER, Cecília H.; PATARRA, Neide L. Migrações. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M. Stella F., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 236-260.

RODRIGUES, F. Mariano. **Saudades de minha aldeia: tributo a Salinas de ontem**. São Paulo: Faculdade Paulista de Serviço Social, 2003.

ROSENDAHL, Zeny. Cultura, turismo e identidade. In: SILVA, José B. da; LIMA, Luiz Cruz; e ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 123-129.

SALIM, Celso Amorim. Migração: O fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. **Anais...** Brasília, 1992.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução: Ma. Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Milton Santos, 3)

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Jair L. F. Principais técnicas de análise e projeção. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M. Stella F., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 103-155.

SATHLER, Douglas; MIRANDA, Vitor F. O. de. Desconcentração demográfica paulista: Novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência dos pequenos municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. **Anais...** Caxambu, 18-22 set., 2006.

SAWYER, Diana Oya. Mortalidade. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M^a Stella F., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980. p. 209-235.

SAWYER, Donald R. Fecundidade e mortalidade na Amazônia: nota sobre as estimativas e interpretações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, 2. **Anais...** Águas de São Pedro, 1980. p. 113-183.

SILVA, Susana Maria V. da. Inovações nas políticas populacionais: O planejamento familiar no Brasil. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 69, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-25.htm>>. Acesso em: 26 out. 2004.

SIMÕES, Celso Cardoso da S. **A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas**. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: O papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1980a.

_____. Migrações internas: Considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio de (coord.). **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980b. p. 211-244.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e município: observações sobre o poder local. In: SILVA, José B. da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. **Panorama da Geografia brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 77-93.

SOARES, Weber. Para além da concepção metafórica de redes sociais: Fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais...** Ouro Preto (MG), 4-8 nov., 2002.

SOARES, Weber; AGUIRRE, Moisés Calle. Redes sociais, gênero e fecundidade: A fuga no reino das citações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais...** Ouro Preto (MG), 4-8 nov., 2002.

SOUZA, Marcelo L. de. **A prisão e o ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, Jair L. Ferreira, LEVY, M. Stella F., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz editora Ltda., 1980. p. 263-274.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília. A situação de adolescentes e jovens na região Norte: Uma análise exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. **Anais...** Caxambu, 18-22 set. 2006.

WONG, Laura Rodríguez; CARVALHO J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

WONG, Laura Rodríguez. **A projeção da fecundidade no Brasil**: um exercício aplicado ao Brasil para o período 1991-2020. 2000a. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/prot20_3.pdf>. Acesso em: 8 out. 2007.

_____. A transição da fecundidade no Norte e Nordeste do Brasil. In: SANTOS, Taís de Freitas (org.). **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste**: Questões atuais e emergentes. Recife: FJN, 2000b. p. 107-138.

YOUELL, Ray. **Turismo**: uma introdução. Tradução: Beth Honorato São Paulo: Contexto, 2002.

ANEXOS

Anexo 1

Ocupação prejudica balneário

SALINAS

Ocupação prejudica balneário

A ocupação desordenada da ilha do Atalaia, pertencente ao município de Salinópolis, no nordeste do Pará, tem causado sérios danos ao meio ambiente. As praias do Farol Velho e Atalaia sofrem com problemas que vão desde a destruição de áreas de restinga e de dunas, em virtude de edificações irregulares, até a contaminação do lençol freático por esgoto sanitário doméstico.

Com o objetivo de disciplinar o uso e a ocupação da praia do Atalaia, a Advocacia Geral da União (AGU) está movendo uma ação civil pública contra a Prefeitura Municipal de Salinópolis e 70 barraqueiros, que trabalham, de forma precária, no local. Na ação, a AGU proíbe a realização de qualquer tipo de evento ou atividade, nas praias de Salinópolis, que não possuam as licenças obrigatórias junto à Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), órgão que gerencia os terrenos de Marinha. A AGU também solicita à Justiça a remoção e demolição definitiva de qualquer tipo de obstáculo que impeça o livre acesso às praias do Atalaia e determina também a coleta diária do lixo produzido no local.

Uma inspeção judicial será realizada neste domingo, dia 30 de setembro, com o objetivo de avaliar, in loco, os danos causados pela ocupação



Além de atuarem como bares e restaurantes, barracas no Atalaia funcionam como pousadas, embora não tenham infra-estrutura

irregular da área. A idéia é reunir técnicos do GRPU, peritos do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", pesquisadores do Museu Goeldi, representantes da associação de barraqueiros do Atalaia e da Prefeitura Municipal de Salinópolis para avaliar o uso e o reordenamento da área, visando à sustentabilidade econômica e ambiental.

O Museu Paraense Emílio Goeldi também foi acionado pela AGU para contribuir com a ação através do fornecimento de informações sobre os ecossistemas existentes na

região. Além de identificar os principais impactos da ação humana sobre o meio ambiente, a instituição vai gerar um mapa de identificação das unidades de paisagens, o que vai delimitar as áreas de restinga e de manguezais, que são protegidas por lei.

BARRACAS - Um levantamento coordenado por Amílcar Mendes revela que, em 2004, o número de estabelecimentos comerciais, popularmente chamados de "barracas", na praia do Atalaia não chegava a 80. Em apenas três anos, esse

número aumentou em 30% e estima-se que no período de pico do veraneio, no mês de julho, existam, no local, 120 barracas numa extensão de seis quilômetros de praia. Além de atuarem como bar e restaurante, alguns desses estabelecimentos se transformaram em pequenas pousadas, apesar da área não possuir infra-estrutura mínima, capaz de comportar esse tipo de empreendimento. "O aparelhamento urbano no Atalaia ainda é extremamente deficiente no mês de julho, período em que recebe milhares de veranistas".

Nº Ord.	3.11. Qual é a série/ano/se mestre que frequenta?	3.12. Curso mais elevado que frequentou? 1. alfb. adt. 2. ant. prim 3. ant. gin. 4. ant. cient 5. e.f./1º G 6. e.m./2º G 7. graduaç 8. pós-grad	3.13. Qual última série/ano/se mestre concluída com aprovação?	3.14. Trabalha em atividade remunerada? 1. sim 2. não 3. já trabalhou	3.15. Qual é/era a ocupação que exerce(ia)?	3.16. Qual é a média de seu rendimento familiar ?	3.17. Qual é/era a média de seu rendimento mensal ?	3.18. Qual é/era a atividade principal do lugar em que trab.(ou)?	3.19. Trab. em ativ. não remuner. ? 1. sim 2. não 3. já trabalhou	3.20. Tipo ativ. não remunerada 1. ajuda conta/própria 2. ajuda próprio/consm 3. eventual ativ./turística 4. dona/casa
1.										
2.										
3.										
4.										
5.										

Nº Ord.	3.21. Tem filho(s)? Quantos filhos nascidos vivos teve ao longo de sua vida? (inclusive falecidos)	3.22. Data nascimento filhos nascidos vivos (mês e ano).	3.23. Idade Presumida filhos nascidos vivos	3.24. Sexo Filhos nascidos vivos. 1. M 2. F 3.25. filho natural do município (3)	3.26. Serviços de saúde (planej. Familiar) 1. usa 2. usou 3. nunca usou	3.27. anticoncepcionais 1. usa 2. usou 3. nunca usou	3.28. Que tipo antip. usa atualmente?	3.29. Que tipo anticoncepcional já usou?	3.30. Tem/teve liberdade para evitar gravidez? 1. imposição do marido. 2. decisão própria. 3. em conjunto.	3.31. Se tivesse que escolher numero de filhos, quantos seriam?
1.		1 ___/___ 2 ___/___ 3 ___/___ 4 ___/___ 5 ___/___ 6 ___/___ 7 ___/___ 8 ___/___	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	1. 1 - 2 - 3 2. 1 - 2 - 3 3. 1 - 2 - 3 4. 1 - 2 - 3 5. 1 - 2 - 3 6. 1 - 2 - 3 7. 1 - 2 - 3 8. 1 - 2 - 3						
2.		1 ___/___ 2 ___/___ 3 ___/___ 4 ___/___ 5 ___/___ 6 ___/___ 7 ___/___	_____ _____ _____ _____ _____ _____	1. 1 - 2 - 3 2. 1 - 2 - 3 3. 1 - 2 - 3 4. 1 - 2 - 3 5. 1 - 2 - 3 6. 1 - 2 - 3 7. 1 - 2 - 3						
3.		1 ___/___ 2 ___/___ 3 ___/___ 4 ___/___ 5 ___/___ 6 ___/___	_____ _____ _____ _____ _____ _____	1. 1 - 2 - 3 2. 1 - 2 - 3 3. 1 - 2 - 3 4. 1 - 2 - 3 5. 1 - 2 - 3 6. 1 - 2 - 3						
4.		1 ___/___ 2 ___/___ 3 ___/___ 4 ___/___ 5 ___/___	_____ _____ _____ _____ _____	1. 1 - 2 - 3 2. 1 - 2 - 3 3. 1 - 2 - 3 4. 1 - 2 - 3 5. 1 - 2 - 3						

Para uso do pesquisador: Grau de exposição das mulheres ao turismo.

1. () Elevada exposição: mulheres ocupadas nas ACT (permanente e eventual) como hoteleira, alimentação, confecções, artesãs, caseiras, domésticas em casa de segundo residentes, etc.
2. () Média exposição: mulheres que moram em bairro próximo ao grande movimento de turistas mas que não trabalha nas ACT.
3. () Baixa exposição: mulheres que não trabalham nas ACT como camponesas, donas de casa, funcionárias públicas, estudantes, professoras etc., residentes na zona rural e bairros afastados do grande fluxo de turistas.

OUTRAS OBSERVAÇÕES